



Revista Brasileira
de Pós-graduação
em Ciências Sociais

v. 20, n. 1 (2025)



DOSSIÊ

**Uma Saúde Antropologicamente
Coletiva: Monografias, dissertações
e teses das Ciências Sociais da Saúde**

SOBRE A REVISTA

A Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais é um periódico eletrônico de acesso aberto e de publicação semestral. Este periódico é destinado a divulgar e a ampliar, para estudantes e pesquisadores em geral, o campo de circulação e o debate acadêmico nas Ciências Sociais. É organizada por estudantes de pós-graduação das unidades que constituem o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ICS-UnB): o Departamento de Antropologia (DAN), o Departamento de Sociologia (SOL) e o Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA). A Revista Pós publica textos em português, inglês e espanhol, após serem triados pela Equipe Editorial e serem encaminhados a pareceristas externos para avaliação em regime de anonimato

EQUIPE EDITORIAL

Camila Vaz Correia (Editora-chefe/PPGAS - UnB)
Matheus Felipe Gomes Dias (Editor-chefe/PPGSOL - UnB)
Beatriz Amorim de Barros (Editora Executiva/PPGSOL - UnB)
Braima Sadjo (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)
Erika Costa Silva (Editora Executiva/PPGSOL - UnB)
Flávia de Freitas Cabral (Editora Executiva/PPGAS - UnB)
Gabriel de Rezende Rocha Mota (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)
Isabella Marques Ferreira (Editora Executiva/PPGAS - UnB)
Isidoro Jacob Valia (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)
Jadhe Santana Azevedo Mineiro (Editora Executiva/PPGAS - UnB)
Jediael Lucas Rodrigues Araújo (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)
João Batista Alves Neto (Editor Executivo/PPGAS - UnB)
João Miguel D. de Araújo Lima (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)
José Lidomar Nepomuceno de Sousa (Editor Executivo/PPGAS - UnB)
Milena de Souza (Editora Executiva/PPGSOL - UnB)
Thais Fonseca Cruz (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Fidalgo Castro (UCM/Espanha);
Amurabi Oliveira (UFPE);
Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE);
Ana Gretel Echazú Böschmeier (UFRN);
Edna Ferreira Alencar (UFPA);
Felipe Sotto Maior Cruz Tuxá (UNEB);
Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA);
Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR);
Francirosy Campos Barbosa (USP);
Guilherme Silva de Almeida (UFRJ);
Gersem Baniwa José dos Santos Luciano (UnB);
Hans Carrillo Guach (UFG);
Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ);
Lidiane Rodrigues (UFSCAR);
Ludmila Costhek Abílio (Unicamp);
Messias Moreira Basques Junior (Harvard/EUA);
Patrícia Alexandra Godinho Gomes (UFBA);
Raphael Lana Seabra (UnB);
Rosamaria Giatti Carneiro (UnB);
Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab/CE).

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Janaina Holovatuk

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Holovatuk

REVISÃO

Vitória Carvalho

DOSSIÊ “UMA SAÚDE ANTROPOLOGICAMENTE COLETIVA: MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA SAÚDE”

ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ

Ana Paula Jacob (UFPeL / UnB)
Caroline Franklin (UnB)
Laura Coutinho (UnB)

EDITOR RESPONSÁVEL PELO DOSSIÊ

João Miguel D. de Araújo Lima (UnB)

AUTORES DO DOSSIÊ

Daiana Maria Santos de Sousa Silva (UNICEPLAC / UnB)
George Luiz Nérís Caetano (UnB)
Isadora Sipp Valle (UFPB)
João Paulo Siqueira (UnB)
Mariana Petruceli (UnB)
Rosamaria Giatti Carneiro (UnB)
Thaís Maria Moreira Valim (UnB)

AUTORES DOS ARTIGOS

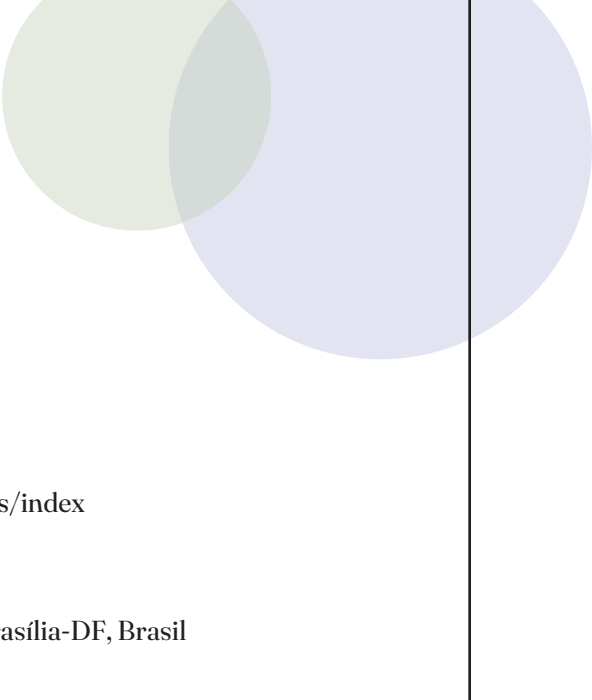
Larissa Neves da Costa (UnB)
Lucas Assis Souza (UnB)
Lucas Jaime Indi (UFRGS)
Luís Fernando Santos Corrêa da Silva (UFFS)
Rocheli Koralewski (UFFS)

AUTORES DAS RESENHAS

Doiara Silva dos Santos (UFV)
Gabriel Felipe Silva Coelho (UFV)
Ivis Fabiano Chagas Lima (UnB)
Thayla da Silva de Oliveira (UFRJ)

NOMINATA DE PARECERISTAS

Andreia Sousa de Jesus (UNESP)
Ayra Hannah Heleno Cabral da Silva (UFPB)
Cristina Maria Arêda Oshai (UFPA)
Eduardo Doering Zanella (UNISINOS)
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (UNILAB)
Giovana Acacia Tempesta (Casa Civil da Presidência da República)
Glaucia Cristina Maricato Moreto (UFRGS)
Hellen Monique Caetano (UFRN)
Jaína Alcântara (UFC)
Joaquim Miranda Maloa (UniRovuma – Moçambique)
Joaze Bernardino Costa (UnB)
Leidiana Ximenes de Araújo (UFC / UNILAB)
Lucas Nishida (UNICAMP)
Marcelo Pereira (UFMG)
Mariah Torres Aleixo (UFRJ)
Melina Sousa Gomes (UNIFESP)



Miriam Steffen Vieira (UFPel)
Núbia dos Reis Ramos (UNEB)
Peti Mama Gomes (UNILAB)
Rafael Cardoso Gomes (ENSP/Fiocruz)
Thais da Silva Kneodler (UFRJ)

CONTATO

E-mail: revistaposunb@gmail.com
Site: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/index>
Instagram: @revistaposunb
Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Campus Darcy Ribeiro - Edifício do ICS, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil

Editorial	06
Dossiê - “Uma Saúde Antropologicamente Coletiva: Monografias, dissertações e teses das Ciências Sociais da Saúde”	08
“Resposta a nível científico”: a escrita nas ciências sociais e nas ciências biomédicas a partir da epidemia de vírus Zika em Recife/PE	11
Ciência e responsabilidade: um estudo antropológico sobre a pesquisa em saúde em Recife/PE	23
Do centro à margem: meninas vítimas de violência sexual e o aborto legal no Brasil	35
Santo de casa também faz milagre: andarilhagens etnográficas junto a uma terapeuta popular	47
Contexto pra lá, contexto pra cá: contribuições antropológicas para a formação de psicólogos-psicoterapeutas	60
“O maestro é a Pediatria”: Associações entre infância, clínica e pesquisa na resposta ao Zika em Recife/PE	73
ARTIGOS	
Emprego verde: aliado ou algoz da juventude brasileira?	88
Environmental governance in the anthropocene: the case of nalus as an arena of ontological conflict	97
Um esboço sobre o anticomunismo no campo da segurança pública	113
O outro e não eu: mulher Negra, memória e a alteridade do ser	126
RESENHAS	
América latina “fora do armário”: resenha do livro “Lesbian, gay, and transgender athletes in Latin America”	132
Pedagogia do Ebó: Horizontes possíveis para a universidade a partir de mulheres de axé	136
Futures of Anti-Racism: Paradoxes of deracialisation in Brazil, South Africa, Sweden, and the United Kingdom	140

EDITORIAL:

UMA SAÚDE ANTROPOLOGICAMENTE COLETIVA

A Revista Pós tem passado por intensas transformações nos últimos anos. Da diagramação à regularidade de suas publicações, da identidade visual ao uso das redes sociais, a revista tem conquistado mais espaço e visibilidade – o que só foi possível pela dedicação e pelo compromisso voluntário de editores/as-chefes e editores/as executivos/as. Desde 2024, em especial, dando continuidade aos passos firmes das gestões anteriores, a revista tem buscado aprimorar a qualidade de seus processos com a adoção de modelos de submissão e critérios de avaliação de artigos e resenhas.

Como reconhecimento desse esforço coletivo, ressaltamos o recebimento do selo “Revista Diamante” por práticas de ciência aberta pelo Miguilim - Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras/Ibict e a indexação no Directory of Open Access Journals (DOAJ), um desejo nutrido havia algum tempo.

Além de fundamental para comunicar essas novidades, passamos a incluir no Instagram da revista (@revistaposunb) as fotos das pessoas autoras, de modo a “dar uma cara” para os nomes e suas instituições acadêmicas, o que contribui para mostrar a diversidade de quem produz conhecimento com a revista.

Reafirmamos o compromisso de nossa política de ações afirmativas em 2024 com a reestruturação do Banco de Pareceristas Negros/as. Composto a partir de uma chamada pública, o banco é um mecanismo importante para diversificar quem participa da avaliação dos artigos submetidos. Os critérios de gênero, raça e regionalidade ganharam, assim, mais força no processo de produção de conhecimento da Revista Pós.

No início de 2025, recebemos convites para participar da Semana de Sociologia, organizada pelo PPGSOL, e da Recepção de calouros/as do PPGAS, onde tivemos a oportunidade de apresentar o periódico junto à comunidade do Instituto de Ciências Sociais.

E é com a disposição de quem carrega na bagagem as ferramentas para percorrer caminhos futuros que apresentamos o novo dossiê “Uma Saúde Antropologicamente Coletiva: Monografias, dissertações e teses das Ciências Sociais da Saúde”. Organizado por Ana Paula Jacob, Laura Coutinho e Caroline Franklin, o dossiê reúne trabalhos de estudantes, pesquisadores e professores que têm em comum a passagem pelo Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) da UnB.

Saúde tem se firmado como uma temática relevante para os debates interdisciplinares publicados na Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Em cinco anos, este é o quarto dossiê na temática, depois de Corpografias: narrativas a partir da saúde e do adoecimento - v. 16 n. 1 (2021); Fazer antropologia em tempos pandêmicos: narrativas de povos e comunidades tradicionais e de periferias urbanas sobre a pandemia Covid-19 - v. 16 n. 2 (2021); e Gênero, Cuidado & COVID-19 - v. 17 n. 1 (2022). Enquanto os desafios de atravessar a pandemia de covid-19 deram as motivações para os três dossiês citados, Uma Saúde Antropologicamente Coletiva: Monografias, dissertações e teses das Ciências Sociais da Saúde traz a proposta de debates plurais que envolvem raça e currículo acadêmico, práticas religiosas e tradicionais no cuidado em saúde, a produção científica em torno da epidemia do Zika no Brasil, além de um debate mais localizado na relação entre antropologia e saúde pública, a partir da produção do Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA). Diante disso, recomendamos a leitura do texto de apresentação e dos artigos que compõem o dossiê.

Na seção de artigos livres, encontra-se o artigo de Rocheli Koralewski e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, intitulado “Emprego verde: aliado ou algoz da juventude brasileira?”, que busca compreender a relação dos/as jovens com o trabalho em um contexto de alerta em relação à crise ambiental. Desse modo, a partir de análise documental e de conteúdo, os autores concluem que o emprego verde pode ser um instrumento importante na luta contra o desemprego, e não um algoz para a continuidade da lógica exploratória.

No artigo de Lucas Jaime Indi, “Environmental governance in the Anthropocene: the case of nalus as an arena of ontological conflict”, o autor examina a construção de um projeto de preservação ambiental em

Cantanhez, na Guiné-Bissau, e como esse projeto se enquadra em um contexto estrutural de interesses econômicos e ideológicos que geram conflitos entre diferentes perspectivas sobre a utilização da natureza.

Posteriormente, o artigo “Um esboço sobre o anticomunismo no campo da segurança pública”, de Lucas Assis Souza, tem por objetivo discutir a perspectiva do anticomunismo no campo da segurança pública brasileira como uma “ferramenta” que atua no endurecimento do combate ao crime e na militarização das políticas. Esse fenômeno, segundo o autor, dificulta o sucesso de políticas públicas voltadas para os direitos humanos, para a redução de danos e para a própria democracia no Brasil. O autor conclui que o anticomunismo se insere nas disputas políticas no âmbito da segurança pública, operando na formulação de políticas e nos modos de atuação das forças.

Na sequência, o artigo de Larissa Neves da Costa, cujo título é “O outro e não eu: mulher negra, memória e a alteridade do ser”, parte das contribuições de Lélia Gonzalez para pensar a produção antropológica brasileira como forma de tecer uma análise da experiência da mulher negra no Brasil. A autora, de forma perspicaz, recorre ao conceito de memória para refletir sobre a situação da mulher negra brasileira como um itinerário atravessado pela subjugação na formação do pensamento social brasileiro, pela construção de uma memória excludente e eurocêntrica, além de outras e diversas formas de violência que marcam a experiência de existir dessa população.

Por fim, neste número, publicamos três resenhas. A primeira é “América Latina ‘fora do armário’: resenha do livro *Lesbian, Gay, and Transgender Athletes in Latin America*”, de Gabriel Felipe Silva Coelho e Doiara Silva dos Santos. Em seguida, encontra-se a resenha de Ivis Fabiano Chagas Lima, intitulada “*Encruzilhando saberes e práticas pedagógicas: um diálogo possível entre terreiros e universidades*”, sobre o livro *Pedagogia do Ebo: Horizontes possíveis para a universidade a partir de mulheres de axé* (Beatriz Martins Moura, Apris, 2025). Ao final, temos a resenha de Thayla da Silva de Oliveira, cujo título é “*Desracialização e seus paradoxos: enfrentando o racismo no Norte e Sul global*”, acerca do livro *Futures of Anti-Racism: Paradoxes of Deracialisation in Brazil, South Africa, Sweden, and the United Kingdom* (Nikholay Zakharov, Shirley Tate, Ian Law e Joaze Bernardino-Costa, Palgrave Macmillan, 2023).

Agradecemos a todos/as os/as autores/as, pareceristas, editores/as e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que contribuíram para a construção deste número. Desejamos a todos/as/es uma ótima leitura e convidamos a acompanhar a Revista Pós e seus aprimoramentos de perto.

MATHEUS FELIPE GOMES DIAS (EDITOR-CHEFE)
ORCID: 0000-0001-5953-0856

JOÃO MIGUEL D. DE ARAÚJO LIMA (EDITOR EXECUTIVO)
ORCID: 0000-0002-4768-7589

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ “UMA SAÚDE ANTROPOLOGICAMENTE COLETIVA: MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA SAÚDE”

LAURA COUTINHO¹

ORCID: 0009-0003-2063-3454

ANA PAULA JACOB²

ORCID: 0000-0001-9988-7753

CAROLINE FRANKLIN³

ORCID: 0009-0004-4880-0194

A ideia de “Uma Saúde Antropológicamente Coletiva” possibilita uma reflexão sobre novas perspectivas em relação aos processos e discussões no campo da saúde. Essa proposta busca quebrar a noção de um domínio único, frequentemente associado a uma área do saber — a medicina, por exemplo. Compreender processos de adoecimento, cuidado, limites da pesquisa e do saber biomédico são formas de ampliar a discussão e torná-la mais diversa. Ao mesmo tempo em que oferece uma abordagem antropológica, dada a formação de grande parte das autoras e pesquisadoras envolvidas no Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva – CASCA, sugere uma construção epistemológica intrinsecamente coletiva, tanto por não se restringir a uma única maneira de refletir quanto por ter, em seu cerne, uma comunidade científica engajada que produz, em conjunto, o conhecimento.

Essa aproximação, desenvolvida em encontros de um grupo de pesquisa interdisciplinar, permite compreender os entrelaçamentos que a dimensão da saúde pode abranger, explorando a interseção de temas e as abordagens diferentes. Temos uma variedade de entradas analíticas, que podem ser divididas em três eixos temáticos principais: o primeiro envolve reflexões sobre saúde em contextos de emergência sanitária, mobilizando aportes da Antropologia da Ciência e da Tecnologia para analisar a produção de saberes e a atuação científica em situações críticas; o segundo se volta para as tensões no acesso a direitos e às práticas de cuidado, explorando tanto os desafios institucionais no campo da saúde reprodutiva quanto as formas populares e contra-hegemônicas de cuidado que resistem à lógica biomédica dominante; e o terceiro discute a formação profissional e os conflitos raciais no campo da saúde, a partir de uma perspectiva antropológica. Propor uma outra perspectiva, menos comum, antropológicamente coletiva, permite reunir investigações sobre temas diversos relacionados à saúde brasileira. Desta maneira, as autoras e autores promovem diálogos possíveis e refletem sobre a escuta de diferentes atores e suas implicações nas relações sociais no contexto brasileiro.

O Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) é um laboratório de pesquisa vinculado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ICS/UnB), coordenado por Soraya Fleischer, do Departamento de Antropologia (DAN/UnB), e Rosamaria Carneiro, do Departamento de Saúde Coletiva (DSC/FS/UnB), também vinculada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos (Universidade de Brasília, 2022). Inclui também estudantes orientados e supervisionados por elas, além de pesquisadores e professores visitantes. Foi nesse coletivo que nós desenvolvemos pesquisas, tendo muitos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sido defendidos entre 2022 e 2025. Sob esse pretexto, ao final de 2023, Soraya Fleischer nos incentivou a fazer uma coletânea com resultados dos trabalhos dos integrantes do CASCA que já haviam sido defendidos. O objetivo era fazer um apanhado de artigos advindos de monografias, dissertações e teses

¹ Bacharela em Antropologia e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília e atualmente graduanda em Estética e Cosmética pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Pesquisadora da CASCA desde 2022. E-mail: ltqcoutinho@gmail.co

² Professora substituta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutoranda no programa de pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2024) tendo investigado a perspectiva de cientistas sobre o “kit-covid” durante a pandemia. É membro da CASCA desde 2021. E-mail: anap.jacob@gmail.com

³ Antropóloga e cientista social pela Universidade de Brasília. Fez parte do CASCA entre 2022 e 2024, como pesquisadora do projeto “Uma Antropologia do Vírus Zika: Resultados, retornos e epistemologias”. Atualmente é graduanda em Ciência Política na UnB e pesquisadora do grupo de estudos e pesquisas Psicodinâmica do Trabalho Feminino (Psitrafem - IP/UnB). E-mail: carolpinh@gmail.com

defendidas e aprovadas, oferecendo um panorama dos saberes emergentes e recentes no campo da Antropologia e Saúde Coletiva na UnB.

O dossiê não contou com uma chamada pública, mas um conjunto de 13 pesquisadores e pesquisadoras que tinham defendido seus trabalhos recentemente foram convidados a transformá-los em artigo científico. Poderiam, por exemplo, resumir o trabalho em um texto menor ou escolher um capítulo e adaptá-lo ao formato de artigo. Destes, 8 aceitaram o nosso convite e, ao final, recebemos 6 artigos.

Para definir uma ordem dos artigos deste dossiê, optamos por uma organização que valoriza a pluralidade acadêmica que compõe o CASCA. O nosso objetivo é reconhecer o percurso formativo como parte constitutiva da produção de conhecimento. Sendo assim, acompanhamos a complexidade crescente dos recortes e abordagens ao longo das etapas da formação acadêmica. Para tanto, adotamos como critério principal a titulação, iniciando com um texto derivado de uma monografia de graduação e finalizando com um artigo elaborado durante um doutorado.

A peça que inaugura este dossiê, de Isadora Valle, é intitulada “Resposta em nível científico: a escrita nas ciências sociais e nas ciências biomédicas a partir da epidemia de vírus Zika em Recife/PE”. O texto propõe uma reflexão sobre as formas de produção e circulação do conhecimento em contextos de emergência sanitária, comparando os modos de produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais e na Biomedicina durante o contexto da epidemia de Zika Vírus em Recife. Ela ressalta como ciência, linguagem e políticas públicas se entrelaçam na produção de subjetividades e intervenções no campo da saúde. Atualmente, Valle cursa o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB (PPGA/UFPB).

Ainda no contexto da epidemia do Zika Vírus, Mariana Petruceli se propõe a investigar a noção de ciência responsável e responsabilidades científicas no segundo artigo: “Ciência e responsabilidade: um estudo antropológico sobre a pesquisa em saúde em Recife/PE”. Para isso, a autora aborda a manifestação destas no eixo biopsicossocial, eixo de investigação neuroclínica e eixo de redes integradas de atenção e políticas de saúde. O estudo reflete a importância de produzir uma ciência responsável para além da neutralidade científica e em colaboração com o sujeito de pesquisa. Petruceli cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB (PPGAS/UnB).

Já o artigo “Do centro à margem: meninas vítimas de violência sexual e o aborto legal no Brasil”, de autoria de Daiana Silva e coautoria de Rosamaria Carneiro, perpassa a temática dos direitos reprodutivos e elabora como esses direitos, embora garantidos por lei, não funcionam na prática. Denunciando uma quase epidemia de violência sexual no Brasil, as autoras refletem sobre como as gravidezes indesejadas, frutos de violência, estão no centro da proteção estatal, enquanto a autonomia e a vida das jovens gestantes são jogadas à margem de seus direitos. Silva está no doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da UnB (PPGECSA/UnB).

George Caetano assina seu artigo também em coautoria com Carneiro. Intitulado “Santo de casa também faz milagre: andarilhagens etnográficas junto a uma terapeuta popular”, o texto acompanha as práticas terapêuticas de uma mãe de santo no Distrito Federal, em um momento atravessado por restrições impostas pela Covid-19 e pela ascensão de discursos hegemônicos que reivindicam para si a verdade e a autoridade sobre o cuidado. O autor argumenta que afeto, escuta e saberes tradicionais se entrelaçam em práticas de saúde contra-hegemônicas que desafiam a soberania biomédica e repensam os modos de produzir cuidado. É médico e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UnB (PPGSC/UnB).

No artigo “Contexto pra lá, contexto pra cá: contribuições antropológicas para a formação de psicólogos-psicoterapeutas”, João Paulo Siqueira reflete sobre o mito da democracia racial no Brasil e o consequente silenciamento das marcas raciais na formação em Psicologia. Para isso, o autor decide investigar um documento potencialmente revelador: o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia de uma universidade do Centro-Oeste, evidenciando a herança branca da psicologia brasileira e os modos pelos quais o debate racial é frequentemente evitado, silenciado ou deslocado por diversos atores institucionais. Siqueira é psicólogo e mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UnB.

Por fim, na última peça, Thais Valim nos apresenta um panorama sobre a construção de saberes científicos durante a epidemia de Zika em Pernambuco no artigo “‘O maestro é a pediatria’: Notas iniciais sobre expertises, associações e agregados científicos durante a epidemia de Zika Vírus em Recife/PE”. A autora segue o rastro das associações construídas ao longo dessa emergência, destacando como o estudo com bebês exigia saber clínico especializado, de modo que a Pediatria assumiu um papel no centro da pesquisa, como maestro

da orquestra científica. Valim recentemente defendeu seu doutorado no PPGAS/UnB e atualmente trabalha como analista de mobilização comunitária da Casa Bom Samaritano.

A perspectiva proposta neste dossiê permite refletir sobre o fazer científico e as práticas de saúde no Brasil. Ao colocar em relevo a escuta de múltiplos atores e perceber como significados e intencionalidades constituem relações diversas, este dossiê convida a uma imersão nas dinâmicas sociais, éticas e políticas que constituem diferentes experiências de sujeitos pelo país. Os trabalhos aqui reunidos oferecem um panorama multifacetado dessas dinâmicas: desde a natureza socialmente construída da ciência e as responsabilidades éticas em emergências sanitárias, como a epidemia de Zika Vírus em Recife/PE, passando pelas tensões e silenciamentos no acesso a direitos reprodutivos e nas práticas de cuidado biomédicas e populares, até as intersecções entre a formação profissional em Psicologia e a ausência de debates raciais. Cada um deles revela as diversas camadas que constituem o campo da Antropologia e da Saúde Coletiva, aprofundando a compreensão sobre as interações entre vida social, saberes especializados e narrativas de doença. Convidamos, assim, leitores e leitoras a percorrerem essas investigações e refletirem sobre diferentes perspectivas.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Estudos Latino-Americanos. Laboratórios: Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA). 2022. Disponível em: <https://ela.unb.br/pesquisa/laboratorios>. Acesso em: 10 jun. 2025.

“RESPOSTA EM NÍVEL CIENTÍFICO”: A ESCRITA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS A PARTIR DA EPIDEMIA DE VÍRUS ZIKA EM RECIFE/PE

“Response at the scientific level”: writing in the social sciences and biomedical sciences based on the Zika virus epidemic in Recife/PE, Brazil

“Respuesta en nivel científico”: la escritura en ciencias sociales y biomédicas a partir de la epidemia del virus Zika en Recife/PE, Brasil

ISADORA SIPP VALLE¹
ORCID: 0009-0003-5983-8836

RESUMO

A emergência de saúde pública do vírus Zika, iniciada em 2015 na região Nordeste do Brasil, teve seu epicentro em Recife/PE. Na capital pernambucana, a configuração desse evento complexo culminou numa acentuada mobilização científica de diversas áreas do conhecimento. Como consequência de uma encomenda da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), as ciências biomédicas foram encarregadas de dar respostas à comunidade científica internacional que explicassem o crescimento exponencial do número de crianças nascidas com microcefalia e outros agravos. Por outro lado, as ciências sociais acompanharam mães, cuidadoras e crianças afetadas por aquilo que mais tarde se entendeu como a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). O presente trabalho tem como objetivo focar em uma das faces dessa resposta científica, que é a escrita e a publicação de artigos. Neste artigo, lanço mão de referenciais teóricos dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, bem como da crítica textual das ciências sociais. Por meio de pesquisa antropológica e etnográfica, são analisados relatos de cientistas que atuaram a partir da epidemia e trechos de seus artigos científicos publicados. Esses procedimentos revelam a comunicação de resultados da ciência como uma atividade que foi constituída por aspectos como trabalho coletivo em grupos de pesquisa; publicação acelerada em tempos de urgência; definição de revistas para divulgação de resultados; racionalidades biomédicas pouco evidentes nos escritos e engajamentos políticos com associações de mães de Zika.

Palavras-chave: Publicação; Artigo científico; Zika; Antropologia; Emergência.

ABSTRACT

The Zika virus public health emergency, which began in 2015 in the northeast of Brazil, had its epicenter in Recife/PE. In the capital of Pernambuco, the configuration of this complex event culminated in a marked scientific mobilization of various areas of knowledge. As a result of a commission from the Pan American Health Organization (PAHO), the biomedical sciences were tasked with providing answers to the international scientific community to explain the exponential growth in the number of children born with microcephaly and other diseases. On the other hand, the social sciences accompanied mothers, caregivers and children affected by what was later understood to be Congenital Zika Virus Syndrome (CZS). This paper aims to focus on one side of this scientific response, which is the writing and publication of articles. In this article, I draw on theoretical references from the Social Studies of Science and Technology, as well as textual criticism in the social sciences. Through anthropological and ethnographic research, I analyze the accounts

¹ Formada no Bacharelado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2023), onde participou do projeto de pesquisa “Uma antropologia da ciência do vírus Zika: resultados, retornos e epistemologias” (2022-2024). Atualmente, é editora da *Áltera Revista de Antropologia*. Realiza pesquisa sobre a produção científica e a assistência em saúde, a partir da epidemia de Zika, no Instituto de Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto (IPESQ), localizado em Campina Grande (PB). E-mail: isadorasipp@gmail.com

of scientists who worked during the epidemic and excerpts from their published scientific articles. These procedures reveal the communication of science results as an activity which was constituted by aspects such as collective work in research groups; accelerated publication in times of urgency; the definition of journals for the dissemination of results; biomedical rationalities that were not very evident in the writings and political engagements with associations of mothers of children with Zika.

Keywords: Publication; Scientific article; Zika; Anthropology; Emergency.

RESUMEN

La emergencia de salud pública por el virus Zika, que comenzó en 2015 en el nordeste de Brasil, tuvo su epicentro en Recife/PE. En la capital de Pernambuco, la configuración de este complejo evento culminó en una marcada movilización científica de diversas áreas del conocimiento. Las ciencias biomédicas fueron las encargadas de dar respuestas a la comunidad científica internacional para explicar el crecimiento exponencial del número de niños nacidos con microcefalia y otras enfermedades. Por otro lado, las ciencias sociales acompañaron a madres, cuidadores y niños afectados por lo que posteriormente se entendió como Síndrome Congénito por el Virus Zika (SCVZ). El objetivo de este artículo es centrarse en una vertiente de esta respuesta científica, que es la redacción y publicación de artículos. En este artículo, me baso en referencias teóricas de los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, así como en la crítica textual de las ciencias sociales. A través de una investigación antropológica y etnográfica, analizo los relatos de científicos que trabajaron durante la epidemia y extractos de sus artículos científicos publicados. Estos procedimientos revelan la comunicación de los resultados científicos como una actividad constituida por aspectos como el trabajo colectivo en grupos de investigación; la publicación acelerada en tiempos de urgencia; la definición de revistas para la divulgación de resultados; racionalidades biomédicas poco evidentes en los escritos y compromisos políticos con asociaciones de madres de pacientes con Zika.

Palabras-clave: Publicación; Artículo científico; Zika; Antropología; Emergencia.

INTRODUÇÃO

O caso da epidemia de vírus Zika, ocorrida sobretudo na região Nordeste do Brasil entre os anos de 2015 e 2017, é central neste trabalho e se enquadra como um caso de ineditismo que ocasionou um estado de emergência primeiramente nacional e posteriormente global (Diniz, 2016). O aumento vertiginoso de nascimentos de crianças com microcefalia e outros sérios agravos neurológicos movimentou fortemente o universo da produção científica. Um exemplo disso, somente se tratando do âmbito nacional, é o edital para o Combate ao Zika, o qual foi lançado à época pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) do Ministério da Saúde. Nele, foram financiados cerca de 70 projetos de pesquisa de diferentes áreas (Lira e Prado, 2020).

Diante desse cenário, este trabalho² se dispõe a realizar a síntese de um dos capítulos de minha monografia de graduação defendida no curso de Bacharelado em Antropologia (UnB), no qual busquei analisar a escrita e a publicação de artigos científicos a partir da epidemia de vírus Zika em Recife/PE (Valle, 2023). Ao iniciar minhas reflexões sobre o lugar do artigo científico em um contexto de emergência sanitária, despertava minha atenção o que uma interlocutora em campo chamou de “fome de pesquisador”, referindo-se à corrida – marcadamente percebida no campo das ciências biomédicas – para publicar artigos inéditos em um contexto de crise sanitária de causas até então desconhecidas. Afinal, a elaboração de projetos, a busca por financiamento e a busca ativa por pacientes e coleta de seus materiais biológicos são todas atividades que pareciam ter como objetivo final a publicação de artigos em periódicos científicos.

Então, partindo dessas ideias, surgiram alguns questionamentos. O artigo científico se produz como um validador do conhecimento? Como isso ocorre? No contexto da epidemia de Zika, quais os efeitos políticos e sociais dessa peça escrita? Para dar vida a essas indagações, procuro, neste trabalho, apresentar um material empírico que é fruto de minha inserção no grupo de pesquisa “Uma antropologia da ciência do vírus Zika: resultados, retornos e epistemologias”³. Nesse grupo, seguimos uma metodologia de trabalho marcada pela pesquisa coletiva e pela reunião de estudantes em diversas etapas de formação. Ao longo de quatro

² Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro a esse trabalho. Agradeço também às pessoas pareceristas, cujas contribuições ajudaram na melhoria do texto.

³ Ele é coordenado por Soraya Fleischer (DAN/UnB) e surge como desdobramento do projeto “Zika e microcefalia: Um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias em Pernambuco”, que foi coordenado por

temporadas de trabalho de campo, nossa equipe realizou 93 entrevistas com profissionais da saúde que atenderam e pesquisaram sobre a epidemia do vírus Zika em Recife/PE e com antropólogos que também pesquisaram nesse contexto. São trechos de algumas dessas entrevistas transcritas que aqui aparecerão.

Selecionei interlocutores de dois grupos de pesquisa com os quais dialogamos em campo, o que me leva a focar, neste trabalho, em uma comparação entre a produção científica das ciências sociais e das ciências biomédicas em torno da epidemia de Zika em Recife. O *Microcephaly Emergency Research Group* (MERG) é uma equipe vinculada ao Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz/PE), que realizou publicações a partir de uma encomenda do Ministério da Saúde brasileiro, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES/PE) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Já o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) é um grupo vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (DAM/UFPE). Esse grupo é composto por antropólogos que conduziram o projeto de pesquisa intitulado “Etnografando Cuidados e Pensando Políticas de Saúde e Gestão de Serviços para Mulheres e Seus Filhos com Distúrbios Neurológicos Relacionados com Zika em Pernambuco, Brasil”, que obteve aprovação no edital do DECIT acima mencionado.

É importante destacar também que um dilema ético afetou este trabalho: como analisar os artigos científicos de nossos interlocutores de pesquisa e os trechos de seus depoimentos sem revelar suas identidades? Dialogando com outros autores que refletem sobre a questão ética da (des)anonimização (Zanella, 2014; Fonseca, 2008), a solução encontrada foi utilizar pseudônimos para os sujeitos cujas falas individuais aparecem aqui, mesmo que os nomes dos grupos de pesquisa dos quais eles fazem parte sejam revelados. Essa medida protege os sujeitos que pactuaram sua participação na pesquisa, ao mesmo tempo em que me permite analisar seus artigos científicos.

Este trabalho está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, apresento relatos de três interlocutoras do FAGES e problematizo, a partir de suas falas, as categorias de “resposta em nível científico” e “tempo” de publicação, demonstrando a processualidade da produção de conhecimento no grupo e articulando essas categorias com o referencial teórico proposto por Neves (2020), Novas (2006) e Epstein (1995). Em seguida, apresento os relatos de uma interlocutora do MERG e discorro sobre a “resposta científica” esperada pela “comunidade central da ciência”, expectativa que se reflete em uma discussão sobre o predomínio do inglês na ciência (Ortiz, 2003). Por fim, discuto comparativamente a escrita e a publicação de artigos nas ciências sociais e nas ciências biomédicas.

1. OS TEMPOS DE PUBLICAÇÃO E A ANTROPOLOGIA APLICADA DO FAGES

À época da epidemia de vírus Zika, Miriam Souza⁴ era estudante de mestrado em Antropologia na UFPE e participou do projeto “Etnografando cuidados”. Ao ser questionada sobre como o tempo emergencial afetou o ritmo de publicação no FAGES, ela nos relatou:

Em termos da epidemia da Zika, eu sentia que havia pressa para escrever. Mas isso exige da gente, pros nossos textos na Antropologia, um tempo de reflexão, um tempo de cuidado ético com aquilo que a gente tá escutando em campo, que a gente tá observando, que a gente tá desenvolvendo. Então, eu acho que são tempos diferentes [entre a Antropologia e a Saúde], por mais que houvesse uma pressa. Por mais que houvesse uma necessidade de estar respondendo em nível científico, no FAGES, eu sentia que havia uma pressa maior em promover eventos com a gestão [e com as associações de familiares]. E, dali, surgiram reflexões sobre artigos, e aí isso era outro passo, isso era outra história (Miriam Souza, entrevista concedida à autora, 2025).

Com a fala de Miriam, a importância dos eventos organizados com a gestão e com associações como a União de Mães de Anjos (UMA) e a Associação de Mães e Famílias Raras (AMAR)⁵ foi destacada. O tempo vivido nos eventos era um tempo de construção de relações sociais e, portanto, um “tempo de reflexão e de cuidado ético”. Desse modo, percebemos que, embora a emergência sanitária tenha suscitado, no FAGES, uma preocupação em responder em nível científico, essa preocupação não determinava a abordagem do grupo, mas era determinada por outros fatores de observação da realidade circundante.

Como apontado por Neves (2020), a prática científica é uma atividade cujos procedimentos epistemológicos e metodológicos estão sujeitos a uma ordem hierarquizada mais ampla que rege as instituições científicas pelo globo. Tal ordem, a partir da atribuição de noções como boa e má ciência, ciência de “centro” e ciência

Soraya Fleischer e Rosamaria Carneiro entre os anos de 2016 e 2019. Ambos os projetos obtiveram aval ético do CEP CHS/UnB com os respectivos CAAEs: 54910022.4.0000.5540; 60509116.0.0000.5540.

⁴ Os nomes de interlocutores mencionados daqui em diante são pseudônimo

⁵ A UMA e a AMAR são duas organizações recifenses que acolheram famílias e crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Zika na capital pernambucana.

de “periferia”, legitima-se e gera expectativas quanto ao modo como as pesquisas são construídas, que objetos priorizam e que resultados produzem. Essa é uma hierarquização ligada ao “modelo de comunidade central da ciência” (Neves, 2020, p. 5), um modo de compreender o empreendimento científico a partir das imagens de neutralidade, objetividade e universalidade. O imaginário dominante reproduz essa imagem de “centro”. Os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) propõem outro modelo que, em vez de apartar a racionalidade científica da racionalidade das interações sociais, vê essas duas como inerentemente interligadas. Nesse sentido, é dada atenção aos contextos de interação prática que envolvem os processos de produção de conhecimento, e a legitimidade alcançada pela ciência passa a ser analisada como fruto da expansão de redes e da criação de situações linguisticamente mediadas.

Neves (2020) centraliza ainda o que ele chama de “regime de administração da irrelevância”, uma ordem científica depreciada, característica de contextos supostamente periféricos de produção de conhecimento. Os quatro elementos que compõem esse regime são: a) referência posterior, ou seja, desde o desenho de projetos até a escolha das revistas para publicação, tudo se dá como se fossem práticas “atrasadas”; b) escolha do objeto, ou “exotismo”, o que remete a objetos muito “locais”, ignorados pelas agendas globais da ciência; c) intercâmbio de pesquisadores, formando fluxos departamentais nos quais pesquisadores seguem de departamentos de menor prestígio para aqueles de maior prestígio; d) capacidade de tradução/difusão do conhecimento, ocorrendo por fluxos assimétricos, com baixo impacto das publicações.

Segundo o autor, esse regime é formado por práticas rotineiras – e nem sempre conscientes – de “periferização”, abordagem que se aproxima de uma dimensão mais microsocial ao dar atenção aos valores e aspectos subjetivos do cientista, que interferem na seleção de referenciais teórico-metodológicos, no privilégio a certos objetos e na submissão de artigos para publicação. Ainda, para Neves,

Escolher um lado é produzir identidade (central ou periférica) e, consequentemente, induzir o direcionamento prático de suas ações, perifêrizando-as ou centralizando-as. Neste sentido, pode-se falar em ciência central ou periférica, sem que se introduzam marcos territoriais, nacionais, econômicos e geopolíticos (Neves, 2020, p. 3).

OFAGES, sendo uma instituição científica localizada no epicentro da emergência, esteve sujeito ao sentimento de convocação gerado pela expectativa de “respostas científicas”, no sentido hegemônico do termo. No entanto, seus procedimentos epistemológicos e metodológicos remetem ao “regime de administração da irrelevância” (Neves, 2020), pois a prioridade não era a publicação inédita em tempo recorde, mas o “tempo de reflexão e de cuidado ético”. Quando Miriam nos conta que, dos eventos, surgiram reflexões sobre possíveis artigos, mas que a escrita “era outro passo” da produção de conhecimento, interpreto que, nessa equipe, a passagem da etapa de trabalho empírico para a de escrita de artigo não foi automática, mas contou com procedimentos entre os dois momentos, o que levou a uma dilatação do tempo para que a publicação ocorresse. A escolha metodológica pela organização de eventos com gestores e famílias, desse modo, pode ser compreendida como produção de “identidade periférica”, pois ela opera por meio de um imaginário geopolítico do conhecimento que reproduz hierarquias: a antropologia produz conhecimento a partir de uma prática mundana, a aproximação com os atores sociais.

Duas distinções são importantes para entendermos a processualidade de produção de conhecimento no projeto dos antropólogos pernambucanos: uma, entre dados obtidos “em primeira mão” e dados obtidos de “maneira secundária”; outra, entre trabalho de campo e o que eu chamarei aqui de trabalho de “gabinete”. No projeto “Etnografando cuidados”, a divisão de tarefas ocorreu de modo que somente uma parte dos pesquisadores participou ativamente da condução de entrevistas e da realização de observação participante, o que nos leva à ideia de que apenas uma parte deles foi às associações, clínicas e hospitais, conversou diretamente com mães, cuidadoras, gestores e profissionais da saúde. Cabe indagar por que essa equipe se organizou desse modo e quais as implicações disso.

É possível refletir que, enquanto bolsistas de iniciação científica e de pós-graduação se encarregam mais detidamente de ir a campo, escrever diários, elaborar roteiros, sistematizar dados, conduzir e transcrever entrevistas, pesquisadores mais experientes costumam dedicar maiores esforços às funções de coordenação da pesquisa — o que inclui o planejamento do projeto, a captação e distribuição de recursos e a prestação de contas. Ao mesmo tempo, quem coordena normalmente tem outras atribuições da vida acadêmica, como a docência, o exercício de cargos de chefia em seus respectivos departamentos e a orientação de estudantes, por exemplo, e passa a ter contato com os dados da pesquisa sem necessariamente ter ido a campo. Um exemplo disso se tornou perceptível por meio da fala de Roberta Castro, que nos contou que, com diversas atribuições além desta pesquisa, era atualizada sobre o que ocorria no campo por meio de diálogos no grupo de WhatsApp da equipe:

Nem sempre eu podia ir pros eventos, porque eu estava atarefada com as coisas aqui da universidade. Quando Sarita Gurgel ia para um evento, ela escrevia o diário de campo dela e me passava um áudio ou então me ligava dizendo o que tinha acontecido. [...] Hoje eu vejo isso como uma forma de produção também, esse diálogo que a gente tinha, a gente conversava muito sobre [...] como tinha sido tal visita, cada novidade que ia acontecendo – porque era um campo muito rápido, tudo acontecendo muito rapidamente, e as coisas eram publicadas, e, se se descobria uma coisa hoje, amanhã já era outra coisa (Roberta Castro, entrevista concedida à autora, 2025).

Roberta Castro e Sarita Gurgel são um exemplo de uma produção que estava ocorrendo no meio virtual, mas o “gabinete”, no caso do *Etnografando cuidados*, foi a sede do FAGES, localizada no 13º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE. Os momentos de encontro na sede do FAGES foram essenciais para afinar ideias, atualizar aqueles que não haviam ido a campo sobre o que havia ocorrido recentemente, promover discussões e reflexões sobre possíveis temas para artigos e ponderar sobre os cuidados éticos com as interlocutoras de pesquisa.

Essas reuniões e os debates delas advindos foram, digamos assim, a liga entre a coleta de dados e o momento posterior de escrita de artigos e, por envolverem um grupo grande de pessoas, demandaram um tempo mais dilatado para a harmonização das ideias. Trago aqui, então, um trecho de entrevista com Sarita Gurgel, que nos contou sobre sua percepção de como o FAGES lidou com o tempo da emergência para publicar:

Olha, são tempos distintos. O tipo de material que a gente trabalha em Humanas, em Ciências Sociais e o tipo de material que eles [na Saúde] trabalham é distinto. Então, a gente precisa burilar, a gente precisa refletir. Uma entrevista ajuda na outra, o tempo é muito importante. Eu acho que o tipo de material é diferente, as relações são diferentes também, porque a gente depende muito do que é vivo, das pessoas. Nem sempre as pessoas podem nos receber, ou nem sempre as pessoas estão dispostas, ou nem sempre a pessoa quer falar sobre aquele tema, naquela entrevista, daquela vez. Tiveram pessoas que a gente entrevistou mais de uma vez. Ou então a gente entrevistou uma vez e depois a gente ficou convivendo muito com essas mulheres. Já não era mais uma entrevista, era um convívio. E você pensava que ela ia refletindo também sobre ela e sobre a vida dela, sobre a política, ou sobre a ciência. E aquilo ia modificando. Então, assim, lá no FAGES, eu não sentia essa pressa desesperada (Sarita Gurgel, entrevista concedida à autora, 2025).

A fala de Sarita parte de uma distinção nós/eles (antropólogos/pesquisadores da saúde) para defender que a publicação no FAGES seguiu um ritmo diferente daquele das ciências da saúde. Como colocado por Ortiz (2003), devido ao caráter mais interpretativo do que informativo das ciências sociais, essa é uma área que demanda tempo de amadurecimento e análise. A publicação acelerada, portanto, não se configura como valor para seus representantes, o que se reflete na fala de Sarita. É interessante notar como ela recorreu aos materiais de pesquisa – as relações humanas – para explicar essa distinção, reforçando ideias referentes à importância do convívio e da participação na realidade do outro para que a antropologia construa seus conhecimentos. A resposta de Sarita se aproxima, em certa medida, do relato de Miriam. Antes de publicar rapidamente, o foco do FAGES era construir espaços de sociabilidade, e, neste ponto, gostaria de destacar a categoria “modificar”, acionada por Sarita, bem como a ideia de reflexão conjunta entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa. Essa categoria e essa ideia nos ajudarão a pensar numa dimensão política da antropologia produzida pelo FAGES.

Pacheco de Oliveira (2013), em coletânea sobre os desafios da antropologia brasileira, chama atenção para o movimento contemporâneo da disciplina de se tornar antropologia “aplicada”, processo ligado ao pressuposto de que as investigações científicas têm consequências sociais importantes. Nesse sentido, procedimentos de pesquisa cristalizados na disciplina, anteriormente garantidores da positividade dos dados antropológicos, passam a ser questionados, como é o caso da clivagem entre “pesquisador” e “objeto do conhecimento”. O contexto contemporâneo da pesquisa passa a demandar novas técnicas de observação e um entendimento do trabalho de campo como uma “situação etnográfica” (Pacheco de Oliveira, 2013) em que, em vez de tentar criar um cenário artificial para a objetivação da realidade, se considera a convergência dialógica entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados.

É relevante que percebamos como essa noção dialógica e politicamente situada se mostrou presente nas falas de Sarita, Roberta e Miriam. Quando Sarita fala que o convívio entre a antropóloga e a mulher afetada pela epidemia desemboca em processos reflexivos “sobre a política, ou sobre a ciência” em ambas as partes envolvidas na interação, isso remete a uma antropologia que produz com os sujeitos. Aproveito a discussão sobre a antropologia aplicada para trazer mais um trecho de sua fala. Nesse momento, percebemos que, para Sarita, a pressa para publicar artigos está relacionada a essa dimensão política de um conhecimento capaz de transformar a realidade:

Alguns temas eu tinha vontade de escrever rápido pra levantar a discussão rápido. Um dos temas que eu tinha vontade de escrever de forma rápida foi essa questão da antropologia da ciência, que era uma reclamação muito forte das mulheres. A gente tinha vontade de falar sobre isso rápido, ao passo que eu também tinha vontade de escrever da importância da ciência para elas, quando você via a intersecção entre ciência e política pública. Esse artigo que eu escrevi, o “Nada sobre nós sem nós”

[(Matos e Silva, 2020)], eu falo um pouco sobre esse dilema que era a ciência pra elas. De tratarem elas de forma utilitária, mas também, no mesmo artigo, eu dizia “mas tinha um outro lado”. Tem esse lado que elas pegam os artigos dos cientistas, elas leem, elas interpretam e elas dizem “olha aqui a brecha, aqui a gente vai pegar determinada política”, que era no caso da pensão [indenizatória], que foi uma coisa que eu trabalhei muito na pesquisa e nos artigos. Eu passava muitos artigos pra elas, e elas diziam “olha aqui, presta atenção nisso, que acho que isso aqui pode ajudar a gente a derrubar tal artigo da pensão que tá errado”. Então, não era só uma coisa negativa, essa relação com a ciência. Existia uma coisa muito positiva também de ver o que a ciência tá produzindo e usar isso ao favor delas, pra que determinadas coisas fossem modificadas (Sarita Gurgel, entrevista concedida à autora, 2025).

A partir do exposto, percebemos que o tempo dilatado da reflexividade esteve muito presente no FAGES; no entanto, para Sarita Gurgel, ele foi concomitante à necessidade de se escrever sobre temas que estavam impactando diretamente a vida das mulheres e famílias afetadas pela SCVZ. “Levantar a discussão rápido” era necessário, pois, ao mesmo tempo em que se tratava de visibilizar demandas das famílias que eram urgentes (como acesso a medicamentos, equipamentos e ampliação do quadro de neuropediatras nos serviços de saúde pública), também se tratava de aproveitar que as atenções da gestão pública estavam direcionadas a promover ações de mitigação dos efeitos epidêmicos.

É interessante notar que essa aceleração da publicação pode ser vista como uma aproximação ao modelo da “comunidade central da ciência”; no entanto, outros elementos nessa escolha reforçam e tornam mais preponderante o “regime de administração da irrelevância” (Neves, 2020) no FAGES: a publicação em língua portuguesa e a escolha por revistas nacionais. Esses elementos refletem expectativas de gerar uma discussão localizada nacionalmente, com pouca capacidade de tradução/difusão e baixo impacto das publicações em termos internacionais.

Além do que foi exposto até aqui, a fala de Sarita Gurgel desperta nossa atenção para o fato de que os artigos científicos são apropriados pelas mulheres, englobados e interpretados a partir de seus próprios enquadramentos e necessidades, o que nos leva a pensar que a circulação de textos publicados também é um importante momento de atribuição de significados e de disputas face ao que está escrito no papel. Para refletirmos sobre a apropriação de trabalhos acadêmicos por pessoas “leigas” com determinadas condições de saúde ou por associações que as representam, Carlos Novas (2006) apresenta a noção de “economia política da esperança”.

Essa noção, situada no bojo dos estudos contemporâneos sobre a biopolítica, reflete o modo como as associações de pacientes com condições genéticas específicas projetam esperança na formulação de curas ou terapias por parte da pesquisa biomédica, o que reorganiza os vetores de força implicados na promoção de saúde de pessoas e grupos. Esse arcabouço teórico adquire especial relevância ao enfatizar a dimensão eminentemente política da participação de grupos de pacientes na promoção de saúde, já que nos leva a notar a esperança para além de sua dimensão imaginativa, compreendendo-a também como algo “materializado através de uma gama de práticas sociais” (Novas, 2006, p. 290). Nesse sentido, os efeitos da economia política da esperança têm potencial de incidência não somente em contextos de produção de ciência, como também nas políticas de saúde formuladas a partir dessa produção.

Fleischer (2020) adota o conceito de Novas para refletir sobre o contexto da SCVZ em Recife. A autora discorre sobre uma “circulação de esperança” como um sentimento ou emoção que flutua, a depender de configurações momentâneas de maior ou menor acesso, por exemplo, a terapias reabilitadoras, tecnologias assistivas e consultas. Já Steven Epstein (1995) explora a participação “leiga” na pesquisa biomédica, trazendo o contexto empírico do ativismo de pacientes diante de testes clínicos que avaliam a eficácia e segurança de medicamentos para Aids, nos Estados Unidos.

O autor apresenta elementos para entendermos como o ativismo em torno da Aids atingiu uma “conversão em massa de ‘vítimas’ da doença em ‘ativistas-especialistas’” (Epstein, 1995, p. 414, tradução livre), contextualizando-o nos chamados “novos movimentos sociais” – movimentos marcados por lutas em torno de formas culturais, pelo foco nos valores de autonomia e identidade e pela capacidade reflexiva para articular respostas com o saber científico. Além disso, Epstein ilumina estratégias empenhadas por esses ativistas para a construção de sua credibilidade no interior da arena de expertise credenciada.

Uma dessas estratégias diz respeito à aquisição de habilidades de familiarização com a linguagem e cultura da ciência médica: por meio da presença em conferências científicas, questionamento de protocolos de estudo e aprendizados com profissionais dentro e fora do movimento social, os ativistas incorporaram informações técnicas sobre, por exemplo, o ciclo de replicação viral do HIV. Dominando conhecimentos da linguagem biomédica, eles passaram então a disputar espaços marcados pelas normas e discursos da ciência.

Epstein mobiliza também as características desse grupo social que tornaram possível a disputa entre “o público” e “os experts”. Nesse sentido, o autor sublinha que o ativismo em torno da Aids nos Estados Unidos foi marcado pela presença de considerável “capital cultural” – tipologia que se refere a “disposições cultivadas para apropriação de conhecimento e cultura” (Epstein, 1995, p. 415, tradução livre). Os grupos formados principalmente por pessoas LGBTQIA+ – protagonistas desse ativismo – eram compostos não apenas por indivíduos cujos marcadores sociais de raça, classe e gênero indicavam privilégios, mas também por intelectuais e especialistas de diversas áreas, o que ampliou significativamente sua capacidade de contestar o discurso biomédico.

Já a epidemia de SCVZ no Recife atingiu principalmente mulheres negras, moradoras das periferias e de baixa escolaridade, sobre quem recaiu o maior peso decorrente da emergência (Silva; Matos; Quadros, 2017). No entanto, podemos refletir que as famílias afetadas pela SCVZ no Recife se beneficiaram do “capital cultural” anteriormente construído pela Aliança de Mães e Famílias Raras (AMAR), por exemplo. Como mostram Scott e colegas (2017), essa associação foi fundada em 2013 – período anterior à epidemia de Zika – com o objetivo principal de acolher mães de crianças com síndromes raras e, portanto, já possuía um expressivo histórico de ações de apoio às cuidadoras de crianças com deficiência e de atuação política junto a autoridades locais.

Sua influência não se deu somente no âmbito da luta pelos direitos de pessoas com deficiência, mas também no movimento de mulheres. Em 2017, quando a União de Mães de Anjos (UMA) foi fundada a partir da associação de “mães de micro” – como as mães de crianças com a SCVZ passaram a se chamar –, essa segunda associação se desenvolveu de modo similar à AMAR, “mobilizando noções de empoderamento relacionadas ao ativismo político e à possibilidade de assumir uma identidade historicamente estigmatizada” (Scott et al., 2017, p. 85).

2. O TEMPO DA RESPOSTA À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Considerando que Recife foi o epicentro da epidemia do vírus Zika no Brasil, a ordem científica global, representada, nesse caso, por especialistas da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), convocou um Comitê de Emergência sob as Regulações de Saúde Internacionais. Esse comitê, após obter aconselhamento acerca da forte suspeita de associação entre a infecção pelo vírus Zika e o aumento de casos de malformações fetais, “concordou haver a necessidade urgente de se coordenar esforços internacionais para investigar e compreender melhor essa associação”.

Nesse sentido, a “resposta científica” esperada pela OPAS consistiu em gerar evidências sobre o sequenciamento genético e os efeitos clínicos de diferentes variantes do vírus Zika, a neuropatologia da microcefalia, a condução de estudos de caso-controle e coortes e o desenvolvimento de modelos animais para estudos experimentais. Ou seja, pela comunidade central da ciência (Neves, 2020), era esperada uma resposta biomédica. A publicação no MERG, portanto, teve que se adequar a este tempo emergencial, mas, ao mesmo tempo, mantendo um critério de qualidade, como a epidemiologista Ana Catarina Bastos nos contou em entrevista:

A gente procurou estar muito harmonizado com esse tempo, a necessidade de dar respostas. Nem sempre a gente conseguiu. E vocês veem que tem muita gente escrevendo sobre a microcefalia sem ter nunca visto microcefalia nada. [...] Porque vai para o computador, tem facilidade, publica, é editor de uma revista. A gente, não. A gente queria ter uma coisa mais consistente. Então tinha essa coisa do tempo, queríamos estar alinhados com o tempo do serviço de saúde e dar respostas à academia, dar respostas à população, mas com consistência (Ana Catarina Bastos, entrevista concedida à autora, 2025).

A fala da interlocutora nos leva a pensar em dois aspectos centrais das publicações do MERG: oferecer uma resposta consistente em tempo adequado, mas sem desconsiderar os diferentes atores sociais que demandavam essa resposta – não somente a comunidade científica internacional, mas também a população e o serviço de saúde locais. A partir desses dois aspectos (consistência e abrangência), destaco que a escolha das revistas e da língua de publicação seguiu um padrão nesse grupo de pesquisa: mirou prioritariamente revistas de alto fator de impacto, internacionais e na língua hegemônica da ciência, o inglês.

Renato Ortiz (2003) aborda a dominância da língua inglesa na contemporaneidade, sublinhando uma distinção entre “inglês como língua internacional” e “inglês como língua global”. O autor se posiciona de modo contrastante ao difusionismo de Kroeber – inspirador de trabalhos de linguistas na segunda metade do século XX –, que postula a transmissão de conteúdos culturais de uma população para outra a partir de uma clara separação entre interno e externo. Na perspectiva difusionista, a língua inglesa seria irradiada

de um centro e recebida em um ponto de chegada como língua “estrangeira”, caracterizando uma situação de contato entre duas culturas. Para Ortiz, a globalização redefine esse ordenamento de forças, e o inglês passa a “constituir-se em um idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo” (Ortiz, 2003, p. 10). Nesse sentido, o idioma deixa de figurar como língua internacional, que irradia de uma nação central para outras, e passa a ser visto como língua global, desterritorializada e ressignificada em suas múltiplas situações de uso.

Ortiz também desenvolve reflexões em torno do inglês como a língua da ciência, situando o advento dessa supremacia na constituição da “sociedade da informação”, datada da segunda metade do século XX e caracterizada pela aliança entre desenvolvimento científico e tecnológico nos Estados Unidos. Ao apresentar um conjunto de dados quantitativos gerados em séries históricas do século mencionado, o autor destaca: 1) o crescimento exponencial de artigos publicados em língua inglesa; 2) a prática de referenciar quase exclusivamente trabalhos escritos nessa língua; 3) uma ignorância sistemática da produção em língua não inglesa por parte das bases de dados científicas. Desse modo, Ortiz aponta que o reconhecimento internacional de um corpus literário para que este opere como padrão de referência depende de sua disponibilidade em inglês, dinâmica ligada também às noções de prestígio na ciência. Outro ponto relevante abordado pelo autor é a importância dada, pelas revistas de alto fator de impacto, às “informações de primeira mão”, inéditas, que refletem descobertas recém-feitas.

A partir dos elementos expostos, é possível perceber que, para atuar como padrão de referência frente à comunidade central da ciência, o MERG priorizou as revistas de alto fator de impacto e a escrita em língua inglesa. Em termos do tempo emergencial da epidemia de Zika, o inglês torna-se favorável, não só por seu caráter instrumental, mas também por sua capacidade de “representar a informação liberada dos aspectos não informacionais da linguagem” (Ortiz, 2003, p. 14), maximizando uma comunicação “neutra”. O tempo emergencial também se coaduna com a noção de ineditismo: respostas biomédicas são requeridas, e as novas descobertas alimentam o sistema internacional da ciência.

Apesar desse padrão geral escolhido pelo MERG, alguns artigos diversificaram o estilo de comunicação dos achados do grupo, abrangendo mais atores sociais como destinatários. Observemos mais uma fala de Ana Catarina Bastos para entender isso:

Há os dois artigos de caso-controle⁶, nós queríamos uma revista de maior impacto. Foi no Lancet as duas. Já aquele [artigo] que eu escrevi, eu quis deixar registrado para o público brasileiro como foi essa construção [do conhecimento] aqui. É, ela tem em inglês também. Décadas atrás, eu tinha feito [um artigo (Braga, Albuquerque e Moraes, 2004)] que era [sobre] o gap entre a pesquisa e a incorporação numa política pública de saúde. E eu escrevi sobre a filaríose. Então, o editor [da revista Cadernos de Saúde Pública] disse “não, vamos publicar em inglês.” [Na época], eu disse: “eu não quero, sabe por quê? Eu quero que os gestores dos municípios, dos estados, leiam esse artigo. Então, se for em inglês, muitos não vão ler”. Então, tinha essa peculiaridade. Mas, fora o meu [artigo (Albuquerque *et al.*, 2018)], que fala sobre como se construiu o conhecimento sobre a Zika, eu acho que a gente procurou revistas de alto impacto porque era um hábito, um critério de publicar em revistas confiáveis, que tenham um board, que tenham um comitê editorial (Ana Catarina Bastos, entrevista concedida à autora, 2025).

É interessante notar que Renato Ortiz (2003) não só chama atenção para as condições de idioma que o sistema internacional da ciência impõe para que um corpus literário seja alçado a padrão de referência, mas também sinaliza uma consequência dessa dinâmica para países do “Terceiro Mundo”. Essa consequência consiste em transitar entre atividades “locais” e “universais”, o que fica evidente na fala de Ana Catarina.

Em grande parte dos momentos, a prioridade do MERG foi a aquisição de visibilidade na cena mundial, concentrando ações na ciência de “elite”, publicando em revistas internacionais “confiáveis, com um board, com um comitê editorial”. Contudo, em outros momentos, o grupo concentrou-se em atividades “locais”, escrevendo em idioma nacional e publicando em revistas do país. É possível dizer, portanto, que o MERG realizou, majoritariamente, um direcionamento prático de suas ações no sentido de centralizá-las, produzindo “identidade central” (Neves, 2020) na ordem hierarquizada da ciência. No entanto, podemos falar em um trânsito entre identidades, pois, quando escreveu em português e publicou em revistas nacionais, produziu “identidade periférica”.

Um exemplo desse direcionamento prático do MERG ao escolher, em determinadas situações, a “identidade periférica” está na escrita de um artigo sobre a construção do conhecimento epidemiológico no grupo. A referida publicação foi feita em 2018, após os dois artigos de caso-controle serem divulgados e circulados; ou seja, ela surge em um momento em que o conhecimento produzido pelo MERG já gerou consenso entre a comunidade científica e a situação emergencial passou por um certo arrefecimento. O título do artigo é “Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia” (Albuquerque *et*

⁶ Os “casos” se referem às crianças diagnosticadas com a SCVZ enquanto os “controles”, às crianças (expostas ou não ao vírus) nascidas saudáveis no mesmo dia e local que as primeiras.

al., 2018). Considero esse trabalho especialmente significativo para análise, pois, como mencionado por Ana Catarina, trata-se de uma publicação voltada para o público brasileiro, o que me leva a lançar a hipótese de que ela funciona para comunicar um legado do MERG a gestores, profissionais da saúde e àqueles que futuramente possam enfrentar outras epidemias de arboviroses ou emergências sanitárias em solo nacional.

Além disso, pistas como o título do trabalho e a revista em que ele está divulgado revelam uma publicação mais dialógica, com uma perspectiva ampliada de saúde. Ao mencionar tal perspectiva, refiro-me àquela apresentada por Porto e Garrafa (2011) em trabalho que trata das influências da Reforma Sanitária Brasileira para o desenvolvimento das bioéticas brasileiras. Nessa perspectiva, incorpora-se a dimensão social para a compreensão dos processos de saúde e adoecimento da população, em que aspectos referentes à qualidade de vida de indivíduos, grupos e populações passam a ser considerados tão relevantes para a saúde quanto os recursos terapêuticos biomédicos. Desse modo, a “construção do conhecimento em epidemiologia” remete aos estudos sociais da ciência epidemiológica, e a Cadernos de Saúde Pública apresenta um escopo que conecta estudos quantitativos e qualitativos nas investigações sobre saúde e adoecimento. Como veremos adiante, a estrutura do texto e a linguagem empregada pelos autores também nos conduzem à ideia de produção dialógica.

O discurso científico hegemônico é marcado por uma separação entre matéria científica e forma verbal (Ortiz, 2003). A linguagem, nessa perspectiva, é mero instrumento de suporte para a transmissão da informação científica e deve, portanto, apresentar-se da forma mais transparente e neutra possível. No caso dos escritos do MERG, esse modo de apresentação da linguagem está ligado ao padrão de seções que segue a norma “Introdução – Materiais e Métodos – Resultados – Discussão”. A estrutura do artigo que trata da construção do conhecimento em epidemiologia não segue essa norma: o ensaio é dividido em seis seções com títulos diversos que remetem a contextualizações sobre como se percebeu a epidemia de microcefalia em Recife, como a ciência foi acionada para responder a ela, quais foram os antecedentes que levaram à hipótese de relação entre a infecção pelo vírus e a microcefalia e como se deu o teste dessa hipótese. Destaco aqui um excerto da primeira seção do trabalho, intitulada “Vivendo a epidemia de microcefalia”:

Neste ensaio, registramos as primeiras descobertas científicas que permitiram caracterizar a nova síndrome de Zika congênita e os desdobramentos em pesquisas epidemiológicas. Contamos esta história sem o distanciamento pretendido pelos artigos científicos, mas como pesquisadores atuando no epicentro dessa epidemia (Albuquerque *et al.*, 2018, p. 2).

Rememorando algumas das contribuições teóricas de James Clifford (Clifford; Marcus, 2016), a etnografia é um fenômeno interdisciplinar dotado de retórica e política próprias. O ensaio publicado na CSP pelo MERG não é uma etnografia; no entanto, ele compartilha com esse escrito antropológico o fato de ser um relato, um “registro”, nas palavras dos autores. A utilização da estratégia literária de “contar uma história” remete a um procedimento retórico que contextualiza os elementos que estavam em jogo para a construção do conhecimento epidemiológico do grupo. Quando os autores afirmam que fazem este registro “sem o distanciamento pretendido pelos artigos científicos, mas como pesquisadores atuando no epicentro dessa epidemia”, relembro a noção de “parcialidade” introduzida por Clifford, que nos leva à ideia de que “verdades etnográficas são inerentemente parciais – engajadas e incompletas” (Clifford; Marcus, 2016, p. 38). Ao aplicarmos essa ideia ao contexto das verdades epidemiológicas, podemos refletir sobre duas estratégias literárias.

Numa estratégia de “equiparação”, rompe-se com a operação que instaura uma relação rígida e desigual entre pesquisador e objeto, comumente percebida nos artigos biomédicos. Os autores se situam como pessoas que, assim como seus concidadãos moradores de Recife, também estavam experienciando a emergência sanitária a partir de seu epicentro, estratégia discursiva que, de modo não tão evidente, toma a contemporaneidade como pressuposição fundadora (Pacheco de Oliveira, 2013) e, portanto, equipara e simetriza, em certa medida, os atores sociais.

Já numa estratégia de “diferenciação”, a demarcação da posição de “pesquisador” neste cenário nos permite refletir sobre pertencimentos institucionais e posicionamentos políticos que guiaram as práticas desses cientistas localmente, já que, como nos lembram Scott *et al.*, “a declaração de emergência exige uma pujança e projeta as ciências da vida para assumir uma responsabilidade de mostrarem-se capazes” (Scott *et al.*, 2017, p. 37). Nesse sentido, afastamo-nos da ideia do cientista como aquele localizado numa plataforma privilegiada de observação, e o percebemos como ator social atravessado também pelo impulso e sentimento de convocação para representar uma ciência recifense capaz de responder à altura que essa emergência demandava.

3. TECENDO COMPARAÇÕES ENTRE FAGES E MERG

Considerando que a resposta científica esperada pela OPAS consistiu em uma resposta biomédica, isso teve implicações não só para o tempo de publicação, mas também para uma série de outras escolhas feitas em ambos os grupos analisados. Para o FAGES, podemos dizer que essa dinâmica implicou na instauração de um “regime de administração da irrelevância”: as metodologias empregadas revelam pouco valor atribuído à publicação imediata de resultados e à universalização dos discursos; quando surge o desejo de “levantar a discussão rápido”, como apontado por Sarita, a “resposta em nível científico” tem como objetivo incidir politicamente em um contexto restrito, nacional, atuando em conjunto com uma economia política da esperança (Novas, 2006) ou auxiliando ativistas-especialistas (Epstein, 1995) afetados pela epidemia de Zika na luta por direitos.

Já no MERG, a demanda por uma resposta científica alinhada ao modelo da comunidade central da ciência reforçou o hábito do grupo de “publicar em revistas confiáveis”, como relatado por Ana Catarina. Esse hábito é orientado por valores e procedimentos de “administração da relevância” (Neves, 2020), nos quais o conhecimento gerado é assumido positivamente, com expectativas de reconhecimento, circulação internacional e aceite para publicação. Podemos falar em produção de “identidade central”, propiciada também pelo uso da língua inglesa, língua “franca” da ciência (Ortiz, 2003; Álvares, 2016), que maximiza a informação e, no contexto das ciências “duras”, permite uma redução da linguagem para que o foco esteja na maior abrangência da informação, a ser transmitida no menor tempo possível. Contudo, também se observa um trânsito entre identidades no MERG, ora central, ora periférica; ora desempenhando atividades “locais”, ora “universais”, já que algumas publicações, mesmo que minoritárias, ocorreram em português, em revistas nacionais, com uma abordagem dialógica que diminui a distância entre sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em apresentar uma faceta da mobilização científica gerada a partir da epidemia do vírus Zika em Recife/PE: a escrita e a publicação de artigos científicos. Mostrei, amparada em Neves (2020), que a prática científica é uma atividade constituída por relações hierárquicas que caracterizam o sistema internacional da ciência, estabelecendo relações entre centro e periferia. A noção de “comunidade central da ciência”, nesse sentido, auxiliou na problematização da categoria “resposta em nível científico” nos dois grupos de pesquisa, demonstrando em ambos aproximações e distanciamentos também com o “regime de administração da irrelevância”. Defendi a análise dos artigos científicos a partir dos ESCT, pois considero que os “resultados [da produção científica] são transformados em produtos para que possam circular no meio acadêmico e também fora dele” (Allebrandt e Caetano, 2023, p. 201), gerando consequências concretas, no caso da epidemia de Zika, para as pessoas afetadas por essa emergência.

Para sugerir que futuros trabalhos sigam tomando a escrita científica como foco de análise a partir dos ESCT, sinalizo alguns caminhos que não puderam ser aprofundados neste artigo e que merecem atenção. No que tange à temporalidade de um trabalho etnográfico, é possível explorar uma historicidade dessa temporalidade, ou seja, refletir sobre como um contexto epidêmico recente, em um país do Sul global, produz um tempo de produção do conhecimento antropológico diferente daquele produzido em contextos coloniais e eurocentrados – tarefa para a qual Rajan (2021) e Marcus e Fischer (1999) podem contribuir. Um segundo ponto que pode ser melhor analisado é o modo como o tempo de urgência parece prover um cenário especialmente fértil para aproximações ou “misturas” entre as ciências biomédicas e as ciências sociais (Valim; Fleischer, 2025). Por fim, destaco a relevância de que futuros trabalhos antropológicos sobre a escrita de artigos científicos aprofundem o tema da reflexividade, considerando as contribuições de Haraway (1995) e Manica (2020).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria de Fatima Pessoa Militão de et al. Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, 2018.
- ÁLVARES, Sílvia. A Ciência fala inglês? Em tempos de mudança. *Nascer e Crescer - Birth and Growth Medical Journal*, v. 25, n. 3, p. 133-135, 2016.
- BRAGA, Cynthia; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. Militão; MORAIS, Heloísa Mendonça de. A produção do conhecimento científico e as políticas de saúde pública: reflexões a partir da ocorrência da filariose na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 2, p. 351-361, 2004.
- CAETANO, Hellen; ALLEBRANDT, Débora. Mapeando controvérsias em produtos científicos: o caso da Cannabis no Brasil. In: PEDRO, Wilson José Alves et al. *Novas agendas científicas para sociedades em transformação*. Campinas: Pontes Editores, p. 184-205, 2023.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Univ. of California Press, 2023.
- DINIZ, Debora. *Zika: Do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. *Science, Technology, & Human Values*, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.
- FLEISCHER, Soraya. Circulação de esperança em tempos de Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife/PE. In: ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia; NASCIMENTO, Pedro (Orgs.). *Desigualdades e Políticas da Ciência*. 1. ed. Florianópolis/SC: Casa Verde, v. 1, p. 325-362, 2020.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1 e 2, 2007.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LIRA, Luciana Campelo; PRADO, Helena. Nossos filhos não são cobaias: objetificação dos sujeitos de pesquisa e saturação do campo durante a epidemia de Zika. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 22, p. 96-131, 2020.
- MANICA, Daniela. Simpoiese com as CeSaM e práticas etnográficas. In: ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia; NASCIMENTO, Pedro. *Desigualdades e Políticas da Ciência*, p. 25-46, 2020.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael. *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. University of Chicago Press, 1999.
- MATOS, Silvana Sobreira; SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da. “Nada sobre nós sem nós”: associativismo, deficiência e pesquisa científica na Síndrome Congênita do Zika vírus. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 22, n. 2, p. 132-168, 2020.
- NEVES, Fabrício Monteiro. A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 19 p., 2020.
- NOVAS, Carlos. The political economy of hope: Patients' organizations, science and biovalue. *BioSocieties*, v. 1, n. 3, p. 289-305, 2006.
- ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, p. 5-22, 2004.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: BIANCO, Bela Feldmann (org.). *Desafios da Antropologia brasileira*. Editora ABA, p. 47-74, 2013.

PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. suppl 1, p. 719-729, 2011.

RAJAN, Kaushik Sunder. *Multisituated: Ethnography as diasporic praxis*. Duke University Press, 2021.

SCOTT, Russell Parry *et al.* A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados. *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 3, n. 2, 2017.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da; MATOS, Silvana Sobreira de; QUADROS, Marion Teodósio de. Economia Política do Zika: Realçando relações entre Estado e cidadão. *Revista Antropológicas*, 2017.

VALIM, Thais; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Misturas: Histórias de pesquisas sobre o vírus Zika*. Rio de Janeiro: Telha, 2025.

VALLE, Isadora Sipp. *"Fome de pesquisador": O artigo científico como sistema de verdade sobre a epidemia de vírus Zika em Recife/PE*. Monografia [Bacharelado em Antropologia]. Orientadora: Soraya Fleischer. Brasília: UnB, 2023.

ZANELLA, Eduardo Doering. Dado coletado, sujeito fabricado: "drogas" e "objetividade" em um empreendimento de pesquisa médico-científico. Pós - *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, 2014.

CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A PESQUISA EM SAÚDE EM RECIFE/PE

*Science and responsibility: an Anthropological Study
on Health Research in Recife, Brazil*

*Ciencia y Responsabilidad: un estudio antropológico
sobre la investigación en salud en Recife, Brasil*

MARIANA PETRUCELI¹
ORCID: 0009-0009-2997-8655

RESUMO

A partir de dados coletados durante trabalho de campo na Região Metropolitana de Recife em maio de 2022, este ensaio investiga as responsabilidades assumidas por uma equipe de pesquisadores do Zika Vírus e como essas responsabilidades se relacionam com a compreensão de ciência por eles compartilhada. Ancorado nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCTs), o texto explora como diferentes concepções de ciência orientam as práticas dos pesquisadores e moldam suas respostas à epidemia. Nesse processo, discute-se a tentativa de construção de uma ciência responsável, atenta não apenas à produção do conhecimento, mas também aos sujeitos e ao contexto nos quais a pesquisa se insere.

Palavras-chave: Antropologia da Ciência; Zika; Recife; Responsabilidade; Saúde.

ABSTRACT

Based on data collected during fieldwork in the Metropolitan Region of Recife in May 2022, this essay investigates the responsibilities assumed by a team of Zika Virus researchers and how these responsibilities relate to their shared understanding of science. Anchored in the framework of Science and Technology Studies (STS), the text explores how different conceptions of science shape researchers' practices and influence their responses to the epidemic. In this process, it discusses the attempt to construct a responsible science, one that is attentive not only to knowledge production but also to the subjects and the context in which the research takes place.

Keywords: Anthropology of Science; Zika; Recife; Responsibility; Health.

RESUMEN

A partir de datos recolectados durante el trabajo de campo en la Región Metropolitana de Recife en mayo de 2022, este ensayo investiga las responsabilidades asumidas por un equipo de investigadores del Virus del Zika y cómo estas responsabilidades se relacionan con su comprensión compartida de la ciencia. Basado en los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología (ESCT), el texto explora cómo diferentes concepciones de la ciencia orientan las prácticas de los investigadores y moldean sus respuestas a la epidemia. En este proceso,

¹ Mestranda no Programa de Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Antropóloga e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, atualmente mestranda no Programa de Antropologia Social da mesma instituição. Tem interesse em temas relacionados à produção científica, ciência e saúde e na relação entre pesquisadores e sujeitos. E-mail: mariana.petruceli@gmail.com

se discute el intento de construir una ciencia responsable, atenta no solo a la producción de conocimiento, sino también a los sujetos y al contexto en el que se inserta la investigación.

Palabras clave: Antropología de la Ciencia; Zika; Recife; Responsabilidad; Salud.

1. INTRODUÇÃO

A epidemia do Zika teve grande impacto no Nordeste brasileiro, especialmente em Pernambuco, onde surgiram os primeiros casos de microcefalia. A crise sanitária mobilizou rapidamente o serviço público de saúde, com pesquisadores e especialistas desencadeando esforços nacionais e internacionais para compreender e conter a epidemia. Com a comprovação da relação entre o vírus e a microcefalia em novembro de 2015, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), seguida, em 2016, pela categorização da epidemia como Emergência Internacional pela OMS (Diniz, 2016). Isso ampliou o interesse científico por Zika, impulsionando investimentos e fomentando pesquisas sobre o vírus e seus impactos na saúde. Em 2019, Aissa Simas (2020) mapeou 99 projetos sobre Zika apenas na Região Metropolitana de Recife, ilustrando o rápido crescimento da produção científica. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir da ideia de “janela de oportunidades” (Jasanoff, 2012), segundo a qual crises sanitárias criam condições favoráveis ao avanço da ciência e à captação de recursos.

Entretanto, o avanço das pesquisas não ocorreu sem tensões: por um lado, a ciência ofereceu respostas biomédicas e epidemiológicas essenciais, por outro, a relação com as famílias afetadas enfrentou desafios. Estudos antropológicos destacam frustrações das mães quanto à falta de retorno sobre exames, dificuldades de comunicação e ausência de compartilhamento de prontuários (Fleischer e Lima, 2020; Lira e Prado, 2020). Somam-se a isso fatores estruturais, como a precariedade do transporte público e a má distribuição dos centros de saúde, que dificultaram a participação contínua nas pesquisas (Lima e Souza, 2020).

Até então a produção antropológica se concentrou nas experiências das famílias (Valim, 2017; Carneiro e Fleischer, 2018; Alves, 2020) e nas associações formadas por elas (Scott, 2018). No entanto, como os próprios cientistas vivenciaram essa crise? Que concepções de ciência orientaram suas práticas? Como lidaram com as tensões entre produção de conhecimento e relação com as famílias? Este artigo acompanha pesquisas emergentes (Fleischer, 2021; Simões, 2022) e propõe um deslocamento de olhar para os cientistas envolvidos nos estudos sobre Zika. A partir do encontro com um grupo de pesquisa em Recife, investigo como os pesquisadores concebiam suas responsabilidades científicas, institucionais e sociais, e como essas concepções influenciaram suas práticas.

Ancorada nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCTs), exploro como diferentes modelos de ciência estruturaram as práticas dos cientistas do Zika, evidenciando a intersecção entre posições institucionais, redes de pesquisa e compromissos éticos. Como destacam Brian Wynne (1991) e Sheila Jasanoff (1998; 2005), a responsabilidade na ciência deve ser analisada dentro de um contexto mais amplo de relações sociais e políticas. Assim, este artigo se insere no debate sobre produção de conhecimento e responsabilidade científica em crises sanitárias, examinando as práticas e os dilemas dos cientistas na construção das “Ciências do Zika”. Nos próximos tópicos, apresento o cenário da pesquisa científica em Recife, minha entrada em campo e a estruturação das responsabilidades assumidas por essa equipe.

2. A PESQUISA DO ZIKA EM RECIFE

A epidemia de Zika em Recife afetou majoritariamente famílias de baixa renda, pretas e pardas, com baixa escolaridade e moradoras de bairros historicamente negligenciados pelo Estado (Moreira e Mendes, 2018). À época, uma diferente gama de atores se mobilizou para buscar compreender essa “nova” doença e suas repercussões reprodutivas: profissionais de saúde, pesquisadores de diversas especialidades, servidores do estado.

De início, a reação institucional e governamental fomentou o surgimento de inúmeras pesquisas em institutos estatais, privados, nacionais e internacionais. Com isso, cientistas e profissionais da saúde de diferentes especialidades se organizaram para formular uma resposta científica para o aumento de casos de microcefalia e o surgimento de uma arbovirose ainda desconhecida pela ciência brasileira. Posteriormente, após o estabelecimento da correlação entre a infecção do vírus Zika e a síndrome congênita, mais cientistas adentraram o campo de pesquisa sobre o Zika Vírus e a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCVZ). Esse “boom” de pesquisas ocorreu especialmente após o decretamento de Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) – e posteriormente de importância internacional (ESPII).

De acordo com Matos e Silva (2020), isso ocorre, em parte, devido ao crescente fomento a pesquisas realizadas não apenas pelo estado de Pernambuco, mas também no âmbito federal e por agências/organismos internacionais e fundos privados. Desse modo, a capital pernambucana foi palco de empreendimentos científicos variados, com grupos igualmente sortidos, por vezes integrados por médicos de diferentes especialidades, assistentes sociais, cientistas sociais e profissionais da reabilitação – tais como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos etc. Entre os anos de 2015 e 2018, havia cerca de 90 projetos de pesquisa relacionados ao tema apenas na Região Metropolitana de Recife (Simas, 2020).

Somado a isso, como descrito por Débora Diniz (2016), as famílias também estavam produzindo conhecimento – nesse caso experiencial – em relação à epidemia de Zika. Com base no saber adquirido no cotidiano com as crianças, as famílias produziam o que a pesquisadora denomina de “ciência doméstica”. Esse conhecimento, assim como o dos cientistas, circulava entre grupos e associações de mães, mas também nos encontros com especialistas, contribuindo para a construção de uma resposta à epidemia em curso.

A resposta científica foi formulada a partir do encontro da classe científica com essa parcela da população a partir de mutirões de saúde, pesquisas clínicas e acompanhamento periódico em projetos que, na maior parte do tempo, mesclavam a assistência clínica e a pesquisa científica. No entanto, a relação entre esses dois principais atores na construção das Ciências do Zika foi permeada de desencontros e insatisfações, principalmente do lado das famílias.

Com o passar do tempo e o avanço das pesquisas científicas, as mães de crianças com microcefalia passaram a se queixar de aspectos da relação com a ciência e os pesquisadores, como a falta de compartilhamento dos resultados de exames, a ausência de respostas sobre a síndrome, a dificuldade de comunicação com os pesquisadores, entre outros. Como demonstra Soraya Fleischer (2022), nessa intensa construção de relações científicas, as famílias passaram a formular suas próprias análises sobre o que seria uma “boa ciência” ou uma “boa cientista”. Por outro lado, quando vivenciavam experiências insatisfatórias, algumas famílias começaram a evitar convites para integrar novas empreitadas científicas e, inclusive, a abandonar projetos já em andamento. Esses pontos estão no centro das queixas dos pesquisadores do Zika, que enfrentaram dificuldades para prosseguir com seus projetos devido à debandada das famílias.

Isso demonstra que as famílias estavam atentas e não se contentavam com qualquer tratamento por parte dos especialistas. Buscavam uma boa comunicação na relação médico-paciente, a tradução de resultados dos exames aos quais seus filhos eram submetidos, atenção e carinho no tratamento com seus bebês e acolhimento por parte dos profissionais de saúde. A noção do que seria uma “boa ciência” e uma “má ciência” já era nítida entre as famílias. Mas, e os cientistas? Eles se questionavam sobre suas práticas? Como isso se desdobrava no cotidiano das pesquisas/atendimentos? Na próxima seção, apresentarei minha entrada em campo e meu encontro com profissionais/pesquisadores da saúde que atuaram diretamente com as famílias anteriormente citadas.

3. ENTRANDO EM CAMPO

O que hoje conhecemos por Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCTs) tem muito a agregar nos estudos do campo de conhecimento que foi desenvolvido para estruturar uma resposta científica à epidemia do ZIKV na capital pernambucana. A começar pelo desenho do meu próprio campo de pesquisa: à luz da teoria latouriana, compreendi que, para contribuir para a abertura da “caixa-preta” das Ciências do Zika, seria necessário delimitar o campo antropológico não geograficamente, mas sim no formato de uma rede (Latour, 2000)². Por isso, a primeira atividade que eu e minha colega Thais Valim³ enfrentamos foi a de realizar uma extensa pesquisa ao Lattes para encontrar, entre as publicações e projetos dos cientistas conhecidos, mais atores dessas redes. Somado a isso, buscamos também pedir recomendações aos próprios cientistas e entrevistar seus orientandos e orientadores, colegas de pesquisa, etc., de modo que, em minha viagem ao Recife em maio de 2022, entrevistei 16 cientistas que se organizaram em quatro diferentes grupos de pesquisa.

Com o mapeamento realizado e as entrevistas marcadas via e-mail ou Whatsapp, eu e minha colega passamos duas semanas rodando pela capital pernambucana. A maior parte das entrevistas foi realizada no local de trabalho dos pesquisadores, visitamos hospitais públicos, salas de terapia, clínicas particulares, ambulatórios, salas de repouso e recepções de centros de saúde. Depois de aplicarmos um roteiro semiestruturado com questões individuais para

² Em um projeto anterior voltado para a compreensão da perspectiva das famílias sobre a epidemia do Zika, algumas pesquisadoras do projeto que integro tiveram encontros pontuais com alguns poucos profissionais da saúde. Esses encontros e o posterior compartilhamento de dados me auxiliaram a construir a minha rede de contatos e facilitaram a realização de entrevistas.

³ À época, Thais era doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília e coordenadora do projeto que integrei.

cada um de nossos interlocutores, pude observar que a relação entre o pesquisador e aqueles que são pesquisados variava muito de projeto para projeto e até mesmo entre integrantes da mesma equipe.

Percebi também que os cientistas tinham diferentes concepções sobre o fazer científico, o que evidenciava as divergências em torno de como deveriam ser conduzidas as Ciências do Zika. Além disso, alguns dos diferentes grupos de pesquisa estavam cientes uns dos outros e, em alguns casos, faziam questão de se diferenciar durante as entrevistas. Essa diferenciação nem sempre ocorria de forma neutra, pois certos pesquisadores explicitamente apontavam práticas que consideravam inadequadas, evidenciando um debate interno sobre o que constituiria boas ou más práticas científicas.

Desse modo, encontrei um tema cuja apresentação nas entrevistas me suscitou especial curiosidade e me auxiliava a entrar nesse campo de análise: as responsabilidades que os cientistas assumiam (ou não) em suas práticas. Escolhi essa entrada porque as responsabilidades estão diretamente relacionadas aos modelos de ciência, que, por sua vez, podem estar associados a papéis e posições sociais específicas desses cientistas em redes institucionais (Wynne, 1991, p. 114). Muitos dos meus interlocutores, aliás, acumulavam uma variedade de papéis e posições institucionais e, por consequência, diversas responsabilidades. Além de atuarem pesquisadores em universidades ou instituições de pesquisa, eram também médicos e profissionais da saúde envolvidos na assistência clínica (pública ou privada), bem como professores, orientadores e coordenadores em universidades de renome na região.

A noção de responsabilidade nos ESCTs está fortemente conectada às motivações dos cientistas e dos atores que eles consideram na formulação de suas agendas. De modo geral, autores como Wynne (1991) e Jasanoff (1998; 2005) argumentam que as responsabilidades devem ser entendidas em um contexto mais amplo de relações sociais e políticas e que a tomada de decisões em ciência e tecnologia deve considerar os valores e interesses das partes interessadas envolvidas – no caso da Zika, as famílias afetadas. Essa perspectiva dialoga com abordagens mais antigas, como a de David Bloor (1976), um dos expoentes da Escola de Edimburgo, que defendia que as motivações dos cientistas são influenciadas por fatores sociais e culturais. Seu argumento faz coro a uma grande gama de autores que defende que o conhecimento científico é moldado pelas estruturas sociais e culturais.

Nesse caminho, críticas feministas à ciência expandem essa discussão ao destacar que o conhecimento não é apenas socialmente moldado, mas também está situado e atravessado por relações de poder. Autoras como Donna Haraway (1995) defendem a necessidade de vincular a ciência a objetivos e instrumentos teóricos e políticos que nos permitam reconhecer sua inserção nas dimensões sociais. Sua proposta de um “conhecimento posicionado” enfatiza a importância de se levar em conta as múltiplas perspectivas envolvidas na produção de conhecimento, rejeitando a ideia de uma ciência neutra e universal. Essas reflexões são fundamentais para compreender como meus interlocutores descrevem e assumem suas próprias responsabilidades, questão que abordarei nas próximas seções.

4. REDES DE PESQUISA E PRÁTICAS CIENTÍFICAS

Durante os dias de pesquisa de campo em Recife, tive contato com quatro grupos de pesquisa distintos. Embora alguns entrevistados também estivessem ligados a outros grupos, optei por focar naqueles em que consegui entrevistar um maior número de integrantes e, com isso, entender melhor suas práticas científicas. O que chamarei de Grupo 1 pertencia a uma instituição privada de saúde integral que, apesar de receber financiamento externo, funcionava como um centro de atendimento e pesquisa vinculado ao sistema público de saúde. Era o único grupo de iniciativa privada. Os demais estavam vinculados a uma das universidades públicas da região.

O Grupo 2 trabalhava diretamente no Hospital Universitário e contava com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas especialidades. O Grupo 3 também atuava no hospital, mas com uma equipe mais focada em gastroenterologia e nutrição. Por fim, o Grupo 4 desenvolvia sua pesquisa em salas e laboratórios do instituto de fisioterapia, dedicando-se à elaboração de protocolos fisioterápicos. Apesar da cooperação frequente entre cientistas, percebi uma interação mais intensa entre os Grupos 2 e 4. Esses dois grupos mantinham uma relação próxima, frequentemente encaminhando pacientes entre si e realizando ações conjuntas de forma recorrente.

Dentre os diversos grupos com os quais tive contato, escolhi me aprofundar em análises sobre as práticas do Grupo 2, que, além de sua inserção no contexto hospitalar, destacava-se por sua postura reflexiva em relação à própria produção científica. As integrantes da equipe possuíam um alto viés reflexivo, compreendendo sua produção científica como resultado de um contexto que as influenciava e que, simultaneamente, era por elas influenciado

(Martin, 1998). Esse grupo não apenas conduzia pesquisas e prestava assistência clínica, mas também se posicionava de forma crítica em relação ao fazer científico e à sua relação com a assistência e com os sujeitos da pesquisa.

Com esse grupo de pesquisa, deparei-me com uma ideia de ciência intimamente conectada à noção de responsabilidade – ou de uma ciência responsável, como denominou Donna Haraway (1995). Haraway propõe um conhecimento posicionado, que assume suas implicações éticas e políticas, rejeitando a neutralidade como um ideal absoluto. No contexto do Zika, essa noção se traduz em uma ciência que não apenas descreve a epidemia, mas que se compromete com os sujeitos afetados, incorporando suas críticas e demandas ao próprio desenho da pesquisa.

Como documentado anteriormente por outras antropólogas, as mães de crianças com SCVZ frequentemente criticavam abordagens biomédicas que viam seus filhos apenas como objetos de estudo, sem considerar suas necessidades mais urgentes. Para esse grupo de pesquisa, incorporar essas críticas significava repensar suas metodologias e prioridades, tornando a assistência não um elemento secundário, mas central para a própria pesquisa.

A ideia de uma ciência responsável esteve muito presente na entrevista que realizei com Berenice⁴, médica sanitária e uma das idealizadoras do grupo de pesquisa que fundou o Ambulatório de Zika no Hospital Universitário. Na entrevista que realizamos em sua sala no Instituto de Medicina Social, Berenice nos contou que a ciência deveria ser uma das responsáveis por mudar o contexto no qual se insere. Durante toda conversa, a médica sanitária denunciava “a necessidade de romper com a indiferença diante de um contexto que se anunciava já há muito tempo”, referindo-se à situação insalubre na qual vive grande parte da população, completamente exposta a arboviroses como Zika, Dengue, Chikungunya e Filariose.

Ao longo da entrevista, Berenice denuncia a falta de saneamento básico e acesso à água tratada por parte da população recifense. Numa rápida procura aos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referente ao ano de 2022, a estimativa é de que apenas 43,96% da população da capital recebe atendimento de coleta de esgoto. No artigo “A geografia social do zika” (2016), Jeffrey Lesser e Uriel Kitron apontam que, não coincidentemente, a população mais afetada pelo Zika se situava em bairros mais pobres com falta de saneamento básico. Para Berenice, a persistência desse quadro e a ausência de políticas públicas eficazes são evidências da negligência histórica do Estado e, por isso, ela defende a necessidade de “romper com a indiferença” diante desse contexto desigual de acesso a direitos básicos, como moradia digna e infraestrutura sanitária adequada.

Além disso, Berenice explicou que a criação do Ambulatório do Zika visava suprir uma lacuna na rede pública de saúde. Embora houvesse – à época – um número crescente de pesquisadores e profissionais interessados na epidemia e em seus desdobramentos, a oferta de serviços especializados permanecia limitada. Estudos realizados com as famílias afetadas confirmam essa realidade. Autor 1 e 2, por exemplo, descrevem o árduo itinerário terapêutico dessas famílias, que frequentemente precisavam percorrer longas distâncias pela cidade em busca de atendimento especializado ou da realização de exames para compor o diagnóstico de suas crianças.

Diante desses desafios sociais e sanitários, Berenice e as demais coordenadoras da equipe decidiram adotar uma abordagem de pesquisa-intervenção, articulando a produção científica com a assistência direta às famílias afetadas. De acordo com Berenice:

A socioanálise francesa trabalha com isso há muito tempo... Que é, talvez, a tentativa de recolocar a pesquisa em ação, mas a partir de uma clínica que se inventa e reinventa a cada instante, sabe? E de uma relação com as pessoas onde quem pesquisa e o “objeto”, entre aspas, pesquisado não se separem tanto assim, mas se influenciam mutuamente, se contaminem, no sentido bacana da palavra, se agenciem (Berenice, entrevista concedida à autora, 2022).

Essa abordagem se diferencia da adotada por outros grupos, que, embora também comprometidos com a assistência, mantinham uma separação mais nítida entre a pesquisa e a prática clínica. No caso do grupo de Berenice, essa separação era ativamente questionada, e a pesquisa-intervenção se tornou um meio de integrar conhecimento e cuidado em um mesmo processo. O compromisso com a pesquisa-intervenção levou Berenice e suas colegas a criarem, em 2016, no auge da epidemia, um Ambulatório especializado no atendimento às crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika. Para além de produzir conhecimento, o grupo percebia que era fundamental garantir o vínculo dessas crianças e suas famílias à rede pública de saúde, suprimindo a escassez de serviços especializados e a crescente demanda por atendimentos.

Para estruturar essa atuação, a pesquisa foi organizada em três eixos principais: o eixo biopsicossocial, o eixo de investigação neuroclínica e o eixo de redes integradas de atenção e políticas de saúde. Embora tenha percebido que

⁴ Os nomes apresentados neste trabalho são pseudônimos escolhidos para preservar a identidade dos cientistas entrevistados.

esses eixos coexistissem na prática, foi possível compreendê-los com maior clareza em campo, o que me permitiu entender como cada um deles expressava diferentes concepções de responsabilidade assumidas pelo grupo. A seguir, apresentarei cada um desses eixos e suas implicações na organização do Ambulatório e as respostas que a equipe buscava oferecer.

5. AS RESPONSABILIDADES

À medida que aprofundava minhas pesquisas no Ambulatório do Zika, ficava cada vez mais evidente que a noção de responsabilidade era central para a forma como as pesquisadoras organizavam suas práticas. No entanto, essa responsabilidade era polissêmica: diferentes profissionais atribuíam a ela sentidos diversos, dependendo de seus campos de atuação e das demandas específicas que enfrentavam. A estrutura do Ambulatório refletia essa pluralidade, que, além de orientar a produção de conhecimento, também incorporava distintas concepções sobre o que significa ser responsável na pesquisa científica e na assistência às famílias, como veremos nas seções a seguir.

A forma como essas responsabilidades eram assumidas estava diretamente ligada aos papéis que as integrantes da equipe desempenhavam dentro das redes institucionais e acadêmicas. Como já mencionado, as responsabilidades científicas não existem isoladas, mas sim vinculadas a modelos de ciência e às posições sociais (e institucionais) ocupadas pelos pesquisadores (WYNNE, 1991). No contexto do Ambulatório, essas posições variavam entre médicas, assistentes sociais, terapeutas e outros profissionais que, embora compartilhassem um compromisso com a assistência e a pesquisa, assumiam responsabilidades de formas distintas, conforme suas formações, trajetórias profissionais e inserção na equipe.

Nas próximas subseções, analisarei como essas diferentes concepções de responsabilidade se manifestam nos três eixos da pesquisa-intervenção, ao passo que tentarei evidenciar as conexões entre os papéis institucionais e a organização do cuidado no Ambulatório do Zika.

5.2. O EIXO BIOPSIKOSSOCIAL

Com a preocupação de compreender como diferentes aspectos sociais – como território, classe e raça – e sanitários – como o acesso ao saneamento básico – impactavam a vida e o desenvolvimento das crianças com SCVZ, a equipe convidou Débora, professora de Serviço Social, para coordenar o eixo biopsicossocial. Com mais de uma década de atuação como assistente social no hospital universitário, acompanhando inclusive as famílias afetadas pelo Zika, sua trajetória a posicionava como interlocutora-chave. Quando questionada sobre os marcadores sociais que perpassaram sua trajetória pessoal e profissional, Débora, diferentemente de muitos colegas, conseguiu apontar com clareza momentos em que os aspectos de sua identidade impactaram positiva e negativamente sua carreira.

Ao relembrar as dificuldades financeiras que passou durante a infância, Débora (2022) afirmou: “Eu acho que isso reverberou em mim de uma maneira, com uma lente para olhar a realidade e para aguçar desde muito cedo essa compreensão de que havia alguma coisa fora de lugar na organização societária”. O sentimento de revolta com as desigualdades foi apontado como principal fator que levou Débora a escolher o campo do serviço social e, por isso, se sentia muito realizada com o trabalho que havia desempenhado no hospital e no ambulatório.

Embora não tenha integrado formalmente a equipe do ambulatório nos primeiros anos, Débora contribuía informalmente como assistente social, compartilhando dados coletados em sua atuação na maternidade do hospital universitário. Ao ingressar formalmente na pesquisa, sua proposta foi estruturar um estudo focado nas famílias afetadas pela epidemia, coordenando estudantes do Serviço Social na coleta de dados sobre a vinculação dessas famílias à rede pública de saúde e seguridade social, além de monitorar o acesso a benefícios e direitos.

A própria profissão de assistente social se confunde em grande medida com a noção de responsabilidade social que busquei entre meus entrevistados, fator ressaltado pelo posicionamento político de Débora, que defende que a responsabilidade social anda lado a lado com a noção de justiça social. Inconformada com a falta de garantia dos direitos básicos que observou enquanto servidora do Hospital das Clínicas, Débora adentrou na pesquisa ao se tornar docente da UFPE, numa tentativa de garantir esse acesso. Conhecendo grande parte das famílias vinculadas ao ambulatório, Débora conseguiu transitar facilmente entre elas, guiando seis alunos do Serviço Social na realização das entrevistas e na coleta de dados socioeconômicos dos pacientes atendidos pelo ambulatório de SCVZ. Os frutos da investida da equipe de serviço social vieram com a rapidez que os problemas demandaram.

Nos primeiros meses de atuação da equipe de Serviço Social junto ao ambulatório, as demandas emergenciais das mães que acompanhavam seus filhos rapidamente se tornaram visíveis. Para garantir condições mínimas de permanência no hospital, a equipe conseguiu articular junto à instituição o direito ao almoço para os familiares que passavam horas aguardando as terapias. Além disso, Débora e seus orientandos organizaram um projeto de extensão com o intuito de entreter as crianças, permitindo que suas cuidadoras descansassem entre as sessões de atendimento.

Mais do que gestos assistenciais, essas ações evidenciaram a importância da construção de laços de confiança entre cientistas e famílias, condição fundamental para a sustentabilidade da pesquisa-intervenção. Como aponta Wynne (1991, p. 113), a produção de conhecimento científico não opera num vácuo, mas nos “encontros do mundo real”, onde as dinâmicas sociais e materiais moldam o próprio fazer científico. Dessa forma, a atuação de Débora e sua equipe não apenas viabilizou a coleta de dados sobre as condições socioeconômicas das famílias, mas também reforçou a importância da escuta de múltiplos atores para a construção de uma agenda de pesquisa sustentável.

Débora reforçou que esses laços de confiança foram fundamentais para a manutenção das famílias nos projetos de pesquisa que vigoravam dentro do Ambulatório. Essa questão também foi pontuada por Soraya Fleischer (2022), que discute que muitas famílias abandonavam as pesquisas porque, dentre outras coisas, se sentiam desvalorizadas no processo de construção de uma resposta ao Zika. A quebra das dicotomias clássicas entre sujeito/objeto, passivo/ativo e observado/observador revela-se, aqui, como um elemento fundamental para o cumprimento da responsabilidade social da pesquisa. Os ESCT desconstruem a noção de ciência neutra, evidenciando que o conhecimento é produzido em redes sociais e políticas (Knorr-Cetina, 2005).

Nesse sentido, a presença ativa dos sujeitos de pesquisa e a consideração de suas demandas tornam-se centrais na formulação de agendas científicas mais responsáveis e sensíveis aos contextos em que se inserem. Donna Haraway (1995) amplia essa perspectiva ao propor o conceito de objetividade feminista, que critica a noção de uma objetividade desincorporada e universal. Para a autora, todo conhecimento é situado, ou seja, produzido a partir de posições específicas, atravessadas por relações de poder, gênero, raça e classe. Essa abordagem propõe uma ciência que reconhece seus compromissos éticos e políticos, desafiando hierarquias de saber e valorizando a pluralidade de perspectivas — especialmente aquelas historicamente marginalizadas.

No caso de Débora, essa concepção se materializa de forma prática. Sua trajetória pessoal e profissional evidenciava uma ciência comprometida com a transformação social, em que sua identidade — marcada por raça, classe e gênero — não era dissociada da produção de conhecimento, mas incorporada como parte constitutiva de sua prática científica. Diferentemente de uma ciência tradicionalmente concebida como neutra, Débora evidenciava que sua produção científica era situada — atravessada por relações sociais e políticas que moldavam não apenas os objetos de estudo, mas também as perguntas formuladas e os caminhos escolhidos para respondê-las.

Desse modo, o eixo biopsicossocial, sob sua coordenação, operava como um espaço de articulação entre ciência e intervenção social, promovendo não apenas a coleta de dados, mas a tentativa de construção ativa de respostas às demandas das famílias atendidas pelo Ambulatório. Assim, a equipe de Serviço Social não apenas coletava dados para suas próprias pesquisas e produções acadêmicas, mas também desempenhava papel relevante na mediação entre direitos sociais e os usuários do ambulatório.

Sua atuação permitia contextualizar a produção científica no cenário social mais amplo da epidemia, demonstrando que a pesquisa-intervenção só poderia cumprir seus objetivos ao integrar diferentes perspectivas. Na próxima seção, explorarei como a noção de responsabilidade se manifestava no eixo de investigação neuroclínica, que lidava diretamente com as implicações biomédicas da SCVZ e seus desafios diagnósticos.

5.3. EIXO DE INVESTIGAÇÃO NEUROCLÍNICA

Outro eixo da pesquisa-intervenção do ambulatório era o de investigação neuroclínica, responsável por construir uma resposta técnico-científica às manifestações congênitas da epidemia de Zika. Esse desafio demandou muito esforço dos profissionais, que trabalhavam sem parâmetros clínicos estabelecidos e sem protocolos de diagnóstico e tratamento previamente definidos. Diante desse cenário, a comunicação entre diferentes redes de cientistas tornou-se crucial para a compreensão e sistematização dos achados sobre a SCVZ.

Carla, professora do Departamento de Fisioterapia e coordenadora de um projeto que participava frequentemente das atividades do Ambulatório, descreveu a percepção dos cientistas à época por meio de uma metáfora:

É como aquele sapatinho de criança, aquele sapatinho cheio de brilho. Imagina a criança andando com aquilo, você dá um passo, aí ilumina o que está perto de você. Você dá outro passo e ilumina o que está perto. Mas o que vem depois a gente não sabe, a gente não sabia (Carla, entrevista concedida à autora, 2022).

A metáfora do sapatinho iluminado representa a descoberta científica como um processo gradual e fragmentado, em que cada novo dado revelava apenas parte do quadro maior da síndrome recém-descoberta. A cada avanço no desenvolvimento das crianças com SCVZ, novos sinais clínicos eram identificados, evidenciando a interdependência entre o progresso da ciência e o acompanhamento contínuo dessas crianças. Essa necessidade de observação a longo prazo mobilizou os cientistas a manterem vivos os laboratórios e ambulatórios para acompanhar de perto esse desenvolvimento e interpretar seus sinais durante a formulação de novos protocolos.

Para além da responsabilidade de realizar estudos científicos importantes para a saúde pública do ponto de vista dos usuários, os cientistas entrevistados também tinham compromissos institucionais que orientavam suas práticas. Além de responder às necessidades dos usuários, precisavam atender às exigências das universidades e das instituições de fomento que financiavam suas pesquisas. No Ambulatório, essas responsabilidades eram particularmente visíveis no eixo de investigação clínica da pesquisa-intervenção, dedicado ao mapeamento da SCVZ e à identificação dos comprometimentos causados pelo Zika. A produção de conhecimento sobre sintomas e sinais clínicos não era apenas um objetivo científico, mas também um requisito para a prestação de contas junto às instituições financiadoras.

Nesse eixo atuavam especialistas como neuropediatras, ortopedistas, gastroenterologistas, oftalmologistas e endocrinologistas, cujas pesquisas foram fundamentais para consolidar a SCVZ como um novo campo biomédico. Os resultados dessas investigações estavam diretamente vinculados ao financiamento recebido, sendo a publicação de artigos e relatórios um requisito das agências de fomento e essencial para a competitividade dos Programas de Pós-Graduação aos quais os cientistas estavam vinculados. Além de garantir a prestação de contas, a publicação era crucial para manter esses programas competitivos em um sistema acadêmico orientado por métricas de produtividade. Um alto volume de publicações e impacto científico era essencial para atrair novos financiamentos, ampliar a concessão de bolsas e adquirir melhores equipamentos. Dessa forma, o avanço das pesquisas sobre a SCVZ dependia da articulação entre a produção do conhecimento e as estruturas que garantiam sua viabilidade.

Além dos desafios metodológicos e institucionais, havia também uma preocupação fundamental com a continuidade do acompanhamento das crianças. Berenice enfatizou que o seguimento a longo prazo era essencial não apenas para consolidar a produção científica sobre a SCVZ, mas também para fortalecer a relação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Essa relação, construída ao longo do tempo, permitia que os cientistas ajustassem seus protocolos conforme novas necessidades emergiam, garantindo que a pesquisa-intervenção permanecesse responsiva às demandas das famílias. A responsabilidade dos cientistas, nesse sentido, era coletiva e compartilhada, envolvendo desde a descoberta dos sinais clínicos da SCVZ até a implementação de estratégias de cuidado. Dessa forma, a investigação neuroclínica não apenas consolidava a SCVZ como um novo campo de pesquisa na medicina brasileira, mas também evidenciava como a ciência e o cuidado estavam intrinsecamente conectados.

5.4. EIXO DE REDES INTEGRADAS DE ATENÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE

As redes mencionadas anteriormente se consolidam no eixo de redes integradas de atenção e políticas de saúde, o último eixo da pesquisa-intervenção do Ambulatório. Esse eixo não apenas articula os demais, mas também amplia suas preocupações ao incluir a formulação de uma rede integrada de assistência em saúde, reforçando a promoção do diálogo entre diferentes atores do campo biomédico, das ciências humanas e sociais, e da comunidade afetada pela epidemia de Zika.

Berenice enfatiza que romper barreiras interdisciplinares e integrar diferentes perspectivas não é apenas uma questão técnica, mas também ética e política. Durante nossa conversa, a médica sanitária criticou por diversas vezes a hierarquia dos saberes em saúde e propôs uma abordagem mais horizontal, que ela denominou de “clínica ampliada” – conceito que, posteriormente, identifiquei como diretriz da Política Nacional de Humanização da Saúde (Brasil, 2010). Na definição de minha interlocutora, essa clínica ampliada seria um espaço de encontro entre profissionais de diferentes áreas e a sociedade, voltado à construção conjunta de soluções, onde a pesquisa não se restringisse à produção de dados, mas se mantivesse em constante reinvenção a partir da relação direta com os sujeitos envolvidos.

Em suas palavras, tratava-se de recolocar a pesquisa em ação por meio de uma prática que dissolvesse a separação rígida entre quem pesquisa e quem é pesquisado, permitindo uma influência mútua e transformadora – um processo em que ambos os lados se “contaminam” positivamente e se agenciam de forma recíproca. Ao definir a clínica como um encontro entre sujeitos – sejam eles técnicos de saúde ou famílias –, Berenice ampliava intencionalmente os limites da prática biomédica, desafiando suas bases morais e hierárquicas e propondo uma ciência mais integrada, sensível às complexidades sociais que atravessam o cuidado em saúde.

A ideia de clínica ampliada foi experimentada na formulação do Ambulatório de SCVZ, que integrou médicos de diversas especialidades, como otorrinolaringologistas, neuropediatras, oftalmologistas, endocrinologistas e gastroenterologistas pediatras. No entanto, Berenice enfatizou que a complexidade da sociedade e das condições de saúde não pode ser compreendida apenas pelo olhar biomédico. Por isso, sua equipe também incluiu profissionais das ciências da reabilitação (fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais) e do serviço social, que, além de auxiliar no andamento das pesquisas, desenvolviam estudos próprios sobre as condições sociais das famílias atendidas, como vimos em seção anterior.

A centralização dos atendimentos no Ambulatório solucionava um dos principais desafios relatados pelas mães: a dificuldade de locomoção entre unidades dispersas, reunindo múltiplas especialidades em um único espaço e promovendo redes de cuidado – aspecto já evidenciado no eixo biopsicossocial. Dessa forma, o Ambulatório não apenas produzia conhecimento científico, mas também criava redes de acolhimento e cuidado – questão visível principalmente no eixo biopsicossocial.

Quando adentrei o campo, esperava que os médicos, em sua totalidade, assumissem uma postura alinhada ao que Brigitte Jordan (1993[1978]) chama de conhecimento autoritativo, em inglês *authoritative knowledge* – ou seja, um conhecimento considerado único e suficiente para a tomada de decisões coletivas. No caso dos profissionais da saúde, acreditei que seu conhecimento técnico-científico, validado por pares por meio dos diferentes diplomas, seria tido como suficiente para a formulação de agendas científicas. No entanto, a experiência no Ambulatório demonstrou que nem todos os pesquisadores adotavam essa perspectiva.

Como ficou claro ao longo deste artigo, Berenice defendia repetidamente a necessidade de ouvir diferentes vozes na formulação de pesquisas e políticas de saúde. Sua proximidade com o Departamento de Antropologia da universidade foi, para mim, um reflexo desse compromisso. Como referência nos estudos sobre Zika e SCVZ, a equipe de antropólogos pernambucanos realizou pesquisas etnográficas junto às famílias afetadas, trazendo para o debate acadêmico as experiências e percepções das mães e cuidadores (Scott, 2018; Matos e Silva, 2020, e outros).

Berenice reconhecia que as ciências humanas foram fundamentais para compreender a epidemia sob a perspectiva da comunidade afetada, permitindo que os pesquisadores tivessem acesso não apenas a dados clínicos, mas também às experiências vividas pelas famílias. Para ela, o desafio era integrar essas diferentes perspectivas na construção da ciência, sem cair nas hierarquias tradicionais que frequentemente isolam as ciências biomédicas das ciências sociais, já que, para Berenice, a formação de redes interdisciplinares é um dos principais legados das emergências sanitárias.

A epidemia de Zika mobilizou profissionais que, por meio do intercâmbio e da colaboração direta, alcançaram descobertas científicas enquanto prestavam assistência à saúde. A responsabilidade com o atendimento e a pesquisa se concretizou no fortalecimento dessas redes. O eixo de redes integradas ia além do campo acadêmico, abrangendo cuidado, acolhimento e garantia de direitos. O Ambulatório, portanto, não era apenas um espaço de pesquisa e atendimento, mas também um experimento social e político sobre como a ciência pode operar de forma mais integrada com a sociedade. A ciência responsável, como defendida por Haraway (1995), não se limita à neutralidade e ao distanciamento, mas assume suas implicações éticas e políticas. No contexto do Zika, isso significava promover uma ciência responsável não apenas com a produção de conhecimento, mas com a transformação das condições de vida das populações afetadas.

O eixo de redes integradas de atenção e políticas de saúde evidencia que a produção científica e a assistência não são processos separados, mas dimensões interdependentes da resposta à epidemia de Zika. A construção de redes interdisciplinares possibilitou não apenas avanços na compreensão da SCVZ, mas também soluções concretas para os desafios enfrentados pelas famílias afetadas. Ao reunir especialistas de diferentes áreas, dialogar com as ciências humanas e incorporar a perspectiva da comunidade, o Ambulatório de SCVZ se tornou um espaço de inovação não apenas biomédica, mas também social e política. A experiência da epidemia de Zika mostrou que a ciência, para ser verdadeiramente responsável, precisa ser construída em rede – não apenas entre cientistas, mas também com aqueles que vivem na pele os impactos das emergências sanitárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da multiplicidade de formas de fazer ciência que presenciei em campo, refleti sobre as responsabilidades assumidas por uma equipe que entende a ciência como um agente de transformação social. Embora todos compartilhassem o compromisso de formular uma resposta científica à epidemia do Zika, divergiam quanto à sua construção: quem ouvir, quais critérios adotar, que compromissos éticos assumir e como a ciência poderia atuar além da produção de conhecimento.

Os cientistas apresentados neste ensaio compreendem que a ciência não responde automaticamente às demandas sociais. No Ambulatório de Zika, a equipe não apenas absorveu críticas das famílias, mas também buscou atendê-las ativamente, seja por meio da assistência clínica ou da reformulação de suas práticas científicas. A reflexão sobre o fazer científico resultou nos três eixos de pesquisa, que não apenas estruturaram as investigações da equipe, mas também expressaram diferentes concepções de responsabilidade.

Os eixos revelaram formas distintas de integrar ciência, assistência e demandas sociais. O eixo biopsicossocial destacou a necessidade de considerar as condições de vida e os direitos das famílias, rompendo com uma visão estritamente biomédica. O eixo de investigação neuroclínica expôs o duplo compromisso dos cientistas: a produção de conhecimento e a prestação de contas às instituições financiadoras, evidenciando tensões entre exigências acadêmicas e respostas concretas à população. Já o eixo de redes integradas mostrou como uma ciência mais horizontal e interdisciplinar pode fortalecer redes de cuidado que ultrapassam os limites tradicionais da pesquisa.

A experiência do Ambulatório reforça que a ciência responsável vai além da descrição de fenômenos e soluções técnicas, comprometendo-se com os sujeitos e contextos que a atravessam. Como argumenta Haraway (1995), o conhecimento científico é sempre posicionado, moldado por escolhas, interações e compromissos políticos e éticos. No caso estudado, a ciência responsável se manifesta na tentativa de construir uma pesquisa que não apenas gere conhecimento, mas que atue na melhoria das condições de vida das famílias e no fortalecimento da rede pública de saúde.

Por fim, este estudo reforça a importância de investigar a produção científica em crises sanitárias. A epidemia do Zika evidenciou desigualdades no acesso à saúde, fragilidades institucionais e tensões entre ciência e sociedade. A experiência do Ambulatório ilustra tanto os esforços para integrar pesquisa e assistência quanto os limites estruturais que dificultam essa aproximação. Embora tenha buscado alinhar suas práticas às demandas das famílias, sua atuação não esteve isenta de desafios e contradições. A produção de conhecimento em emergências sanitárias envolve múltiplas pressões – acadêmicas, políticas e sociais – e nem sempre leva a mudanças estruturais duradouras. Assim, a experiência do Ambulatório não é apenas um modelo, mas um espaço de disputas e negociações que revelam tanto os potenciais quanto as limitações da ciência em tempos de crise.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Raquel Lustosa da Costa. “*É uma rotina de muito cansaço*”: narrativas sobre cansaço na trajetória das mães de micro em Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. London: Routledge & Kegan, 1976.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Clínica Ampliada*. Biblioteca Virtual em Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/201_clinica_ampliada.html. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.
- CARNEIRO, Rosamaria; FLEISCHER, Soraya Resende. “Eu não esperava por isso. Foi um susto”: conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 709-719, 2018.
- COSTA, Catarina de Souza. Dinheiros. In: FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (Org.). *Micro: contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020.
- DINIZ, Débora. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Editora José Olympio, 2016.
- FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (orgs.). *Micro: contribuições da Antropologia*. Brasília: Editora Athalaia, 2020.
- FLEISCHER, Soraya. Dando o sangue: ciência em tempos de Zika. *CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 34, p. 63-87, 2021.
- FLEISCHER, Soraya. Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE. *Anuário Antropológico*, v. 47, n. 1, p. 170-188, 2022.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, p. 7-41.
- JASANOFF, Sheila. *The fifth branch: science advisers as policymakers*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.
- JASANOFF, Sheila. *Designs on nature: Science and democracy in Europe and the United States*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005.
- JASANOFF, Sheila. *Science and public reason*. Nova York: Routledge, 2012.
- JORDAN, Brigitte. *Birth in Four Cultures: A Crosscultural Investigation of Childbirth in Yucatan, Holland, Sweden and the United States*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, Inc., 1993.
- KNORR CETINA, Karin. *La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia*. Tradução de Maria Isabel Stratta. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. 368 p. (Colección Ciencia, Tecnología y Sociedad). ISBN 987-558-050-3.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.
- LESSER, Jeffrey; KITRON, Uriel. A geografia social do Zika no Brasil. *Estudos avançados*, v. 30, 2016, p. 167-175.
- LIMA, Flávia; SILVA, Ana Letícia de Souza. Transportes. In: FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (Org.). *Micro: contribuições da Antropologia*. Brasília, DF: Athalaia, 2020.
- LIRA, Luciana Campelo; PRADO, Helena. “Nossos filhos não são cobaias”: objetificação dos sujeitos de pesquisa e saturação do campo durante a epidemia de Zika. *Ilíria Revista de Antropologia*, v. 22, n. 2, 2020, p. 96-131.

MARTIN, Emily. Anthropology and the cultural study of science. *Science Technology and Human Values*, [S. l.], v. 23, n. 1, 1998, p. 24-44.

MATOS, S. S.; SILVA, A. C. R. da. “Nada sobre nós sem nós”: associativismo, deficiência e pesquisa científica na Síndrome Congênita do Zika vírus. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 22, n. 2, 2020, p. 132-168.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; MENDES, Corina Helena Figueira; NASCIMENTO, Marcos. Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, 2018, p. 697-708.

SCOTT, Russell Parry et al. Therapeutic paths, care and assistance in the construction of ideas about maternity and childhood in the context of the Zika virus. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, 2018, p. 673-684.

SIMAS, Aissa. Ciência, saúde e cuidado: Um estudo antropológico sobre a pesquisa clínica no contexto da epidemia do Zika (Recife/PE). Monografia (Bacharelado em Antropologia). Universidade de Brasília, 2020.

SIMÕES, Mariana Alves. “Você é da saúde?": uma etnografia das relações biomédicas com médicos, cientistas, terapeutas e famílias na epidemia de Zika em Recife/PE (2016-2019). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2022.

VALIM, Thais Maria Moreira. “Ele sente tudo o que a gente sente”: Um olhar antropológico sobre a sociabilidade de bebês nascidos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em Recife/PE. Monografia (Bacharelado em Antropologia). Universidade de Brasília, 2017.

DO CENTRO À MARGEM: MENINAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E O ABORTO LEGAL NO BRASIL

Del a la margen: niñas víctimas de violencia sexual y el aborto legal en Brasil

*From the center to the margin: girls victims of sexual violence
and legal abortion in Brazil*

DAIANA MARIA SANTOS DE SOUSA SILVA¹
ORCID: 0000-0002-7612-1429

ROSAMARIA GIATTI CARNEIRO²
ORCID: 0000-0002-1271-7645

RESUMO

Objetiva-se, neste artigo, analisar criticamente as formas e práticas pelas quais o Estado é continuamente experienciado e performado na (i)legibilidade de suas próprias ações, documentos e discursos voltados à proteção de meninas vítimas de violência sexual. O artigo adota uma abordagem qualitativa, inspirada na etnografia de documentos oficiais de políticas públicas de proteção à infância (meninas) e na política pública de acesso ao aborto legal em casos de violência sexual. O estudo centra-se no caso emblemático da menina de 11 anos, do Piauí, impedida de acessar o aborto legal. Os resultados evidenciam que o Estado oscila entre o papel de garantidor de direitos normatizados e a negação prática destes, revelando um cenário de desproteção e descontinuidade institucional, em que o biopoder se manifesta no controle dos corpos, de modo que a opacidade do Estado dificulta o acesso à justiça reprodutiva. Conclui-se que o Estado flutua em meio ao seu compromisso formal com a proteção integral, revelando não ser uma entidade homogênea e neutra, mas uma construção permeada por disputas morais, relações de poder e ideologias, nas quais meninas vítimas de violência sexual ocupam um lugar instável e frequentemente marginalizado, sofrendo as incidências do dano interseccional devido ao entrecruzamento de marcadores sociais como gênero, idade, raça e classe, oscilando ora no centro, ora à margem das ações estatais.

Palavras-chave: Estado; Violência sexual; Proteção à infância; Direitos reprodutivos; Políticas públicas.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar críticamente las formas y prácticas mediante las cuales el Estado es continuamente experimentado y performado en la (i)legibilidad de sus propias acciones, documentos y discursos orientados a la protección de niñas víctimas de violencia sexual. El artículo adopta un enfoque cualitativo, inspirado en la etnografía de documentos oficiales de políticas públicas de protección a la infancia (niñas) y en la política pública de acceso al aborto legal en casos de violencia sexual. El estudio se centra en el caso emblemático de una niña de 11 años, del estado de Piauí, que fue impedida de acceder al aborto legal. Los resultados evidencian que el Estado oscila entre el papel de garante de derechos normativizados y la negación práctica de estos, revelando un escenario de desprotección y discontinuidad institucional, donde el biopoder se manifiesta en el control de los cuerpos, y la opacidad del Estado dificulta el acceso a la justicia reproductiva. Se concluye que el Estado fluctúa dentro de su compromiso formal con la protección integral,

¹ Doutoranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas – PPGEcSA (UnB). Mestra em Direitos Sociais e Reivindicatórios (IESB), Mestra em Saúde Coletiva (FS-UnB). Professora Universitária do Curso de Direito do UNICEPLAC. E-mail: daianagcel@gmail.com

² Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA). É Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: rosa.carneiro@unb.br

revelando que no es una entidad homogénea y neutra, sino una construcción permeada por disputas morales, relaciones de poder e ideologías, en las cuales las niñas víctimas de violencia sexual ocupan un lugar inestable y frecuentemente marginado, sufriendo las incidencias del daño interseccional debido al entrecruzamiento de marcadores sociales como género, edad, raza y clase, oscilando ora en el centro, ora en los márgenes de las acciones estatales.

Palabras clave: Estado; Violencia sexual; Protección a la infancia; Derechos reproductivos; Políticas públicas.

ABSTRACT

This article aims to critically analyze the ways in which the State is continuously experienced and performed through the (il)legibility of its own actions, documents, and discourses directed toward the protection of girls who are victims of sexual violence. It adopts a qualitative approach, inspired by the ethnographic analysis of official documents related to public policies for the protection of childhood (specifically girls), as well as policies ensuring access to legal abortion in cases of sexual violence. The study centers on the emblematic case of an 11-year-old girl from the state of Piauí who was prevented from accessing a legal abortion. The findings reveal that the State oscillates between the role of guarantor of codified rights and the practical denial of those rights, exposing a scenario of institutional discontinuity and lack of protection, in which biopower is exercised through the control of bodies, and the opacity of the State hinders access to reproductive justice. The article concludes that the State wavers within its formal commitment to comprehensive protection, revealing that it is not a homogeneous or neutral entity but rather a construct permeated by moral disputes, power relations, and ideologies. In this context, girls who are victims of sexual violence occupy an unstable and frequently marginalized position, experiencing intersectional harm due to the overlapping of social markers such as gender, age, race, and class—oscillating at times at the center, and at others at the margins of state action.

Keywords: State; Sexual violence; Child protection; Reproductive rights; Public policies.

1. INTRODUÇÃO

A emergência da infância como uma categoria social complexa e multifacetada no campo das Ciências Sociais no Brasil, a partir da década de 1990, trouxe consigo a crescente compreensão de que não existe uma única “infância”, mas sim “infâncias” plurais, perpassadas por demarcadores sociais, raciais, econômicos e culturais (Fonseca e Cardarelli, 1999). Reconhecer a heterogeneidade das vidas infantis é, portanto, significativo para refletir sobre os desafios cruciais persistentes em relação aos direitos das crianças, especialmente no que concerne ao acesso ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual, cujas experiências são marcadas por múltiplas vulnerabilidades que moldam suas trajetórias de vida e evidenciam a negação da autonomia sobre o próprio corpo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) estabelece um marco regulatório para os direitos inalienáveis da infância, no título específico “Dos direitos fundamentais e do direito à vida e à saúde”, que compreende a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas. Apesar disso, o acesso ao aborto legal decorrente de violência sexual emerge como um drama de alcance global, não somente na vida das mulheres (Silveira et al., 2016; Ferrari et al., 2018; Beraldo et al., 2017; Guimarães et al., 2018), mas de forma particularmente crítica na vida de meninas expostas a ciclos contínuos de violência sexual, em proporções epidêmicas, frequentemente resultando em gravidez não desejada, tanto no Brasil quanto na América Latina.

A complexidade da inacessibilidade ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual no país nos leva a questionar as fronteiras da atuação estatal. Nesse sentido, a provocadora pergunta de Talal Asad (2008) – “¿Dónde están los márgenes del Estado?” – serve como uma lente potente para analisar a opacidade institucional, compreendida neste estudo como os mecanismos burocráticos, a discricionariedade de agentes estatais e suas influências, que, conjuntamente, dificultam a transparência e o acesso a direitos legalmente garantidos. A violência sexual e a intransponível barreira no acesso ao aborto legal para meninas vítimas dessa violência revelam como certas experiências infantis permanecem marginalizadas e desprotegidas, expondo as tensões latentes entre o arcabouço legal e sua efetiva concretização.

O caso da menina negra, periférica e de baixa renda do Piauí, que aos 11 anos engravidou pela segunda vez, em meados de setembro de 2022, vítima de nova violência sexual, é emblemático dessa lógica. A primeira gravidez ocorreu após ela ter sido estuprada por um primo de 25 anos, em janeiro de 2021, quando tinha apenas 10 anos (Sena, 2022). Aos 11 anos, também fruto de violência sexual, vivenciou a segunda gravidez. Seu arranjo familiar era composto por sete pessoas: a mãe, o pai, a menina, seu bebê (primeiro filho) e seus irmãos, de um, três e sete anos de idade, que viviam em uma casa de barro, com três cômodos — uma sala, um quarto compartilhado por todos entre colchões no chão, camas e redes, e uma cozinha com chão de terra batida — na zona rural de Teresina (Migalhas, 2023). O violentador, seu tio, foi preso em janeiro de 2022.

Violentada e grávida pela segunda vez, a menina enfrentou uma sucessão de entraves institucionais, como, por exemplo, a institucionalização em um ambiente religioso que buscava convencê-la a ter o bebê e entregá-lo para adoção; a negativa do Judiciário ao acesso ao aborto legal; e a designação, por meio da Defensoria Pública, de um curador especial em defesa do feto. O prolongamento do lapso temporal para o acesso ao direito ao aborto, as interferências de grupos religiosos e a atuação de profissionais que adotaram posturas moralizantes acabaram por transformar a proteção em controle, culminando na desistência do procedimento mesmo após a manifestação explícita de sua vontade: “Tia, me tira dessa situação, como eu faço para sair dessa situação?” (Guimarães, 2023). Isso revela uma forma de violência institucional que opera pela dilação e pela negação sutil do direito.

O problema que se reflete neste artigo não é abstrato, mas concreto, atravessado por casos representativos como este, não silenciado, da menina de 11 anos do Piauí. Os obstáculos estatais diante do expresso desejo de não manter a gravidez configuram violência institucional e evidenciam um aparato jurídico-burocrático que opera não apenas com omissão, mas como produtor ativo de sofrimento. O objetivo do estudo é refletir sobre essa “flutuação” do caráter garantidor do Estado, que ora, protecionista, coloca meninas no centro dos direitos; ora, omissivo, as empurra para a margem do direito.

Quanto ao método, trata-se de uma abordagem qualitativa inspirada na etnografia de documentos, que, na visão de Lowenkron e Ferreira (2020), permite discutir dilemas, implicações e potencialidades teóricas e metodológicas de se pensar e pesquisar antropológicamente com documentos. Nessa perspectiva, revisaram-se documentos oficiais estatais, políticas públicas de proteção à infância (meninas) e políticas de acesso ao aborto legal nos casos de violência sexual, o que permite examinar como registros oficiais — normativas, pareceres, políticas públicas e decisões judiciais — operam como dispositivos discursivos e performativos, produzindo sentidos, silêncios e apagamentos.

O referencial teórico mobilizado articula a teoria da opacidade estatal (Balbi, 2010; Asad, 2008; Muzzopappa e Villata, 2011); a lente da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), para compreender como os marcadores de gênero, raça, classe, idade e religião se entrecruzam para configurar experiências particulares de negação de direitos; e a justiça reprodutiva (Brandão e Cabral, 2021), que revela que as experiências de meninas violadas esbarram em um fraquíssimo enfoque sobre a justaposição das duas teorias anteriores e os reflexos que isso ocasiona. Também se dialoga com autoras feministas latino-americanas que problematizam a relação entre Estado, moralidade e controle reprodutivo de corpos femininos.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, contextualiza-se a proteção estatal para meninas, a partir dos eixos de análise das políticas públicas instituídas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e pela Convenção da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948). Na segunda seção, propõe-se uma reflexão sobre a epidemia silenciosa da violência sexual contra meninas, que gera outro fenômeno social: a gravidez não desejada. Por fim, na última seção, reflete-se sobre essa estranha flutuação protecionista das meninas, que gravitam do “centro” para a “margem”.

A pergunta de partida que orienta esta reflexão é: como o Estado brasileiro, enquanto entidade que deveria assegurar os direitos fundamentais, opera concretamente na produção da inacessibilidade ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual?

2. O CENTRO – A PROTEÇÃO ÀS MENINAS NO CENÁRIO BRASILEIRO: UM OLHAR INTERSECCIONAL E BIOPOLÍTICO SOB ALENTE DA OPACIDADE ESTATAL

A infância, enquanto categoria social, não é uma realidade natural e atemporal, mas uma construção histórica e culturalmente situada (Ariès, 1981). No Brasil, as Ciências Sociais passaram a visibilizar a criança como

sujeito de direitos com maior densidade a partir da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988 — contexto que fundamentou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Contudo, a infância de meninas permanece atravessada por tensões estruturais no campo do reconhecimento de seus direitos reprodutivos e da negação desses direitos no plano da prática.

Para além da categoria “infância”, é preciso situar o foco deste artigo na experiência social das meninas — cujos corpos e trajetórias de vida são definidos por normas sociais, médicas e jurídicas, bem como atravessados por marcadores interseccionais de gênero, idade, raça, classe, território e religiosidade. Essas experiências também são marcadas pela injustiça reprodutiva, quando seus corpos são sexualmente violados e suas decisões, mesmo amparadas legalmente, não são respeitadas.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em novembro de 1989, tornou-se o principal instrumento legal representativo, em âmbito internacional, dos direitos e conquistas instituídos em favor da infância e da adolescência (ONU, 1989). Seus postulados protecionistas ancoram-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Na legislação brasileira, é na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) — fruto de movimentos sociais contra a ditadura e o autoritarismo — que se estabelece o Estado Democrático de Direito como um Estado Social, declarando como direitos essenciais e sociais a proteção à maternidade e à infância.

Essa aspiração protecionista deu origem ao ECA, Lei nº 8.069/1990, marco legal fundamental que esboça princípios, diretrizes e conquistas para a garantia de direitos no Brasil. Seu pressuposto basilar é o de que crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos de direitos, em desenvolvimento, e destinatários de proteção integral. A análise desse processo revela a produção de “agências e práticas que compõem o sistema estatal, bem como as relações que os articulam” (Balbi, 2010).

Todos esses dispositivos normativos reconhecem as meninas como sujeitas de direitos, com prioridade absoluta de proteção — incluindo saúde, dignidade e liberdade. Contudo, o ideal protetivo frequentemente se traduz em práticas estatais que reforçam a normatividade da maternidade, silenciando sobre o aborto legal, mesmo quando juridicamente permitido. A Constituição Federal (1988) justapõe proteção à maternidade e à infância em seus direitos sociais. O ECA, embora regule os direitos sexuais e reprodutivos com foco na reprodução e na maternidade (art. 8º-A, que institui a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez Precoce), representa um avanço ao prever o acesso a políticas de saúde e planejamento reprodutivo, mas silencia sobre a prevenção e a mitigação dos agravos da violência que resultam em gestação, omitindo-se quanto ao direito ao aborto nos casos de violência sexual.

Ainda que o ECA estabeleça o direito à saúde e ao planejamento reprodutivo, a proteção oferecida às meninas é, muitas vezes, filtrada por lógicas biomédicas e moralizantes. Como observa Elizabeth Vieira (2015), o processo de medicalização do corpo feminino na América Latina não apenas regula os corpos, mas normatiza expectativas sobre maternidade e sexualidade. Essa medicalização pode assumir contornos perversos ao invisibilizar a violência e centralizar o cuidado no “risco” da gravidez, e não no desejo ou na autonomia das meninas — principais vítimas da violência sexual, sobretudo até os 13 anos de idade (Ferreira et al., 2023).

Na maioria das vezes, os casos de violência sexual apresentam marcadores interseccionais de gênero, idade, classe e raça que se articulam (Crenshaw, 2002), produzindo o *dano interseccional* como efeito específico e devastador sobre meninas grávidas após a violência sexual — especialmente quando o Estado nega o acesso ao aborto legal. Essa violência, em muitos casos, resulta em uma gravidez não desejada, gerada pelo fenômeno de processos de interdição que impedem que essas meninas acessem o direito legalmente garantido (Guimarães, 2023).

É nesse contexto que a perspectiva foucaultiana do *biopoder* se torna essencial. O biopoder opera como um conjunto de tecnologias que regulam a vida das populações, administrando a saúde, a sexualidade e a reprodução, e definindo, implicitamente, quais vidas são consideradas valiosas e quais podem ser negligenciadas (Foucault, 2005). No caso da menina de 11 anos do Piauí, vítima de violência sexual, a insistência estatal na manutenção da gravidez — mantendo-a em instituições religiosas, sob o argumento de cuidado, e instituindo um curador especial para o feto, por meio da Defensoria Pública do Estado — mesmo diante da legalidade do aborto, pode ser interpretada como uma manifestação do biopoder, que prioriza uma vida potencial em detrimento da autonomia e do bem-estar da menina.

A submissão ao poder médico, que pode prolongar o processo de acesso ao aborto legal, aponta para a persistência histórica da concepção hegemônica do papel da maternidade associado à figura feminina — concepção que se revela nos instrumentos de políticas públicas em que o controle social se estende à sexualidade e à reprodução (Vieira, 2015).

A efetividade da proteção legal às meninas, portanto, não pode ser analisada sem considerar a teoria da opacidade estatal (Asad, 2008; Balbi, 2010). Asad (2008) propõe que o Estado deve ser compreendido tanto como um sistema de estruturas e práticas concretas quanto como uma “ideia” de neutralidade e universalidade que frequentemente mascara interesses específicos.

A tensão entre a norma protetiva (explicitada na Convenção da ONU de 1989 e na Constituição Federal de 1988) e sua aplicação prática (marcada pela omissão do ECA em relação ao aborto em casos de violência, e pela influência de lógicas moralizantes e biopolíticas) desvela a ilusão de um Estado homogêneo e neutro. A inacessibilidade do aborto legal para meninas vítimas de violência sexual evidencia como a opacidade estatal — por meio de seus mecanismos burocráticos, da discricionariedade de agentes estatais e da influência desses atores — impede a concretização de um direito previsto em lei.

Refletir sobre a proteção conferida às meninas é também problematizar o próprio conceito de Estado e suas moralidades (Asad, 2008). É preciso pensar o Estado tanto como sistema — composto por estruturas concretas e práticas institucionais — quanto como ideia: a crença em uma suposta neutralidade e universalidade de suas instituições, dissociadas de interesses de classe, raça, gênero ou religião. Essa tensão entre prática e ideologia é central para compreender as formas de regulação e exclusão que atingem as meninas, sobretudo aquelas periféricas. Como enfatiza Balbi (2010), as “margens” do Estado são, justamente, os lugares onde a norma legal não se traduz em acesso real a direitos.

A análise da proteção estatal às meninas no Brasil revela uma intrincada interação entre *biopoder*, *opacidade estatal* e *interseccionalidade*. A lógica biopolítica, ao regular corpos e reprodução, influencia as práticas estatais, tendendo a priorizar a maternidade em detrimento da autonomia das meninas — especialmente daquelas que vivenciam violência sexual. Essa influência se concretiza e perpetua por meio da opacidade institucional, onde a complexidade burocrática e a discricionariedade de agentes obscurecem a efetivação dos direitos previstos em lei.

Sob a lente da interseccionalidade, torna-se evidente que essa dinâmica opera de forma diferenciada, exacerbando as vulnerabilidades de meninas atravessadas por múltiplos marcadores sociais — negras, pobres e periféricas — que são sistematicamente relegadas às margens da proteção legal. Desvelar essa intrincada articulação entre os planos etnográfico e teórico é crucial para compreender a persistente inacessibilidade ao aborto legal e a urgente necessidade de políticas públicas que transcendam a mera normatividade, enfrentando as opacidades institucionais e as desigualdades interseccionais, a fim de garantir a efetivação dos direitos de todas as meninas.

3. CORPOS INFANTIS VIOLADOS: A URGÊNCIA DE UM OLHAR PARA ESSA EPIDEMIA SILENCIOSA

A violência é um fenômeno multifacetado e complexo, presente em todas as sociedades, e resulta em efeitos deletérios, físicos e mentais, às vítimas, com forte impacto na saúde pública. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2021) define a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada”. Este artigo não abrange as múltiplas formas de violência contra a mulher, concentrando-se exclusivamente na violência sexual contra meninas, definida pela própria OPAS/OMS como:

Qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito. Compreende o estupro, definido como a penetração mediante coerção física ou de outra índole, da vulva ou ânus com um pênis, outra parte do corpo ou objeto (OPAS, 2021).

No Brasil, a violência sexual está tipificada no Código Penal de 1940, no Título VI, que trata dos crimes contra a dignidade sexual, e no Capítulo I, que trata dos crimes contra a liberdade sexual. A Lei nº 12.015, de 2009, que alterou o Código Penal, passou a considerar como estupro a situação em que a mulher é constrangida, mediante agressão ou grave ameaça, a praticar ato libidinoso ou a ter conjunção carnal contra sua vontade

(Art. 213). A violência sexual é um crime universal de alta prevalência, reconhecido pela OMS como um grave problema de saúde pública, embora negligenciado há muitas décadas. Ato sexualmente violentos podem ocorrer em diferentes contextos e cenários, afetando pessoas do sexo feminino ou masculino; no entanto, mulheres de todas as faixas etárias são as principais vítimas desse crime (Faúndes et al., 2006). O cenário de subnotificação torna os dados imprecisos, uma vez que a maioria dos casos sequer chega a ser denunciada.

O último Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) revela que 54% das vítimas de estupro registrados no Brasil no ano de 2018 eram do sexo feminino e tinham até 13 anos de idade, o que torna essa violência um drama recorrente na vida de meninas brasileiras. Entre as principais consequências desse crime hediondo para a saúde das meninas está a gravidez não desejada (Segato, 2005). Entre 2017 e 2021, foram registrados mais de 280 mil casos de violência sexual contra mulheres (Giannini; Coelho, 2020), sendo as meninas de até 14 anos as principais vítimas no Brasil (56,5%). Esses dados podem ser observados sob uma dupla ótica: tanto nos registros da saúde pública quanto nos da segurança pública.

É exemplo desse panorama a matéria jornalística publicada pelo *The Intercept Brasil*, em janeiro de 2023, intitulada “Dupla Violência – Defensoria pede para proteger feto de menina de 11 anos grávida pela segunda vez após estupro no PI – e juíza aceita” (Guimarães, 2023). Esse caso nos convoca a refletir sobre o que Talal Asad (2010, p. 54) denomina como “as fronteiras do Estado, bem como sua morfologia interna que varia de acordo com as diferentes formas como são determinadas sua adesão e inclusão, dentro e fora, a lei e a exceção”. Em outras palavras, é o caráter abstrato do Estado – que domina e defende a comunidade, ordena e nutre sua vida civil – que permite que suas margens sejam definidas e molda suas práticas cotidianas.

Ninguém sabe o nome ou conhece o rosto dessa menina situada na fronteira do Estado, entre um contexto de “centro” e, ao mesmo tempo, de “margem”. Apesar disso, todos reconhecem sua história de submissão forçada a múltiplos processos de violência, diante de duas gestações não desejadas. Ela foi descrita pelo noticiário brasileiro, em 2022, como uma “menina-mãe” (Mori, 2023). Seu primeiro filho nasceu quando ela tinha 10 anos e, aos 11, ela já carregava em seu ventre a segunda gravidez, também fruto de violência sexual. Residia no estado do Piauí, no Nordeste brasileiro. Estando grávida de 12 semanas, manifestou claramente o desejo de acessar o aborto legal, mas foi liberada sem obter o procedimento e mantida em um abrigo em Teresina, por determinação da juíza Elfrida Costa Belezza. Tal decisão permitiu a evolução da gestação, retardando o acesso ao direito. Conforme o processo, a juíza nomeou a Defensoria Pública do Estado para representar os “interesses” do feto – medida que foi criticada por movimentos feministas de defesa do aborto legal como a figura de um “curador para o nascituro”.

Essa figura está prevista no Estatuto do Nascituro, um projeto de lei proposto por parlamentares conservadores que tramita na Câmara dos Deputados há mais de 15 anos. Se aprovado, o estatuto tornaria o aborto ilegal inclusive nos casos de estupro de meninas. O referido projeto carece de base legal, tanto à luz da Constituição Federal quanto do Código de Processo Civil, os quais asseveram que apenas o nascimento com vida confere direitos e deveres plenos na sociedade.

A Defensoria Pública atuou em favor do feto, mas não da menina violentada, descumprindo o ECA e gerando, na avaliação da advogada Beatriz Galli – do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres e do IPAS – uma anomalia jurídica. Para Galli e outras especialistas, essa atuação institucional confirma o que Asad (2008) discute como uma autoridade que não decorre da regra escrita, mas de uma força externa que interpreta e aplica a lei segundo conveniências morais e políticas. À época, o presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Piauí, André Santos, mencionou que a menina tratava o primeiro filho como uma boneca – revelando a violação de seu direito à infância e os crimes institucionais cometidos contra ela. O Judiciário e a Secretaria de Saúde, por sua vez, mantiveram silêncio sobre a situação da menina, tentando ocultar a omissão do Estado diante de um direito legalmente garantido: o acesso ao aborto legal (Guimarães, 2023).

O caso, amplamente divulgado na mídia, revelou que, mesmo expressando o desejo de interromper a gravidez, a menina foi institucionalizada e impedida judicialmente de realizar o aborto. A decisão de nomear a Defensoria Pública para representar os interesses do feto, em detrimento dos direitos da menina já nascida, converteu o nascituro em sujeito de proteção superior à própria criança violentada. A atuação institucional nesse caso expressa o que Talal Asad (2008) denomina os limites e a morfologia do Estado: a lei não opera apenas por sua forma escrita, mas também por meio das autoridades que a interpretam e a aplicam. A margem do Estado é, portanto, o espaço onde se tornam evidentes a seletividade, a arbitrariedade e a hierarquia de direitos. O direito da menina ao aborto legal, embora previsto em lei, foi dissolvido por uma moral jurídica que instrumentaliza a norma para reforçar padrões conservadores.

Esses processos revelam que o Estado, mesmo quando presente, atua para regular e disciplinar os corpos das meninas, reiterando o papel socialmente esperado da maternidade como destino inevitável. Como destaca Rita Segato (2017), em entrevista concedida a Marina Carbajal, publicada em 16 de dezembro de 2018 no portal *Página/12*, a violência sexual não é um problema moral, mas político: opera como linguagem de dominação e controle, expressando hierarquias que estruturam as relações sociais. Nesse cenário, o aborto legal deixa de ser um direito e passa a ser uma concessão — disputada ou negada por operadores do Estado que se colocam como curadores morais dos corpos infantis.

A análise do caso da menina do Piauí, emblemático da persistente violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, escancara as complexas barreiras que se interpõem entre a garantia legal do aborto em casos de estupro e sua efetivação concreta na vida das vítimas. Se a seção anterior buscou iluminar a gravidade e a persistência dessa “epidemia silenciosa” e como a opacidade estatal se manifesta na sua gestão, a seção que se segue aprofundará os múltiplos desafios que confinam meninas como a do Piauí às margens da proteção, explorando as dimensões históricas, sociais, políticas e institucionais que obstaculizam o acesso a um direito fundamental.

4. AS MARGENS DO ESTADO: A INACESSIBILIDADE AO ABORTO LEGAL E A PERPETUAÇÃO DA INJUSTIÇA REPRODUTIVA PARA MENINAS

Para Sonia Corrêa e Rosalind Petchesky (1996), o conceito de direitos reprodutivos provavelmente tem origem norte-americana³, mas suas raízes relativas às ideias de integridade corporal e autodeterminação sexual têm uma procedência mais antiga e culturalmente mais ampla. Argumentam as teóricas que, na América do Norte e na Inglaterra, essa reivindicação feminista assume uma versão afirmativa: possuir e controlar seus corpos e obter conhecimentos sobre sexualidade e satisfação sexual. Na América Latina do século XX, as feministas foram mais reticentes quanto à sexualidade das mulheres enfatizando um direito negativo: o de recusarem o sexo e a gravidez indesejada.

Entre as décadas de 1970 e 1980, movimentos em prol da saúde das mulheres surgiram em diversos continentes, incluindo a América Latina (Corrêa; Petchesky, 1996). A finalidade desses movimentos era alcançar o reconhecimento, seja no âmbito individual ou coletivo, para que as mulheres pudessem decidir sobre suas próprias vidas reprodutivas e sexuais em condições favoráveis de saúde, bem-estar econômico e social (Corrêa; Petchesky, 1996). O direito de decidir sobre fecundidade ou gravidez deveria ter como pressuposto as condições sociais, econômicas e políticas, conjecturas indispensáveis para tornar essas decisões possíveis.

Em 1979, a forte pressão dos movimentos feministas articulados globalmente resultou na Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Entretanto, toda a articulação internacional para que os Estados-membros implementassem, entre outras pautas, políticas internas de proteção aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, não foi suficiente para garantir estratégias abrangentes que promovam a igualdade de gênero e o acesso ao aborto legal.

O direito das meninas de não sofrerem violência sexual, de não serem forçadas a manter uma gravidez indesejada e de acessarem seus direitos reprodutivos livre de discriminação, coerção ou violência é desrespeitado em quase todas as sociedades, e o Brasil não é exceção. Embora a legislação brasileira seja considerada restritiva no âmbito latino-americano, o artigo 128 do Código Penal Brasileiro de 1940 excepciona a criminalização da interrupção da gestação decorrente de violência sexual.

Ainda assim, as meninas enfrentam diversas dificuldades para acessar esse direito, como a objeção de consciência de profissionais de saúde, equipes multiprofissionais reduzidas ou ausentes, inacessibilidade geográfica, desconhecimento dos direitos, falta de recursos estruturais e econômicos, além do prolongamento do percurso para o cumprimento dos requisitos de acesso, entre outros, o que configura, em sua essência, uma dupla violência contra a mulher (Gomes, 2021).

Como medida protetiva aos direitos de mulheres e meninas, o Ministério da Saúde editou, em 1999, a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres

³ O termo parece ter se originado com a fundação da Rede Nacional pelos Direitos Reprodutivos, nos Estados Unidos, em 1979. Os ativistas o adotaram na Campanha Internacional pelo Direito ao Aborto, na Europa, no início dos anos 1980. Na Conferência Internacional sobre a Mulher e a Saúde, realizada em Amsterdã, em 1984, a Campanha mudou oficialmente seu nome para Rede Global de Mulheres por Direitos Reprodutivos (Corrêa; Petchesky, 1996). Dessa forma, o conceito rapidamente se espalhou pelos movimentos de mulheres no Sul global. Por exemplo, em 1985, sob a influência de membros que haviam participado da conferência de Amsterdã, o Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu a Comissão sobre os Direitos de Reprodução Humana.

e Adolescentes (Brasil, 2012), atualizada em 2005 quanto aos requisitos para acesso ao aborto legal, estabelecendo que a palavra da vítima deve ser suficiente para a operacionalização do direito. Ao investigar as barreiras políticas, institucionais e as violências que surgem no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas, especificamente no acesso ao aborto legal decorrente de violência sexual (Sousa, 2022), percebe-se que a existência da lei, por si só, não é suficiente para efetivar direitos atravessados por questões que vão além da regulação, tais como o contexto de subordinação das mulheres às discriminações de gênero, o não reconhecimento da autonomia reprodutiva e as violências sistêmicas (Gomes, 2021).

O paradigma hegemônico da maternidade compulsória e a concepção da sacralidade da “vida do feto”, que violam “os direitos humanos à vida, à saúde, à liberdade e autonomia reprodutivas, à igualdade e não discriminação, e à autodeterminação sexual e reprodutiva das mulheres” (Galli, 2020, p. 3), são obstáculos que se somam como múltiplos processos de violências que subjagam o direito das meninas violadas. Na perspectiva de Lima (2020), a criminalização do aborto e o completo desrespeito à autonomia para decidir, mesmo diante de casos contemplados pelo permissivo legal – violência sexual que resulta em gravidez –, configuram um drama na vida de meninas expostas a ciclos contínuos de violência sexual, que ocorrem em proporções epidêmicas e são tratados com negligência pelo Estado brasileiro e pela sociedade (Gomes, 2021). Esse fenômeno violento associa-se a dois outros fatos sociais de grande magnitude na vida das meninas e no contexto social do Estado: a gravidez indesejada e a maternidade precoce (Bott et al., 2012), esta última muitas vezes concretizada pelas barreiras que impedem o acesso ao aborto legal (Contreras et al., 2010).

Dados do IPEA (2014) e de órgãos de segurança pública (2018, 2019) indicam que uma parcela relevante dos estupros resulta em gravidez, com taxas mais altas entre meninas de até 10 anos. Quase 60% das notificações de violência sexual em 2019 envolveram menores de 13 anos, e meninas de 10 a 14 anos têm risco triplicado de gravidez pós-violência, sendo as que menos acessam o aborto legal. O elevado número de meninas-mães (21.172 em 2018) evidencia a falha no acesso ao aborto legal previsto desde 1940 para essa faixa etária. Em 2013, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registrou que a maioria das vítimas de violência sexual (60,5%) era menor de 14 anos, sendo que 27% tinham menos de 9 anos. A violência sexual incide prevalentemente sobre meninas e, em mais da metade dos casos (57,8%), ocorre na residência das vítimas (Engel, 2020).

No contexto brasileiro, a persistente violação do direito ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual, mesmo amparado pelo artigo 128 do Código Penal, ilustra vividamente que as margens do Estado, conforme proposto por Talal Asad (2008), só são compreendidas quando se direciona o olhar para a incerteza onipresente da lei e para a arbitrariedade da autoridade que procura garantir a lei. A miríade de obstáculos enfrentados pelas meninas – desde a objeção de consciência até a ausência de serviços adequados – revela como a lei, embora existente, não se traduz em acesso equitativo, situando-as numa zona de ilegibilidade e desproteção.

Além da estrutura dos direitos reprodutivos, a perspectiva da justiça reprodutiva oferece um olhar crucial para a compreensão da inacessibilidade ao aborto legal para meninas no Brasil. Originado das experiências e da luta de mulheres negras nos Estados Unidos, esse conceito, como explicam Brandão e Cabral (2021), expande a noção de direitos ao enfatizar a necessidade de analisar as questões reprodutivas em sua interseção com raça, classe, gênero, sexualidade e outras formas de opressão.

A justiça reprodutiva nos desafia a questionar não apenas a legalidade do aborto, mas as condições materiais e sociais que possibilitam ou impedem que meninas, especialmente aquelas marcadas por múltiplas vulnerabilidades, como a menina do Piauí – negra, periférica e extremamente jovem –, exerçam sua autonomia reprodutiva. Sob essa lente, a negação do acesso ao aborto legal configura-se como uma profunda injustiça que perpetua desigualdades e viola o direito fundamental à integridade corporal e à autodeterminação, frequentemente exacerbadas pela opacidade estatal e pelas normas sociais de gênero.

Essa inacessibilidade é profundamente marcada por injustiças reprodutivas, conceito central na obra de Brandão e Cabral (2021). A justiça reprodutiva amplia a noção de direitos ao analisar como as questões reprodutivas se entrelaçam com eixos de desigualdade como raça, classe, gênero e sexualidade. No caso das meninas, a violência sexual, evidenciada pelos dados alarmantes sobre sua prevalência e as altas taxas de gravidez infantil (IPEA, 2014; Pedrosa et al., 2021), não as atinge de forma homogênea. A interseccionalidade, conceito fundamental desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), permite compreender como esses marcadores sociais específicos – ser menina, muitas vezes negra e de baixa renda, como no caso da menina do Piauí – potencializam a vulnerabilidade à violência e dificultam ainda mais o acesso a um direito legalmente previsto.

Esse panorama de direito legislado e não alcançado é uma rica via de análise etnográfica, ao revelar que o Estado é uma ilusão bem fundamentada de processos de sujeição e legitimação, emaranhado em um complexo de relações sociais e de poder entre grupos, agentes e organizações dentro de um campo de disputas que se desenvolve em torno do poder estatal, entendido como essa poderosa capacidade ficcionista de transformar, inovar ou manter condições que impactam, de formas e intensidades diversas, o cotidiano da vida das meninas (Muzzopappa e Villalta, 2011).

O sistema burocrático que obstaculiza o acesso ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual revela não apenas a ilusão de um Estado neutro e homogêneo, mas expõe um campo de poder permeado por interesses setoriais e por estruturas interseccionais de classe, raça, gênero e ideologias religiosas, que modulam a aplicação da lei. Se, por um lado, o Estado formalmente confere proteção às meninas, situando-as no 'centro' dos direitos, por outro, a violência sexual e a subsequente gravidez forçada as lançam à 'margem', negando-lhes o direito fundamental à decisão sobre seus próprios corpos e evidenciando a seletividade da atuação estatal. A análise etnográfica desse cenário revela, portanto, a urgência de desnaturalizar a ilusão de um Estado universalmente protetor e de confrontar as margens onde os direitos das meninas são sistematicamente negligenciados.

5. CONCLUSÃO

O caso da menina do Piauí, grávida aos 11 anos em decorrência de violência sexual, acende um alerta ao revelar as múltiplas camadas de exclusão que permeiam o acesso ao aborto legal no Brasil. Mesmo amparada pela legislação, essa menina — negra, periférica e de baixa renda — foi impedida de interromper a gestação, sendo submetida a um ciclo prolongado de violências: a agressão inicial, seguida da omissão institucional e da negação de cuidados e reparação.

Esse caso não é isolado, mas sim exemplar de uma estrutura social mais ampla. O arranjo familiar, a posição social e os marcadores de raça e classe revelam a lógica do mundo social analisado. A gravidez de meninas figura no centro da proteção estatal, enquanto o aborto legal permanece à margem. Nesse entrelaçamento de valores, desejos, normas e poder, meninas como a do Piauí flutuam entre proteção e desproteção, tornando visível a contradição entre o direito legalmente garantido e a realidade da sua inacessibilidade.

A investigação foi conduzida com base na etnografia de documentos e políticas públicas de proteção à criança e acesso ao aborto legal em decorrência de violência sexual, centrando-se no estudo do caso da menina do Piauí. Essa metodologia permitiu compreender os mecanismos institucionais, discursivos e normativos que, mais do que negligenciar, constroem ativamente barreiras ao acesso ao aborto legal.

A lente do biopoder, inspirada em Foucault, revelou como o Estado regula corpos e reprodução, priorizando implicitamente algumas vidas em detrimento da autonomia das meninas. O controle reprodutivo manifesta-se como um poder normativo seletivo, especialmente sobre corpos racializados, pobres e infantis. A análise interseccional, por sua vez, foi crucial para demonstrar que os marcadores sociais de gênero, idade, raça e classe não atuam isoladamente, mas se cruzam e intensificam a vulnerabilidade dessas meninas. Isso evidencia que a produção da inacessibilidade não é homogênea, mas seletiva, aprofundando desigualdades pré-existentes.

Por fim, a perspectiva da justiça reprodutiva adicionou uma dimensão crítica essencial, evidenciando que a negação do aborto legal não representa apenas uma violação da norma jurídica, mas uma injustiça estrutural que reproduz desigualdades e silencia a autonomia reprodutiva de meninas em situação de violência. Essa conjuntura conduziu à pergunta central deste artigo: como o Estado brasileiro opera concretamente na produção da inacessibilidade ao aborto legal para meninas vítimas de violência sexual? A análise demonstrou que o Estado brasileiro não atua como uma entidade homogênea e neutra. Ao contrário, opera concretamente na produção dessa inacessibilidade por meio da opacidade institucional, da discricionariedade de agentes públicos guiados por moralidades pessoais e da reprodução de normas sociais de gênero e controle.

Esse funcionamento contraditório revela o paradoxo da dupla face do Estado: aquele que legisla pela proteção da infância, mas que, na prática, implementa dispositivos de exclusão, punição e silenciamento. Há uma dissociação entre norma e prática, entre o que é garantido legalmente e o que é efetivamente acessível. É nesse descompasso que se identifica a ilusão de um Estado coeso, revelando suas margens: zonas de incerteza e arbitrariedade onde muitas meninas continuam confinadas, mesmo estando formalmente protegidas pela lei

Embora a lei exista, seu cumprimento depende de um emaranhado de disputas morais, relações de poder e interesses políticos. A superação dessa realidade exige um olhar atento às estruturas normativas e institucionais que sustentam a exclusão. É preciso deslocar o debate do plano moral para o campo dos direitos humanos, reconhecendo o aborto legal como um componente inegociável da justiça reprodutiva. Somente assim será possível transformar a promessa de proteção em uma realidade concreta, fazendo com que o direito ao aborto legal deixe de ser uma promessa vazia e se torne efetivo para aquelas que mais dele necessitam.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 279.
- ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del Estado? *Cuadernos de Antropología Social*, v. 27, 2008.
- BALBI, Fernando Alberto. Perspectivas en el análisis etnográfico de la producción social del carácter ilusorio del Estado. *Revista de Estudios Marítimos y Sociales*, v. 3, n. 3, p. 171-179, 2010.
- BERALDO, Ana; BIRCHAL, Telma de Souza; MAYORGA, Claudia. Aborto inducido: un estudio basado en las experiencias de las mujeres. *Revista Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1141>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Emendas Constitucionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 dez. 2023.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BRASIL. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: Norma Técnica*. Ministério da Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 124 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.
- BRANDÃO, Elaine Reis e CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, e200762, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200762>
- BOTT, Sarah, et al. *Violence Against Women in Latin America and the Caribbean: A comparative analysis of population-based data from 12 countries* [online]. Washington, DC: Pan American Health Organization, 2012 [citado 12 jul. 2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/hd/dmdocuments/2014/violence1.24-web>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *OHY-SIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p. 147-177, 1996. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/7150/mod_resource/content/1/Correa_Direitos%20Sexuais%20e%20reprodutivas_perspectiva%20feminista.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.
- ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina (Orgs.). *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10313/1/AViolencia_Cap_4.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.
- FAÚNDES, Aníbal, et al. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 28, n. 2, p. 126-135, 2006.
- FERREIRA, Heitor; COELHO, Danilo S. C.; CERQUEIRA, Daniel; ALVES, Paloma; SEMENTE, Marcella. *Efudicando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2880-port>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, v. 5, n. 10, p. 83-121, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Aula de 17 de março de 1976. Disponível em: <https://csociais.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade-pp-285-3151.pdf>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

GALLI, Beatriz. Desafios e oportunidades para o acesso ao aborto legal e seguro na América Latina a partir dos cenários do Brasil, Argentina e Uruguai. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/N9MnGX8cfigmzb6NVNm4BWYR/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GIANNINI, Renata Avelar; COELHO, Terine Husek. Evidências sobre violência contra mulheres no Brasil, na Colômbia e no México: tendências, desafios e caminhos para o futuro. *Artigo Estratégico*, n. 45. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2020-01-30-AE45_Evidencias-sobre-violencia-contra-mulheres-no-Brasil-na-Colombia-e-no-Mexico.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

GUIMARÃES, S.; ALMEIDA, D. V.; CARNEIRO, R. Aborto y una historia de vida: cuidarse a uno mismo, a los hijos y a las parejas en circulación. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-americana*, Rio de Janeiro, n. 28, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.28.08.a>. Acesso em: 2 dez. 2023.

GUIMARÃES, Paula. Dupla violência. *Intercept Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/01/30/aborto-juiza-piaui-antecipa-estatuto-nascituro-crianca-estuprada/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

GOMES, Ana Clara Rezende. *Barreiras para o acesso aos serviços de aborto legal na América Latina e Caribe: uma revisão sistemática qualitativa*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-09092021-095404/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LIMA, Nathália Diógenes Ferreira. *Entre silêncios, interdições e pessoalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no sertão*. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. 218 p.

MIGALHAS. *Aborto: o absurdo caso de criança grávida por estupro pela segunda vez*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/380946/aborto-o-absurdo-caso-de-crianca-gravida-por-estupro-pela-segunda-vez>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MORI, Leticia. BBC News Brasil em São Paulo. *As falhas em rede de proteção à infância no caso da menina de 12 anos grávida pela 2ª vez*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce57yx0p70mo>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUZZOPAPPA, et al. Los documentos como campo: reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 47, n. 1, p. 13-42, 2011.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Social determinants of health*, 2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1. Acesso em: 7 set. 2023.

ONU. *Declaração sobre os Direitos da Criança*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1989.

ONU. *Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*, 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTO DE CASA TAMBÉM FAZ MILAGRE: ANDARILHAGENS ETNOGRÁFICAS JUNTO A UMA TERAPEUTA POPULAR

*A saint from home also works miracles:
ethnographic walkthroughs with a popular therapist*

*Un santo de casa también hace milagros:
paseos etnográficos con un terapeuta popular*

GEORGE LUIZ NÉRIS CAETANO¹
ORCID: 0000-0002-8012-0648

ROSAMARIA GIATTI CARNEIRO²
ORCID: 0000-0002-1271-7645

RESUMO

Este conversatório dialoga com uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2021 e 2023, na Região Administrativa do Sol Nascente (DF), território urbano-periférico atravessado pela sindemia de Covid-19. A pesquisa desenrolou-se a partir da convivência com a interlocutora Mãe Batá, uma terapeuta popular, ialorixá e liderança comunitária, cujas práticas terapêuticas se ancoram em tecnologias ancestrais e populares de cuidado e cura, forjadas na intersecção entre religiosidade afro-brasileira, memória oral-ancestral e redes de sociabilidade. A escrita aqui proposta é situada e comprometida com o tensionamento do modelo biomédico hegemônico, reivindicando a legitimidade dos saberes e fazeres contra-hegemônicos como formas insurgentes de cuidado. Trata-se de um texto posicionado no método da encruzilhada, que revisita o passado para construir o futuro, questionando os protocolos metodológicos da branquitude. A Casa da interlocutora, em sua dimensão simbólica e política, é centralizada como território de encruzilhada, lugar de produção de saúde, memória e resistência. Ao narrar as inventividades de cuidado cotidiano de Mãe Batá – rezas, benzeções, acolhimentos, partilhas –, propomos uma reflexão sobre o Sistema Terapêutico Popular de Saúde, que opera fora da lógica técnico-normativa e recusa a tutela institucional. Reivindicamos, aqui, uma escrita insurgente, que assume a parcialidade como método e a confluência como ética, mobilizando a etnografia como ferramenta de denúncia e também de cuidado. O texto constrói-se nos entremeios do fazer-pesquisa situado e afetado, atravessado pelas interlocutoras e pelo próprio território, tendo como alicerce os registros de campo, os silêncios partilhados e os bastidores da andarilhagem etnográfica.

Palavras-chave: Etnografia; Memória oral-ancestral; Tecnologias do Cuidado; Terapeuta Popular.

ABSTRACT

This conversation piece engages with an ethnographic research carried out between 2021 and 2023 in the Administrative Region of Sol Nascente (Federal District, Brazil), an urban-peripheral territory crossed by the Covid-19 syndemic. The research unfolded through a process of coexistence with the interlocutor, Mãe Batá, a popular therapist, ialorixá, and community leader, whose therapeutic practices are grounded in ancestral and popular technologies of care and healing, forged at the intersection of Afro-Brazilian

¹ Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), tem pesquisado sobre o Sistema Terapêutico Popular de Saúde e as Tecnologias Ancestrais e Populares de Cuidado e Cura. Pedagogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Assessor de Planejamento da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM). E-mail: george.caetano@ebserh.gov.br

² Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA). É Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: rosa.carneiro@unb.br

religiosity, oral-ancestral memory, and sociability networks. The writing proposed here is situated and committed to the tensioning of the hegemonic biomedical model, claiming the legitimacy of counter-hegemonic knowledge and practices as insurgent forms of care. This is a text positioned within the method of the crossroads, which revisits the past to build the future, while questioning the research protocols of whiteness. The interlocutor's House, in its symbolic and political dimension, is centered as a crossroads territory, a space for the production of health, memory, and resistance. By narrating Mãe Batá's everyday inventiveness in care - prayers, blessings, welcoming, shared rituals - we propose a reflection on the Popular Therapeutic Health System, which operates outside the technical-normative logic and rejects institutional tutelage. Here, we advocate for an insurgent writing that embraces partiality as method and confluence as ethics, mobilizing ethnography as both a tool of denunciation and a practice of care. The text is built in the interstices of a situated and affected research-making, traversed by the interlocutors and by the territory itself, grounded in fieldnotes, shared silences, and the backstage of ethnographic wandering.

Keywords: Ethnography; Oral-ancestral memory; Technologies of Care; Popular Therapist.

RESUMEN

Este conversatorio dialoga con una investigación etnográfica realizada entre 2021 y 2023 en la Región Administrativa de Sol Nascente (Distrito Federal, Brasil), un territorio urbano-periférico atravesado por la sindemia de Covid-19. La investigación se desarrolló a partir de la convivencia con la interlocutora, Mãe Batá — terapeuta popular, ialorixá y lideresa comunitária, cuyas prácticas terapéuticas se anclan en tecnologías ancestrales y populares de cuidado y sanación, forjadas en la intersección entre religiosidad afrobrasileña, memoria oral-ancestral y redes de sociabilidad. La escritura aquí propuesta es situada y está comprometida con el tensionamiento del modelo biomédico hegemónico, reivindicando la legitimidad de los saberes y haceres contrahegemónicos como formas insurgentes de cuidado. Se trata de un texto posicionado en el método de la encrucijada, que revisita el pasado para construir el futuro, cuestionando los protocolos de investigación de la blanquitud. La Casa de la interlocutora, en su dimensión simbólica y política, se centraliza como territorio de encrucijada, un lugar de producción de salud, memoria y resistencia. Al narrar las invencionalidades del cuidado cotidiano de Mãe Batá - rezos, bendiciones, acogidas, partilhas - proponemos una reflexión sobre el Sistema Terapéutico Popular de Salud, que opera fuera de la lógica técnico-normativa y rechaza la tutela institucional. Reivindicamos aquí una escritura insurgente, que asume la parcialidad como método y la confluencia como ética, movilizand la etnografía como herramienta de denuncia y también de cuidado. El texto se construye en los entre-mundos del hacer-investigación situada y afectada, atravesada por las interlocutoras y por el propio territorio, teniendo como base los registros de campo, los silencios compartidos y los bastidores de la andarilhagem etnográfica.

Palabras clave: Etnografía; Memoria oral-ancestral; Tecnologías del cuidado; Terapeuta popular.

1. ABRINDO O CONVERSATÓRIO - CORRE A TUA GIRA, EXÚ!

Na última década, entre 2016 e 2022, o Brasil atravessou um período sombrio em que a desinformação foi institucionalizada como armamento de guerra, e a ciência foi sistematicamente desacreditada. O país foi entregue ao labirinto do extremismo político, ideológico e religioso, em que se ergueram tribunais de exceção nos quais leigos se autoproclamaram magistrados. Na contramão da democracia, elegeram para si um falso messias, imbuído de uma falsa missão, a de exorcizar o tão temido “fantasma comunista”.

Fizeram-nos crer que a Covid-19 não passava de uma “gripezinha”, que o Brasil “não podia parar” e que era preciso acelerar o crescimento público e privado em detrimento das valas coletivas que se abriam e fechavam diariamente. Ridicularizaram o uso de máscaras, desdenharam do isolamento social e transformaram décadas de ciência em factoides grotescos. De repente, o conhecimento acumulado por especialistas foi eclipsado por mensagens apócrifas disparadas em grupos de aplicativos. Chamaram-nos de “traidores” e, com o trânsito em julgado, condenaram-nos ao exílio imaginário de “Cuba”, como se a luta pela vida fosse um crime de traição à pátria.

Se antes nos orgulhávamos da erradicação da extrema pobreza, passamos a nos horrorizar, entre os anos de 2020 e 2022, com cenas diárias de famílias inteiras revirando sacos de lixo, disputando ossadas em frigoríficos na tentativa desesperada de extrair dos resíduos da dignidade humana algo que pudesse os alimentar. A pandemia nos aterrorizou com sua virulência mutável e descontrolada, mas foi a fome, o ódio e

o desemprego que se tornaram mazelas ainda mais brutais. Entre negacionismos e múltiplas violações dos Direitos Humanos, consolidou-se uma utopia distorcida em que a vacina virou inimiga, e a própria vida, um bem negociável.

Reescreveram a nossa história: o golpe virou revolução; a cloroquina, a salvação. Receitaram placebos ideológicos e experimentos farmacológicos, sustentados apenas pelo dogma da conveniência. Diante disso, não restava dúvida: estávamos em uma encruzilhada em que a pandemia revelava sua real natureza: não uma crise sanitária isolada mas uma sindemia (Segata *et al.*, 2021), um entrelaçado perverso de colapsos sanitários, sociais, políticos, econômicos, éticos e morais. Não era apenas um vírus que adoecia corpos; tratou-se de uma estratégia sistematizada que, com requintes de crueldade, adoeceu um país inteiro.

É justamente nesse cenário de incertezas e devaneios que este estudo se desenrola. Durante os anos de 2021 e 2023, entre as veias abertas da Região Administrativa do Sol Nascente, no Distrito Federal, acompanhamos o cotidiano de uma terapeuta popular, Mãe Batá, testemunhando suas invencibilidades para o acionamento de tecnologias de cuidado e cura (Porto; Galvão, 2022), para si e para a sua comunidade. Entre os limites técnico-operacionais, buscamos compreender o papel da interlocutora na tomada de decisões para o cuidado em saúde e o resgate e manutenção da memória oral-ancestral e popular da sua rede de sociabilidade (Guimarães, 2017).

Na melhor das hipóteses, este poderia ser apenas um relato sobre a criação, manutenção e transferência de saberes, fazeres e práticas ancestrais e populares em saúde. No entanto, o que emerge aqui é o realocamento, para o centro, das tecnologias de cuidado e cura, imersas noutras fontes epistemológicas, distantes das do Hemisfério Norte. É um texto sobre como a interlocutora, acompanhada dos seus pares, transita do sistema cultural para o sistema social de saúde (Langdon, 2001), sem perder a sua identidade, no micro, e a sua territorialidade, no macro das tensões contra o etnocentrismo, epistemicídio e o sequestro do Ser e Estar (Carneiro, 2005) no mundo enquanto guardiã da Vida.

Dessa forma, este é um produto etnográfico, emergido não apenas no território de uma terapeuta popular mas entrelaçado aos miúdos da sua práxis diante de tantas investidas contra a sua existência, sua memória e seu corpo, agora corpo-político e corpo-território (Castilho; Guimarães, 2021) que existe, cria, inventa, dança, celebra – do corpo que está vivo, seja no plano material, seja no plano imaterial. Trata-se, também, da beleza do encontro entre o pesquisador e a interlocutora, a partir da cozinha da casa, do quintal sendo varrido, das rezas e da desinstitucionalização do “jaleco branco” como sistema universal de saúde.

Assim, abrimos o nosso conversatório ancorados na compreensão do método etnográfico como exercício de acerto e desacerto, na imprevisibilidade da experiência em campo – que, nesse caso, não foi um espaço neutro de observação, mas a própria casa da interlocutora. Ali, onde os afetos se entrelaçam às tecnologias de cuidado e cura, a identidade se constrói e os tecidos sociais se remendam, experimentamos a etnografia como uma densa travessia, resgatando a ideia de “descrição densa” apresentada por Clifford Geertz (1989), em que o território se faz pessoa e a pessoa, território.

Dialógico em relação a esse momento, propomos entrelaçar, com os fios cedidos por Sílvia Guimarães (2017), Soraya Fleischer (2018; 2022), Rosamaria Carneiro (2021) e Sônia Maluf (2005; 2021), a tessitura do vasto e complexo Sistema Terapêutico Popular de Saúde. Nele, o terapeuta popular emerge como figura estratégica, sustentando a pluriversatilidade das suas tecnologias de cuidado e cura em territórios onde o Estado se ausenta e seus instrumentos falham em garantir as múltiplas formas de assistência.

Nessa andarilhagem, ato de quem procura entender o lado de cá e o de lá, desaguamos nas estratégias e nos atravessamentos do pensar e fazer saúde, em que o cuidado se manifesta não apenas como prática, mas como política de existência contracolonial, resistência decolonial e afirmação libertária (Castilho; Guimarães, 2021). Uma escrita que recusa a metodolatria (Janesick, 2007) e que não se dobra à rigidez das normas técnicas, mas se rende à potência do encontro, resultado de um “deixar-se afetar”, de um ser atravessado pela passagem do Outro em nossas Vidas, a partir do método da encruzilhada (Caetano *et al.*, 2025).

2. QUEM VEM LÁ?

“Quem vem lá?”, perguntou Mãe Batá ao nos receber em seu portão. Uma saudação que carrega o acúmulo do tempo e das memórias que insistem em permanecer. A pergunta ressoa como um chamado, uma convocação para o reconhecimento, em contraste com a história da árvore na Costa do Benin, em Wuidá

(Kimura; Mendes, 2021), onde os sequestrados-escravizados eram obrigados a girar ao redor do tronco para perderem a memória da Vida livre (Caputo, 2012). Um ritual de esquecimento imposto, em que a violência não se limitava ao corpo, pois atravessava a identidade, dissolvendo raízes e interditando pertencimentos. No portão de Mãe Batá, a pergunta não apenas anuncia chegadas, mas realinha existências.

“Quem vem lá?”, não é apenas uma saudação dirigida ao corpo que transita pelo território, mas um chamado que ecoa para além da presença física. É uma interrogação que reconhece o Outro em sua inteireza, no entrelaçamento de identidades, percursos e ancestralidades. Não pergunta apenas quem chega, mas o que chega com ele, sendo a invocação do corpo-político e o corpo-território (Castilho; Guimarães, 2021). Mas há, de fato, necessidade de responder à pergunta da interlocutora? A resposta se faz necessária quando se entende que a interrogação não é uma mera formalidade, mas parte de um acordo sutil de convivência entre o pesquisador e a interlocutora.

Assim, a pergunta se expande, transborda sentidos e, ao longo das visitas, revela-se como um fio que tece e retece as relações dentro da vasta e densa rede de sociabilidade (Guimarães, 2017) que a terapeuta popular sustenta para a promoção de cuidados e cura, em si mesma, a partir da sua casa, na sua cosmologia de Vida.

Para você ver, meu filho! Quando eu morava no interior, você chegava na casa de alguém e, naquela época não tinha isso de portão de ferro nas casas não, era tudo aberto, e você ia entrando e, lá do quintal a dona da casa gritava “quem vem lá?”. Hoje nem tem mais isso. Tem o portão que te impede de entrar, não é?! Eu gosto de perguntar, me faz sentir que não estou presa, parece que viajo no tempo, você acredita, menino?! Não vai colocar aí que eu sou louca, hein?! [fala gargalhando]. Tem história que somente gente velha vai entender. É besteira para uns, mas me faz lembrar donde eu vim. Eu quero saber quem vem até à minha porta, mas quem lida com energias, como a gente, não está perguntando por perguntar, pergunta para as Almas, pergunta para o Povo da Rua. Vem com maldade? Vem com boa companhia? (Mãe Batá).

E, quem é que nos coloca diante da indagação? É a Cozinheira no salão paroquial. Também é possível achá-la como a Madrinha do Bigorna, ou Tia do doce, Dona Maria das Farinhas, Marcelina das Jacas ou a Tia das costuras de quadrilha. Nome é algo que não faltará para a mesma pessoa, mas, em cada contexto e situação, haverá uma recepção específica para o interessado. De todo modo, estamos falando de uma mulher em constante expansão do seu afeto, que sabe dar narrativa para fatos miúdos na comunidade e costura bem os retalhos de cada pessoa que a constrói enquanto zeladora de Orixá.

Mãe Batá é um misto denso, emocionado e sincero da realidade da periferia do Distrito Federal, distante da atenção do Estado que privilegia outras regiões da cidade. Não espere de Mãe Batá muita objetividade nas falas, atos ou gestos. Como mulher iniciada no candomblé de Ketu, é alguém que dá tempo ao tempo, que se apegue ao analógico, que narra meio mundo de causos para não dar satisfação do segredo que carrega sobre as suas tecnologias de cuidado e cura. A participação de Mãe Batá – nome que usa no terreiro e que elegeu como forma de tratamento para esta pesquisa – é um resgate histórico da própria composição da Ceilândia, a maior Região Administrativa do Distrito Federal.

A sua casa está na divisa entre a zona rural e a urbana, logo é moradora fronteira, sem CEP. Em um terreno com inúmeras árvores sacralizadas, Mãe Batá conta com uma infraestrutura acolhedora e afetiva, tendo construído ali um barracão de candomblé pequeno que se funde à sua própria casa, fato que coloca a Mãe Batá imersa em sua religiosidade constantemente.

Quando cheguei aqui era barro, mas era tanto barro que dava para dar e vender, se quisesse. Esta parte toda aqui atrás [fala apontando para atrás do muro, sentido norte] era só mato, que o povo usava para desovar corpos. Tinha de tudo aqui, ainda tem se você procurar. Mas a vida tem sentido para tudo, menino. Vê só, você chegar nessa rua, toda esburacada, com casas bonitas no começo e outras arrumadinhas no meio, mas é aqui, já no final dela que você encontra um terreiro, bem escondido. O que é final para uns, é recomeço para outros. Também sou filósofa, não está vendo? [gargalha ao final]. A vida não é fácil para quem nasce preto e pobre, todo mundo sabe disso. Mas olhe só, estou viva. Isso significa que eu contrariei a lógica de alguém, não é? A pessoa que chega num lugar como este vem pensando que aqui só tem gente do mal, mas não, meu filho, aqui tem trabalhador, gente que mata um leão, um dragão, um urso e o que mais for preciso para voltar vivo para casa (Mãe Batá).

Reconhecida como uma tomadora de decisão em sua comunidade, M. M. S. N., 68 anos, autodeclara-se negra e atua como ialorixá, ou Mãe de Santo – como se autorreferência em alguns momentos –, no território do Sol Nascente, espaço de resistências e insurgências encravado na periferia do Distrito Federal, quase em Goiás. É apaixonada por samba e, quando canta, para os mais desavisados, passa facilmente a impressão de estar dublando a cantora Alcione, fato que a faz gargalhar sempre que alguém comenta a semelhança. Possui ensino médio completo, mas, em termos de conhecimento empírico do culto afro-diaspórico, é uma Doutora *Honoris Causa*. Gosta de celebrar a Vida cantarolando ora cantigas de candomblé, ora *fiéis* do momento.

O seu trabalho com a religiosidade africana molda o seu próprio corpo, imprimindo nele trejeitos, como a “quebrada” no ombro ao enfatizar algo ou a forma como anda quando está refletindo sobre alguma demanda do lar, com o andar arrastado, a mão direita na cintura e a esquerda colada ao queixo, destacando as unhas sempre longas e esmaltadas com cores chamativas. Ao longo da nossa convivência com a Mãe Batá, foi recorrente ouvi-la se referir às suas práticas de cuidados ancestrais e populares como “meu trabalho”.

Isso está presente no discurso da interlocutora como uma autoafirmação, ressignificando o que se entende por trabalho no contexto dos seus saberes-fazer de cura. Trata-se de uma ocupação que carrega múltiplos sentidos: espiritual, comunitário, terapêutico e também político. Não se limita à prestação de serviço nos moldes liberais, tampouco de ação filantrópica, fugindo do estereótipo romantizado que a branquitude lança sobre as práticas terapêuticas ancestrais e populares. Há, inclusive, a prática de “pagar o chão”, um valor simbólico destinado a cobrir os gastos com o preparo dos cuidados e a retribuir o tempo oferecido.

Nesse contexto, trabalho é também cuidado, é tempo sagrado, é a forma como essas pessoas alocam as suas cosmo percepções acerca das suas ocupações. O despacho na encruzilhada é, por exemplo, de igual forma, uma troca material com Exú, o mensageiro entre os mundos. Da mesma maneira, é esperado que algo seja deixado para trás, a fim de se pagar a travessia na encruzilhada desses saberes-fazer de cuidados e, não se está falando apenas do dinheiro, até porque esse trabalho é de várias formas, como com um saco de farinha que a vizinha trouxe da viagem ao interior de Minas Gerais ou do lote capinado pelo filho da outra vizinha que precisou de xaropes e algumas raízes. Ou seja, a relação e o próprio conceito de trabalho são diferentes do entendimento do capital e do mercado.

Para cada pessoa com quem tem contato, Mãe Batá oferece uma fração de si, uma porção de sua essência, divisão essa que passa a fazer sentido quando, por exemplo, os seus filhos de Santo se reúnem e cada um tem dela um fragmento de memória oral-ancestral que faz parte de um itinerário terapêutico que atravessou a Vida dessa mulher fazedora de saberes e conhecimento.

Olha, meu filho, eu posso dizer que sou parteira, mas nem se vê mais isso hoje em dia. Antigamente a gente via parteira, hoje, ouvi dizer, é até proibido em alguns lugares. Não sei se é verdade, mas eu fico com medo. Pelo sim, pelo não, coloca aí que sou parteira. Benzedeira, isso aí pode colocar sem medo, benzo de tudo! Menino, coloca aí também que sou rezadeira. Tem diferença entre benzedeira e rezadeira. Eu aprendi as duas coisas. Mas sabe uma coisa, [fixa o olhar numa das árvores sacralizadas no quintal, como se esperasse de mim uma resposta] eu não acredito que você colocando aí que eu sou isso ou aquilo não faz muita diferença não, sabe?! Quem se preocupa com título são vocês da universidade, aqui na vida real o povo quer saber quem vai resolver o problema, se tem nome ou não tem, pouco vai importar, o importante é fazer dar certo. Depois você coloca aí que eu sou benzedeira e aparece aqui o “sindicato das benzedeiras de Brasília” [fala em tom irônico] cobrando imposto disso ou daquilo. Quando der fé está é o Governo dizendo como que benze, se pode ou não pode usar água da torneira, se tem que lavar a erva e se você não fizer do jeito que mandarem, toma-lhe multa! Gente que nunca passou pelo processo quer dar aula de como é que se faz [fala em tom sério, batendo a ponta do pé esquerdo com firmeza, como se estivesse atingindo algo que se movia] (Mãe Batá).

3. O FAZER-PESQUISA COM O MÉTODO DA ENCRUZILHADA

A primeira etapa deste projeto de pesquisa consistiu na revisão da literatura e na busca por referenciais teóricos, um movimento necessário para embasar a ida ao campo. Percorrer o que já foi produzido sobre os sistemas tradicionais e populares de saúde permitiu não apenas antever possibilidades, mas também identificar eventuais lacunas pré-existentes ou mesmo aquelas que tenham surgido no cruzamento das leituras.

Essa etapa, longe de ser um protocolo burocrático, é um exercício de abertura: ao se realizar uma leitura sincera e livre de amarras conceituais, aguça-se o olhar para o novo. Aprendemos muito nesses diálogos com outros autores, e a contribuição é inegável. No entanto, ao revisitar certas obras, como a de Lilian Pacheco (2016), logo percebemos que parte essencial desse referencial não está nos livros, mas na própria memória oral-ancestral que se revela nas idas e vindas às casas das interlocutoras. Assim, deslocamos a literatura para um segundo plano, permitindo que as conversas e narrativas emergissem como protagonistas do processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, demos início à busca por nomes que pudessem ressoar as experiências e vivências que se desdobravam no campo. Mas, mais uma vez, nos deparamos com o obstáculo da pandemia de Covid-19, bem no meio do caminho, e tudo se tornou ainda mais complexo (Segata, 2020). O acesso aos Agentes Comunitários de Saúde, estratégia que, em outros momentos, teria sido essencial para mapear o território e identificar possíveis atores, foi inviabilizado. Foi então que partimos para uma busca ativa, recorrendo ao que restava: o boca a boca.

Perguntamos a um, a outro, seguimos rastros na internet, consultamos trabalhos já publicados, dialogamos com pesquisadores. Aos poucos, os caminhos foram se (re)desenhando, e, ainda que de maneira fragmentada e incerta, foi possível chegar a algum lugar. O perfil procurado era amplo, assim como a busca, mas havia um critério de inclusão claro quanto ao trabalho com a memória oral-ancestral, bem como o respeito à relação com a comunidade em que residia o(a) provável interlocutor(a), a fim de se observar os múltiplos atributos sistematizados e descritos por Sílvia Guimarães (2017), que conferem ao ator popular a outorga de terapeuta popular.

A identificação desses atores ocorre, de acordo com Sílvia Guimarães (2017), pela sensibilidade com que compreendem o sujeito em sua totalidade. Não se trata apenas de conhecer técnicas ou rituais, mas de ser capaz de dialogar por meio dos códigos culturais locais, ser referência na comunidade, decodificar as determinações dos males físicos e espirituais daqueles que os procuram. São também articuladores entre diferentes sistemas de saúde, encaminhando, orientando, dando sentido ao sofrimento e, assim, legitimando as dores relatadas e, por muitas vezes, ignoradas pela clínica médica convencional.

A busca retornou com três mulheres, todas de forte enraizamento territorial e profundamente ligadas à memória oral-ancestral e às suas tecnologias de cuidado e cura. Esse achado, embora animador, trouxe consigo reflexões sobre as barreiras que se impunham à pesquisa. Encontrar, em tão curto tempo, três interlocutoras dispostas a participar do projeto elevou nossas expectativas, mas também nos fez questionar como suas histórias se entrelaçariam na tessitura da pesquisa.

Além disso, suas formas de atuação eram marcadamente distintas, o que nos levou a revisitar constantemente a literatura e a redimensionar nossas próprias hipóteses. De um lado, temos a terapeuta popular que compreendia seu ofício como um dom divino, sustentado em uma cosmologia própria. Do outro, aquela que via nas tecnologias ancestrais e populares de saúde uma maneira de complementar a sua renda. Nenhuma das perspectivas era menos legítima que a outra, pelo contrário, evidenciavam a pluriversatilidade de sentidos atribuídos ao fazer terapêutico e as diferentes maneiras de Ser e Estar em um contexto sócio-histórico binário, da necessidade e da provisão.

Em ambos os casos, reforçam Sílvia Guimarães (2017) e Vítor Araújo (2018), não há certo ou errado. A subsistência é parte inerente do trabalho manual, ocupando grande parte da jornada útil do dia, sendo preciso desromantizar o cuidado popular. No entanto, Sílvia destaca que o perfil predominante entre terapeutas populares está na constituição de redes de solidariedade, sendo essa uma marca fundamental de muitas práticas terapêuticas. A fé e o ofício de cuidar e curar frequentemente caminham juntos, e, no contexto de deidades e divindades, a caridade ocupa um patamar central. Ainda assim, esta não deve ser vista como a única possibilidade de atuação desses terapeutas, pois há multiplicidade de sentidos e formas de sustentar essa prática no mundo.

Iniciamos a coleta de dados ainda de forma virtual. Tanto nós quanto as interlocutoras, tínhamos restrições e ressalvas quanto aos encontros presenciais. A cobertura vacinal contra a Covid-19 ainda não estava completa e os recursos financeiros eram limitados, impossibilitando a aquisição em grande escala de equipamentos de proteção individual (máscaras, capotes, viseiras, luvas etc.), tanto para o nosso uso quanto para oferecê-los às interlocutoras. Diante disso, optamos pelas videochamadas via *WhatsApp*. A escolha partiu da praticidade, sem necessidade de *links* ou cadastros em plataformas, bastava atender à solicitação da chamada. Para o registro, utilizamos a ferramenta de gravação de tela do sistema *iOS*, no *iPhone*. Com as primeiras gravações, realizamos reflexões metodológicas para avaliar a qualidade do material produzido.

Do outro lado da tela, esperava-se que as interlocutoras estivessem em ambientes com boa conexão à *internet*, preferencialmente iluminados e silenciosos. Além disso, poderiam ou não contextualizar as suas falas com elementos lúdicos, trazendo para a cena objetos e símbolos que representassem seus ofícios e suas práticas terapêuticas. Pode-se considerar um belo equívoco – talvez ingênuo, mas não menos significativo – a tentativa inicial de um mestrando em Saúde Coletiva, homem-branco-cis, de entrevistar essas mulheres virtualmente. A impossibilidade desse formato logo se revelou evidente. A fim de identificá-las, Mãe Batá foi a interlocutora 3. As demais foram denominadas, ficticiamente, de Joana (interlocutora 1) e Isa (interlocutora 2).

Havia um fator crucial, todas elas acumulavam múltiplas responsabilidades domésticas. Joana, além de funcionária de uma escola pública, enfrentava uma jornada árdua que se estendia para além do trabalho formal, fundindo-se às demandas do lar. Isa, por sua vez, cuidava de quatro filhos, todos menores de 12 anos. Como essas mulheres poderiam se dedicar a uma videochamada de mais de 20 minutos? E, sendo a

etnografia um método que se ancora na oralidade e na observação do Outro, como aferir o impacto dessa abordagem remota? O resultado foi que apenas Mãe Batá pôde e aceitou seguir na pesquisa. Joana e Isa desembarcaram do projeto.

Os motivos das desistências são inúmeros, mas ainda assim insuficientes para dimensionar o impacto dessa perda sobre mais de 12 meses de vivência em campo e coletas realizadas. A sindemia de Covid-19 não apenas impôs obstáculos logísticos, mas exigiu uma profunda readequação da pesquisa qualitativa, forçando-nos a encarar um novo perfil social emergente, afogado em discursos extremistas, odiosos e avessos ao multiculturalismo. O tempo amadurece o pesquisador e, com ele, o olhar sobre a pesquisa se entrelaça às novas percepções sobre o que é saúde, sobre a dinâmica dos participantes e sobre a relação entre o “estrangeiro” (pesquisador) e os “nativos” (interlocutores), buscando em Mariza Peirano (2014) algo sobre esse nativo/etnógrafo, de alguém que fala do próprio território, de algo que lhe é familiar, mas noutro contexto, como o acadêmico, que é o exótico.

Essa percepção mais amadurecida do “fazer-pesquisa” em meio à sindemia de Covid-19 encontra eco no questionamento lançado coletivamente pelos pesquisadores do Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA): como fazer pesquisa etnográfica durante a sindemia de Covid-19? Em uma série de encontros virtuais realizados em 2021, o grupo propôs a leitura de três obras fundamentais sobre pesquisa qualitativa, buscando compreender quais estratégias metodológicas podiam ser adotadas diante do cenário sindêmico e que pudessem dar cabo ao questionamento.

O CASCA tornou-se um espaço de troca e construção para este trabalho, um lugar-espço de orientação compartilhada, auxiliar no despertar para novos olhares, inclusive para aquilo que até então passava despercebido neste estudo. E aqui cabe um ponto fundamental: o processo de escrita compartilhada é uma experiência única, que não apenas enriquece a produção textual, mas também fortalece os laços entre aqueles que se envolvem no projeto. Foi então, a partir desses encontros, que compreendemos que o desembarque de duas interlocutoras não se restringia à nossa pesquisa. Era um fenômeno mais amplo.

Algumas pesquisadoras precisaram se despedir do projeto inicial e criar um projeto totalmente novo. Outras adaptaram o planejamento original, ponderando sobre as perdas e dificuldades no caminho. E várias transformaram percalços em oportunidades, aproveitando para ver outras nuances sobre o outro e sobre si, sobre a alteridade e uma antropologia possível. Foram alterações impostas, mas também escolhas feitas (Fleischer et al., 2022, p. 432).

A reflexão maior, aqui, está em entender que a pesquisa qualitativa se debruçou não só no objeto do projeto, mas também na própria sindemia, ou seja, como observam Soraya Fleischer *et al.* (2022), passou-se a pesquisar a sindemia de igual forma e peso, como se estivesse desenvolvendo duas pesquisas concomitantes no mesmo campo. Falar de emoção, afeto e sentimento em um texto científico, diriam os mais meticolosos, soa como um solilóquio. Mas há silêncios que gritam, há ausências que pesam como dados e há vivências que não cabem na assepsia da linguagem acadêmica.

Há um luto metodológico em tela. Um sentimento próximo ao “*anthropological blues*” descrito por Roberto DaMatta (1978), em que o pesquisador se vê sozinho diante dos rastros de sua própria investigação. Durante a sindemia, essa solidão não foi apenas um efeito da pesquisa, mas a própria substância do campo: interlocuções interrompidas, diálogos sufocados, parcerias dissolvidas, algumas delas pela distância ideológica, outras pela própria finitude da Vida. Relatar esse itinerário etnográfico é mais do que um detalhe metodológico, é considerar que, em meio ao caos, a pesquisa se reconfigura, e o pesquisador, ainda que hesitante, segue por caminhos que não escolheu, mas que se impuseram ao trabalho (Fleischer, 2018).

Na etnografia, há momentos em que o método se curva à Vida, e o cronograma projetado perde para os desvios incontornáveis do campo. Não se trata apenas de resignificar o inesperado, mas de aceitá-lo como parte essencial do que se investiga. Soraya Fleischer (2018) percorreu os caminhos da hipertensão arterial entre idosos residentes na periferia de Brasília, onde o controle da pressão arterial não se limitava à rigidez biomédica dos fármacos, mas transitava pelas estratégias silenciosas de um cuidado inventivo. Entre ervas, crenças e remédios colhidos na confiança das tecnologias ancestrais e populares de cuidados e cura em saúde, os idosos equilibravam o cultural e o social da saúde e ciência, subvertendo a lógica tecnicista com a sabedoria das cuidanças não-farmacológicas do cotidiano.

A autora, com um olhar bem-humorado, costura histórias de Vida, reconhecendo que há tanta evidência na reza quanto na bula. Nessa travessia metodológica, também experimentamos os ritmos incertos da pesquisa em campo. Idas e vindas, diálogos interrompidos, tentativas frustradas de ampliar o leque de interlocutores. A preocupação inicial se impunha: como sustentar uma escrita etnográfica a partir de uma única voz?

Lançamos convites nas redes sociais, batemos às portas de projetos comunitários, buscamos referências entre Agentes Comunitários de Saúde e, mesmo à distância, esbarramos na recusa silenciosa de quem apenas sentia medo. O que se desenhava não era apenas a ausência de respostas, mas a presença de um medo difuso.

Não se tratava da recusa ao diálogo, mas um grito contido: o silêncio de quem aprendeu a se esconder para sobreviver. O Brasil do campo de pesquisa não era, à época, um país seguro para curandeiras, parteiras ou benzedeiras, ao menos para os atores pertencentes a outros grupos étnico-raciais. Entre terreiros incendiados e corpos invisibilizados, a fé e o cuidado tornaram-se trincheiras, e a escolha pelo anonimato, uma forma de sobrevivência. Não sem razão, Sílvia Guimarães (2017) já apontava a resistência desses terapeutas populares, operando entre margens e encruzilhadas, desafiando a ciência única e seu falso universalismo.

O método da encruzilhada (Caetano *et al.*, 2025) não é apenas um princípio epistêmico e político, mas um espaço-lugar de travessia, onde saberes-fazer-práticas se tensionam e se reconhecem sem a pretensão de captura. Ele opera na confluência entre corpo, território e memória, recusando-se à fixidez da metodologia eurocentrada e reivindicando uma produção de conhecimento situada, insurgente e afetada pela justiça social. No campo, essa metodologia se manifesta como um dispositivo de escuta e pertencimento, permitindo que o saber emergja dos entremeios do encontro, atravessado pela oralidade e pela cosmopercepção dos protagonistas dos saberes ancestrais e populares.

A encruzilhada, nesse sentido, não é metáfora, mas sim um princípio metodológico libertário, contra-hegemônico e descolonial, que desloca a produção científica da normatização institucional e a reinscreve na Casa como espaço de inventividade e oralitura. Em vez de impor uma técnica de coleta, a encruzilhada convoca um fazer-pesquisa que se deixa atravessar pelo campo, respeitando os ritmos da Casa, os silêncios do cuidado e os interditos da espiritualidade, reafirmando a parcialidade como ética e o pertencimento como critério de legitimidade.

A partir disso, o referencial teórico serviu como bússola na busca ativa, revelando um contraste inquietante: em quais encruzilhadas estão os terapeutas populares do Distrito Federal? Por que as suas vozes se amiúdam? Como a conjuntura política molda suas respostas ou os seus silêncios? A resposta – cortante – veio de uma das respondentes/interlocutoras, na fase de inclusão e vínculo com o projeto.

Eu lamento muito! MUITÍSSIMO. De coração, eu fico muito triste em não poder participar da sua pesquisa. Eu me mudei do DF há quase dois anos. Aí virou um lugar muito perigoso para pessoas como eu. Sou umbandista, tinha uma casa no Areal e a gente trabalhava muito com população em situação de rua e isso incomodava bastante a vizinhança. Até aí a gente ia segurando as pontas, tentava ao máximo fazer tudo bem direitinho para não dar motivos para ninguém surtar com o nosso trabalho. Nunca fui discreta quanto à minha orientação sexual, mulher preta lésbica, macumbeira mesmo, de andar de branco na rua com as guias à mostra no pescoço. Não deu outra, primeiro começaram os ataques à casa, jogavam pedras no telhado, sacos com fezes no quintal, carcaça de bicho morto e até fizeram inúmeras pichações nos muros dizendo morte à sapatão, macumba é coisa do diabo, casa de satanás e por aí vai. Na madrugada que entraram na minha casa e me espancaram, eu pensei que fosse morrer, sem entender o motivo daquilo. Destruíram o que puderam. Cortaram o meu corpo e jogaram gasolina, dizendo que eu tinha que queimar como o demônio que eu cultuava, que estava queimando no inferno. Eu senti dor nos ossos, na alma mesmo, mano. Eu vim embora para a cidade da minha avó, que é a única parente viva que eu tenho. Brasília não é um lugar seguro para mim, para a minha esposa, para ninguém que contrarie o normativo branco-cisgênero da família de bem, filhotes de Bolsonaro. E está chegando as eleições e eu não quero nem de longe estar em Brasília (Respondente à chamada-convite, transcrição de chamada de áudio autorizada, desde que respeitado o anonimato).

Encontramos em Sílvia Guimarães (2017) a observação sobre a ascensão de discursos religiosos sobrepondo-se às terapias populares. Rosamaria Carneiro (2021) descreve que, desde 2016, o Brasil vive um tempo atravessado pelo ódio e pela intolerância, os quais são financiados pelo próprio governo federal eleito em 2018 e inelegível até 2030 (TSE, 2023). Por sua vez, Sônia Maluf (2021) evidencia o impacto desse contexto sobre as comunidades e territórios periferizados, alertando para o ônus de um Estado que, ao assumir um regime teocrático, patrocina o epistemicídio e o genocídio. Um processo de perseguição, medo e tribunais de exceção, em que o juiz autoproclamado se faz homem de bem, pai de família heterossexual cisgênero, cristão, branco, patriota e conservador.

Diante do cronograma apertado e das urgências que o campo impõe, voltamos-nos integralmente para Mãe Batá. Senhora de presença expansiva, de uma familiaridade que ao mesmo tempo acalenta e desloca. Quanto mais a pesquisa avançava, mais seus laços se estreitavam, e logo se tornou o eixo central da escrita e da coleta de dados. Sua existência, alicerçada na sua ancestralidade negra, fez marcar o próprio estilo da nossa escrita, irreverente e posicionada (Abu-Lughod, 2018). A pesquisa etnográfica é uma entidade, tem vontades próprias, desloca-se ou fica estática. É, portanto, preciso que o(a) pesquisador(a) esteja atento(a) à piscada e à piscadela que se vai apontando, conforme se permite, por ela, ser guiado(a).

4. A CASA COMO ASSENTAMENTO FAZEDOR DE TECNOLOGIA DE CUIDADO E CURA

Pode-se afirmar que, para a terapia popular, o cuidado também está enraizado no afeto, nas miudezas do cotidiano, na manutenção e na transmissão da memória que fortalece o território e cria densos fios de pertencimento no tecido social. É uma resposta natural de quem sabe diferenciar a “piscada da piscadela”, e como isso opera no bem-estar físico, mental, espiritual e social. Do menor símbolo ao maior ato, o cuidado se inscreve nos detalhes singelos, exigindo um olhar delicado e desprendido da lógica da mercantilização da saúde.

Sônia Maluf entende essa atenção ao “miúdo” como um dos signos fundamentais na promoção de cuidados e curas. Para ela, trata-se de uma lógica que reflete aspectos culturais e valores profundamente enraizados na fé de quem oferece e de quem recebe o cuidado.

Todo trabalho terapêutico e espiritual implica a produção do espaço e um cenário adequados. As maneiras de arrumar o espaço, de usar os objetos rituais ou de ritualizar a sessão também variam, dependendo do estilo de cada terapeuta e das regras rituais. A organização de todas essas atividades tem em comum, no entanto, a preocupação de criar um espaço simbólico não-cotidiano e possibilitar uma atitude corporal favorável e um procedimento ritualístico (Maluf, 2005, p. 502).

A casa, aqui, é mais que abrigo. É o espaço em sua acepção relacional e multidimensional, atravessado pela práxis que molda a Vida comunitária. O espaço, para Milton Santos (1986), não é apenas um dado geográfico, mas um corpo vivo, pulsante, tecido pelas práticas sociais e culturais que nele se manifestam, operado a partir de uma estrutura simbólica, contendo territorialidades que acumulam os vestígios da história, os ecos da oralidade, a força dos que nele habitam e ressignificam o cotidiano. Assim, o espaço não é apenas físico, mas simbólico, um verdadeiro enraizamento identitário, que emana do individual para o coletivo.

Em contraponto a essa dinâmica dos espaços, tem-se a tese de Marc Augé (1994), que propõe a noção de “não-lugares”. Para Augé, os não-lugares são espaços marcados pela ausência de identidade cultural e simbólica própria, transitórios e anônimos, como aeroportos, shoppings ou a própria realidade virtual. Longe da efemeridade dos não-lugares, a casa é um território de construções identitárias e de expressão das relações sociais e culturais. Augé (1994) a regula como um espaço sonoro, que não apenas abriga, mas também pavimenta os caminhos da territorialidade, moldada pelas intersecções e resistências daqueles que a ocupam. Mais que moradia, a casa é um território afetivo e político, onde cada objeto, cada silêncio, cada palavra dita ou silenciada carrega a história de quem ali vive e ressignifica o espaço como seu.

Àgó onilé – com licença ao dono da casa. Você diz isso ao entrar na Casa de Santo. Pede licença e entra. Quando alguém pede licença você olha para pessoa e dá a licença, não é mesmo?! Aqui não é diferente. O povo vem aqui pedir ajuda e eu ajudo. Aí vão entrando, pedindo licença, e vão entrando [fala olhando para o interior escuro da casa]. Sabe, menino, eu fico aqui sozinha, olhando essas paredes e pensando o tanto de coisa que eu já passei aqui dentro. Já enterrei tantos sonhos aqui [dando a entender que os sonhos não são os dela, mas das pessoas que por ali passaram]. Mas isso nunca impediu de as pessoas voltarem. Quando teve um tiroteio ali para baixo, foi um corre daqui e dali, daí, quando dou fé tem um menino deitado perto do portão, falando “tia, vão me matar”. Eu aflita, pensei logo meu Deus, essa criatura vem logo para cá?! Corri, catei um pedaço de pau e fui lá acudir a criatura. Olhei no olho dele e vi o medo de que ele estava de morrer. Você já viu a pessoa ficar sem uma gota de sangue na boca, menino?! Aí, aí! Peguei a criatura, coloquei para dentro. Não demorou o cuspe secar no chão e apareceu um valentão, gritando no portão, falando que queria a criatura. Eu só fechei a porta, acendi uma vela e chamei o meu Povo. Aqui dentro de casa só entra quem o meu Povo deixa passar pelo portão (Mãe Batá).

Ao narrar os itinerários terapêuticos de seus interlocutores, Soraya Fleischer (2018) atravessa o concreto e o simbólico da casa, esse território vivo onde adoecimento, cuidado e cura se entrelaçam em um fio contínuo de experiências. É na casa, chão primeiro da existência, que a memória do corpo se desenha, onde se tecem as histórias e as rezas, e onde se aprende que cuidar é também um ato político. A autora desloca-se entre duas casas, a universidade, esse espaço de saber institucionalizado, e a casa que a forja em identidade e pertencimento, território que se inscreve na materialidade do afeto e das ancestralidades. Ambos coexistem como espaços de produção de sentido, em uma constante tensão epistemológica, como corrobora Esther Langdon (2001).

A casa, no entanto, não flutua isolada: ela é raiz fincada no território, reflexo das dinâmicas sociais, das fronteiras visíveis e invisíveis que moldam as relações de classe, gênero e raça. Marc Augé (1994) lembra-nos de que o território não é apenas um espaço geográfico, mas um campo onde as identidades se reivindicam e se reinventam. É nessa tensão de forças que a casa se torna abrigo e encruzilhada, lugar de segurança e de embate, de acolhida e de reposicionamento das narrativas de poder e tomada de decisão.

Conceição Evaristo ilustra essa fusão entre casa, identidade e memória. Diante da perda repentina da memória da cor dos olhos da mãe, Evaristo se vê inquieta, desajustada no espaço de um novo lar (Evaristo,

2016). A inquietação só se dissolve quando se refaz o caminho de volta e, ao entrar na casa materna, os olhos da mãe lhe devolvem a própria história, o contorno da ancestralidade que parecia se dissolver na geografia do esquecimento. O retorno à casa é, assim, o retorno ao que funda e sustenta, ao que ancora o sujeito no tempo e na palavra, fato indissociável no acionamento das tecnologias ancestrais e populares de cuidados e cura.

Muito se poderia dizer sobre o relato de Evaristo, mas há nele uma ferida que se abre em poucas palavras: a perda da identidade, no que Marc Augé (1994) chama de não-lugar, espaço de desterro e ausência, onde o pertencimento se esvai como névoa. No entanto, mais gritante do que a perda é a busca. O retorno ao referencial ancestral, uma tentativa de reencontrar o que foi desenraizado, a procura da casa como o ninho, ventre de acolhida e de memória. Não é apenas a cor dos olhos da mãe que se escapa na transitoriedade do espaço, mas a própria imagem de si, que só se refaz no reflexo do Outro.

Tem gente que entra aqui com a cabeça baixa, pesada, como se estivesse carregando pedra nas costas [fala projetando o corpo para baixo, como se encenando o peso nas costas]. Mas casa boa sabe desfazer o peso [aqui refere-se à Casa de Santo]. Casa que é casa cura sem nem precisar mandar curar. Para você ter ideia, uma vez, uma mulher apareceu aqui dizendo que estava se sentindo perdida. Sentou-se aí, onde você está [eu estava sentado num banquinho branco, num canto da cozinha], e ficou calada, sem dizer um piu. Eu só olhei e esperei. Depois de um tempo, ela disse “Dona Maria, eu nem sei por que eu vim aqui, só sei que meu corpo pediu, a Sra. vai desculpando”. E eu entendi na mesma hora. Quem chamou foi a casa [a casa agora é uma entidade viva, com persona própria]. Porque tem Casa que acolhe, mas tem Casa que chama. Eu me levantei num pulo, com um arrepio na nuca, fiz um café bem forte, que nem preto velho tomaria [fala gargalhando], acendi um toquinho de vela, e a gente ficou ali, em silêncio, até ela começar a chorar e falar da vida dela. E, eu lá conhecia essa mulher, menino?! Se eu vi aquela criatura duas vezes na vida, foi muito. Aí eu te pergunto, você que estuda as coisas, quem foi que mandou essa mulher aqui? [fala tensionando o rosto, com uma expressão de deboche, como que reafirmando a mística da Casa] (Mãe Batá).

Rosamaria Carneiro (2021), em suas cartas, também projeta a casa como um espaço paradoxal atravessado por afetos e exaustões. Durante a sindemia de Covid-19, a casa se revela tanto morada de proteção e refúgio quanto cenário de sobrecarga e confinamento. Carneiro (2021) resgata a casa em dimensão dual: física, matéria que abriga e delimita, e metafísica, território de identidade que molda e recria quem o habita. No seu relato, a casa se faz a cada instante, sendo ao mesmo tempo abrigada para a mãe em puerpério, cela para a pesquisadora sobrecarregada e campo de batalha para a mulher que se vê presa em um espaço que a inventa e a cerceia. A casa, diz a autora, “inventa a Vida”, e a Vida, por sua vez, é o próprio objeto da etnografia, afirma a pesquisadora.

Assim, casa e território não se separam, mas se entrelaçam como fios que sustentam o pensamento etnográfico, fazendo surgir a Casa, com “C” maiúsculo, pois é um conceito que vai para além da madeira, do barro, do papelão e do zinco, tratando-se de algo que se tece com vários fios. Partindo do micro para o macro, esse olhar se ancora na oralidade e na ancestralidade daqueles que subvertem o modelo biomédico de assistência e realocam o cuidado em saúde, a partir de outros assentamentos epistemológicos. A Casa, espaço sacralizado (Verger, 1992), é mais que construção e abrigo: é templo de vitalidade, elo entre os De Cá e os De Lá. É, acima de tudo, o ponto onde se costuram o mundo íntimo da experiência individual e a vastidão da coletividade, onde o processo de adoecimento e cura se ressignifica na força do afeto e na pulsação da comunidade.

Por que tantas linhas sobre a Casa? O questionamento não só é válido como necessário, principalmente quando se compreende que, na pesquisa que subsidiou este conversatório, o conceito de território se entrelaça de forma indissociável ao conceito de Casa. A etnografia exige um campo, um chão para escuta, um espaço onde as vozes ressoam e as experiências se fazem síncronas ao cotidiano. Mas e quando esse campo se volta para dentro, quando as fronteiras do mundo exterior se dobram sobre elas, e a Casa se torna o próprio campo de pesquisa, como ocorreu durante a sindemia de Covid-19?

Foi assim para Rosamaria Carneiro (2021), que encontrou no espaço doméstico um lugar antropológico e (auto)etnográfico, um território onde as marcas do adoecimento e do cuidado se desenharam com igual força durante o momento sindêmico. Sua Casa se fez campo de pesquisa, laboratório de ressignificações, espelho de uma coletividade aprisionada em si mesma. Rosamaria nos dá um exemplo significativo de como tornar exótico o familiar, invertendo o movimento clássico da antropologia, que há tempos se debruça sobre o ato de tornar familiar o exótico (Velho, 1978). É desse ponto de partida – essa deslocação do olhar, dessa inversão da lente – que a nossa relação com a interlocutora se estabeleceu. Afinal, se o território é onde se desenham as tramas do viver, a Casa é onde elas se adensam, onde se forjam os sentidos do pertencimento, da (re)existência e da (sobre)vivência.

5. APONTAMENTOS POSSÍVEIS - DESPACHANDO A PORTA

Fomos do macro para o micro, atravessando o contexto sindêmico global, os inúmeros atravessamentos e desdobramentos de Ser e Estar frente à perversidade do inelegível necropoder brancocêntrico e suas tecnologias de ódio (Mbembe, 2018), epistemicídio e genocídio da Vida que se forja na ancestralidade, no chão da realidade de quem tem de lidar com as ausências institucionais, mas não se prosta, como narra a branquitude monoteísta, pelo contrário, vem daí a inventividade de Ser e Estar vivo.

A Casa é o chão onde a Vida resiste, onde o cuidado se reinventa diante do vazio deixado pelo Estado. A ausência institucional nunca significou ausência de cuidado, mas a negação sistemática do direito ao acesso às políticas públicas. Foi nesse vazio que as tecnologias ancestrais e populares de cuidado e cura se reafirmaram como terapias populares, sustentadas pela memória-oral, pela práxis e pelas redes de sociabilidade. Esse achado não é apenas uma constatação, mas uma posição epistemológica, um movimento de realocamento das verdades universais que historicamente moldaram o campo da saúde.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, Natal, v. 5, n. 8, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>.
- ARAÚJO, Vítor Lúcio F. *Terapeutas populares e suas ações na comunidade em um município baiano*. 2018. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem). Universidade de Brasília – FCE, 2018.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo, Campinas: Papi-rus, 1994.
- CAETANO, George Luiz N. et al. A encruzilhada como método para acionar as tecnologias ancestrais e popu-lares de cuidado e cura. *Revista Eixo*, v. 14, n. 1, p. 41-49, 2025. Disponível em: <https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/revistaeixo/article/view/80>.
- CAPUTO, Stela. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé*. Rio de Janei-ro: Pallas, 2012.
- CARNEIRO, Rosamaria. Cartas para mim ou sobre mim? Notas autoetnográficas de um puerpério não si-lenciado. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro (on-line), p. 1-34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/cp4hLSj5PTzVpptSWfKT5SD/>.
- CARNEIRO, Sueli. *Construção do Outro como Não Ser como fundamento do Ser*. 339 f. Tese (Doutorado). USP – Faculdade de Educação, 2005.
- CASTILHO, Mariana; GUIMARÃES, Sílvia. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 319-353, 2021.
- DAMATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo ou como ter *Anthropological Blues*. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro. Pallas, 2016.
- FLEISCHER, Soraya. *Descontrolada: uma etnografia dos problemas de pressão*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- FLEISCHER, Soraya. et al. Entrevista: Como fazer pesquisa antropológica durante a pandemia do Covid-19?. *Revista Pós Ciências Sociais*, p. 427-434, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/27607>.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.
- GUIMARÃES, Sílvia. Olhares diversos sobre pessoas e corporalidades: os saberes e práticas de terapeutas populares na região do DF e entorno. In: GUIMARÃES, Sílvia (Org.). *Antropologia e Saúde: diálogos indisci-plinados*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2017. p. 68-99.
- JANESICK, Valerie. The dance of qualitative research design: Metaphor, methodolatry, and meaning. In: DEZIN, Norman (Org.). *Strategies of Qualitative Inquiry*. Thousand Oaks: Sage, 2007. p. 35-55.
- KIMURA, Verônica; MENDES, Geovana. Atravessando os portões: educação nos terreiros ou o que a escola poderia aprender. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 237-251, 2021.
- LANGDON, Esther. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. *Etnográfica*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 241-260, 2001.
- MALUF, Sônia. Mitos Coletivos, Narrativas Pessoais: Cura Ritual, Trabalho Terapêutico e Emergência do Sujeito nas Culturas da “Nova Era”. *Mana* (online), v. 11, p. 499-528, 2005.

MALUF, Sônia. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. *TOMO*, São Cristóvão, n. 38, p. 251-285, 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PACHECO, Lílían. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. *Revista Diversitas*. São Paulo, n. 3, p. 22-99, 2016.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horiz. Antropol.*, v. 20, n. 42, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

PORTO, Rozeli; GALVÃO, Fabiana. Itinerários abortivos e Terapeutas Populares: gênero, temporalidades e saberes localizados. *Revista Antropológicas*, v. 33, n. 1, p. 170-199, 2022.

MALUF, Sônia. Mitos Coletivos, Narrativas Pessoais: Cura Ritual, Trabalho Terapêutico e Emergência do Sujeito nas Culturas da “Nova Era”. *Mana* (online), v. 11, p. 499-528, 2005.

SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. *Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 7-15, 2020.

SEGATA, Jean et al. Prefácio: muito além do vírus. In: PIMENTA, Denise *et al.* (Orgs.). *(Im)permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. Rio de Janeiro: Letra & Voz, 2021. p. 12-17.

TSE. *Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos*. Brasília, junho de 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>

CONTEXTO PRA LÁ, CONTEXTO PRA CÁ: CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS-PSICOTERAPEUTAS

*Context here, context there: anthropological
contributions to the training of psychologist-psychotherapists*

*Contexto por aquí, contexto por allá: contribuciones antropológicas
a la formación de psicólogos-psicoterapeutas*

JOÃO PAULO SIQUEIRA ¹
ORCID: 0000-0002-6154-1324

RESUMO

Este artigo pretende discutir possíveis contribuições da ciência antropológica para a formação de psicólogos, em especial no que se refere à atenção ao contexto sociocultural para um cuidado racializado em saúde mental. Como recorte de uma investigação etnográfica de maior escala, junto a um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada, analiso os documentos que regem a formação de psicólogos em uma universidade do Centro-Oeste brasileiro, especificamente o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (PPC). Na análise desse documento, identifiquei determinadas imposições de significação, como na demasiada utilização da palavra “contexto”, usada de forma ambígua, ora referindo-se a ambiente, ora como sinônimo de cultura. A partir dessa identificação, argumento que determinados dispositivos ético-metodológicos – como a desnaturalização, levar o outro a sério e o relativismo – são características da antropologia e podem contribuir para a formação de profissionais da saúde mental. Portanto, aposto na antropologia enquanto disposição reflexiva, que não oferece respostas manualísticas, mas que pode gerar perguntas transformadoras, para potencializar a comunicação entre alteridades, a mediação diplomática entre mundos e um cuidado em saúde mental que ressoe com o contexto sociocultural, que seria, então, racializado.

Palavras-chave: cuidado racializado; antropologia da ciência; antropologia da saúde; saberes psi; etnografia com documentos.

ABSTRACT

This article aims to discuss possible contributions of anthropological science to the training of psychologists, especially regarding attention to the sociocultural context for racialized mental health care. As part of a larger ethnographic investigation with a psychology internship group and a racialized psychotherapy service, I analyze the documents that govern the training of psychologists at a university in the Central-West region of Brazil, specifically the Psychology Course Pedagogical Project (PPC). In the analysis of this document, I identified certain impositions of meaning, such as the excessive use of the word “context,” used ambiguously—sometimes referring to environment, sometimes as a synonym for culture. Based on this identification, I argue that certain ethical-methodological tools—such as denaturalization, taking the other seriously, and relativism—are characteristics of anthropology and can contribute to the training of mental health professionals. Therefore, I bet on anthropology as a reflexive disposition that does not offer manual-like answers but can generate transformative questions, enhancing communication between alterities,

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Psicologia pela mesma universidade. Integra o laboratório de pesquisa em Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) do PPGAS/UnB. Tem experiência de pesquisa sobre relações raciais e étnicas, saúde e racismo, formação de psicólogos, além de processos de subjetivação e decolonialidade. E-mail: joaop.307@gmail.com

diplomatic mediation between worlds, and mental health care that resonates with the sociocultural context—which would then be racialized.

Keywords: racialized care; anthropology of science; anthropology of health; psychological knowledge; ethnography with documents.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir posibles aportes de la ciencia antropológica a la formación de psicólogos, especialmente en lo que se refiere a la atención al contexto sociocultural para un cuidado racializado en salud mental. Como recorte de una investigación etnográfica de mayor escala, realizada con un grupo de prácticas y un servicio de psicoterapia racializada, analizo los documentos que rigen la formación de psicólogos en una universidad de la región Centro-Oeste de Brasil, específicamente el Proyecto Pedagógico del Curso de Psicología (PPC). En el análisis de dicho documento, identifiqué ciertas imposiciones de significación, como el uso excesivo de la palabra “contexto”, utilizada de forma ambigua—en ocasiones refiriéndose al entorno, en otras como sinónimo de cultura. A partir de esta identificación, sostengo que ciertos dispositivos ético-metodológicos—como la desnaturalización, tomar al otro en serio y el relativismo—son características propias de la antropología y pueden contribuir a la formación de profesionales de la salud mental. Por lo tanto, apuesto por la antropología como una disposición reflexiva que no ofrece respuestas manualísticas, sino que puede generar preguntas transformadoras, potenciando la comunicación entre alteridades, la mediación diplomática entre mundos y un cuidado en salud mental que resuene con el contexto sociocultural, que sería, entonces, racializado.

Palabras clave: cuidado racializado; antropología de la ciencia; antropología de la salud; saberes psicológicos; etnografía con documentos.

INTRODUÇÃO

“A sua cabeça pensa a partir do lugar onde estão fincados os seus pés.”

(Conceição Evaristo, 2017, 356” em *O ponto de partida da escrita*)

A partir de investigação etnográfica junto ao Sankofa, um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada para universitários negros, discuto a formação de psicólogos para atenderem demandas raciais na clínica psicológica. O recorte escolhido para este artigo foi a discussão de documentos que regem a formação de psicólogos em uma universidade do Centro-Oeste brasileiro. Especificamente, analisei o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (PPC), instituído em 2014, como parte da etnografia realizada em 2023. A discussão a seguir tem como mote a identificação e o estranhamento de um determinado padrão de significação imposto ao documento, a saber: a frequente e ambígua utilização da palavra *contexto*, tomada como princípio explicativo.

O PPC define, em âmbito local, princípios e compromissos; competências e habilidades gerais; eixos estruturantes; ênfases curriculares e orientações nos âmbitos do ensino, pesquisa e estágio para o curso de Psicologia. Nesse sentido, elenco este documento como artefato etnográfico para compreender a perspectiva da Ciência e do Estado a respeito da formação de profissionais da saúde mental (Lowenkron; Ferreira, 2014), o qual foi elaborado e aplicado por docentes, cientistas e, ao mesmo tempo, servidores do Estado, constituídos de subjetividade, raça, política, gênero, desejo e, portanto, de ciência. Isto posto, argumento que o PPC não só delineou uma específica formação, mas produziu experiências, realidades e profissionais que se formaram sob a égide deste.

No PPC, documento com quase 150 laudas, a palavra *contexto* foi mobilizada em 78 oportunidades. Embora a palavra *contexto* pareça não necessitar de detalhamento em seu significado, identifiquei que o sentido do uso é diferente a depender do referencial teórico utilizado, podendo referir-se às variáveis ambientais, alinhadas a uma tradição psicológica cognitivista da aprendizagem (Ingold, 2010); como também se aproximar de uma noção de contexto mais ampla, nos termos socioculturais e estruturantes, como assumido pela decolonialidade (Bernardino-Costa et al., 2018) ou pelas etnopsis, a saber: etnopsicologia, etnopsicanálise e etnopsiquiatria (Scorsolini-Comin; Bairrão, 2023).

O estranhamento do *contexto*, enquanto categoria, foi fruto de minhas primeiras análises dos documentos, pois, ao encontrar essa palavra, assumi, tacitamente, o seu sentido como sinônimo de *sociocultural*. Esse significado, contudo, não ressoava necessariamente com o sentido imposto no documento. Nessa empreitada etnográfica de constantes aproximações e distanciamentos, vejo que essa naturalização muito se deu por ter me graduado em Psicologia, sendo muito influenciado pelas etnopsis e pela decolonialidade.

De forma comum, as etnopsis apropriam-se de reflexões da Antropologia para fundamentar o entendimento de *contexto sociocultural* enquanto estruturante dos processos de subjetivação, sofrimento e saúde mental e, assim, balizar suas intervenções (Siqueira, 2024). Estas surgiram como propostas alternativas diante da inabilidade do enfoque biomédico no cuidado de grupos sociais fora do padrão eurocêntrico, especialmente imigrantes-refugiados (Pereira, 2020).

A exemplo disso, apresentarei duas pesquisas que indicam a potencialidade do encontro entre os saberes *psi* e a Antropologia para um cuidado racializado em saúde mental e, portanto, contextualizado socioculturalmente. As pesquisas a serem discutidas são a colaboração entre Frantz Fanon e Jacques Azoulay ([1954] 2020), psiquiatras atuantes num hospital psiquiátrico na Argélia, e a de Alexandre Pereira (2020), antropólogo num ambulatório transcultural no Brasil. Em ambas as investigações, a Antropologia se mostrou como importante recurso ético-metodológico para a capacitação de profissionais da saúde, sobretudo psiquiatras e psicólogos. Especialmente ao tensionar as bases ontoepistêmicas dos saberes *psi*, como o etnocentrismo, o cognitivismo biológico e a desterritorialização, fortalecendo, assim, os serviços e gerando maior adesão, autonomia e compreensão integral.

Isto posto, argumento que a palavra *contexto* utilizada no PPC, sob um sentido cognitivista, denega as relações raciais e os aspectos socioculturais. Dinâmica característica do racismo à brasileira (Gonzalez, 1984), já identificada na prática de profissionais da saúde e gestores do Estado, nos termos de resistência, silenciamento e recusa à racialização (Milanezi; Silva, 2019). Diante disso, compreendo que essa resistência à racialização permeou a produção dos documentos que orientam a formação analisada. Portanto, aposto no diálogo com a Antropologia, munida de seus dispositivos ético-metodológicos — como a desnaturalização, levar o outro a sério e a contra-hegemonia — enquanto possibilidade de ressignificação nestes termos; não mediante respostas prontas, mas por meio da elaboração de outras perguntas (Ingold, 2019).

1. O PPC: PARA QUÊ? POR QUEM? O QUE GERA? A PARTIR DE QUAL REFERENCIAL TEÓRICO?

Este artigo é resultante da minha pesquisa de mestrado (Siqueira de Araújo, 2024). Durante o ano de 2023, dediquei-me a investigar a formação de psicólogos por meio da etnografia, isto é, uma disposição teórico-metodológica de escuta, convivência e abertura para a aprendizagem no processo de pesquisa; um modo de relação (Ingold, 2019). Acompanhei o cotidiano do Sankofa e sua relação institucional com a Clínica-Escola que o abrigava, mas, sobretudo, seus itinerários formativos para educar psicólogos-psicoterapeutas para uma escuta racializada. Para isso, realizei observações participantes das reuniões de supervisão e eventos do grupo, bem como empreendi entrevistas com seus participantes e membros da instituição de ensino, contabilizando quase 20 interlocutoras.

Os documentos surgiram como importante objeto de análise, justamente ao identificar que estes eram utilizados para justificar normas e condutas. Ao mesmo tempo, compreendi que produziam realidades formativas e construíam determinados profissionais (Freire, 2022). Diante disso, tomei como objeto de análise o documento que impunha uma formação específica aos graduandos em Psicologia: o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia.

O PPC vigente deste curso de Psicologia foi elaborado em 2012 e implementado em 2014. Com quase 150 páginas, contou com um grupo de trabalho dedicado à sua elaboração, composto por um docente pertencente a cada um dos quatro departamentos do curso, bem como um representante da Clínica-Escola, associado ao Instituto de Psicologia, e um presidente; sendo cinco mulheres e um homem, todos heteroidentificados por mim como brancos. Nenhum deles, à época, possuía formação ou produção sobre relações raciais.

Esse grupo de trabalho realizou a revisão do currículo anterior e, pareado às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (DCN), delimitou os Eixos Estruturantes, Competências e Habilidades desejadas para a formação de profissionais. Ademais, o PPC foi apresentado e revisado por diferentes instâncias institucionais, como outros grupos de trabalho, conselhos internos, colegiados e

decanatos, para sua posterior aprovação. No entanto, parece ter havido pouco diálogo com os discentes, especialmente em termos deliberativos: o documento indica que eles foram informados, mas que não tiveram participação decisiva no processo de elaboração dos documentos.

O projeto pedagógico é um documento destinado à estruturação de uma proposta curricular e, no caso deste documento analisado, sua revisão teve como objetivo adequá-lo às demandas científicas, mercadológicas e sociais, apontando competências e habilidades necessárias para a formação de psicólogos para atuação profissional nos âmbitos supracitados e com orientação ética segundo os preceitos do Código de Ética da profissão. O PPC inicia-se com a descrição histórica da universidade, do instituto e de seus departamentos, bem como dos laboratórios e linhas de pesquisa em vigor à época. Apresenta a reestruturação curricular e o planejamento acadêmico — em especial, destaco a preconização de determinadas habilidades e competências a serem desenvolvidas por meio do currículo.

Habilidades e competências são termos polifônicos que dependem do referencial teórico que orienta o seu uso. No PPC da universidade, esses termos referenciam e partem de um viés estadunidense da psicologia cognitiva aplicada ao ambiente organizacional (Abbad; Borges-Andrade, 2014), no qual se entende *habilidades* como a capacidade de “saber como fazer” determinadas atividades, e *competências* como a aplicação bem-sucedida de conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, categorizam as habilidades como pré-requisitos para o desenvolvimento de competências, indicando uma noção específica de aprendizado baseada nas ciências cognitivas estadunidenses (Ingold, 2010).

De modo mais amplo, na pesquisa etnográfica, foi por meio da identificação dessas habilidades e competências que compreendi a potencialidade de contrastar — ou melhor, inter-relacionar — o delineado e o aplicado, entre o documento e o cotidiano, no que se refere à escolha de determinados aspectos em detrimento de outros, especificamente no currículo. Dessa forma, em diálogo com as interlocutoras que viveram a formação produzida por esse PPC, as habilidades e competências preconizadas não indicavam, de forma focalizada, a atenção às relações raciais. Benedita, interlocutora membro do Sankofa e graduada em Psicologia entre 2011 e 2018, destacou que a desatenção epistemológica detectada nos documentos influenciava diretamente os aspectos praxiológicos, configurando uma espécie de “ciclo vicioso”, ao relacionar que a denegação do racismo na formação teórica produziria um enfoque desracializado nas intervenções profissionais. Acompanhemos a sua fala:

Quando comecei o curso de Psicologia, em 2011, me assustou o quanto não se falava sobre o racismo. Lembro que a gente tinha uma matéria chamada “Psicologia: Ciência e Profissão” e, nela, se falava de diversas abordagens e um pouco do fazer do psicólogo e tudo, mas eu pensava: “Gente, por que ninguém está preocupado com a saúde mental das pessoas pretas? Por que a galera só fala de vulnerabilidade [socioeconômica], como se isso fosse suficiente para explicar como essas pessoas estão adoecidas ou não?” Então, comecei a questionar isso logo no início e, rapidamente, entendi que a saúde mental da população negra não era algo que fizesse parte das preocupações do que estava sendo transmitido (Benedita, entrevista concedida ao autor, 2023).

Como recorte deste artigo, percebi que o estranhamento com a repetição do termo *contexto* ocorreu justamente na descrição das habilidades e competências, ao tomá-lo como sinônimo de *sociocultural* e, assim, interpretar que as diretrizes preconizavam a compreensão das relações de poder estruturantes da sociedade brasileira. A título de exemplo, apresento as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas por meio do currículo, especialmente aquelas que mobilizam a categoria *contexto*. Primeiro, as habilidades: das sete definidas, três utilizam o termo.

- (1) Analisar *variáveis contextuais* sobre as quais o psicólogo atua;
- (2) Selecionar, aplicar e avaliar instrumentos e procedimentos de avaliação conforme o *contexto de atuação*;
- (3) Selecionar, aplicar e interpretar instrumentos e procedimentos de intervenção psicológica conforme o *contexto de atuação* (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).

No que se refere às competências, três das dez listadas podem ser associadas ao recorte, são elas:

- (a) Realizar intervenções psicológicas *de acordo com as características do contexto* e do problema;
- (b) Atuar em *diferentes contextos* promovendo a saúde e a qualidade de vida de pessoas;

(c) Atuar em *diferentes contextos* promovendo o desenvolvimento e a inserção no mundo do trabalho de pessoas, grupos, organizações e *comunidades* (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).

Nos exemplos citados, a palavra *contexto* ora se associa ao contexto profissional, ora a variáveis mais amplas, mas sem a focalização em aspectos raciais ou socioculturais, gerando entendimentos ambíguos e, por vezes, inócuos. Como discutirei na próxima seção, compreendo que esse descolamento ou denegação das questões raciais e socioculturais nos documentos está relacionado às bases ontoepistêmicas das ciências *psi* e aos fundamentos do racismo no Brasil, reverberando na atenção à saúde mental e em suas intervenções. Considero o potencial dos recursos ético-metodológicos da Antropologia para mediar tal distanciamento, de forma sensível e provocativa (FLEISCHER et al., 2014).

2. CONTEXTO! (MAS PARA QUEM?)

A palavra *contexto* foi utilizada 78 vezes no PPC, um documento com quase 150 laudas. Ao mapear essa repetição, constatei dois movimentos em minha análise: 1) propor o estranhamento ao que me era familiar; e 2) entender que a repetição não é aleatória, ou seja, havia um sentido. Pude perceber minha interpretação não como algo universal, compartilhado por todos, mas como um entendimento particular, atravessado por influências teóricas. Diante disso, visei identificar e investigar os sentidos do uso presentes no documento a respeito dessa palavra.

Embora *contexto* pareça não necessitar de detalhamento em seu significado, o sentido de seu uso varia a depender do ponto de partida (para quem? A partir de onde?). Em uma rápida busca no Google sobre o termo, encontrei, no Dicionário Online de Português, a seguinte definição: “relação de dependência entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância” (grifo meu). A fim de comparar, também busquei a definição em dicionários estadunidenses, pois, como já discutido, esse país é o grande centro de produção e divulgação histórica da Psicologia Científica e exerce grande influência no cenário estudado. Segundo o *Collins Dictionary*, a palavra *context* é utilizada da seguinte maneira: “the context of an idea or event is the general situation that relates to it, and which helps it to be understood” (grifo meu). Desse modo, parece haver um entendimento diferencial na intensidade da influência do contexto, pois, na definição brasileira, a palavra mobilizada foi “dependência”; já o dicionário estadunidense utilizou “helps”.

A análise etimológica e linguística não é o centro da discussão, ainda que possa contribuir para o entendimento. A minha compreensão de *contexto*, nessa dimensão aplicada cientificamente, prescinde do acompanhamento das palavras “social” e “cultural”, ou melhor, da junção destas em “sociocultural”, atribuindo ao termo o sentido de pano de fundo organizativo das ideias, valores e práticas de determinada formação social, constituída historicamente. Sendo assim, meu entendimento de *contexto* é automaticamente um sinônimo de “cultura”, em consonância com as etnopsis, que a compreendem enquanto sistema simbólico que permite interpretar e organizar a experiência do mundo, do corpo e das relações sociais de forma coletiva (Moro, 2010).

No entanto, conforme citado, no PPC há a indicação do referencial teórico que embasa o entendimento dos processos de aprendizagem e subjetivação, estando alinhado a uma perspectiva da psicologia organizacional estadunidense (Abbad; Borges-Andrade, 2014), de matriz cognitivista, como categoriza Ingold (2010). Nessa perspectiva, hegemônica na universidade investigada, *contexto* é facilmente tomado como *ambiente*, numa aproximação com o entendimento biológico sobre ambiente — isto é, o microcenário que circunda, como oposição ao interno —, mas sem necessariamente explorar o macro, o sociocultural.

Sendo assim, discerni que, no PPC, o uso da palavra *contexto* servia, com maior frequência, como sinônimo de situação ou circunstância de ação profissional, numa dimensão micro das relações interpessoais, com vistas a operacionalizar as habilidades de proatividade e criatividade frente às adversidades que constituem as intervenções. Dessa forma, há uma separabilidade entre o uso de *contexto* e as demandas sociais, como listado nas habilidades e competências. No entanto, na descrição de um dos eixos estruturantes do currículo, o eixo “H”, a palavra *contexto* remete à necessidade de se considerar os fenômenos humanos e sociais para garantir uma atenção integral:

H) Interfaces com campos afins do conhecimento: fenômenos Humanos e Sociais para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em *sua interação com fenômenos humanos e sociais*, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).²

² De forma curiosa, embora haja essa preconização por interface com os aspectos humanos e sociais, não há uma obrigatoriedade de cursar disciplinas centradas na discussão destes fenômenos sociais, essencialmente próximos da sociologia e antropologia. Dado esse que, conforme discutirei mais

Fica claro, com isso, que existe uma ambiguidade na utilização de *contexto*, mas, quando o objetivo é dar o sentido mais amplo, o complemento “social” é usado; porém, quando não há complemento, parece associar-se ao sentido de ambiente ou circunstância, como se esse fosse o sentido normal, carecendo de especificação somente quando desvia do objetivo absoluto. Assim como as etnopsis, que incluem o prefixo *etno* aos saberes *psi*, indicando que estes não englobam o *etno* em seu uso normal, sendo necessário detalhar quando o fazem.

Isso pode ser uma expressão, conforme sistematizado por Karin Knorr-Cetina (1991), da relação constituinte da ciência moderna, no sentido da recusa ou dissimulação do contexto em seu sentido sociocultural.

“O contexto da ciência, seja pessoal, social ou mais amplamente cultural, é normalmente considerado irrelevante para uma compreensão filosófica adequada da ciência” (Giere 1988, p. 3). Este comentário é interessante não apenas porque mostra até que ponto a filosofia considera a ciência sinônimo de racionalidade, mas também porque mostra toda a força com que a racionalidade é vista como sinônimo de procedimento sem contexto, sem textura. Na filosofia da ciência, a racionalidade é caracteristicamente configurada contra o ‘contexto’ em um arranjo centro-periferia, com a racionalidade percebida como estando no centro da conduta de interesse (...). A visão de que ‘contexto’, ‘sociedade’ ou ‘cultura’ está à margem da ciência/conhecimento e que a questão é, na melhor das hipóteses, como domínios que ‘afetam’ o procedimento cientificamente racional é estranhamente auto-restritivo na medida em que ignora como determinante externo de algo que é puro método científico ou puro pensamento, mas como parte da organização interna e desempenho dos procedimentos de desenvolvimento e base de conhecimento (Knorr-Cetina, 1991, p. 106-107).

Este fundamento científico diz respeito ao seu contexto sociocultural de estruturação, pois, como afirma o teórico decolonial Enrique Dussel (2005), as bases epistemológicas da ciência moderna estão enraizadas em um determinado território e momento histórico, em que a colonização se mostra fundante no pensamento, na experiência e nas teorizações filosóficas que deram base para o surgimento da ciência moderna. A exemplo disso, Dussel cita a filosofia cartesiana, que compreendia o poder do pensamento/racionalidade a partir da lógica onipresente da divindade cristã e por meio de um universalismo.

É, então, a partir desta matriz ontoepistêmica, nos termos de Denise Ferreira da Silva (2022), que analiso como o uso de *contexto* aparece no PPC de forma esvaziada em termos socioculturais. Para além da ausência nos documentos, esta dinâmica de silenciamento do contexto sociocultural já foi identificada na prática psicoterapêutica de psicólogos e psiquiatras, na etnografia de Alexandre Pereira (2020), junto a um ambulatório transcultural para imigrantes-refugiadas em São Paulo. Os resultados dessa pesquisa mostram como o ideal universalista do sofrimento psíquico opera na prática de psicólogos e psiquiatras, sobretudo em termos epistemológicos, não só no âmbito dos livros utilizados como referência bibliográfica no curso, mas também na compreensão dos relatos trazidos pelas pacientes, as quais eram analisadas por meio de um manual universal de transtornos mentais. Os argumentos do autor apontam para a caracterização da psicoterapêutica centrada na assimilação *psi*, nos termos de Fanon e Azoulay ([1954] 2020):

Reflexivamente, o psiquiatra adota a política da assimilação. O autóctone não tem necessidade de ser compreendido em sua originalidade cultural. O esforço tem de ser feito pelo “nativo”, que tem todo o interesse em se assemelhar ao tipo de homem que lhe é proposto. A assimilação, nesse caso, não implica reciprocidade de perspectivas. Há toda uma cultura que deve desaparecer em benefício de outra (Fanon; Azoulay [1954] 2020, p. 143).

Nesse sentido, o relato das imigrantes-refugiadas era tomado como fictício, escamoteando uma raiz nosográfica biomédica universal “que não era um modelo explicativo, mas explicação. Se era biologia, não era cultura: apenas era” (Pereira, 2020, p. 147). Ainda segundo o autor, as bases epistemológicas eram aplicadas nos tratamentos e também assumidas e performadas pelos profissionais, ou seja, entendiam-se como agentes universais e aculturais da ciência, ao passo que as imigrantes-refugiadas eram tidas como hiperculturais, prescindindo de uma hierarquia — também característica simbólica da ciência moderna.

De acordo com Pereira (2020), era bastante comum a falta de adesão das imigrantes-refugiadas aos tratamentos em saúde mental, dado esse que não tensionava a equipe de saúde a repensar os métodos e técnicas utilizados, mas acabava por imputar às pacientes uma falta de comprometimento, reforçando o estereótipo de que imigrantes e minorias raciais seriam pacientes problemáticos — algo já assinalado por Frantz Fanon ([1976] 2020) e pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN/MS) brasileira de 2009.

Dessa forma, evidencia-se o emudecimento dessas imigrantes-refugiadas atendidas pelos serviços: essas pessoas e seus problemas tornam-se antes as interpretações que as profissionais que povoam esses espaços fazem delas, do que o que elas mesmas acreditam que sejam — assim, as interpretações tornam-se mais reais que as pessoas. Os saltos interpretativos são próprios de um multiculturalismo condescendente que não acha que deve escutar as pessoas antes de formular juízos de verdade sobre elas e, ainda que as escute, faz-se ouvidos moucos: o autismo cultural é antes uma condição projetada sobre imigrantes-refugiadas do que algo que ela produz internamente a suas estruturas biológicas e/ ou psicológicas (Pereira, 2020, p. 140).

Nesse sentido, argumento que este universalismo e descontextualização sociocultural se caracterizam como uma violência em saúde. Realidade essa já relatada em outro país do Sul Global, na qual Frantz Fanon ([1954] 2020), em coautoria com Jacques Azoulay, descreveram a ineficiência de extrapolar métodos e técnicas psicoterapêuticos de um determinado contexto sociocultural para serem aplicados em outro — a saber, a técnica francesa de socioterapia em sujeitos argelinos.

Em 1954, os autores atuavam como médicos-psiquiatras a serviço da França na conjuntura colonial sobre a Argélia, em um hospital psiquiátrico que possuía alas separadas por gênero e nacionalidade. Eles identificaram a eficácia da socioterapia e da ergoterapia (terapia ocupacional) na ala de mulheres europeias, propondo encontros semanais de caráter artístico, laboral e lúdico, que, somados às psicoterapias, se mostraram bastante eficazes — interpretação embasada no aumento das altas médicas, diminuição do uso de equipamentos de contenção e em indicadores gerais de qualidade comunitária de vida. Diante do sucesso desse método, tentaram aplicá-lo na outra ala, a de homens muçulmanos.

O objetivo era criar cooperação comunitária e potencializar a sociabilidade; contudo, foi um fracasso. Os autores constataram que isso ocorreu justamente porque os processos de socialização, endoculturação e subjetivação constroem noções de saúde, doença e terapêuticas específicas e fincadas numa determinada matriz sociocultural. Isto é, não se trata de noções universais, mas particulares. No entanto, por meio da colonização e do imperialismo, a compreensão específica oeste-europeia foi imposta como ideal a outros contextos.

Para chegar a essas conclusões, Fanon e Azoulay ([1954] 2020) realizaram uma investigação etnográfica junto aos seus pacientes e seus territórios, identificando origens, valores e costumes, e descobrindo uma significativa diversidade étnica entre eles. Diante disso, apontaram as razões para o fracasso da extrapolação psicoterapêutica: a linguagem falada era distinta entre o psiquiatra e o paciente; e, como o diagnóstico psiquiátrico se dá pela linguagem, é necessária a compreensão do patrimônio afetivo e cultural da sociedade à qual o sujeito está inscrito.

Além disso, as intervenções artísticas propostas, como teatro, coral, confecção de jornais e cinema, não faziam sentido fora do contexto sociocultural europeu, assim como, em termos lúdicos, as brincadeiras ensinadas em ambientes escolares não eram compartilhadas por crianças árabes, que nesse período da vida dedicam-se à atividade do pastoreio. Ainda, de forma genérica, a ergoterapia junto à terra mostrou-se profícua por associar-se ao vivido pelos sujeitos muçulmanos:

[No] hospital psiquiátrico, pode-se tentar organizar ateliês de rafia, tecelagem ou cerâmica. Mas seria melhor, ao que parece, confiar tais trabalhos às pacientes mulheres [europeias]. Para os homens [muçulmanos], é preciso partir de predisposições mais genéricas e mais arraigadas na personalidade do paciente - constatamos isso com os delirantes e mesmo com os catatônicos. Basta lhes dar uma pá ou uma enxada para que se ponham a carpir e a roçar, sem que haja nenhuma necessidade de incentivá-los a isso. Esses camponeses são próximos à terra, têm um vínculo com ela. E, se conseguirmos atrelá-los a um lote de terra específico, despertar neles o interesse pelo produto do cultivo, então o trabalho será genuinamente um fator de reequilíbrio; essa ergoterapia poderá ser inserida numa atividade social específica (Fanon; Azoulay, [1954] 2020, p. 151).

A partir da importação dos operadores terapêuticos da cultura dos pacientes, como festejos, alimentos e histórias tradicionais, Fanon e Azoulay identificaram maior adesão às atividades e à vivência comunitária, ou seja, maior adesão ao tratamento psicoterapêutico. A importação desses operadores terapêuticos é uma das premissas fundantes das etnopsis, ou abordagens transculturais, e o que todas elas têm em comum é a estreita relação com os saberes e fazeres da antropologia (Siqueira; Vieira; Lima, 2021).

Inclusive, no referido estudo de Fanon e Azoulay ([1954] 2020), os autores diagnosticam que os erros da universalização terapêutica ocorreram devido à falta de integração dos saberes da antropologia contemporânea e que, a partir da utilização desses saberes, foi possível promover intervenções psicoterapêuticas eficazes. Conforme sistematizado por Claude Lévi-Strauss em *A Eficácia Simbólica*, “o universo simbólico do homem organiza-se pela cultura, e mostra que, quando existe coerência entre o internalizado pelo sujeito e a intervenção à qual ele é submetido, a eficácia se comprova” (Lévi-Strauss, [1949] 2008, p. 206).

Nesse sentido, a inserção das ciências sociais, sobretudo da antropologia, mostra-se fundamental para a formação de profissionais da saúde, pois, conforme apontam as pesquisadoras dos estudos sociais de ciência e tecnologia Kristin Asdal e Ingunn Moser (2012), as ciências sociais se caracterizam como dependentes do contexto e promovem o esforço de contextualização no diálogo com outras ciências — algo também assinalado pela tradição brasileira da antropologia da saúde (Langdon, 2014). A etnografia de Alexandre

Pereira (2020) demonstra não só a importância do uso da antropologia na formação teórica de profissionais da saúde mental, mas sobretudo sua potencialidade na prática cotidiana dos serviços de saúde, seja nos momentos preliminares do cuidado, como no acolhimento dos pacientes, ou no pós-atendimento, na discussão coletiva dos casos.

Os dados que fundamentam essa indicação estão no relato etnográfico do autor enquanto antropólogo voluntário em um ambulatório de psiquiatria transcultural, no qual era demandado a ensinar, como docente, sobre o contexto cultural e social para a equipe de saúde e para os profissionais em formação. Assim, a antropologia se mostrou um importante insumo teórico-metodológico em termos formativos, ao promover habilidades de reflexão, contextualização e escuta para os profissionais, diminuindo estereótipos, exotização e etnocentrismo intrínsecos aos saberes *psi* e otimizando a comunicação (Siqueira, 2024).

Ainda que tais valências tenham sido reconhecidas na formação teórica, Pereira relata que, na prática, ao compor o serviço de saúde, as intervenções dos antropólogos incomodavam os profissionais da saúde, sobretudo os psicólogos, muito por conta do jogo hierárquico entre a psicologia e a psiquiatria. Anteriormente ao ingresso dos antropólogos, as contribuições transculturais vinham dos psicólogos, pois estes teriam uma formação teoricamente mais próxima dos aspectos socioculturais quando comparados aos médicos-psiquiatras, o que, no cotidiano, se materializou em posturas resistentes a feedbacks. Sendo assim, o autor percebeu que, embora os saberes antropológicos efetivamente contribuíssem para os serviços de saúde e o cuidado integral em saúde mental, havia variáveis contextuais — macro e micro — que limitavam suas contribuições, a saber: uma ontoepisteme fundamentalmente etnocêntrica e hierárquica, além da introjeção desses valores na performance dos profissionais, bem como querelas relacionadas a disputas de mercado. Dessa forma, os antropólogos, na prática, eram vistos como tradutores da cultura para o sujeito poder ser mais facilmente assimilado psiquicamente:

[...] A antropóloga deveria ajudar, portanto, na limpeza dessa camada externa acessória de modo que médicas e psicólogas pudessem desempenhar seu ofício da mesma forma que faziam com as “sem cultura”, ou seja, com aquelas que não eram consideradas alteridades radicais e que “compreendiam” a - e não acreditavam na - clivagem epistêmica entre as elaborações feitas por médicas e psicólogas e aquelas feitas pelas pacientes imigrantes-refugiadas (Pereira, 2020, p. 135).

Portanto, Pereira notou a tentativa de romper com os princípios éticos de uma antropologia implicada no que tange a levar o sujeito a sério, incentivar a mediação diplomática entre mundos, tensionar saberes em suas bases ontológicas e epistemológicas e, sobretudo, contextualizar socioculturalmente o sujeito. Caso esse rompimento fosse concretizado, todas essas potencialidades seriam anuladas e invertidas, sendo colocadas a serviço da biomedicina de forma acrítica e sem diálogo, contribuindo assim para a assimilação e dominação — algo que não é novidade na antropologia, muito pelo contrário.

3. ENTRE A CIÊNCIA E A SAÚDE MENTAL, O RACISMO. MAS QUAL RACISMO?

Além de uma característica ontoepistêmica dos saberes *psi*, o silenciamento do contexto sociocultural está relacionado à forma como o racismo é reproduzido no Brasil, sobretudo como negação das desigualdades raciais (Gonzalez, 1984), as quais são constituintes do contexto sociocultural. No caso do PPC, identifiquei que a estratégia de mobilizar o termo “contexto” funciona como um encobrimento da categoria “raça”, uma negação similar àquelas historicamente feitas por meio do suposto englobamento de categorias maiores, como “classe” ou o “social”. E, conforme o uso frequente do termo no documento, com o sentido inócuo que lhe é atribuído, ele se mostra insuficiente para promover a atenção às demandas raciais; isto é, “contexto” não engloba as relações raciais.

Segundo Joaze Bernardino-Costa (2022), as dinâmicas raciais brasileiras foram moldadas, por meio da ideologia da democracia racial, para o antirracismo — uma recusa moral de especificar as pessoas a partir de sua raça/cor. No entanto, ainda segundo o autor, o antirracismo não enfraquece o racismo, mas o torna mais sofisticado ao reforçar sua capilaridade, sendo uma estratégia de negação criada para a manutenção dos privilégios da branquitude. O caminho preconizado pelo autor e pelos movimentos negros brasileiros é a racialização da realidade, ou seja, nomear e utilizar o pertencimento racial como categoria historicamente construída para evidenciar que as desigualdades foram esculpidas a partir dela. Assim, pleitear políticas públicas de reparação, pois entende-se que, para tratar um problema, é preciso reconhecê-lo previamente.

Nesse sentido, como uma proposta histórica da ideologia nacional, a ideia da democracia racial foi um mote para os processos de subjetivação dos brasileiros, sobretudo para aqueles nascidos no último século, quando essa ideologia possuía maior força. Essas pessoas, hoje adultas, gerem, delineiam o Estado

e aplicam suas políticas. No cenário das políticas públicas de saúde, Milanezi e Silva (2019) argumentam que esse antirracismo se materializa no comportamento dos profissionais, por meio da interdição e do silenciamento da raça, da ausência de procedimentos e da resistência ao conhecimento.

De forma similar, analiso que o referido PPC foi delineado sob um viés antirracista, esculpido por docentes que também são gestores — brancos, com formação e produção científica insipientes no que tange às relações raciais — e por meio dos quais foi construída uma formação específica. Segundo Damasceno e Zanello (2022), a ausência das relações raciais na formação tem produzido psicoterapeutas que negligenciam tais relações em suas práticas profissionais, chegando a não considerar o racismo como produtor de sofrimento psíquico.

Ao mesmo tempo, sinalizo que esses docentes gestores também foram formados por um currículo antirracista, o que indica que a reprodução dessa lógica não é uma falha pessoal, mas um dado das dinâmicas raciais no Brasil, em suas complexidades e ausências presentes (Rosa, 2024). Da mesma forma, embora tenha identificado a ausência de disciplinas sobre relações raciais no PPC durante a pesquisa, fui informado, em entrevista, sobre uma reformulação do PPC, indicando que haveria uma disciplina optativa de Psicologia e Relações Étnico-Raciais e que o antirracismo estaria transversalmente presente nessa reformulação. Ou seja, currículos e agentes estão em movimento.

A necessidade de uma formação racializada, ou racista, está estabelecida na literatura científica das ciências humanas e da saúde, considerando que o racismo histórico promove sintomas atuais em suas vítimas, desde a alienação subjetiva (Fanon, 2020), o não pertencimento (Souza, 2020) e a diminuição da autoeficácia (Siqueira; Ramos, 2021), até o adoecimento em transtornos mentais (Williams et al., 2019). Em uma revisão sistemática sobre raça/cor e transtornos mentais no Brasil, realizada por Jenny Smolen e Edna Araújo (2017), identificou-se maior prevalência ou risco de transtornos mentais em pessoas não-brancas quando comparadas aos brancos brasileiros.

Na perspectiva do cientista social estadunidense David R. Williams, a exposição ao estresse é o mecanismo causal da prevalência de transtornos mentais em não-brancos, no que ele denominou “estresse discriminatório” (Williams et al., 1997). Segundo os autores, existe uma articulação entre os aspectos socioculturais e biológicos-químicos no estresse psicossocial gerado pelo racismo no organismo, como na “calcificação das artérias coronárias, desregulação do cortisol e maior estresse oxidativo” (Lewis et al., 2015, p. 4, tradução minha).

Para o também estadunidense Robert Carter (2007), os efeitos do racismo assemelham-se aos sintomas do Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT). Análise corroborada pelos brasileiros Lucas Oliveira e Julia Carvalho (2024) que, a partir de uma leitura fanoniana da sociogênese do racismo, indicam a possibilidade de categorizar o racismo como “trauma vicário” constituinte do TEPT. Ou seja, a frequente exposição às violências cotidianas do racismo, seja contra seus pares ou contra si, pode “gerar expressões psíquicas, emocionais e comportamentais que podem ser caracterizadas dentro do TEPT” (Oliveira; Carvalho, 2024, p. 362).

Nesse sentido, diante da necessidade de se racializar a formação e do potencial contextualizador da antropologia discutido aqui, argumento que o fato de o PPC não aplicar o pilar temático interdisciplinar com as ciências sociais para a formação de psicólogos-psicoterapeutas contribui para a negação das dinâmicas socioculturais, dentre elas as raciais. Entretanto, não compreendo que a simples institucionalização de um pilar temático, em interface com as ciências sociais, garanta um letramento racial crítico das desigualdades, pois isso depende de vários fatores, como a própria formação do docente e a perspectiva política que este adota. Ademais, nem todo conhecimento produzido pelas ciências sociais fundamenta uma leitura crítica, implicada e equitativa da realidade social; muito pelo contrário, alguns cientistas sociais contribuíram para a estigmatização e discriminação de minorias sociais, conforme sinalizado por Lélia Gonzalez (1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação de documentos tem se mostrado uma tradição emergente nos estudos antropológicos e/ou etnográficos (Freire, 2022). Como parte da etnografia junto a um grupo de estágio e serviço de psicoterapia vinculado a uma instituição, foi profícuo tomar o PPC de psicologia como artefato etnográfico para a compreensão da racionalidade do Estado e da Ciência acerca da formação de psicólogos-psicoterapeutas na universidade investigada (Lowenkron; Ferreira, 2014), mas também enquanto constituído por relações humanas e como instrumento de conhecimento, poder e segregação (Teixeira; Castilho, 2020). Uma

das pistas tensionadas ao realizar essa compreensão do documento foi a identificação da constância e a investigação da naturalização de palavras, especialmente do termo “contexto”. Essa análise ressoou em mim, pois, enquanto insider — isto é, graduado em psicologia — eu atribuía a esse termo um sentido específico que não era o mesmo imposto no documento.

Elenco esse estranhamento ao que é familiar como uma das características da antropologia (Velho, 1978). Além desse clássico exercício, por meio da discussão teórica, sobretudo a partir de Fanon e Azoulay ([1954] 2020) e Pereira (2020), argumento a potencialidade ético-metodológica da antropologia para gerar reflexividade, não por meio de respostas manualísticas, mas por meio de perguntas, como aquelas que constituem os três subtítulos: para quê? Por quem? Para quem? O que gera? A partir de qual? Sendo assim, essas contribuições fundamentam o tensionamento relativista das bases ontoepistêmicas dos saberes *psi* (Ingold, 2010) e a compreensão de que os processos de sofrimento e suas expressões são social e localmente matizados (Langdon, 2014) e, portanto, suas intervenções e tratamentos também devem ser.

Isto posto, há um incentivo para perguntar melhor, escutar mais fundo e conviver com a incerteza (Ingold, 2019). Portanto, enquanto ciência do contexto — sociocultural — (Asdal; Moser, 2012), argumento que esse diálogo interdisciplinar entre a antropologia e os saberes *psi* potencializa a comunicação entre alteridades, a mediação diplomática entre mundos e um cuidado em saúde mental que ressoa com o contexto sociocultural, que seria, então, racializado.

REFERÊNCIAS

- ABBAD, Gardênia; BORGES-ANDRADE, Jairo. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: ZANELLI et al. (Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ASDAL, Kristin; MOSER, Ingunn. Experiments in Context and Contexting. *Science, Technology & Human Values*, v. 37, n. 4, p. 291-306, 2012.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dynamics of racialization and the anti-racism in Contemporary Brazil. In: ZAKAROV, Nikolay; TATE, Shirley; LAW, Ian; BERNARDINO-COSTA, Joaze (Orgs.). *Futures of Anti-Racism: paradoxes of deracialization in Brazil, South Africa, Sweden and the UK*. Londres: Palgrave Macmillan, 2022. p. 69-137.
- CARTER, Robert. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. *Counseling Psychology*, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007.
- DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska Maria. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 14, n. 42, p. 317-342, 2022.
- DUSSEL, Enrique. *Transmodernidad e interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación*. México City: UAM, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: Dificuldades metodológicas. In: FANON, Frantz (Org.). *Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos*. São Paulo: Editora Ubu, 2020. p. 171-194.
- FANON, Frantz. *Medicina e Colonialismo*. Feira de Santana: Terra sem Amos, [1976] 2020.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. *Homo Modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.
- FLEISCHER, Soraya et al. Ensaio à la Nacirema: Relato de uma experiência docente em Antropologia. *Revista Café com Sociologia*, v. 3, n. 1, p. 18-40, 2014.
- FREIRE, Lucas. Índícios e registros da “realidade da crise”: A pesquisa etnográfica com documentos e suas possibilidades. *Etnografias Contemporâneas*, v. 8, n. 15, p. 98-121, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*. Porto Alegre, p. 06-25, 2010.
- INGOLD, Timothy. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- IPEA. *Atlas do Estado Brasileiro*, 2020.
- KNORR-CETINA, Karin. *Epistemic cultures: Forms of reason in science*. 1991.
- LANGDON, Esther. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LEWIS, Tené et al. Self-reported experiences of discrimination and health: scientific advances, ongoing controversies, and emerging issues. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 11, n. 1, p. 407-440, 2015.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, p. 76-112, 2014.

MARTINS-BORGES, Lucienne et al. Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. *Fractal: revista de psicologia*, v. 31, p. 249-255, 2019.

MILANEZI, Jaciane; SILVA, Graziella. Silêncio: reagindo à saúde da população negra em burocracia do SUS. In: PIRES, R. (Org.). *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MORO, Marie Rose. *A criança e o saber da cultura: a clínica transcultural*. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: Articulações entre Sankofa, Ndaw e Terrixistir. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 31, p. 53-70. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28256>.

OLIVEIRA, Lucas; CARVALHO, Júlia. Saúde e racismo: reflexões sobre a violência racial. In: BORTON-CELLO, Cristiane Flôres (Org.). *Violência: Compêndio teórico-prático sobre vítimas e agressores*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2024. p. 355-372.

PEREIRA, Alexandre. *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo*. Curitiba: CRV, 2020.

ROSA, William. Quando as diferenças importam: Notas sobre efeitos da presença e ausência da raça no cuidado à saúde. *Anuário Antropológico*, v. 49, n. 3, p. 12-45, 2024.

SCHUCMAN, Lia. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio; BAIRRÃO, José. *Etnopsicologia e Saúde*. São Carlos: Editora Pedro & João, 2023.

SMOLEN, Jenny; ARAÚJO, Edna. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SIQUEIRA, João Paulo. Entre imigração e saúde mental, o racismo: contribuições antropológicas para os saberes e fazeres psi. *Revista de Antropologia*, v. 67, 2024.

SIQUEIRA DE ARAÚJO, João Paulo. *Educação Contextualizada da Escuta: Uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do Sankofa, grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros*. 2024. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SIQUEIRA, João Paulo; RAMOS, Rodrigo Maciel. Las (re)configuraciones subjetivas e identitarias de los negros en la Universidad: fricciones epistémicas y aquilombamento académico. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 1-23, 2021.

SIQUEIRA, João Paulo; VIEIRA, Luiz Otávio; LIMA, Emilly. Etnopsicanálise no Brasil: revisando literaturas e contextualizando subjetividades. *Pensata*, v. 10, n. 1, 2021.

SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. IPEA: etnografia de uma Instituição, entre pessoas e documentos, 2020.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WILLIAMS, David et al. Racial differences in physical and mental health: Socio-economic status, stress and discrimination. *Journal of Health Psychology*, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997.

WILLIAMS, David et al. Understanding how discrimination can affect health. *Health Services Research*, v. 54, n. 1, p. 1374-1388, 2019.

“O MAESTRO É A PEDIATRIA”: ASSOCIAÇÕES ENTRE INFÂNCIA, CLÍNICA E PESQUISA NA RESPOSTA AO ZIKA EM RECIFE/PE

“The Conductor Is Pediatrics”: Associations between childhood, clinical practice, and research in the Zika response in Recife, Brazil

“La Maestra es la Pediatría”: Asociaciones entre infancia, clínica e investigación en la Respuesta al Zika en Recife, Brasil

THAIS MARIA MOREIRA VALIM¹
ORCID: 0000-0003-2980-1349

RESUMO

A associação entre o vírus Zika e alterações congênitas, hoje consolidada sob o diagnóstico de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), foi resultado de um processo científico denso, articulado localmente a partir da emergência sanitária de 2015. Este artigo analisa como um grupo de pesquisa específico — o Núcleo de Estudos sobre a Emergência da Microcefalia (NEEM) — estruturou estudos clínico-epidemiológicos com neonatos e crianças, destacando a centralidade das alianças com a clínica pediátrica e a sobreposição entre pesquisa e assistência em saúde. Com base em entrevistas realizadas em 2023, argumento que a condução desses estudos exigiu a formação de um arranjo relacional que denomino campo gravitacional da infância: uma rede de práticas, saberes e infraestruturas ativadas pela presença das crianças, embora não controladas por elas. Mostro que esse campo operou como um ponto de passagem obrigatório na ciência do Zika, condicionando a produção de evidências. Ao iluminar essas associações, o artigo contribui para reinscrever as crianças na produção dos fatos científicos do Zika — e para tensionar as fronteiras entre ciência e cuidado em contextos de emergência sanitária.

Palavras-chave: Vírus Zika; Pesquisa-clínica; Crianças.

ABSTRACT

The association between the Zika virus and congenital anomalies—now consolidated under the diagnosis of Congenital Zika Syndrome (CZS)—was the outcome of a dense scientific process, locally articulated in response to the 2015 health emergency. This article analyzes how a specific research group — the *Núcleo de Estudos sobre a Emergência da Microcefalia* (NEEM) — structured clinical-epidemiological studies involving neonates and children, highlighting the centrality of alliances with pediatric care and the overlap between research and healthcare. Based on interviews conducted in 2023, I argue that conducting these studies required the formation of a relational arrangement I call the *gravitational field of childhood*: a network of practices, knowledge, and infrastructures activated by the presence of children, though not controlled by them. I show that this field functioned as an obligatory passage point in Zika science, shaping the production of evidence. By illuminating these associations, the article contributes to reinscribing childhood within the production of Zika-related scientific facts — and to challenging the boundaries between science and care in contexts of health emergency.

Keywords: Zika virus; Clinical research; Children.

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB) e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN). Seus temas de interesse giram em torno da saúde, deficiência, infância e ciência. E-mail: thaismvalim@gmail.com

RESUMEN

La asociación entre el virus del Zika y las alteraciones congénitas —hoy consolidada bajo el diagnóstico de Síndrome Congénito del Virus del Zika (SCVZ)— fue el resultado de un proceso científico denso, articulado localmente a partir de la emergencia sanitaria de 2015. Este artículo analiza cómo un grupo de investigación específico —el *Núcleo de Estudos sobre a Emergência da Microcefalia* (NEEM)— estructuró estudios clínico-epidemiológicos con neonatos y niños, destacando la centralidad de las alianzas con la clínica pediátrica y la superposición entre investigación y atención médica. Con base en entrevistas realizadas en 2023, sostengo que la realización de estos estudios exigió la conformación de un arreglo relacional que denomino *campo gravitacional de la infancia*: una red de prácticas, saberes e infraestructuras activadas por la presencia de los niños, aunque no controladas por ellos. Muestro que este campo funcionó como un punto de paso obligatorio en la ciencia del Zika, condicionando la producción de evidencias. Al iluminar estas asociaciones, el artículo contribuye a reinscribir la infancia dentro de la producción de hechos científicos sobre el Zika —y a tensionar las fronteras entre ciencia y cuidado en contextos de emergencia sanitaria.

Palabras clave: Virus del Zika; Investigación clínica; Infancia.

1. INTRODUÇÃO: A SÍNDROME CONGÊNITA DO VÍRUS ZIKA E SUAS ASSOCIAÇÕES

Em meados de 2015, imagens de bebês com microcefalia passaram a circular com frequência nos noticiários brasileiros, acompanhadas pelos relatos aflitos de mães e profissionais de saúde diante de um quadro à época ainda sem explicação. Embora a microcefalia já fosse uma condição conhecida na medicina, os casos daquele período se manifestaram de forma distinta, associados a outros sintomas graves: além do perímetro cefálico reduzido, as crianças apresentavam convulsões, espasticidade muscular e alterações cardíacas. Exames de sangue realizados nesses recém-nascidos não indicavam a presença de nenhum dos patógenos comumente relacionados à microcefalia congênita — como sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes, reunidos pelo acrônimo STORCH. Um novo enigma biomédico estava, portanto, colocado.

Após um processo investigativo intenso e acelerado — narrado com mais detalhes por Débora Diniz (2016) e Ilana Löwy (2017) —, os casos enigmáticos de microcefalia foram associados a um patógeno então recém-identificado nos trópicos brasileiros: o vírus Zika (Luz; Santos; Vieira, 2015). Conhecido pela literatura médica desde 1947, quando foi isolado em um macaco *rhesus* na floresta Zika, em Uganda, o vírus havia circulado de forma esporádica e com baixo impacto, como no surto ocorrido nas ilhas Yap, na Micronésia (Musso *et al.*, 2014). Até então, o Zika ocupava uma posição periférica nos sistemas globais de vigilância sanitária. Foi sua chegada ao Brasil, em 2015, que reposicionou o vírus como um agente de interesse internacional. Inicialmente, pela magnitude do surto — que levou milhares de brasileiros aos serviços de saúde com febre, exantema e dores articulares. Em seguida, pela associação com os casos de microcefalia que se acumulavam em diversas maternidades do país.

A hipótese de que o Zika conseguia atravessar a barreira placentária e provocar alterações congênitas em recém-nascidos ampliou significativamente sua gravidade epidemiológica. Em novembro de 2015, ao cancelar essa correlação, o Ministério da Saúde decretou a situação como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Poucos meses depois, em fevereiro de 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também classificou a epidemia como uma emergência global. A associação entre zika e microcefalia foi se consolidando, e, atualmente, estabilizou-se em um novo diagnóstico: a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ).

Esse diagnóstico — hoje amplamente reconhecido — foi, no entanto, o resultado de um processo investigativo complexo, marcado por incertezas, controvérsias e múltiplas articulações. A hipótese etiológica que associava o Zika a alterações congênitas como a microcefalia não surgiu pronta: foi construída a partir da convergência de diferentes fontes de evidência (clínica, epidemiológica, laboratorial), sustentada por uma rede heterogênea de atores. Autoridades estatais, crianças diagnosticadas com a SCVZ e suas famílias, equipes de vigilância, agências de fomento, profissionais de saúde e cientistas de distintas especialidades — como neurologia, infectologia, virologia e pediatria — foram mobilizados em resposta à emergência, ou seja, para que a SCVZ emergisse como uma “nova entidade nosológica” (Albuquerque *et al.*, 2018), muitas associações precisaram acontecer.

Afinal, como apontam autores como Latour (2012) e Mol (2002), diagnósticos, assim como outros fatos científicos, não existem como dados pré-formados “lá fora” (Latour e Woolgar, 1997; Haraway, 1994), mas

são construídos por meio de práticas e de relações. *Le fait est fait*, o fato é feito. E, neste artigo, retomarei parte dessa feitura. Para pensar nessa feitura da SCVZ, apoio-me em entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Uma Antropologia das ciências do Zika: Resultados, retornos e epistemologias”, coordenado por Soraya Fleischer (DAN/UnB) e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) e aprovado pelo Comitê de Ética em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS/UnB)².

O projeto teve como objetivo investigar as múltiplas formas de produção de conhecimento sobre o Zika a partir da escuta de cientistas envolvidos em sua resposta. Entre 2018 e 2023, foram realizadas quatro temporadas de pesquisa de campo em Recife (outubro de 2018; maio e setembro de 2022; maio e junho de 2023), totalizando 93 entrevistas com 78 interlocutoras e interlocutores de diferentes especialidades, como pediatria, epidemiologia, virologia, neurologia, oftalmologia, bioética e ciências sociais. As entrevistas foram conduzidas por uma equipe de pesquisa intergeracional, composta por estudantes de graduação e pós-graduação, em uma ampla variedade de cenários: hospitais públicos e universitários, centros de pesquisa, clínicas privadas, laboratórios, cafés, residências e até mesmo uma capela hospitalar.

O presente artigo se baseia exclusivamente no material produzido durante a última temporada de campo, realizada em 2023, conduzida por mim e pelas colegas Laura Coutinho, Caroline Franklin e Isadora Valle. Foi nessa última temporada em Recife que a ideia da SCVZ como uma entidade em construção começou a se delinear de forma mais nítida para mim. Em campo com diversos interlocutores cientistas, essa imagem — de que a síndrome não preexistia, mas foi sendo construída — foi evocada repetidamente. Um artigo publicado em coautoria por várias das pessoas que entrevistei, por exemplo, tem como foco justamente a descrição da “construção do conhecimento em epidemiologia”, detalhando os critérios que precisaram ser preenchidos para que essa nova entidade fosse reconhecida dentro da *rationale* epidemiológica.

Dentre esses critérios, destacam-se a *plausibilidade epidemiológica* e a *plausibilidade biológica*. O primeiro referia-se à correlação espaço-temporal entre a epidemia de Zika e o surgimento de manifestações clínicas incomuns. Observou-se uma sequência de eventos: inicialmente, a disseminação dos sintomas típicos da infecção por Zika (febre, exantema, dores articulares); em seguida, um aumento nos casos de Síndrome de Guillain-Barré em adultos; por fim, o nascimento de bebês com microcefalia cujas mães relatavam, retrospectivamente, sintomas sugestivos de infecção durante a gestação. Essa progressão temporal sustentava a hipótese de uma relação causal. Já a plausibilidade biológica apoiava-se em evidências sobre o comportamento do vírus e suas afinidades orgânicas, observadas em pesquisas anteriores à epidemia, como no caso do trabalho de Bell e colegas (1971), que realizaram experimentos em modelos animais com ratos.

As alterações neurológicas identificadas nos recém-nascidos guardavam semelhança com aquelas provocadas por outras infecções congênitas conhecidas, como o citomegalovírus. Além disso, embora infecções congênitas causadas por arbovírus fossem inéditas em humanos, havia registros de anomalias congênitas em animais, como bezerras e cordeiros cujas mães haviam sido infectadas pelo vírus Akabane (Kurogi *et al.*, 1977; Parsonson *et al.*, 1977). Esses elementos contribuíam para fortalecer a hipótese de que o Zika poderia estar por trás das anomalias observadas. Neste artigo, a “construção” do conhecimento aparece, portanto, estruturada a partir desses critérios técnico-científicos.

Contudo, a partir de um olhar antropológico, é possível interrogar essa construção em outra chave. Por trás da apresentação linear dos critérios, há um esforço coletivo disperso em múltiplas frentes: sistemas de vigilância em saúde com capacidade para perceber correlações espaço-temporais; laboratórios, protocolos, técnicas e diferentes instituições. A emergência da SCVZ como “nova entidade nosológica” foi fruto de articulações densas e heterogêneas — entre disciplinas, países, pessoas e práticas. Esse olhar em rede, voltado aos processos de formação dos fatos científicos, ancora-se na tradição dos *Science Studies*, que propõe compreender a ciência não como um campo de descobertas que revelam verdades pré-existent, mas como um processo relacional e situado.

A aposta aqui é que esse olhar relacional permite não apenas compreender a ciência em sua historicidade, mas também rastrear as lógicas, categorias e os posicionamentos que atravessam sua produção. No caso do Zika, autoras alinhadas a essa perspectiva, como Ilana Löwy (2019) e Luísa Reis-Castro (2021), analisaram o funcionamento das redes científicas durante a epidemia por diferentes ângulos. Löwy (2019), por exemplo, mostra como a produção de conhecimento sobre o Zika articulou desde disputas bioéticas até assimetrias nas colaborações científicas internacionais, com ênfase nas desigualdades de gênero, raça e classe.

Ao tratar a epidemia como uma “epidemia de desigualdade”, a autora reforça a noção de que os fatos científicos são moldados por arranjos sociotécnicos situados e desiguais. Já Reis-Castro investiga as desigualdades estruturantes da distribuição de validade do conhecimento, etnografando como cientistas brasileiros navegaram por esse cenário geopolítico, mobilizando também seus próprios marcadores de diferença — como a predominância de homens brancos oriundos das elites acadêmicas e econômicas do país. Ambas as autoras, nesse sentido, oferecem contribuições importantes para situar as associações científicas do Zika dentro de marcos históricos e políticos mais amplos.

Neste artigo, busco rastrear um conjunto específico de associações que, a meu ver, tem sido menos explorado nas análises sobre a ciência do Zika: a articulação entre a ciência epidemiológica e a clínica pediátrica. Trata-se, afinal, de uma síndrome congênita — uma condição que afeta neonatos, bebês e crianças desde o nascimento —, evidenciando que essa característica não pode ser considerada apenas como pano de fundo. Argumento que a centralidade da infância nesse contexto teve efeitos decisivos sobre as formas associativas da ciência do Zika.

Antes de seguir, é importante esclarecer o que entendo por formas associativas. O termo *associação* é mobilizado aqui em dupla chave. Primeiro, como *categoria êmica*: ao relatarmos suas experiências durante a epidemia, diversos cientistas entrevistados recorreram a expressões como “associar”, “articular” e “misturar” para descrever os arranjos que viabilizaram suas pesquisas. Tais termos não eram usados como metáforas abstratas, mas como descrições práticas das conexões que tornaram possível a investigação científica em meio ao caos de uma emergência sanitária.

Segundo, trato as associações também como uma *categoria analítica*, novamente inspirada nos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), especialmente na proposta de Bruno Latour e da Teoria Ator-Rede (doravante, TAR). Em “Reagregando o social” (2012), Latour argumenta que o “social” não é uma substância, um domínio ou um contexto externo às ações, mas sim o próprio movimento de ligação — aquilo que se forma quando atores se conectam. Em vez de pressupor grupos estáveis e já dados, a tarefa analítica passa a ser rastrear as controvérsias, os alinhamentos e os deslocamentos através dos quais tais agrupamentos se fazem, desfazem e se refazem continuamente.

Assim, pensar em associações a partir da TAR não significa partir de agregados sociais já formados para, a partir deles, extrair significados. Latour nos mostra que esse é justamente o procedimento daquilo que chama de “sociologia do social”, da qual ele quer se afastar. Já na “sociologia das associações”, o foco do analista não está em fixar categorias previamente dadas, mas em seguir os rastros deixados pelas atividades que formam e reformam os agrupamentos. Nas palavras do próprio autor:

Ou seguimos a sociologia do social e iniciamos a jornada determinando, de início, que tipo de grupo e nível de análise iremos enfatizar ou adotamos os procedimentos dos atores e saímos pelo mundo rastreando as práticas deixadas pelas suas atividades na formação e no desmantelamento de grupos (Latour, 2012, p. 51).

Assim, o analista busca por associações, mas reconhece que a formação dessas associações é também uma tarefa incessante dos próprios atores sociais. Refletir sobre as “formas associativas” da ciência do Zika significa justamente rastrear como certos coletivos foram compostos, mantidos, expandidos ou desfeitos no calor da emergência sanitária. Neste artigo, contudo, foco nessa camada específica de associação entre pesquisa epidemiológica e clínica pediátrica. Procurarei mostrar que, para emergir enquanto “fato” ou como uma nova “entidade nosológica”, a SCVZ passou por associações marcadamente mediadas pela presença das crianças e pelo universo da infância.

Para pensar na posição das crianças e da infância nessa rede sociotécnica de produção da SCVZ, recorro a uma distinção central proposta por Bruno Latour (2012): a diferença entre *intermediários*, que apenas transportam informações de modo neutro, e *mediadores*, que transformam e reconfiguram os processos em que estão implicados. A análise que proponho parte da constatação de que, embora frequentemente tratadas como intermediárias — corpos a serem medidos, comparados, quantificados —, as crianças com SCVZ atuaram, na prática, como mediadoras da produção científica. Seus corpos, reações e interações com profissionais e pesquisadores geraram adaptações sucessivas nos protocolos, reordenaram relações com as famílias e reconfiguraram etapas decisivas do trabalho de campo.

Essa mediação, no entanto, não se deu de forma isolada. Ela faz parte de um circuito mais amplo de práticas e saberes, algo que chamo aqui de “campo gravitacional da infância”. A presença das crianças, com suas demandas práticas e afetivas, exigiu a mobilização de expertises específicas — especialmente a dos

profissionais da pediatria —, que passaram a ocupar posições-chave na viabilização e condução dos estudos. Essa associação não foi apenas contingente, mas estruturante: moldou os modos de recrutamento, a coleta e interpretação dos dados e, em muitos casos, a própria permanência das famílias nas pesquisas.

Para tornar tangível essa hipótese, apresento o caso de um grupo de pesquisa específico, que chamo aqui de Núcleo de Estudos sobre a Emergência da Microcefalia (NEEM). Trata-se de um grupo que obteve diversos financiamentos, publicou em periódicos de alto fator de impacto e produziu evidências amplamente reconhecidas como pertencentes ao repertório das “boas evidências” epidemiológicas — nos termos discutidos por Adams (2013). No entanto, para alcançar esse grau de inserção no circuito global de produção de verdades sobre o Zika, o grupo precisou, antes, construir essas evidências.

É aqui que argumento: o êxito do NEEM esteve fortemente vinculado à sua capacidade de estabelecer alianças com a clínica pediátrica e, sobretudo, de engajar-se com o “campo gravitacional da infância”. Ao seguir essas associações, procuro mostrar como, na emergência do Zika, a ciência não se fez apenas em laboratórios ou por meio de tecnologias sofisticadas, mas também no corpo a corpo com as crianças — suas veias difíceis, seus choros, seus gestos, suas recusas. É nesse nível relacional que os fatos científicos do Zika — e a própria SCVZ — ganharam forma e densidade empírica.

Rastrear essa rede, por si só, já constitui um resultado analítico relevante. Como sugere Jean Segata (2012) em sua leitura de “Reagregando o social”, “seguir os atores – rastrear e descrever associações – esse é o nosso trabalho; ou seja, tecer a própria rede”. O analista, ao seguir esses rastros, ocupa-se de “dispor os vestígios deixados por atores no curso de suas ações” (Segata, 2012, p. 241). Neste artigo, empenho-me em acompanhar os rastros deixados por um aspecto específico da epidemia: o fato de se tratar de uma síndrome congênita, que afeta neonatos e crianças pequenas desde o nascimento. Ao seguir esses rastros, destaco também um segundo eixo fundamental: a imbricação entre pesquisa clínica e assistência em saúde. Ao iluminar a articulação entre a clínica pediátrica e a condução dos estudos científicos, argumento que essa associação extrapola o contexto específico do Zika e revela uma zona de sobreposição estrutural entre ciência e cuidado.

Diversos trabalhos em ESCT têm demonstrado como projetos científicos frequentemente se enraízam em sistemas assistenciais, como nas pesquisas sobre HIV/Aids em que pesquisadores observaram, com frequência, como a pesquisa se insere como possibilidade a partir da oferta de saúde (Crane, 2013). No Brasil, autoras como Rosana Castro (2020) têm evidenciado as implicações ético-políticas dessas intersecções. Como argumenta Castro, essas relações produzem formas situadas de experimentação, nas quais as fronteiras entre pesquisa e assistência se tornam porosas e atravessadas por desigualdades históricas. No caso da epidemia de Zika, esse entrelaçamento assumiu uma configuração particular, muito influenciado pela presença de crianças com deficiências congênitas severas nesse campo, nessa rede.

A seguir, procuro explorar essas questões a partir de quatro seções. Na primeira, reconstruo o momento inicial da emergência da SCVZ, destacando como a microcefalia foi inicialmente identificada por profissionais da clínica pediátrica e se tornou objeto de investigação científica. Em seguida, apresento o processo de formação do grupo de pesquisa que será o foco do artigo — o Núcleo de Estudos sobre a Emergência da Microcefalia (NEEM) — e descrevo as primeiras associações que viabilizaram a execução dos estudos clínico-epidemiológicos.

Na terceira seção, analiso como a participação de neonatos e crianças reconfigurou essas práticas científicas, exigindo a mobilização da expertise pediátrica e ativando o que chamo de campo gravitacional da infância. Por fim, discuto como essa associação entre pesquisa e clínica, mediada pela presença das crianças, revela tanto as condições ético-políticas de produção da ciência em contextos de emergência quanto os modos situados de participação das famílias e dos profissionais de saúde nesse processo.

2. ESSA MICROCEFALIA É DE QUÊ? A CHEGADA DO “NOVO”

A notícia de que um número atípico e preocupante de crianças diagnosticadas com microcefalia estava nascendo em Recife se espalhou rapidamente. Relatos se multiplicaram entre profissionais de saúde, serviços públicos e redes informais enquanto um sentimento de urgência começava a tomar forma. Com igual velocidade, a informação chegou aos ouvidos de pesquisadores acadêmicos locais. No entanto, a percepção de que havia uma epidemia em curso — marcada por uma microcefalia “diferente”, que não se encaixava

nos padrões etiológicos habituais — não partiu inicialmente da academia, e sim de médicas clínicas com especialização em pediatria, como neurologistas, infectologistas e oftalmologistas.

É o caso, por exemplo, de Renata Camelo, infectopediatra atuando em um hospital-escola da capital pernambucana. Em outubro de 2015, durante a semana do feriado de Nossa Senhora Aparecida, Renata recebeu alguns pacientes encaminhados por uma colega neuropediatra que, sem conseguir classificá-los, relatava estar diante de um quadro desconhecido. Renata os examinou e também não conseguiu “fechar o diagnóstico”, como me contou anos depois, em uma sala do Departamento de Doenças Infectocontagiosas (DIP) infantil, onde voltamos a conversar sobre aqueles dias de incerteza.

Renata examinou essas crianças e também não conseguiu “fechar o diagnóstico”, como ela me disse em uma sala da DIP infantil, onde me recebeu para conversarmos. Naquela mesma semana de 2015, outros médicos de Recife também se depararam com crianças de “difícil classificação”. Cássia Lessa, por exemplo, estava em meio a uma especialização oftalmológica, voltada para agravos na retina. Enquanto ela fazia uma de suas “rondas” em uma maternidade pública do Recife, ela se deparou com uma criança nascida com microcefalia.

Cássia realizou o exame de fundo de olho, que indicou uma alteração diferente das que estava acostumada a ver em crianças com quadros de alterações no crânio como a microcefalia. Intrigada, Cássia perguntou para a enfermeira do plantão: “Essa microcefalia é de quê?” esperando ouvir o nome de uma das infecções normalmente associadas a esse diagnóstico, como sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus. A enfermeira, contudo, não confirmou suas expectativas: “Doutora, fizeram todos os exames, mas não conseguiram identificar a causa”.

Na semana seguinte, a situação foi se intensificando. A DIP onde Renata trabalhava foi, de repente, tomada por crianças com microcefalia, quadros intensos de choro e um componente considerável de irritabilidade. Eram muitos bebês chorando, muitas mães preocupadas, muitas perguntas sem respostas. Vendo esse cenário, uma neuropediatra tomou a dianteira e entrou em contato com a Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde da SES de Pernambuco (SEVS/SES/PE). Era uma manhã daquele mês de outubro de 2015 quando a neuropediatra andou pelos extensos corredores da SES/PE e adentrou o gabinete do Secretário Estadual de Saúde, acompanhada de uma funcionária da SEVS. Elas relataram o caso.

O secretário, com a diligência que uma situação como essa exige, tinha uma pergunta e uma encomenda. A pergunta era “qual é a média histórica?”. Historicamente, explicou a neuropediatra, o Recife vinha registrando cerca de 10 casos por ano, e apenas naquela semana oito crianças haviam recebido o diagnóstico em um único hospital. A encomenda, seguida da resposta à pergunta, foi: “Vão checar essas notificações”. Como falei, isso foi pela manhã. Cerca de três horas depois, à tarde, as duas passaram novamente pelo gabinete. Confirmaram as notificações. Nesse momento, o secretário entendeu que viveria uma situação de magnitude complexa. Começou a acionar seus contatos no Ministério da Saúde, na Organização Pan-Americana de Saúde e em outros órgãos oficiais. Um trabalho intenso e urgente lhes aguardava.

O burburinho sobre a epidemia de microcefalia logo ultrapassou os corredores dos serviços de saúde e começou a chegar aos ouvidos de pesquisadores acadêmicos das áreas de epidemiologia, virologia e imunologia. Diretores e coordenadores de instituições federais de pesquisa passaram a se mobilizar, intuindo que a resposta científica seria não apenas necessária, mas central. E, de fato, não demorou para que a rede local de cientistas fosse oficialmente acionada — como me relatou Sidney Romeu, então diretor de uma importante instituição de pesquisa. Entrevistei Sidney em seu gabinete no departamento de Imunologia, onde nos sentamos frente a frente. Ele me ofereceu um café espresso e, com a memória ainda vívida daqueles dias, começou a narrar: estava nos Estados Unidos quando recebeu uma ligação de um representante da Secretaria de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, que o atualizou sobre o cenário que se desenhava em Recife.

De volta ao Brasil, Sidney retomou sua rotina na manhã de uma segunda-feira. “Cheguei aqui no gabinete às sete da manhã, como sempre faço, e dei logo de cara com duas professoras”, contou. Ao vê-las, soube imediatamente do que se tratava. As visitantes eram duas experientes epidemiologistas: Ormindia Santos e Priscila Bessa, já envolvidas na linha de frente da investigação sobre a microcefalia, que desafiava explicações convencionais. Enquanto Sidney estava nos Estados Unidos, Ormindia também foi contatada pelo mesmo representante que havia alertado Sidney.

Mas as instruções para Ormindia foram outras: o representante queria que ela reunisse uma equipe que pudesse executar um estudo para compreender de onde vinha aquela microcefalia, qual era a causa

etiológica por trás daquele fenômeno. E havia mais: era preciso fazer isso rápido. O número de crianças aumentava semanalmente, as famílias estavam muito aflitas, os serviços não sabiam como tratar, o que fazer, como caminhar. Rapidamente, Orminda Santos percebeu que não havia tempo para perder. Seu primeiro e mais natural reflexo foi o de se voltar para as pessoas de sua própria rede. Não havia tempo para elaborar um projeto refinado ou treinar uma equipe específica. Ela sabia que era preciso reunir as competências já instaladas e correr.

3. A REUNIÃO DAS COMPETÊNCIAS INSTALADAS: PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES, ANTIGAS REDES

Ao receber a tarefa de reunir uma equipe para responder àquela emergência em saúde, Orminda, que estava em um estágio pós-doutoral na cidade de Recife, voltou-se para sua rede mais próxima: os pesquisadores locais. Eram pesquisadores que, em geral, já haviam trabalhado juntos em outros projetos que se voltavam justamente para questões de saúde pública de caráter epidêmico, em geral arboviroses ou viroses. A acima citada Priscila Bessa, por exemplo, já estava para se aposentar. Tinha construído uma carreira em epidemiologia diretamente ligada às questões que historicamente assolam Recife e Pernambuco. No início dos anos 80, em seu mestrado, investigou a hanseníase na cidade e, durante o doutorado, realizado no início dos anos 90, dedicou-se à emergência local da filariose (popularmente conhecida como elefantíase). Durante sua carreira como pesquisadora dentro de uma instituição pública, Bessa tocou inúmeros projetos vinculados à epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.

Como ela, outros pesquisadores que foram acionados também tinham um currículo associado a doenças epidêmicas e endêmicas, como a dengue, o HIV, a tuberculose. Em comum, além da dedicação aos estudos epidemiológicos, esses pesquisadores compartilhavam também uma trajetória dentro da Universidade Pública. Fizeram suas graduações, mestrados e doutorados em instituições federais, foram bolsistas e receberam apoio governamental para executarem seus estudos e pesquisas. Puderam aprender e ensinar com experiências internacionais e apresentavam domínio técnico e metodológico necessário para trabalhar em uma situação como aquela. E, uma vez reunidos, eles começaram a fazer a mesma pergunta que as autoridades, as famílias, as mulheres em idade reprodutiva e a comunidade internacional estavam se fazendo: de onde vinha aquela microcefalia?

A hipótese mais forte entre o grupo era a de que a microcefalia estava associada à epidemia de Zika que havia tomado conta do país no ano anterior. A hipótese contava tanto com elementos de plausibilidade epidemiológica (havia uma coincidência temporal e geográfica entre a epidemia de Zika e o nascimento de crianças com microcefalia) quanto de elementos de plausibilidade biológica (como a preferência do VZ pelo tecido neuronal, registrada na literatura desde pelo menos o ano de 1971 com o trabalho de Bell e colegas). Apesar de a evidência ser boa, era preciso mais. Era preciso, como se fala em epidemiologia, “subir de evidência”³.

Para de fato começar a estabelecer umnexo-causal mais sólido sobre a associação entre Zika e microcefalia e começar a caracterizar esses casos, o grupo sabia que seria preciso executar um caso-controle. Esse é um tipo de estudo epidemiológico analítico realizado para averiguar a causa de um determinado desfecho em saúde. É também considerado um estudo de tipo retrospectivo, já que os participantes são selecionados após o acontecimento do desfecho. O estudo compara o grupo das pessoas que apresentam determinado desfecho/doença/manifestação, conhecido como o grupo de “casos” com o grupo que não apresenta determinada manifestação, conhecido como o grupo de “controle”. A comparação procura medir a frequência de exposição a um possível fator em ambos os grupos para determinar se a exposição nos casos é mais alta do que nos controles.

Dentro daquele “agregado de pesquisadores”, como me descreveu Bessa, havia uma epidemiologista com uma enorme bagagem para a condução desse tipo de estudo. Naomi Araújo vinha de uma longa experiência com estudos de caso-controle, metodologia que ela havia utilizado no seu doutorado e com a qual ela seguiu trabalhando em outros projetos, já como docente permanente em uma universidade pública. Araújo, portanto, estava familiarizada com o que tinha de ser feito: definir objetivos primários e secundários, contextualizar o estudo, especificar a metodologia, delimitar o local e a população do estudo, definir o que seria um “caso” e o que seria um “controle”, pensar em como seria realizado o recrutamento, a coleta, traçar um plano de

³ A título de uma breve explicação, as evidências, em epidemiologia, são classificadas de forma piramidal. Na base, estão as evidências mais fáceis de serem construídas e também as menos sólidas, como a opinião do especialista ou o relato de caso. Subindo um pouco para o meio da pirâmide, estão localizados os estudos de caso-controle. Depois, vêm as coortes, as revisões sistemáticas das coortes, os ensaios clínicos randomizados e, finalmente, o topo: a revisão sistemática dos ensaios-clínicos.

análise, realizar uma revisão ética. Apesar da experiência, Naomi rapidamente percebeu que aquele estudo trazia um desafio a mais: a população investigada seria composta por crianças recém-nascidas.

Realizar um estudo de caso-controle com neonatos exigia conhecimentos específicos. Crianças muito pequenas não seguem comandos e exigem formas próprias de coleta de dados. Era preciso adaptar instrumentos, definir procedimentos de coleta de material orgânico e considerar múltiplas camadas de consentimento ético, já que a pesquisa com crianças é, inevitavelmente, uma pesquisa também com suas famílias. Foi então que Naomi percebeu que seria necessário ampliar a equipe e contar com alguém com experiência em neonatologia — alguém capaz de imaginar, junto a ela, como seriam as etapas de execução e os instrumentos mais adequados à interação com corpos tão pequenos.

A escolha recaiu sobre Larissa Malta, pesquisadora sênior e virologista com sólida formação em epidemiologia e trajetória clínica em pediatria — área em que se formou e atuou profissionalmente no início de sua carreira. Devido a esse “passado clínico”, como ela própria destacou, Malta mantinha vínculos com diversos colegas pediatras de diferentes especialidades, frequentemente consultando essa rede para pensar na elaboração dos instrumentos de avaliação dos neonatos. Em uma entrevista realizada remotamente por mim e por Isadora Valle, Larissa nos contou que, nessa época, estudou muito. Levantou a bibliografia adequada e mergulhou nos instrumentos de avaliação do neonato:

Eu peguei o formulário de exame do neonato de vários hospitais. E aí eu comecei a estudar e como eu tinha experiência em formatar instrumentos de pesquisa, então, eu formatei, levou um tempo isso. Aí, pedi a sugestão dos colegas, mandei pra eles, né. A questão do exame da criança, como a gente padroniza então a cabeça? Aí fui lá estudar, ó, a forma correta, o ângulo da cabeça, fiz desenho, procurei desenho na internet. Vi qual era a fita métrica, tinha uma fita métrica que o pessoal usou numa pesquisa bem grande pra ver curva normal de criança. A gente usou essas fitas, né? Material pra coletar sangue das crianças, o tamanho da agulha, a seringa... (Laura, entrevista concedida ao autor, 2023).

Os conhecimentos de Naomi foram fundamentais para a elaboração do protocolo, a definição dos casos e controles e a construção metodológica do estudo. Mas, como logo se evidenciou, sua execução colocava uma série de desafios práticos: quais instrumentos utilizar? Como medir com precisão o perímetro cefálico de recém-nascidos? Qual seria o limite seguro para a coleta de sangue? Quais exames representariam riscos excessivos para essa população? Foi nesse ponto que o “passado clínico” da professora Larissa Malta se revelou indispensável.

Embora não participasse da coleta direta de dados, nem tivesse contato com as crianças, Larissa atuou intensamente nos bastidores — contribuindo para adaptar os protocolos às especificidades da população pediátrica e trazendo para o projeto as exigências do cuidado neonatal. Assim, a equipe de epidemiologistas e virologistas composta por Orminda, Priscila, Naomi e Larissa foi responsável por planejar o estudo, estruturar sua metodologia e captar os recursos necessários para sua implementação.

Como aponta Adams (2013), a epidemiologia tornou-se um eixo central da Saúde Global, exercendo um papel estratégico na mobilização de investimentos e financiamentos científicos, sobretudo em contextos de crise sanitária, no entanto o caminho entre o planejamento e a implementação não era automático. Para que o protocolo saísse do papel, era preciso entrar nas maternidades, identificar e recrutar as famílias, realizar a coleta dos materiais orgânicos. Enfim, era preciso fazer campo e isso implicava envolver outras pessoas, construir novas associações — com profissionais de saúde, técnicas, mães e bebês. A investigação, agora, exigia algo que ultrapassava a expertise técnica das pesquisadoras seniores: exigia corpo a corpo, sensibilidade e presença.

4. NOVAS E OBRIGATÓRIAS ASSOCIAÇÕES: A PEDIATRIA COMO MAESTRO DO TRABALHO DE CAMPO

Se a idealização dos estudos contou com uma rede de pesquisadores que já se conheciam e haviam colaborado em projetos anteriores, a fase de trabalho de campo exigiu a formação de novas associações — no sentido forte da Teoria Ator-Rede, ou seja, de composições práticas que não pressupõem a estabilidade dos grupos, mas que emergem a partir da necessidade de agir, recrutar aliados e redefinir trajetórias. Essas associações, longe de serem apenas meras colaborações institucionais, produziram efeitos de coesão e transformação no próprio arranjo científico em resposta ao Zika.

O contexto particular da epidemia demandava expertises que extrapolavam aquelas inicialmente reunidas. Para conduzir o estudo de caso-controle, era essencial localizar e recrutar as crianças — e o caminho

mais direto para isso era se aproximar dos serviços em que elas estavam: maternidades, ambulatórios de infectologia pediátrica, setores de neurologia infantil e unidades neonatais. Era necessário retornar ao epicentro da crise, onde os nascimentos atípicos haviam sido primeiramente detectados.

No entanto, conduzir um estudo epidemiológico com crianças apresentava desafios específicos: não bastava mobilizar as competências tradicionais da epidemiologia, era preciso articular essas competências com a prática assistencial. Tratava-se, portanto, de estruturar um estudo clínico-epidemiológico no qual o manejo e a relação com a população pediátrica era central. Como afirmou um dos coordenadores do grupo, os epidemiologistas “não pegavam nas crianças” — o que tornava a associação com os profissionais dos serviços de saúde não apenas recomendável, mas imprescindível. E não qualquer serviço: era a pediatria que detinha a experiência prática — e também a autoridade epistêmica — necessária para a realização dos exames e procedimentos com esse público.

Foi nesse contexto que os coordenadores do NEEM se apresentaram às clínicas e aos profissionais da rede pública como um projeto de pesquisa em busca de parceria. Seu objetivo era compor um novo coletivo de trabalho, capaz de responder aos desafios impostos pelo campo. Os clínicos — os quais, em sua maioria, haviam sido os primeiros a perceber a estranheza dos casos e notificar os órgãos de saúde — passaram a ser convidados a atuar também como pesquisadores. Alguns já tinham alguma experiência acadêmica, como mestrados concluídos, mas, para muitos, foi a própria epidemia de Zika que catalisou essa aproximação com a pesquisa científica. Como explicou Gabriel Mendes, infectologista com formação em metodologia epidemiológica, em entrevista concedida a mim e a Isadora Valle, na Sala de Reuniões do Programa de Pós-Graduação ao qual é vinculado:

Então o que a gente fez, assim, a parceria que a gente pode fazer: a gente pode absorver quem tiver interesse em fazer doutorado, mestrado e tarara, a gente vai orientar os projetos e a gente pode... A gente não podia garantir na hora, mas, assim, a gente sabia que iria captar recurso pra financiar esses projetos e fazer tudo em parceria. Então, foram as soluções. E isso também foi uma solução que foi interessante porque a gente tinha vivenciado essa experiência na pesquisa de AIDS, porque foi uma pesquisa que a gente fez com muito pouco recurso financeiro e uma das coisas que permitiu, uma das estratégias que permitiu fazer a pesquisa foi envolver os estudantes de mestrado e de doutorado que trabalhavam na coleta de dados sem a gente precisar pagar, por exemplo, a equipe de campo (Gabriel Mendes, entrevista concedida ao autor, 2023).

Envolver as profissionais da “clínica” na pesquisa foi uma estratégia para conseguir solucionar um dos problemas do campo do NEEM: *quem* ficaria responsável pela avaliação e coleta clínica de dados, já que, como muitas vezes foi enfatizado, pelo menos na pesquisa desse grupo, os exames estipulados em protocolo (idealizados por Larissa e Naomi), na maioria dos casos, seriam solicitados pelo próprio serviço, como exames sorológicos, exames de imagem e exames clínicos. Ao envolvê-las, a pesquisa ganhava pessoas que lidavam cotidianamente com crianças, que sabiam trabalhar com neonatos, que tinham experiência realizando os exames e que podiam avaliar da melhor forma os casos. Esse foi o caminho, por exemplo, de Laura Silva, uma neuropediatra que participou da pesquisa como clínica e doutoranda.

Laura atuou no “campo” avaliando e coletando dados clínicos e de imagem das crianças envolvidas. Ela realizava ultrassonografias e conversava com as famílias. Tinha familiaridade com o tamanho dos pacientes. Como Laura mesma me disse, essa parte não era, para ela, nada estranha, já que dominava aquele cenário. O trabalho com crianças em contexto hospitalar é o seu cotidiano de trabalho. Foi o que ela me explicou em seu consultório no Hospital das Forças Armadas de Recife (onde a pesquisadora, aliás, não é a Dra. Laura, mas a capitã Laura):

Pra mim, não é tão difícil, porque meu universo é pediátrico sempre, né. Mas obviamente que a gente tem que considerar o trato com as crianças, o trato com a família, né, a questão da empatia mesmo, do momento. Às vezes, a gente começa o exame neurológico hoje, a gente só vai concluir três consultas depois até que você estabeleça esse vínculo [com a criança e a sua família] (Laura, entrevista concedida ao autor, 2023).

Laura, portanto, sabia se relacionar com crianças e posicioná-las da melhor forma nos exames, pois tinha experiência na comunicação com as famílias. Podia até mesmo dar dicas práticas para os idealizadores do estudo, como esquentar o soro para facilitar a receptividade de uma criança a determinado protocolo. Muitas vezes, as crianças não eram “cooperativas” — choravam, interrompiam a avaliação, exigiam a presença tranquilizadora das mães durante a “coleta do doutorado”. Mas Laura sabia navegar por esse cenário: conhecia os ajustes necessários, tinha experiência prática no trabalho com o público infantil e, como enfatizou, o *rapport* essencial para interagir com aqueles pacientes. Ou seja, se os coordenadores do NEEM buscavam se associar à pediatria, as pediatras, por sua vez, já estavam associadas às crianças — articulavam-se cotidianamente com suas presenças, gestos e modos de participação, primeiro na clínica, depois também na ciência.

O que Laura não dominava, como harmonizar uma metodologia, “fazer” determinada estatística, por exemplo, era o que o grupo do NEEM trazia para a parceria: orientadores que poderiam ensiná-las sobre metodologias, formas de interpretação e análise. Esse intercâmbio gerou algo muito interessante: novas pediatras com vínculo com pesquisa, algo que muitos entrevistados ressaltam não ser comum – e que inclusive está dentro dos fatores listados por alguns estudos sobre a taxa relativamente baixa de pesquisas realizadas com crianças (Vieira *et al.*, 2017; Fialho e Palácios, 2014).

Como me informou uma infectopediatra que também participou dessa associação entre pesquisa acadêmica e assistência em saúde, a pesquisa do Zika demandava muitas especialidades. Por se tratar de uma síndrome com um amplo espectro de manifestações clínicas, era preciso conhecer muitas metodologias, dominar muitos instrumentos, falar muitas línguas científicas. Mas, como os participantes principais eram as crianças, todo esse conhecimento passava também pela pediatria, pela expertise com crianças. Para fazer o campo das pesquisas de Zika, era preciso estar em interação com as crianças e, embora muitas áreas fizessem parte daquela orquestra científica, “o maestro era a pediatria”, como me disse a infectopediatra em questão.

Era preciso harmonizar o raciocínio científico, a codificação de dados, o desenho da pesquisa à interação prática com as crianças. O fato de serem crianças os principais participantes das pesquisas, portanto, criou uma rede de associações específicas nessa resposta científica à emergência de Zika, gerando um campo específico de associações que passava, quase que obrigatoriamente, pela interação com elas. Muitas das especialidades científicas precisaram, em algum momento, se aproximar da clínica. Não de qualquer clínica, mas da clínica com crianças da clínica pediátrica, onde estavam profissionais como Renata Camelo e Laura Silva.

Mesmo os virologistas e imunologistas – cujos trabalhos aconteciam em laboratórios longe de hospitais – dependiam da qualidade das “coletas” realizadas no “campo epidemiológico”. Afinal, era ali, junto às crianças e suas famílias, que começava o percurso das amostras biológicas. Se o sangue coletado fosse insuficiente, se a urina não fosse armazenada corretamente, todo o ciclo de análises posteriores estaria comprometido.

A possibilidade de uso de uma amostra dependia, em grande medida, da qualidade dessa associação com sujeitos infantis – e esse tipo de interação exigia ajustes muito finos. Foi o que me explicou Melissa Leite, técnica em enfermagem convidada para realizar a coleta de sangue dos bebês. Conheci Melissa em uma ala de um hospital universitário, destinada a pesquisas clínicas e onde até hoje ocorre o acompanhamento de crianças diagnosticadas com a SCVZ pelo grupo do NEEM. Para ela, o trabalho com crianças oferece menos “margem para erro”, por exemplo.

Durante a coleta, explicou, é comum que uma mãe aflita acompanhe atentamente cada gesto: “O ideal, com criança, é acertar de primeira”, disse. Além disso, o volume de sangue que pode ser retirado de um bebê é bastante limitado: “A gente foi orientado a tirar no máximo 2mL. Então veja: eu não podia errar e também não podia perder a amostra.” Melissa foi me descrevendo os detalhes do processo, os cuidados exigidos para realizar a coleta em recém-nascidos e a delicadeza desse trabalho cotidiano, que, embora muitas vezes invisível, sustentava toda a cadeia de produção de evidências⁴.

Melissa inclusive foi complexificando a quantidade de ajustes: “Cada criança é de um jeito”, ela me disse. Diferentemente dos adultos, que tendem a “seguir os comandos” das coletadoras, com crianças as estratégias precisam variar. É um ajuste diário, caso a caso. Tem criança que precisa de uma música; outra, de estímulos visuais; outra, de toques afetivos. Além disso, são crianças com deficiências graves, o que também exigia novos ajustes. A veia das crianças com a SCVZ, por exemplo, “é muito fininha”, me disse Melissa, e muitas apresentam espasticidade, ou seja, ficam com os músculos do braço rígidos.

É preciso “rebolar”, como ela falou, não apenas para conseguir a quantidade correta de amostra, mas também para conseguir fazer isso o mais rápido possível. Por isso, Melissa me explicou que o grupo de pesquisadores procurou não apenas as pediatras, mas também técnicas de enfermagem que já haviam trabalhado com crianças e que conheciam os “ajustes finos” que deveriam ser realizados para incluí-las nas pesquisas. A cada coleta, alguma coisa mudava. Um exame deixava de ser feito, o tempo previsto se alongava. As crianças não atravessaram esses procedimentos de forma passiva. Seus choros, movimentos, recusas, preferências e expressões exigiam ajustes

É nesse nível, cotidiano e prático, que elas agiram sobre o campo. No vocabulário de Latour (2012), as crianças não agiam como intermediárias – que apenas transportam algo de um ponto a outro –, mas

⁴ Melissa é uma das “pesquisadoras de campo” do NEEM conhecidas como “volantes”. Para uma descrição mais detalhada de suas tarefas e atividades, ver Valim (2025).

como mediadoras: alteravam o que passava por elas e, com isso, mudavam também o arranjo mais amplo da pesquisa. Embora este artigo se concentre no estudo de caso-controle conduzido pelo NEEM, outros grupos que atuaram durante a epidemia também dependeram da interação com as crianças e com o campo gravitacional da infância, uma vez que, mesmo com metodologias distintas, precisaram mobilizar a expertise pediátrica e encontrar formas de se associar ao cotidiano desses corpos pequenos.

Nesse cenário, a experiência com crianças — com tudo o que ela exige de técnica, tato e improviso — acabou se tornando, nos termos de Latour (2012), um ponto de passagem obrigatório: algo sem o qual a rede simplesmente não andava. Quando essa associação falhava, o recrutamento emperrava, os exames não se realizavam, as famílias se afastavam.

Essa percepção era nítida entre as mães. Nos relatos que reunimos, a falta de familiaridade de alguns pesquisadores com o público infantil era prontamente notada pelas famílias — seja pelos procedimentos excessivos, seja pela dor provocada por colírios ou pelas medições feitas de forma brusca. Como ressaltai anteriormente, o NEEM não foi o único grupo a se organizar diante da epidemia. As críticas feitas pelas famílias sobre essa “falta de jeito” não são oriundas de episódios isolados, mas de vivências repetidas em diferentes contextos de pesquisa e atendimento.

Assim, se as crianças forneceram múltiplas amostras para a ciência — sangue, urina, saliva —, os estudos, por sua vez, também deixaram “amostras” nem sempre positivas para as famílias. A forma como o corpo de cada criança era manejado, o vínculo estabelecido com os cuidadores, a escuta (ou a falta dela) se tornavam parte da experiência da pesquisa das famílias. Além disso, como nos disseram vários profissionais de saúde entrevistados, estabelecer um bom vínculo com a família era condição para realizar qualquer procedimento com crianças. Afinal, são elas — quase sempre, mães — que autorizam (ou não) a participação dos recém-nascidos. Essa autorização, no entanto, não é apenas um procedimento ético ou formal: é mais um dos elementos que compõem a rede sociotécnica que sustenta a pesquisa.

A presença das famílias, com suas avaliações, afetos e critérios, também integra o campo gravitacional da infância. Desse modo, ao rastrear a associação entre a epidemiologia e a clínica pediátrica, deparei-me também com rastros que iluminam a densa imbricação entre pesquisa clínica e assistência em saúde. Essa articulação atravessou de forma marcante as dinâmicas associativas que sustentaram a produção de conhecimento do NEEM — e, ao mesmo tempo, trouxe à tona as condições éticas, práticas e afetivas que tornaram possível a emergência da SCVZ como entidade nosológica.

Essas zonas de sobreposição entre pesquisa e assistência não foram meros efeitos colaterais da epidemia, mas parte do arranjo que sustentou a própria produção científica. As mães sabiam disso — e os pesquisadores também. Em muitos casos, o que permitia dar continuidade aos estudos era justamente essa ambiguidade: a médica que examinava também coletava dados; o exame clínico tornava-se evidência científica; o gesto de cuidado abria caminho para a autorização da pesquisa. É nesse ponto que a associação com a pediatria se revela ainda mais central: não apenas pela expertise técnica envolvida, mas por sua capacidade de mediar a interface entre ciência e cuidado, entre pesquisa e assistência.

Como mencionei, muitas famílias aceitavam participar das pesquisas justamente em busca da atenção especializada, que, com frequência, não encontravam no SUS. A “precariedade” estrutural do serviço público, como argumenta Rosana Castro (2020), criou condições “oportunas” para a realização da pesquisa. Essas condições ajudam a compreender as formas concretas de acesso à saúde para crianças com deficiências graves no Brasil. Assim, para que a SCVZ emergisse como tal, foi necessário um arranjo relacional em que crianças, suas famílias e os profissionais da infância atuaram como fortes actantes na rede de produção do conhecimento.

Foi essa rede de associações — entre médicas, enfermeiras, crianças, familiares, infraestrutura assistencial e dispositivos de pesquisa — que tornou possível a coleta de dados de campo, os quais, mais tarde, sustentaram a publicação de artigos, renderam prêmios, nomeações e visibilidade internacional ao grupo de pesquisa. No entanto, nos resultados finais — artigos, *papers*, pôsteres —, a presença das crianças tornou-se difusa. Corpos que exigiram ajustes finos, que choraram, recusaram, colaboraram e mediararam, aparecem apenas como “N”, “amostras”, “dados clínicos”. Seus rostos desaparecem nas imagens de ressonância; seus gestos, nas planilhas de Excel (Fleischer, 2023).

Mas, como procurei demonstrar, as crianças — e aqueles que delas cuidam, na clínica, na pesquisa ou na família — participaram ativamente das condições de possibilidade para a produção do conhecimento sobre

o Zika. Rastrear as associações que sustentaram essa produção é, portanto, uma forma de reinscrever sua presença nos processos que consolidaram a SCVZ como entidade nosológica. Trata-se, aqui, de uma aposta tanto analítica quanto política: iluminar o campo gravitacional da infância é reconhecer o papel das crianças como mediadoras — e não meros intermediários — na coprodução de fatos científicos em contextos de emergência sanitária.

5. CAMPOS GRAVITACIONAIS DA CIÊNCIA DO ZIKA: INFÂNCIA, PESQUISA E CLÍNICA NO BRASIL

Neste artigo, procurei apresentar brevemente a formação de uma rede de pesquisadores que participou da resposta à epidemia de Zika e alcançou prestígio nacional e internacional. Esse sucesso envolveu muitas associações: com financiadores, instituições, instrumentos e técnicas, como já abordei mais detalhadamente em outro trabalho (Valim, 2025). Entre esses aspectos, busquei destacar a centralidade da associação com a pediatria e com o campo gravitacional da infância como elementos fundamentais para a boa condução dos estudos.

O grupo compreendeu que era preciso coordenar cuidadosamente o plano de trabalho para garantir o recrutamento adequado das crianças. Caso contrário, como alertou um fisioterapeuta entrevistado, o trabalho poderia ser mal executado, fracassar ou, pior, causar traumas nas crianças e afastar definitivamente as famílias dos empreendimentos científicos. Sem o campo epidemiológico, não há dados, análises laboratoriais ou estatísticas. Toda pesquisa sobre o Zika começava ali, nos hospitais, nos serviços de saúde.

A partir desse ponto, os materiais circulavam por diferentes redes, gerando novas associações e desdobramentos, mas tudo passava, necessariamente, por um campo com as crianças. Sem a inclusão adequada dessas crianças, as amostras não seriam colhidas, os estudos não avançariam e, muitas vezes, as famílias desistiriam. A pesquisa científica sobre o Zika, portanto, é um campo que gravita, de forma intensa e quase obrigatória, em torno da infância — especialmente nos contextos hospitalares. Quando a investigação científica se desenrola em um *setting clínico*, ela passa a orbitar também em torno das forças, relações e objetivos da assistência, e, no caso de estudos clínicos com crianças, são as alas pediátricas que conformam esse cenário de pesquisa.

No campo do Zika, saber estabelecer essas associações com a pediatria foi crucial para o êxito dos estudos. Mais do que isso: ao centralizar essa associação, colocamos também as crianças no centro da construção do conhecimento científico sobre a síndrome. Ao participarem das pesquisas, as crianças deixaram suas marcas: interpelaram cientistas, reconfiguraram protocolos, exigiram adaptações. Embora nos resultados finais — pôsteres, artigos, gráficos — sua presença apareça diluída em estatísticas ou categorias genéricas, no campo cada criança influenciou diretamente a condução e a negociação dos estudos. Cada uma moldou, à sua maneira, a própria prática científica.

Além disso, observar as “associações pediátricas” permite também refletir sobre as múltiplas dimensões da articulação entre pesquisa e assistência. Como destacou Laura Coutinho no episódio “A pontinha da pontinha do iceberg”, do podcast *Mundaréu* (2023), a pesquisa trouxe pontos considerados “positivos” pelas famílias: possibilitou a realização de exames e testes que dificilmente estariam disponíveis no fluxo regular do serviço de saúde, além de contribuir para a capacitação de profissionais no cuidado com crianças diagnosticadas com a SCVZ.

Por outro lado, essa associação também podia gerar confusão, já que a mesma médica que prestava assistência à criança — medicando, acolhendo, tranquilizando — era, por vezes, quem conduzia a pesquisa. Embora um dos representantes do NEEM tenha afirmado que o grupo fazia questão de esclarecer que não oferecia assistência, essa sobreposição de funções deixava fronteiras porosas, especialmente para as famílias cujas crianças ocupavam, simultaneamente, os lugares de pacientes e participantes de pesquisa.

Em um contexto como o brasileiro, em que grande parte da pesquisa biomédica se desenrola dentro do SUS, refletir sobre essa intersecção entre ciência e assistência significa também considerar como os usuários do sistema público experienciam e negociam sua participação na produção do conhecimento científico. No caso do Zika, isso ficou evidente: a maioria das crianças recrutadas para os estudos era oriunda de serviços públicos, e suas famílias, em grande parte, eram negras, pobres e moradoras de periferias da capital pernambucana.

Se, por um lado, a ciência clínica depende da estrutura do SUS para viabilizar suas pesquisas — oferecendo infraestrutura, material e recursos humanos —, por outro, as famílias, em um cenário de escassez e descontinuidade assistencial, viam na pesquisa uma via possível de acesso a cuidados especializados e exames que dificilmente conseguiriam nos fluxos habituais do sistema. Essa relação, contudo, está longe de ser simétrica: a ciência se alimenta dessas condições para prosperar enquanto as famílias, muitas vezes sem alternativas, fazem da pesquisa um meio de oportunidade clínica. Nesse sentido, os ajustes e associações com a clínica pediátrica foram essenciais não apenas para o andamento das pesquisas sobre o Zika, mas também para revelar as condições concretas que tornaram essa associação possível — e necessária.

O sucesso desse grupo de pesquisadores não pode ser dissociado das dinâmicas de vulnerabilidade e oportunidade que caracterizam o SUS como espaço de pesquisa (Castro, 2021). Se a ciência depende do sistema público para avançar, os usuários do SUS também se engajam nesses estudos de forma ativa, buscando neles respostas, cuidados e possibilidades. Assim, pensar sobre as associações clínico-pediátricas na pesquisa sobre o Zika não é apenas uma forma de compreender como se construiu a ciência em tempos de emergência de Zika, mas também de refletir criticamente sobre quem foram os participantes dessa ciência — e sob quais condições entram nesse circuito de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BELL, T. M.; FIELD, E. J.; NARANG, H. K. Zika Virus Infection of the Central Nervous System of Mice. *Archiv für die gesamte Virusforschung*, v. 35, p. 183-193, 1971.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.813, de 11 de novembro de 2015. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por alteração do padrão de ocorrência de microcefalia no Brasil. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 215, p. 37, 12 nov. 2015.
- CASTRO, Rosana. *Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- CRANE, Johanna Tayloe. *Scrambling for Africa: AIDS, expertise, and the rise of American global health science*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- DINIZ, Débora. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FIALHO, Flávia; PALÁCIOS, Marisa. A participação de crianças em protocolos de pesquisa: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 10, n. 1-4, p. 77-91, 2014.
- FLEISCHER, Soraya. Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE. *Anuário Antropológico* [Online], v. 47, n. 1, p. 170-188, 2022.
- HARAWAY, Donna. A game of cat's cradle: science studies, feminist theory, cultural studies. *Configurations*, Baltimore, v. 2, n. 1, p. 59-71, 1994.
- KUROGI, H.; INABA, Y.; TAKAHASHI, E.; SATO, K.; GOTO, Y. Experimental Infection of Pregnant Goats with Akabane Virus. *National Institute of Animal Health Quarterly*, v. 17, p. 1-9, 1977.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- LÖWY, Ilana. *Zika no Brasil: história recente de uma epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.
- LUZ, Kleber Giovanni; SANTOS, Glauco Igor Viana dos; VIEIRA, Renata de Magalhães. Febre pelo vírus Zika. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 785-788, dez. 2015.
- MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham; London: Duke University Press, 2002.
- MUNDARÉU. #3 A pontinha da pontinha do iceberg. [Locução de]: Laura Coutinho. [S.l.]: Mundareu, 12 jun. 2023. Podcast. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/a-pontinha-da-pontinha-do-iceberg/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- MUSSO, D. et al. Potential for Zika virus transmission through blood transfusion demonstrated during an outbreak in French Polynesia, November 2013 to February 2014. *Eurosurveillance*, [s.l.], v. 19, n. 14, p. 20761, 2014.
- PARSONSON, I. M. et al. Transmission of Akabane virus from the ewe to the early fetus (32 to 53 days). *Journal of Comparative Pathology*, v. 99, n. 2, p. 215-227, 1977.
- REIS-CASTRO, Luísa. *Vectors of Health: Epidemics, Ecologies, and the Reinvention of Mosquito Science in Brazil*. 2021. Tese (Doutorado em História, Antropologia e Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade) — Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2021.
- SEGATA, Jean. LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. *Ilíria – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 14, n. 1-2, p. 238-243, jul./dez. 2012.

VALIM, Thais. *Fazendo ciência, fazendo a Síndrome Congênita do Vírus Zika: práticas, relações e infraestruturas científicas na resposta à epidemia de Zika em Recife/PE*. 2025. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

VIEIRA, J. et al. Perfil dos ensaios clínicos envolvendo crianças brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 5, p. 1-11, 2017.

EMPREGO VERDE: ALIADO OU ALGOZ DA JUVENTUDE BRASILEIRA?

Green job: Brazilian youth ally or tormentor?

Trabajo verde: ¿aliado o verdugo de la juventud brasileña?

ROCHELI KORALEWSKI¹

ORCID: 0000-0002-2806-0844

LUÍS FERNANDO SANTOS CORRÊA DA SILVA²

ORCID: 0000-0002-8023-2084

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender a relação dos/as jovens com o trabalho em uma conjuntura de alerta no que tange à crise ambiental. Cientistas de diversas áreas consentem sobre a urgência de mudanças econômicas e relacionais tanto para a mitigação dos efeitos advindos das alterações climáticas quanto para a adaptação nesse novo cenário. Nessa realidade, a economia verde se insere com a constituição de oportunidades por meio dos empregos verdes. Como metodologia, utilizou-se a análise de conteúdo, com o objetivo de construir relações comparativas entre dois documentos. O primeiro é o “*Guia Global para a Educação sobre os Empregos Verdes: conectando o ensino superior e as oportunidades verdes pela saúde planetária*” (2021), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Parceria para Educação para o Desenvolvimento Sustentável dos EUA, com a contribuição de agências da ONU e do Banco Mundial. O segundo documento baseia-se em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre “*empregos verdes e sustentáveis no Brasil*” (2022). Os dados foram analisados para compreender de que forma esses empregos diferem do mercado de trabalho tradicional, sendo algozes ou aliados. Afetado pelo desemprego estrutural, há um exército de mão de obra juvenil à disposição para ocupar essas vagas, contudo é primordial compreender como esses empregos são desenvolvidos e de que forma o “verde” pode ser um aliado contra o desemprego, e não o algoz para a continuidade da lógica exploratória.

Palavras-chave: Emprego verde; Juventude; Trabalho; Desemprego.

ABSTRACT

This article aims to understand young people's relationship with work in a context of heightened alert concerning the environmental crisis. Scholars from diverse fields agree on the urgent need for both economic and social changes to mitigate the effects of climate change and to adapt to this new reality. Within this scenario, the green economy emerges by creating opportunities through green jobs. As a methodology, content analysis was employed to establish comparative relationships between two documents. The first is the *Global Guide for Education on Green Jobs: Connecting Higher Education and Green Opportunities for Planetary Health* (2021), developed by the United Nations Environment Programme and the U.S. Partnership for Education for Sustainable Development, with contributions from UN agencies and the World Bank. The second document is based on data from the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul com bolsa CAPES. Especialista em Juventudes, licenciada em Ciências Sociais e Letras – Inglês. Compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Educação e Estratificação Social (GEPIES/UFFS).

² Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) e mestrado em Sociologia também pela UFRGS. Foi Investigador Visitante em Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal. Professor Associado III da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Studies (DIEESE) on “Green and Sustainable Jobs in Brazil” (2022). These data were analyzed to understand how such jobs differ from the traditional labor market, acting either as oppressors or as allies. Confronted with structural unemployment, there exists a large pool of young labor ready to fill these positions; however, it is essential to comprehend how these jobs are structured and in what ways the “green” can serve as an ally against unemployment, rather than as a force perpetuating exploitative dynamics.

Keywords: Green job; Youth; Labor; Unemployment.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la relación de los jóvenes con el trabajo en un contexto de alerta máxima respecto a la crisis ambiental. Investigadores de diversas disciplinas coinciden en la urgencia de implementar cambios económicos y sociales tanto para mitigar los efectos derivados del cambio climático como para adaptarse a esta nueva realidad. En este escenario, la economía verde surge al generar oportunidades a través de los empleos verdes. Como metodología, se empleó el análisis de contenido para establecer relaciones comparativas entre dos documentos. El primero es la *Guía Global para la Educación sobre Empleos Verdes: Conectando la Educación Superior y las Oportunidades Verdes para la Salud Planetaria* (2021), elaborada por el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y la Asociación Estadounidense para la Educación en Desarrollo Sostenible, con contribuciones de agencias de la ONU y del Banco Mundial. El segundo documento se basa en datos del Departamento Intersindical de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE) sobre *Empleos Verdes y Sostenibles en Brasil* (2022). Estos datos fueron analizados para comprender de qué manera estos empleos difieren del mercado laboral tradicional, actuando ya sea como opresores o como aliados; ante el desempleo estructural, existe un amplio contingente de mano de obra juvenil dispuesto a ocupar estos puestos; sin embargo, resulta esencial entender cómo se estructuran estos empleos y de qué forma lo “verde” puede servir como aliado contra el desempleo, y no como un factor que perpetúe dinámicas explotadoras.

Palabras clave: Empleo verde; Juventud; Trabajar; Desempleo.

1. INTRODUÇÃO

Entre algoz e aliado, a dicotomia do título convida a uma análise que considere a relação dos empregos verdes com as juventudes brasileiras, um grupo social diverso e complexo. Em relação ao trabalho, tema desta discussão, os/as jovens brasileiros/as são inseridos em um contexto que oferece possibilidades que são acompanhadas pelo fantasma do desemprego ou de trabalhos informais. Na educação, as possibilidades de acesso nem sempre acompanham as de permanência. Nas ruas, as juventudes são encontradas pela violência e pelo estigma, pois, se são negros/as, a situação é afunilada pelo racismo; se são mulheres, há o machismo e o medo.

Na via da construção do pensamento científico, dicotomizar é uma opção superada. Contudo, na realidade, o binômio segue operando os espaços e determinando a vida das pessoas, sobretudo das que são jovens. No Brasil, jovens vivenciam distintas condições juvenis enquanto trabalham *ou* buscam um emprego em um planeta imerso em mudanças climáticas que abalam o presente e principalmente as perspectivas futuras. Nos noticiários, para além das catástrofes ambientais que permeiam o cotidiano, as manchetes estampam jovens organizados em um ativismo pelo planeta, como é o caso, por exemplo, da ativista sueca Greta Thunberg.

Para buscar soluções diante desses problemas, a atenção de pesquisadores/as, entidades da sociedade civil e governos começou a convergir à necessidade de repensar as relações econômicas. Desde o legado ecológico de Karl Marx (2013), aprofundado pela análise de Saito (2021), é possível perceber que a relação entre a natureza e o ser humano foi radicalmente atravessada pela lógica do capital, adquirindo um caráter destrutivo ao causar perturbações na troca metabólica. Com base em debates teóricos, a economia verde se apresenta como uma alternativa, tida como a economia do mundo sustentável (Côrtes; Côrtes; Alegawa, 2019). Junto com ela, o mercado de trabalho avista um nicho para criação de empregos verdes.

Juventude, crise climática e empregos verdes serão inseridos em uma tríade para gerar questionamentos estruturais e conjunturais. Se a juventude é afetada pelo desemprego, os empregos verdes podem ser aliados na batalha contra o exército de mão de obra juvenil excedente (Arend; Reis, 2009)? De que forma esses empregos diferem do mercado de trabalho tradicional? Há debate sobre exploração da mão de obra da

classe trabalhadora dentro da economia verde? A quem beneficia a geração desses tipos de empregos? Eles desenvolvem consciência ambiental nos/as jovens?

Movida por esses questionamentos, será realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 1997; Minayo, 2007) construindo relações comparativas baseadas em dois documentos. O primeiro se trata do “Guia Global para a Educação sobre os Empregos Verdes: conectando o ensino superior e as oportunidades verdes pela saúde planetária” (2021), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pela Parceria para Educação para o Desenvolvimento Sustentável dos EUA, com a contribuição de agências da ONU e do Banco Mundial. O segundo documento é baseado nos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre “empregos verdes e sustentáveis no Brasil” (2022). O trabalho inicia com uma discussão sobre empregos verdes e juventude, passando pela descrição e análise do conteúdo presente nos relatórios, uma reflexão sobre o potencial e o risco dos empregos verdes e, por fim, algumas reflexões à guisa de conclusão.

2. O “CRUSH” DO DESEMPREGO NA JUVENTUDE TRABALHADORA

Não é novidade que o desemprego flerta com a juventude trabalhadora há anos. No linguajar juvenil, “*crush*” revela um interesse e/ou um sentimento de amor platônico por alguém. Apesar de a taxa de desemprego entre a população juvenil ter diminuído em relação ao primeiro trimestre de 2022, há anos ela vem sendo superior à média geral (IBGE, 2022). Além disso, também é possível perceber que o impacto da pandemia na vida dos/as trabalhadores/as jovens foi maior do que em relação a outros grupos sociais, não apenas na empregabilidade, mas também na relação com o emprego e com perspectivas de um projeto de vida (Abílio, 2020). O *crush* do desemprego na juventude trabalhadora alimenta a paixão do sistema capitalista, que, ao necessitar de mão de obra barata, controla um exército excedente para seu próprio interesse.

Enquanto produto histórico da modernidade, a juventude é uma categoria social que foge ao consenso acerca da sua definição. Entre os dissensos, pode-se afirmar que muitos pesquisadores concordam com o seu alto grau de heterogeneidade (Groppo, 2017; Castro; Abramovay 2003; Novaes, 2006). Em seus estudos, Regina Novaes (2006) apresenta o caleidoscópio como metáfora à compreensão do universo juvenil, tendo em vista que, por suas características, a categoria deve ser analisada com atenção para uma qualitativa captação de suas particularidades. Peculiaridades que, imersas em um cenário de desigualdade crescente, tornam díspares a vivência da condição juvenil (Abramo, 2014). Todavia, o desemprego é elemento que inunda a trajetória de jovens de diferentes realidades de forma homogênea.

Ao ampliar a análise da categoria à relação com o trabalho, é primordial se atentar ao conceito de classe, que, historicamente, torna grande parte da juventude brasileira trabalhadora (Guimarães, 2004), enquanto as/os jovens que pertencem às classes mais abastadas gozam da possibilidade de vivenciar a moratória social (Erikson, 1987). Assim como a juventude, a classe-que-vive-do-trabalho é cada vez mais heterogênea, fragmentada e complexificada (Antunes, 2015), de modo que as crises tornam os grupos que compõem a classe trabalhadora cada vez mais vulneráveis à desigual relação concebida entre capital e trabalho.

A pandemia da Covid-19, assim como a crise climática, são elementos que evidenciam a barbárie resultante da lógica pós-fordista, manifestada por meio da flexibilização, da informalidade, da terceirização e do sucateamento dos direitos trabalhistas. Diante disso, o *crush* que persegue as/os jovens e dificulta o processo de busca por um emprego acaba provocando profundas marcas na trajetória pessoal e profissional da juventude brasileira, que, sem muitas alternativas e com políticas públicas escassas, acaba sendo coagida a aceitar “migalhas”.

Assim como em um flerte, as possibilidades³ projetadas pelos governos para enfrentar esse problema acabam sendo romantizadas e não consideram as condições reais que são necessárias para que as/os jovens triunfem na busca pelo emprego. Portanto, para que o emprego verde seja uma oportunidade coerente com a luta pela justiça climática e aliada da justiça social, ele precisa romper com essa lógica que se pinta de outra cor, mas segue o jogo de exploração do capital.

³ A Carteira Verde e Amarela (CTVA) é um grande exemplo desse processo, tendo em vista que, com o discurso propagandista de oportunidade, ela retira direitos, oferece salários menores, promove a instabilidade e a falta de perspectiva – elementos fundamentais à construção de um projeto de vida. Modalidade de contratação que é voltada a jovens de 18 a 29 anos com redução de direitos trabalhistas em relação às regras atuais aplicadas pelo mercado (Brasil de Fato, 2020).

3. EMPREGOS VERDES NOS RELATÓRIOS DA PNUMA (2021) E DIEESE (2022)

De acordo com reportagem do Exame (2022), os empregos verdes serão o futuro da juventude, a qual já apresenta o desejo de ocupar esses postos, que, em maior ou menor grau, demonstram compromisso ético com a sustentabilidade ambiental. Contudo, com base na alta taxa de desemprego juvenil no Brasil, é importante questionar se as juventudes se interessam por empregos verdes por uma questão ética ou se o interesse provém da necessidade de trabalhar. Quando inserido em perspectiva, o trabalho apresenta sentidos e significados diversos, sobretudo na formação da identidade e das subjetividades dos indivíduos (Wautier, 2012). Entretanto, no recorte juvenil, considerada a relação de classe, o trabalho ainda se insere como uma necessidade (Guimarães, 2004).

Analisar um conteúdo é “(...) uma tarefa paciente de desocultação” (Bardin, 1977, p. 09). Diante disso, após uma investigação⁴ sobre materiais produzidos em relação à temática, foram selecionados dois relatórios: o “Guia Global para a Educação sobre os Empregos Verdes: conectando o ensino superior e as oportunidades verdes pela saúde planetária” (2021); e o “Empregos verdes e sustentáveis no Brasil” (2022). Para isso, cabe, de início, destacar o contraste do contexto de produção dos relatórios, tendo em vista que o primeiro é financiado pelo Banco Mundial, enquanto o segundo foi desenvolvido por um departamento intersindical.

Desse modo, ao comparar os conteúdos, é importante chamar a atenção para dois fatores. Primeiramente, o relatório da PNUMA está disponível apenas em inglês, espanhol e chinês. Portanto, os trechos aqui apresentados serão traduzidos pela autora. O segundo ponto diz respeito aos dados empíricos, tendo em vista que o debate é focado na definição etária brasileira apresentada pelo Estatuto da Juventude, que considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos. A definição etária de juventude para a ONU é dos 15 aos 24 anos, gerando uma lacuna de cinco anos entre as duas definições. Como já foi exposto, a diversidade juvenil não pode ser medida pela faixa etária⁵, todavia os governos e entidades utilizam a idade como um critério para a formulação de políticas públicas.

Aqui serão realizadas uma descrição e uma análise comparativa do conteúdo dos materiais. O relatório da PNUMA, desenvolvido pelas pesquisadoras Mari Nishimura e Debra Rowe, apresenta a definição de emprego verde (*green job*) a partir da Organização Mundial do Trabalho tido como um trabalho decente⁶ (*decent job*) que contribui para preservar ou restaurar o meio ambiente (Nishimura; Rowe, 2021). Empregos desse tipo podem estar vinculados aos setores tradicionais (manufatura e construção), bem como aos setores verdes (energia renovável e eficiência energética). Eles podem ser criados em qualquer área desde que tenham relação com o debate ambiental. As pesquisadoras utilizam a expressão “*greening the workforce*” (Nishimur; Rowe 2021, p. 03) – isto é, “esverdear a força de trabalho” em tradução livre – para afirmar a necessidade de tornar a força de trabalho mais verde e, conseqüentemente, mais sustentável.

Outro ponto interessante é que os empregos verdes são conceituados em uma relação econômica diferente da tradicional, tendo em vista que produzem ou fornecem serviços que, ao utilizar menos recursos naturais, beneficiam o meio ambiente (Nishimur; Rowe, 2021). De acordo com a PNUMA, essa é uma nova forma de pensar as escolhas relacionadas com o trabalho, desde escolhas simples, sempre considerando o planeta. O relatório do DIEESE aponta que, no Brasil, o debate vai na contramão, tendo em vista que

A fragilidade no mercado de trabalho vem ainda acompanhada pelo negacionismo ambiental traduzido, entre outras ações, pelo aumento do desmatamento, desmonte das políticas ambientais, expansão de atividades ilegais em territórios dos povos originários (Dieese, 2022, p. 4).

Apesar de a Organização Internacional do Trabalho debater essas questões há mais de uma década, o negacionismo climático tornou-se um elemento crescente no debate público nos últimos anos, especialmente com a eleição de governos de extrema-direita, como nos Estados Unidos, com Donald Trump, e no Brasil, com Jair Messias Bolsonaro (Miguel, 2022). Esses aspectos têm grande impacto no mercado de trabalho, uma vez que a transição para uma economia de baixo carbono precisa ser não apenas justa, mas também

⁴ A investigação foi iniciada por meio da busca de artigos na plataforma Scielo, produções da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e de relatórios disponíveis no site da ONU.

⁵ Alguns pesquisadores já apontam que a adolescência está indo até aos 24 anos, não mais aos 19. Definições etárias podem ser arbitrárias (BBC News Brasil, 2022).

⁶ “O trabalho decente é definido como a promoção de oportunidades para que mulheres e homens possam ter uma atividade decente e produtiva em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. O trabalho decente satisfaz as aspirações das pessoas em suas vidas profissionais – por oportunidades de renda; direitos, participação e reconhecimento; estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal; justiça e igualdade de gênero. Em última análise, essas diferentes dimensões do trabalho decente constituem a base para que a paz seja efetivamente estabelecida em comunidades e na sociedade. O trabalho decente é essencial nos esforços voltados à redução da pobreza e é um meio de se alcançar um desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo.” (OIT, 2012, p. 2).

rápida. Para evitar os efeitos irreversíveis das mudanças climáticas, as economias devem repensar seus modelos de produção e consumo em todas as nações (Sugahara, 2010).

Repensar a estrutura da economia implica uma reestruturação do mercado de trabalho. Nesse sentido, o relatório da PNUMA aponta que as oportunidades de empregos verdes estão crescendo em um ritmo mais acelerado do que outros tipos de empregos (Nishimura; Rowe, 2021). Tecnologia, energia, transporte, construção, infraestrutura, agricultura, silvicultura, pesca e gestão de bacias hidrográficas são áreas que já oferecem boas condições de trabalho, segundo as pesquisadoras Nishimura e Rowe (2021). São passos que já estão sendo trilhados na construção de uma nova economia que poderá modificar o tipo de empregos disponíveis e, nesse sentido, “os jovens da economia informal, bem como os estudantes, podem ter mais sucesso na economia verde se tiverem adquirido competências de empreendedorismo e uma mentalidade empreendedora” (Nishimura; Rowe, 2021, p. 10)⁷.

As habilidades de empreendedorismo e a mentalidade empreendedora figuram no mercado de trabalho, sobretudo no universo juvenil⁸. Todavia, ao se atentar aos dados apresentados no relatório do DIEESE, é possível perceber que no Brasil os empregos verdes não são um sonho individual tão perfeito, mesmo se a/o jovem for um/uma grande empreendedor/a. Assim como o *crush* do desemprego na juventude, as/os jovens empregados/as também estão expostos à possibilidade de redução na participação nas vagas formais da economia verde.

Se forem empreendedores/as, os/as jovens estarão suscetíveis às mudanças sociais repentinas, como foi o caso da pandemia do coronavírus. Segundo o DIEESE (2022, p. 18), “entre 2018 e 2020, notou-se a continuidade da tendência de redução da participação dos jovens de até 24 anos de idade no total dos empregos formais do país (de 13,9% para 13,4%), inclusive nos setores verdes (de 16,3% para 15,6%)”. A redução nos setores verdes foi de 0,7% enquanto no total de empregos formais foi de 0,5%.

Se, no mercado de trabalho tradicional, a juventude precisa de políticas públicas para encontrar um emprego, na economia verde, esse olhar também deve ser diferenciado. Caso contrário, por falta de experiência (ou qualquer outro argumento), os jovens não serão valorizados em detrimento de pessoas adultas, socialmente tidas como mais experientes e responsáveis. Outro ponto importante diz respeito à remuneração, tendo em vista que “em 2020, a remuneração média dos empregos formais no país era de R\$ 3.004, enquanto, nos setores verdes, era de R\$ 2.728.” (DIEESE, 2022, p. 11). Além disso, “(...) os setores verdes tiveram elevação da proporção de trabalhadores/as desprotegidos/as nos últimos anos, ou seja, aqueles que não tinham proteção trabalhista ou previdenciária” (DIEESE, 2022, p. 21).

Até então, são essas as oportunidades verdes oferecidas à juventude trabalhadora no Brasil que, segundo a definição da OIT de emprego verde como trabalho decente, não se aplicam ao contexto nacional. No país, a relação com o empreendedorismo – apontada pelas pesquisadoras do PNUMA – tende a transferir a responsabilidade pelo desemprego à juventude, mais do que representar uma alternativa real de sucesso, especialmente quando se considera a dimensão de classe.

Fora do chamado primeiro mundo, os empregos verdes ainda reproduzem a lógica dos empregos tradicionais, agravada pela distribuição desigual dessas oportunidades no território brasileiro. Por isso, “para a agenda de trabalho e meio ambiente avançar, é necessário promover mudanças estruturais no mercado de trabalho brasileiro, inclusive nos empregos verdes” (DIEESE, 2022, p. 24). Assim, o *crush* do desemprego e das péssimas condições de trabalho à juventude trabalhadora não serão apenas reinventados, pintando-se de verde.

4. PINTAR DE VERDE O ALGOZ OU O ALIADO?

Para a juventude trabalhadora, além de definir o indivíduo como adulto, o emprego é a possibilidade de vivenciar a condição juvenil (JEOLÁS; LIMA, 2002). Para além de um problema econômico, o desemprego também interfere na subjetividade das/os jovens, tendo em vista que não possuir uma renda altera a sociabilidade, pois até mesmo para participar de atividades de lazer é preciso ter algum dinheiro – sobretudo se a pessoa vive em um grande centro e necessita de deslocamento. Apesar de muitos empregos não oferecerem uma relação trabalhista de qualidade, o desemprego ainda é o maior algoz que persegue e insere o/a jovem em uma situação de sofrimento. Ele aponta no horizonte e pode encontrar o indivíduo a qualquer momento.

⁷ Tradução livre.

⁸ Poderíamos desenvolver outro artigo acerca dessa temática.

Se o desemprego é um algoz, o trabalho, enquanto categoria ontológica do ser humano, pode ser considerado um aliado da juventude. O trabalho pode assumir diversos significados na vida do/a jovem (GUIMARÃES, 2004), considerando-se que esse também é um espaço de socialização, desenvolvimento pessoal, construção de afetos e assunção de responsabilidades. No entanto, o trabalho que apenas produz e reproduz o sistema capitalista ofusca esses outros sentidos, reduzindo-se ao cruel significado da expropriação da mais-valia.

Dependendo do projeto de sociedade que se pretende construir, os empregos verdes podem ser tanto algozes quanto aliados da juventude trabalhadora. Quando mantêm a estrutura exploratória do mercado de trabalho tradicional, como apontam os dados do relatório do DIEESE (2022), e ignoram a urgência de se enfrentar o desemprego estrutural que afeta a juventude, esses empregos deixam de representar uma alternativa transformadora. Nesses casos, longe de combater o desemprego, eles o reforçam. Tornam-se, assim, seus algozes.

Por outro lado, os empregos verdes forem desenvolvidos a partir de uma racionalidade ambiental (Leff, 2010) que considere as pessoas e o planeta como parte integral de um todo que só será defendido com a superação do modo de produção capitalista, eles são aliados. No relatório da PNUMA, apesar de ser financiado pelo Banco Mundial, fato que pode nos oferecer grandes questionamentos sobre relações de poder e interesses, há elementos interessantes, pois, ao ser voltado à educação superior, as pesquisadoras partem de uma premissa educacional. Para elas, há três ações-chave para que as/os jovens estudantes adentrem o mercado de trabalho dos setores verdes: 1) conhecimento/aprimoramento; 2) desenvolvimento de habilidades e competências e 3) oportunidades de trabalho (Nishimura; Rowe, 2021).

Na primeira ação-chave, as pesquisadoras indicam a importância de repensar a pedagogia que é utilizada nas salas de aula. Elas apresentam a transdisciplinaridade como um elemento primordial para a construção de saberes, tendo em vista que o debate ambiental é limitado se fechado em disciplinas. Além disso, a prática pedagógica precisa ser aplicada e focada em soluções, fazendo a/o estudante vivenciar a teoria na prática. Além disso, as autoras apontam também a importância da igualdade de gênero nos empregos verdes embora não citem outros marcadores sociais, o que revela uma lacuna importante na abordagem. No contexto brasileiro, é indispensável que essa discussão contemple também as realidades de pessoas negras e indígenas, sob o risco de perpetuar exclusões históricas dentro das próprias propostas de transição ecológica.

Na segunda ação-chave, que é o desenvolvimento de habilidades e competências, as autoras apontam a importância da educação no desenvolvimento de uma consciência ambiental. Aumentar o interesse dos estudantes em empregos verdes e sustentáveis passa pela necessidade de desenvolver suas habilidades em relação ao tema. Assim, será possível construir um futuro sustentável e conectá-los a oportunidades de trabalho (Nishimura; Rowe, 2021), que é a terceira ação-chave. Nesse debate, os empregos verdes estão direta e indiretamente relacionados com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU e, portanto, precisam marcar presença nos debates dentro das salas de aula.

Apesar de o relatório da PNUMA não refletir fielmente a realidade da juventude trabalhadora no Brasil, ele apresenta pontos interessantes que podem ser aproveitados na formulação de ações, programas e políticas públicas. É evidente que, em outros países, o debate sobre economia verde, empregos verdes, mitigação e adaptação à crise climática está mais avançado do que no Brasil, especialmente devido à maior presença de incentivos institucionais e à atuação de líderes menos negacionistas do que aqueles que ocuparam as cadeiras dos três poderes da República nos últimos anos. Conforme indicam as boas notícias das pesquisadoras, a transição para a economia verde poderá gerar 60 milhões de novos empregos no mercado até 2030 (Nishimura; Rowe, 2021). Esperamos que o Brasil faça parte desse processo.

5. CONCLUSÃO

Os últimos anos ofereceram algumas pistas sobre a velocidade e os riscos que essas mudanças podem acarretar, sobretudo quando ocorrem na esfera ambiental. Na sociedade de risco descrita por Ulrich Beck (2011), “ao longo de sua transformação tecnológico-industrial e de sua comercialização global, a natureza foi absorvida pelo sistema industrial” (Beck, 2011, p. 09). Essa absorção estabeleceu as bases para que a crise ambiental se configure como a crise do nosso tempo (Leff, 2010). Diante dessa crise, a instabilidade passou a guiar os passos de uma geração cada vez mais ansiosa em relação ao próprio futuro.

Por ser um elemento estruturante da condição juvenil (Guimarães, 2004), o trabalho é fundamental para a construção da identidade do jovem. Nesse sentido, os empregos verdes podem contribuir para o

desenvolvimento de uma identidade sustentável, isto é, uma identidade que considere o meio ambiente e a necessidade de posicionamento diante da crise climática. Esse posicionamento, para além das escolhas individuais cotidianas, como a adoção de dietas vegetariana ou vegana, precisa contemplar as relações de poder globais. Reduzir, reutilizar e reciclar são ações importantes, contudo, pouco eficazes enquanto grandes empresas continuarem a utilizar combustíveis fósseis e consumirem quantidades exorbitantes de água na produção de commodities, por exemplo.

Para não serem engolidos pela lógica do capital, os empregos verdes precisam assumir compromissos junto aos governos para a efetivação de políticas públicas voltadas à juventude. Além disso, é essencial que ofereçam novas formas de relação de trabalho, distintas das tradicionais, valorizando o/a trabalhador/a e garantindo o cumprimento das leis trabalhistas, para que não se tornem meramente uma nova forma de exploração, ou seja, apenas mais uma expressão de greenwashing. A geração desses empregos deve beneficiar os/as trabalhadores/as jovens, mulheres, negras/os e a natureza – principais afetados pela lógica exploratória e pelas mudanças climáticas. Em suma, para que a juventude trabalhadora brasileira e o planeta possam ter voz e vez, o emprego verde precisa ser um grande aliado.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos - Cebrap*, [s.l.], v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Estação juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado. Edição eletrônica. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: SOCIALES, Consejo Latinoamericano de Ciencias (Org.). *La Ciudadanía Negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 35-48.
- AREND, Sílvia Maria Fávero. REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: a dura face do trabalho flexível. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 142-151, 2009.
- BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.
- BBC NEWS BRASIL. Adolescência agora vai até os 24 anos de idade, e não só até os 19, defendem cientistas. Londres, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42747453>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BECK, U. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRASIL DE FATO. Em meio à pandemia, Câmara aprova Carteira Verde e Amarela que retira direitos. São Paulo, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/em-meio-a-pandemia-camara-aprova-carteira-verde-e-amarela-que-retira-direitos>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução de Roseneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.
- CÔRTEZ, Diego Alves; CÔRTEZ, Thiago Alves; AKEGAWA, Rita de Cássia Dias. Economia verde: a economia do mundo sustentável. *Psicologia e Saúde em Debate*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 40-40, 2019.
- DIEESE. *Boletim Emprego em Pauta*. 24. ed. São Paulo: Dieese, 2022. 5 p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta24.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- DIEESE. *Empregos verdes e sustentáveis no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2022. 26 p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2022/empregosVerdesSustentaveisBrasil092022.html>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- DIEESE. Sistema PED: pesquisa de emprego e desemprego no DF. 4. ed. São Paulo: Dieese, 2022. 20 p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimjuventude/2022/pedBoletimJuventudeBSB2022.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- ERICKSON, E. H. *Sociedade y adolescencia*. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1987.
- EXAME. Trabalho dos sonhos? Estudo aponta que 88% dos jovens brasileiros aspiram um emprego neste setor. *Exame*, São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://exame.com/carreira/trabalho-dos-sonhos-estudo-aponta-que-88-dos-jovens-brasileiros-aspiram-um-emprego-neste-setor/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GROPPO, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GUIMARÃES, N. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segundo trimestre de 2022. Brasília, 2022. 57 p. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/08/desemprego-grupos-pand-2tri-12ago2022.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

JEOLÁS, Leila Sollberger. LIMA, Maria Elena Melchiades Salvadego. Juventude e trabalho: entre “fazer o que gosta” e “gostar do que faz”. *Revista Mediações*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 35-62, 2002.

LEFF, Enrique (Org.). *A complexidade ambiental*. Tradução de Eliete Wolff. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 293-315, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2007.

NISHIMURA, Mari. ROWE, Debra. *Global Guidance for Education on Green Jobs: connecting higher education and green opportunities for planetary health*. Nairobi: United Nations Environment, 2021. 24 p. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/35070/GGEGJ.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

OIT. *Empregos verdes: rumo ao trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono*. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_229627.pdf>. Acesso em: 10 nov 2022.

SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SUGAHARA, Claudemir Ramos da Silva. *Desenvolvimento sustentável e empregos verdes no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Política). PUC/SP, 2010.

WAUTIER, Anne Marie. O trabalho em perspectiva: identidade e subjetividade. *Século XXI – Revista De Ciências Sociais*, 2(2), 149–173, 2013.

ENVIRONMENTAL GOVERNANCE IN THE ANTHROPOCENE: THE CASE OF NALUS AS AN ARENA OF ONTOLOGICAL CONFLICT

Governança ambiental no Antropoceno: o caso de Nalus como arena de conflito ontológico

Governança ambiental no Antropoceno: o caso de Nalus como arena de conflito ontológico

LUCAS JAIME INDI¹
ORCID: 0009-0009-4618-3635

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine how the creation of an environmental preservation project in Cantanhez, Guinea-Bissau, fits into a structural context of economic and ideological interests that generate conflicts between different ontological perspectives regarding the utility of nature. To achieve this goal, neoliberal institutions that shape democracy under the influence of Holocene thought (Hardt, 2019) are questioned; this thought has established the main categories of contemporary environmental governance and the political instruments that determine ways of relating to the environment. The methodological conduct adopted in this work consists of a qualitative approach, whose techniques include a literature review and documentary analysis. Perspectives are presented that intertwine an ontological approach challenging the hegemonic bases of Western environmental governance, without losing sight that these bases integrate the environment into a neoliberal eco-market where the knowledge underpinning ontological modes of nature-society mediation gains eco-mercantile value. Therefore, debating environmental governance in the Anthropocene implies problematizing the ontological assumptions of environmental governance of neoliberal democratic institutions.

Keywords: Environmental Governance; Anthropocene; Ontological Conflict; Guinea-Bissau.

RESUMO

O propósito deste artigo é examinar como a criação de um projeto de preservação ambiental em Cantanhez, Guiné-Bissau, encaixa-se em um contexto estrutural de interesses econômicos e ideológicos que geram conflitos entre diferentes perspectivas ontológicas sobre a utilidade da natureza. Para alcançar esse objetivo, questionam-se as instituições neoliberais que moldam a democracia sob a influência do pensamento holoceno (Hardt, 2019), o qual tem estabelecido as principais categorias da governança ambiental contemporânea e os instrumentos políticos que determinam modos de se relacionar com o ambiente. O conduto metodológico adotado neste trabalho constitui-se a partir de uma abordagem qualitativa, cujas técnicas consistem em uma revisão de literatura e análise documental. Apresentam-se perspectivas que entrelaçam uma abordagem ontológica que contesta as bases hegemônicas da governança ambiental ocidental sem perder de vista que são essas bases que integram o ambiente a um eco-mercado neoliberal onde os conhecimentos que fundamentam os modos ontológicos de intermediação natureza-sociedade ganham valor eco-mercantil.

¹ Bachelor's Degree in Humanities (2018), by University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony. A Degree in Sociology (2023), by University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony. Master of Science in Governance and Regional Integration (2024), by Pan African University. Institute of Governance, Humanities and Social Sciences- African Union, Soa, Yaoundé, Cameroon. Mastering in Sociology at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: aquimejun@gmail.com

Portanto, debater a governança ambiental no Antropoceno implica problematizar os pressupostos ontológicos de governança ambiental das instituições democráticas neoliberais.

Palavras-chave: Governança Ambiental; Antropoceno; Conflito ontológico; Guiné-Bissau.

RESUMEN

El propósito de este artículo es examinar cómo la creación de un proyecto de preservación ambiental en Cantanhez, Guinea-Bisáu, se inserta en un contexto estructural de intereses económicos e ideológicos que generan conflictos entre diferentes perspectivas ontológicas sobre la utilidad de la naturaleza. Para lograr este objetivo, se cuestionan las instituciones neoliberales que moldean la democracia bajo la influencia del pensamiento holoceno (Hardt, 2019), el cual ha establecido las principales categorías de la gobernanza ambiental contemporánea y los instrumentos políticos que determinan modos de relacionarse con el medio ambiente. La metodología adoptada en este trabajo consiste en un enfoque cualitativo, cuyas técnicas incluyen una revisión bibliográfica y análisis documental. Se presentan perspectivas que entrelazan un enfoque ontológico que cuestiona las bases hegemónicas de la gobernanza ambiental occidental sin perder de vista que son estas bases las que integran el medio ambiente en un eco-mercado neoliberal donde los conocimientos que fundamentan los modos ontológicos de intermediación naturaleza-sociedad adquieren valor eco-mercantil. Por lo tanto, debatir la gobernanza ambiental en el Antropoceno implica problematizar los supuestos ontológicos de la gobernanza ambiental de las instituciones democráticas neoliberales.

Palabras clave: Gobernanza Ambiental; Antropoceno; Conflicto Ontológico; Guinea-Bisáu.

INTRODUCTION

Environmental issues extend beyond the mere formulation of public policies, embedding themselves in a broader framework for understanding and interpreting diverse realities. These realities, being inherently contextual and situational, defy universal approaches, making environmental governance an ontological battleground. Central to these disputes is the critique of modernist ontologies, particularly in the Anthropocene — a human-dominated epoch that challenges traditional governance paradigms. The interplay between competing ontological perspectives shapes how policies are conceived, negotiated, and implemented, revealing profound implications for both local and global environmental strategies.

This article examines environmental governance within neoliberal democratic frameworks, focusing on its roots in Holocene thinking, which assumes environmental stability and anthropocentric dominance. By exploring the establishment of Cantanhez National Park in Guinea-Bissau, the analysis highlights ontological conflicts between local communities and externally driven actors in conservation efforts. Employing qualitative methods — literature review, document analysis, and participant observation — the research investigates how governance practices reflect and contest hegemonic ontological assumptions. These methods enable a nuanced critique of the intersection between local knowledge systems and global governance norms.

The first section traces the historical establishment of Guinea-Bissau's Cantanhez National Park and examines ontological dimensions of environmental challenge management. Contrasting traditional local lifeways, it analyzes how this process is intertwined with neoliberal frameworks for addressing environmental and community concerns. This section concludes with a case study of territorial disputes within the park. The second section explores the concept of the Anthropocene and its critiques, highlighting how modernist worldviews have shaped governance practices in the Global South. It also delineates how Western ontological frameworks commodify nature, juxtaposing them with relational, non-anthropocentric perspectives. As a foundational mode of existence, ontology shapes institutional and interpersonal relationships, frames political agendas, and defines the significance of environmental factors. This foundational perspective has significant practical implications for addressing socioecological challenges in the Anthropocene.

The third section probes ontological dimensions of environmental governance, emphasizing the complex interrelationships between humans and non-human nature and the power hierarchies shaping socioecological dynamics. It interrogates the limitations of Holocene thinking — predicated on environmental stability — and foregrounds the evolving human-nature relationship in a rapidly changing world through the lens of the Anthropocene. The discussion underscores the need for environmental governance to adopt inclusive

approaches that incorporate diverse ontologies, particularly those of marginalized groups in the Global South. This section further examines the ontological implications of the Anthropocene, advocating a shift from anthropocentrism to relational frameworks emphasizing human-non-human interconnectedness. It engages concepts such as intra-action, multinaturalism, and ontics, proposing an ethical reorientation grounded in ecological interdependence and interspecies solidarity.

The conclusion synthesizes the intricate relationships between environmental governance, the Anthropocene, and ontological conflicts in Guinea-Bissau. It reveals how conservation initiatives, land acquisition, and intergenerational/ethnic disputes manifest divergent valuations of nature. To navigate Anthropocene governance challenges, it calls for inclusive strategies that tackle socioeconomic inequalities, center local communities, and honor ontological pluralism. Ultimately, it argues that sustainability and justice require holistic solutions fostered through dialogue, collaboration, and equity.

1. THE ENVIRONMENT AS AN OBJECT OF CONTESTATION: THE CASE OF NALUS AS AN ARENA OF ONTOLOGICAL CONFLICT

The environment often becomes an arena of ontological conflict due to different worldviews, ontologies, and cosmologies underlying conflicts around the environment. In other words, the treatment of the environment, according to Jalcione Almeida (2016), can be understood through three main approaches. The first one is related to management and conservation, influenced by neoclassical economics and consequently the emergence of environmental economics. The second approach views the environment as a stage for social conflicts. The third approach considers the environment because of overcoming old paradigms and the search for new “models” influenced by a systemic perspective.

Regarding the first approach, Emma Marris (2011) argued that the concept of an unaltered and untouched nature is illusory, as nature is constantly changing. Marris (2011) challenges the conventional idea that the purpose of preservation is to restore nature to a state prior to human influence. According to Marris, it is necessary to consider human involvement in maintaining biodiversity, which requires establishing realistic and sustainable goals for conservation and preservation.

It is important to keep in mind that conservation activities can involve conflicts over the management of a particular natural resource, which leads us to the second approach. In *Cultivating the Nile: The Everyday Politics of Water in Egypt*, Jessica Barnes (2014) examined how the administration of Nile River water played a crucial role in shaping political and social dynamics over time. Barnes (2014) explored the concept of hydropolitics, which addresses the intersection of political issues and water resource management, investigating how water control intertwines with the exercise of political power and how water-related decisions can have significant implications for a country’s political and social stability.

By describing the everyday practices related to access, supervision, and use of water, Barnes (2014) argued that the criteria determining the direction of water flow in each part of the irrigation network, the distribution of scarcity and abundance, water quality and salinity – as well as which lands should thrive or remain fallow – raise crucial questions about a hydropolitics that involves prioritizing the meaning that water assumes for various actors dependent on the Nile.

Hydropolitics encompasses an arena in which diverse interests are at stake: farmers seeking to divert water from the canal into the desert to expand their lands, officials responsible for determining that no more water can be redirected to Fayoum without compromising the capacity for treating water runoff, engineers at the Aswan Dam restricting discharges from the dam to prevent infrastructure erosion. Therefore, the scarcity faced by Om Fatma is partly a result of strict limitations on the amount of water she can use but is also caused by excesses in other parts of the management system of this natural resource. Thus, while water politics is not limited to the highest levels of government, as it is shaped and influenced by everyday practices of ordinary people, hydropolitics creates a conflicting arena in which political and economic elites often gain advantages at the expense of marginalized communities (Barnes, 2014).

Regarding the third perspective that highlights the issue of paradigm shifts and the search for new paradigmatic models, it invites us to consider the ontological turn as a theoretical and philosophical framework essential for understanding how the arena of conflict is organized. This goes beyond the physical confrontation between social actors and has its roots, first and foremost, in the ontological way of perceiving and interacting with the world. It is in this sense that Marisol De la Cadena (2015) examined how

Andean indigenous ontologies clash with Western approaches to nature and how these conflicts influence environmental policies.

De la Cadena (2015) highlighted the close connection between people's everyday practices in the Andean regions and environmental issues, where human activities impact the environment and are influenced by it. Furthermore, the way people understand the world and ecology is related to their political struggles and demands for rights, which aim to safeguard their ways of relating to the environment. Therefore, there is a significant focus on the importance of non-human agency, as communities establish interpersonal and intersubjective relationships with non-human elements, including rituals, healing practices, and other forms of interaction that play a fundamental role in their cultures.

These three perspectives on the treatment of the environment are somehow in agreement with Almeida's argument (2016) that the environment is a continuous source of contradictions, disputes, and collaborations among social agents, becoming a central theme both theoretically and empirically. In other words, the environment is treated as an object of study as the logic of the presented arguments, patterns of formed alliances, and postures and justifications seeking legitimacy in different situations are analyzed.

The variety of worldviews challenges the dominant anthropocentric perspective that places human beings at the center of all considerations, but also the ecocentric view, which attributes intrinsic value to nature, can raise concerns within conservation practice regarding ontological differences and, consequently, involve disputes and among social agents. Ontological environmental issues have political and power implications, as states, companies, NGOs, academics, technicians, activists, civil society, and ordinary citizens justify their perspectives by forming political alliances, whether of low intensity or not, around specific environmental problems.

The ontological mode of the Nalu people, which underpins the local management of natural resources, is observed in the distribution of land plots belonging to each settlement, which also includes residential and cultivation areas. There are small forest niches located in dense and sub-humid forests called "matus malgos" (matos malgosse) that serve for spiritual purposes and from which no resources can be extracted. The use of forests surrounding the matos malgosse is limited, serving only for the collection of honey and firewood, wild fruits and roots, as well as hunting. This organization provides an understanding that Nalu hegemony over the management of "natural resources" is inscribed within a framework of permanently negotiated power relations and anchored by cultural values (Temudo, 2009; 2012).

Historically, the nationalization of land after Guinea-Bissau's independence was a crucial factor that determined new directions in preservation policy, as it was at that time that state representatives took on the role of preserving the Cantanhez forests, which were not previously officially considered a National Park. Exogenous factors contributed to the reduction, if not the subjugation, of this management form, and its effect was due to the Structural Adjustment Program, driven by the demands for increased cashew and rice production due to rising prices for producers (Temudo, 2009).

It was in this context that, in 1985, a concession of 1,200 hectares of land was granted to the Diocese of Bissau for the establishment of cashew plantations—known as the Ponta do Vitória or S. Francisco da Floresta area—which became the largest cashew plantation in the region. In the 1990s, uncertainty regarding land ownership, stemming from debates over the Land Law and the creation of a natural park, triggered a process of land appropriation in open-forest areas, marking the entry of new actors in Cubucaré.

In 1992, mango orchards were introduced under the promise of satisfying presumed European market demand as part of a forest-protection project and the establishment of that same natural park. However, the cultivation techniques brought in by this initiative contradicted traditional agroforestry practices which, from an agroecological standpoint, are more suitable for local conditions and for enhancing carbon-capture potential (Temudo, 2009).

This contradiction adversely affected the performance of rituals that prohibited free access to the natural resources of the *matos malgosse*. Consequently, the concept of democracy arising from the 1994 elections became contested among different ethnic groups concerning access to — and autonomy in the use of — the Cantanhez forest resources (Temudo, 2009). John W. Bruce et al. (1992) demonstrated that state concessions create opportunities for large-scale land grabbing. Indeed, this mechanism allowed the political and economic elite to acquire vast tracts of land belonging to rural communities under the pretext of establishing

mango orchards — promising a European market that would secure often insufficient financing. Moreover, this practice failed to increase production, culminating in conflicts with smallholders.

Such conflicts have structural roots: once the land became state property, local land rights and institutions — whose ontological modes of relating to nature were deemed residual compared to technical and scientific environmental approaches — were disregarded. The introduced orchard-construction techniques clashed with traditional agroforestry methods, which, from an agroecological perspective, are better adapted to local conditions. Additionally, the project document blamed fruit cultivation and rice farming for ecological imbalance, concealing the fact that it was the establishment of orchards that reduced the annual area devoted to slash-and-burn agriculture — thereby contributing to a significant increase in woody vegetation cover. Finally, the project proposed replacing upland rice cultivation with swamp rice cultivation, even though farmers resort to that method only during food crises because of its comparative disadvantages (AD *et al.*, 1992).

Attributing responsibility for environmental degradation to the inhabitants of Cantanhez implies that their way of interacting with nature is facing a crisis—perhaps an “ontological” one. However, the project intervention exposes a contradiction and incompatibility between two socio-productive approaches. On the one hand, there is a management system that considers the environment a living, active entity, going beyond economic or utilitarian dimensions. On the other hand, there is a regime based on modern techniques that adopts a preservation-and-conservation perspective aimed at exploitation and non-democratic decision-making, where the environment becomes both a “commodity” and an object of study.

The initiative to create the Cantanhez National Park began in 1992, supported by the local office of the International Union for Conservation of Nature (IUCN) and various donors who encouraged three newly created NGOs—driven by public servants—to implement a project called “Safeguarding the Cantanhez Forests.” During this process, these externally introduced institutions were named as project protagonists, limiting their representativeness and undermining the traditional gerontocratic power of the local population over forest use and management. Consequently, the project’s documentation did not involve local participation: external agents and a small group of farmers’ associations and NGOs were depicted as the sole protagonists (AD *et al.* 1992).

Even more serious, the project demarcated forest areas beyond the boundaries of sacred sites dedicated to spiritual activities, intensifying hostility among NGOs, the government, and local communities, who realized that access to “resources” was being restricted to a select few. Furthermore, the ethnographer observed that the unregulated entry of project professionals, researchers, funders, and evaluators (“the white people”) into areas reserved for spiritual practices—whether for visits or unauthorized research—generated suspicion among other ethnic groups. They feared that the Nalus had sold their lands to outsiders. Simultaneously, the Nalus themselves wondered why their forests were being invaded, suspecting an attempt to appropriate natural resources and steal their *irãs*, thus threatening their culture (Temudo, 2009).

The sacred dimension of nature—which until then had preserved large volumes of dense sub-humid forest—has been damaged by development interventions. These include land-law reforms and projects for creating a natural park that, under the guise of protecting the area from predatory actions, invested in activities to enhance environmental understanding at territorial-planning and forest-area-delimitation levels, as well as in public-awareness efforts (seminars, study visits, photo exhibitions, film productions, school contests). These activities targeted the urban population to promote the image of NGOs before donors (Temudo, 2009).

According to Luís Catarino *et al.* (2012), the historical relationship between the resident population and nature reflects the current state of “natural resources” in the region. These are traditional values linked to resource-management systems — especially those of the Nalu ethnicity — which have maintained resource preservation in a well-conserved manner. Although intensive use of accessible areas may create the perception of rapid forest degradation, future biodiversity maintenance in Cantanhez will only be possible with the participation and commitment of the local population.

The Cantanhez National Park creation project — despite its physical-violence footprint and its overlap with land-law debates and the evolving practical and conceptual implications of democracy in interethnic relations — also involved symbolic violence. Territory-delineation actions followed a technical orientation deemed most viable for conservation, in a scenario where political and technical bodies supersede traditional ontological systems. All forms of traditional management that harmonized with Nature — including the use

of local place, animal, river, and tree names — became considered residual against a preservation approach focused on “environmental economy” and “sustainability.”

In this context, to what extent do the Cantanhez forests become an arena for identity-and-nature disputes and alliances, or for specific ways of relating to the environment? Can the formation of the “Union of Co-Management Committees of the 15 Reserved Matos of Cantanhez” by rural youth — aimed at countering inequalities in this process and criticizing the older generation for being easily influenced by project agents — be seen as an intergenerational clash driven by differing visions of what Cantanhez represents?

Temudo (2009) argued that the 1997 Kyoto Protocol revived biodiversity management and preservation concerns, which had been central at the 1992 Rio Convention. Biodiversity must be considered within a broader ecological context. Thus, the way Cantanhez populations manage their “natural resources” based on their ontologies aligns with these global concerns. Their dual approach — protecting vast forests while transitioning from a forest-consumptive production system to a diversified fruit-tree cultivation system — shows how a traditional-knowledge-rooted strategy can reconcile economic growth with nature preservation.

1.1. THE CASE STUDY

During the colonial era, the forests endured extensive bombardment, which exacerbated their destruction despite their designation as a protected area. Following independence, the Cantanhez Initiative project appropriated this status to justify conservation efforts (Temudo, 2009; 2012), even as it extended demarcations beyond the sacred zones reserved for spiritual practices. This expansion ignited conflicts that persisted long after the park’s official establishment in 2011. Thus, the park can be understood as a collective construct — both colonial and post-colonial — shaped by diverse actors and interests that marginalize local ontologies. The resulting implications include: i) tensions between local communities and park authorities; ii) conflicts between people and wildlife (the so-called “humans and non-humans”); and iii) territorial disputes among neighboring villages.

My current focus is on the territorial dispute between two neighboring villages, Cambeque and Camgote, arising from the implementation of preservation policies. The conflict centers on the legitimacy of identifying and demarcating the forests along their shared border within Cantanhez National Park. Originally, Cambeque owned the forest and, in a gesture of hospitality, allowed a newly arrived family to use a portion of its land for agriculture. Over time, this family grew into a separate community, complicating the territorial arrangement.

Because the two villages’ forests lay adjacent, the elders of Cambeque did not see the need for precise boundary markers. However, when the park authorities later delineated forest territories within the park’s remit, that omission fostered mistrust between the inhabitants of the two villages. Notably, only the community that began as “guests” received official recognition and access to local tourism services, while Cambeque — the original landholder — went unacknowledged.

The situation was worsened by an informational sign at the main entrance bearing only the guest community’s name. Tourists arriving at the park read this sign, then collect their itineraries at the local entrepreneurs’ headquarters, where they learn of the ecological attractions linked to that community. Motivated by what they read, visitors often head directly there — guided by members of the recognized village — thereby reinforcing Cambeque’s exclusion.

This context not only perpetuates the undervaluation of the village that ceded its land but also highlights the unequal dynamics in which visibility and recognition are disproportionately attributed to the guest community. Consequently, the current signage distorts the local reality, underscoring the urgent need to reevaluate demarcation and recognition practices so that they fairly reflect the legitimate claims of both villages.

The two signs illustrate distinct circumstances: the first, on the left, refers to Amindara — relocated beyond the IBAP headquarters entrance after a conflict severed its ties with the village chief. The second, on the right, once marked Cambeque but was removed amid disputes over forest boundaries. Leaders of the village that originally ceded the land are demanding that the current sign be taken down and replaced with new

markers acknowledging their claim to the forests. In contrast, the guest community insists on keeping the existing signage. One interviewee expressed frustration, stating:

“We are the rightful owners of the forest, yet our names were omitted from the signage. As a result, when tourists arrive, they are greeted by others because our community is not even mentioned on the plaque,” she explained, underscoring the severity of their marginalization. “We go hungry because we were told that if we preserved our forests, we would benefit from tourist visits — but we receive no benefits from our own land. We, the women, suffer the most: children do not tell their fathers when they are hungry; at dawn, they come straight to their mothers to ask for food.”

The sign in question was installed during the operation of the NGO Ação para o Desenvolvimento (AD), at a time when no one contested the delineation between the two villages. However, over time, the village youth noticed that other forested areas were being identified by their respective community names, prompting questions about the validity of the original boundaries. This awareness culminated in a meeting where a member of the park management committee addressed the issue of the demarcations. The unsatisfactory response, that the forests belonged to both villages, sparked indignation.

This doubt over the lack of equitable recognition led the youth to wonder why both village names were not displayed together on the sign. Their unrest reflects a growing critical consciousness and a demand for territorial justice, marking a shift in social dynamics and expectations around natural-resource management. One interviewed resident proposed removing the plaque, which was eventually taken down and stored at the IBAP headquarters. This act symbolizes a step toward reexamining established power relations and correcting a perceived injustice. She emphasized that the new generation, as it becomes more educated and aware of land-ownership rights, is increasingly prone to conflict. Future confrontations could be especially intense if the youth from the village originally featured on the plaque claim exclusive management of the forest, using documents — such as the plaque itself — to legitimize their stance.

This context not only reveals the intricate web of relationships between the communities but also highlights the vulnerability of the institutions responsible for park management. The absence of comprehensive dialogue and recognition of local particularities perpetuates disputes and risks intensifying existing tensions. Moreover, privileging the host village on the signage illustrates how administrative decisions can shape public perception and alter socioeconomic dynamics between groups.

Investigating the territorial conflict between the villages exposes considerable institutional ineffectiveness in dispute resolution. This shortcoming is evident in the park’s management practices, where the lack of an equitable, transparent approach to boundary demarcation and recognition of territorial rights exacerbates local tensions. There is a clear absence of robust institutional structures to facilitate constructive dialogue between the communities. As a result, the leaders of the village that ceded part of their land feel sidelined and ignored — their demands unaddressed by park-management policies. This neglect not only perpetuates disparities but also erodes trust in the authorities, who are perceived as unable to navigate the complexities of local territorial relationships.

2. THE ANTHROPOCENE

In the context of this work, understanding the notion of otherness serves as a basis for critical analysis and reflection on environmental governance in the Anthropocene, using the case of the Nalus as an arena of ontological conflict. However, it is necessary to clarify that, from this point on, I will explore the concept of the Anthropocene, highlighting the criticisms it has engendered and showing how it relates to ontological issues in the interaction between humans and the non-human world.

The chemist and Nobel laureate Paul Jozef Crutzen and the biologist Eugene Stoermer (2002) coined the term *Anthropocene* to designate a new geological epoch characterized by the pervasive influence of human activity on the biosphere — that is anthropogenic practices. The Anthropocene marks a new stage in the history of Earth and humanity, one in which natural and human forces have become so entangled that the fate of each determines the fate of the other (Chakrabarty, 2013).

The Anthropocene is a concept that demands new perceptions and new policies in terms of the relationship between institutions, society, and nature. It requires new conditions of possibilities that imply new ontological.² Paradigms, from both an analytical and an empirical point of view, arise precisely because

² The ontological turn in anthropology, advanced by scholars such as Eduardo Viveiros de Castro, Philippe Descola, Marilyn Strathern, and Bruno Latour, emphasizes the existence of multiple ontologies—distinct ways of understanding and interacting with the world. It critiques the naturalization of cultural categories, arguing that these are socially and ontologically constructed rather than fixed. Key works include Viveiros de Castro’s *Inconstancy of*

there is an ontological turn in the world of philosophical, anthropological, and social studies of science and technology in general. New narratives, whose epistemological conditions are rejected by conventional laws that legitimize and validate what is considered right or wrong in science, emerge, claiming their own space and the possibility of self-narrating ways of living.

The Anthropocene, by drawing global attention to inevitable changes in the structure and functioning of the geochemical and geoeological processes of the Earth's system, has brought to the forefront discursive formations ideologically marked by positions and interests linked to institutional political issues, activism, international cooperation, and public policies. Therefore, since the Anthropocene demands new stories and a relationship between culture and nature, scientific debate and political discourse are not only connected to it and indicate different types of interpretations of reality, but are also part of reality itself: everyday politics, activism, conservation practices, and the discourse of sustainability.

The Anthropocene not only reveals that the dichotomous division between culture and nature (Latour, 1994), visible in the natural, social, and human sciences, standardized and defined by the Archimedean standpoint, constitutes a “civilizational” setback, but also underscores the urgency of recognizing the contribution of new ontologies in the study and perception of global problems such as climate change. Therefore, it poses an important challenge to move away from Holocene thinking (Hardt, 2019), which focuses on the human, competition among actors, and multi-level governance, while the Anthropocene³ demands a post-humanism that involves the human and the non-human, plurality and solidarity among actors, and global governance.

The contribution of actors in the following section, as in the case of Escobar and Pardo (2005; 2008) on perspectives that determine modes of environmental governance, the considerations of Henrique Leff (2015) on the distinct characteristics of actors operating in the field of ecological management, and the attention drawn by Anna Tsing (2019) to the implications of the concept of the Anthropocene, draws our attention to what I call ecological subjectivity in the Anthropocene, in the face of plural realities that require horizontal dialogue. Hence, the importance of debating the ontological assumptions of environmental governance to identify and problematize hegemonic ontologies and make room for a debate that considers the ontologies of the Global South, which have been eclipsed throughout the so-called civilizing process.

In this sense, the starting point can be to rethink different environmental perspectives. That is, we must determine whether to adopt deep ecology (Prates, 2021), as in John Muir's interpretation of nature as sacred — a conception that views nature as beauty and harmony, which must necessarily remain untouched. Or reformist environmentalism, which stems from an optimistic belief that technologies will advance enough to sustain the current way of life while producing fewer negative environmental impacts. This eco-optimistic stance is referred to as the “good Anthropocene,” where the possibility of geoengineering could reverse the climate catastrophe or offer a related solution. Alternatively, there is the notion of Earth system governance (Lundershausen, 2019), which proposes investing in political ingenuity to promote social changes capable of reducing human interference in the Earth system.

So far, it remains to be investigated whether the idea that *Homo sapiens* has disrupted the reproductive cycle of nature and assumed the geological destiny of the planet suggests that this destiny will lead us to a place where an “ideal” way of life without risks can be constructed. Is this place our present, or is it still to come? Maike Weißpflug (2019) reminds us that the way we live—and the technologies we choose or reject — will shape a specific way of navigating toward the future as agents of global culture.

Maike Weißpflug (2019) emphasized that the insight of the Anthropocene lies in the fact that nature is transient and, therefore, historical. In other words, not only is the concept of nature subject to change, but the concept of history has also been redefined, considering the new understanding of nature as dynamic and mutable. This leads to a new discussion on how human societies relate to the natural environment and what responsibility they have for its crisis. It is worth noting that Hickmann (2019) has already argued that the current debate is heavily focused on how humanity can adapt to various environmental changes, while the true political and social causes of these changes are largely neglected.

This draws our attention to the dialogue between science and politics at a level where the former is not “colonized” by the latter. Therefore, it is necessary for the environmental crisis, sustainability and *the Savage Soul* (2002), which explores indigenous ontologies; Descola's *Beyond Nature and Culture* (2005), which examines cultural ontologies; and Strathern's *The Gender of the Gift* (1988), which analyzes

³ It involves the intricate interplay of relationships and perspectives related to the environment that shape viewpoints on specific ecological issues. This includes political aspects, priorities in environmental diplomacy, research focus, acceptance or denial of climate change — related events, denialism, lack of environmental sensitivity, and the clash of conflicting interests and visions (crises of ontological dialogues) competing for legitimacy in accessing and using particular elements of the environment — such as water, forests, animals, and so on.

unsustainability, as well as proposed solutions, to be addressed at a multi-scalar, interdisciplinary, transdisciplinary, and interinstitutional level. Now, the Anthropocene, arising amidst uncertainties, marks the possibility of new utopias and ontologies. Once it is realized that the freedom proclaimed by the Enlightenment is now in crisis — as it is one of the reasons we are reaching planetary boundaries — the concern for the condition of over 7 billion humans and multiple living organisms expresses a need to redefine the social contract.

This redefinition would aim to build political-economic institutions truly committed to a new political affection between societies and nature. This would require ontological politics, which, according to Mol (2008), presupposes a dialogue between the conditions of possibility with which we live, the real, and the political. However, it is important to clarify that, in the present conjuncture, different conditions of possibility have never been structured as results of decisions.

Now, would the new utopia also be a *eutopia*? New ontologies and utopias must necessarily guide us toward programs that include the non-human, which implies decentralizing the Human in the sphere of producing conditions of existence. Tsing (2019, p. 225) argued that “[...] meaningful sustainability requires the resurgence of multiple species, that is, the rebuilding of habitable landscapes through the actions of many organisms.” The author further clarified that most sustainability experts tend to focus exclusively on human initiatives and projects. However, many forms of human life endure across generations because they are harmonized with the resurgence of diverse species.

3. ONTOLOGICAL ASSUMPTIONS OF ENVIRONMENTAL GOVERNANCE IN THE ANTHROPOCENE

This section delves into the ontological dimensions of environmental governance, focusing on the intricate relationship between humans and the natural world, as well as the power structures that shape social and ecological interactions. By framing the Anthropocene as a central concept, it explores the inadequacies of traditional Holocene thinking, which assumes environmental stability, and highlights the shifting dynamic between humans and nature in a rapidly changing world. The discussion emphasizes that environmental governance must move beyond top-down approaches, considering diverse ontologies and realities, particularly those emerging from marginalized communities in the Global South.

The Anthropocene has often been critiqued as a globalocentric narrative that marginalizes specific cosmologies and socio-environmental conflicts. This universalist perspective has frequently overlooked how communities in the Global South navigate climate change and ecological challenges within the ruins of imperial and colonial systems. These communities possess valuable ecological knowledge and alternative governance practices that are largely absent from mainstream scientific and policy discourses. The section advocates for a rejection of globalocentric views in favor of inclusive, bottom-up approaches to environmental governance.

The underrepresentation of the Global South in the Anthropocene debate remains a pressing issue. Jens Marquardt (2019) highlights the dominance of Northern institutions and English-language research, which account for the vast majority of academic contributions on the subject. This linguistic and institutional disparity stifles the inclusion of Indigenous knowledge and alternative perspectives from the Global South, limiting the scope of solutions to environmental crises. Marquardt’s findings underscore the need for greater inclusivity and recognition of diverse voices in global environmental discussions.

Kathryn Yusoff (2018) critiques the Anthropocene’s oversimplified narrative that generalizes human responsibility for climate change while ignoring historical and racial inequalities. She examines how colonialism and racism have contributed to environmental degradation, with Black and Indigenous communities disproportionately affected. Yusoff introduces the concept of “racial capitalism” to emphasize the intertwined exploitation of natural resources and marginalized labor. Her work advocates for a decolonial approach to environmental governance, challenging power structures that perpetuate inequality and ecological harm.

Yusoff further proposes an Africanized perspective on the Anthropocene, highlighting the critical role African communities and the diaspora play in resisting environmental exploitation and shaping global ecological dynamics. This perspective underscores the importance of incorporating historically marginalized voices

and experiences into the broader environmental discourse, reshaping the Anthropocene as a concept that acknowledges systemic inequities and diverse contributions to sustainability.

Yamakoshi and Leblan (2013) trace the roots of contemporary environmental preservation in Africa to the colonial era, during which vast natural areas were established to protect wildlife and landscapes. However, the colonial legacy continues to influence conservation policies, often sidelining traditional, ethnic-philosophical approaches to environmental management. In Guinea-Bissau, for instance, the imposition of technical-scientific approaches and capitalist values threatens Indigenous governance systems and ontological understandings of nature.

Environmental governance is understood as the use of institutionalized power to direct processes and outcomes related to environmental matters. This involves institutions shaping what happens to the environment and how these effects are achieved. It focuses on interventions that change incentives, knowledge, decision-making processes, behaviors, and identities regarding environmental issues. Examples include international agreements, national policies, local decision-making structures, and environmental NGOs. The inclusion of local communities' voices provides critical insights to address environmental challenges and promote equitable resource allocation (Lemos & Agrawal, 2009).

In the Anthropocene, environmental governance must be democratic, addressing power disparities and promoting collaboration. Ayşem Mert (2019) advocates for a reimagined democracy to respond to environmental crises. The growing disillusionment with traditional democratic institutions makes this rethinking essential. The Anthropocene challenges Western democratic ideals, questioning the global dissemination of democratic values since the Cold War. These values influenced global governance in organizations like the United Nations and the Bretton Woods institutions but are increasingly contested.

Epistemic pluralism is crucial for environmental governance in the Anthropocene, as it emphasizes the inclusion of diverse knowledge forms. This includes human and non-human elements, allowing nature to regain agency. Lorimer (2012) and Biermann & Löwbrand (2019) highlight that non-human perspectives must be integrated into governance, enabling a more inclusive approach to environmental decision-making.

The Anthropocene carries significant implications for democracy and governance. Löwbrand et al. (2015) argue that the concept challenges traditional democratic frameworks, suggesting a post-natural, post-social, and post-political ontology. The post-social aspect separates environmental change from social categories such as race, class, and gender, overlooking the inequalities inherent in environmental issues. This omission raises concerns about the viability of democratic solutions that promote equity and justice (Wallbott, 2016).

The post-political ontology of the Anthropocene assumes that ecological collapse is imminent, making new governance mechanisms difficult to create. The urgency of reducing human impact on ecosystems highlights the challenge of establishing equitable governance structures in a time of crisis (Biermann & Löwbrand, 2019). This perspective marginalizes democratic debate and relies on technical, scientific approaches to address environmental issues.

In the Anthropocene, techno-scientific solutions dominate environmental discourse, sidelining knowledge from less industrialized regions. This exclusion reinforces power imbalances, with knowledge from dominant groups being considered universal. Mert (2019) critiques this approach, emphasizing the need for epistemic pluralism to address the complexities of environmental crises. Non-Western and marginalized voices must be included in decision-making processes.

The post-natural ontology challenges the idea of nature as a stable, separate entity. In the Anthropocene, nature is no longer a distinct, uncontaminated force but is domesticated, technologized, and commodified. This shift in perspective redefines the relationship between humans and nature, suggesting that humans no longer merely interact with nature but actively shape it. Tsing (2019) further argues that non-human beings are social actors in the Anthropocene, intertwined with human society.

In "Making Things Public: Atmospheres of Democracy," Latour and Weibel (2005) argue that democracy extends beyond governance systems and involves constructing public consensus on global issues. They propose an "object-oriented democracy," where technical objects, ecosystems, and non-human actors influence political decisions. This challenges traditional democratic frameworks and calls for more inclusive decision-making processes.

Latour and Weibel's concept of an object-oriented democracy recognizes the agency of non-human entities. In such a democracy, both human and non-human entities participate in decision-making, requiring innovative methods to represent non-human interests. This approach challenges the anthropocentric focus of traditional governance and promotes a more holistic understanding of political agency.

Latour (1999) further explored the interconnectedness of nature and society, challenging the separation of the two in environmental governance. He emphasized that politics must consider the environment and non-human actors, recognizing their agency in shaping political decisions. This view opens spaces for more complex, integrated approaches to governance in the Anthropocene.

Donna Haraway (2016) advocates for an "extended kinship" that includes all forms of life, challenging traditional biological kinship structures. Her concept of the Chthulucene, which critiques the Anthropocene, is grounded in environmental justice. Haraway argues that social inequality is inherently tied to environmental inequality, urging collective action to confront the challenges of the Anthropocene.

Karen Barad (2007) explores the ethics of responsibility in the Anthropocene, emphasizing that our actions have concrete impacts on the world. She argues that knowledge production is inherently ethical, and researchers must be aware of the implications of their work. Barad's concept of "mattering" underscores the importance of recognizing who and what deserves attention in environmental governance.

David Chandler (2018) critiques the ontopolitical foundations of the Anthropocene, arguing that the political interpretation of environmental change often assumes a hierarchical distribution of power. He challenges the linear, universal approaches to knowledge and governance, emphasizing the need to abandon these models in favor of more inclusive and democratic approaches to environmental governance.

Maike Weißpflug (2019) questions how the history of the Anthropocene is narrated, proposing that new philosophical frameworks are needed to reconnect human practices with their environmental consequences. Drawing on the works of Hannah Arendt and Theodor Adorno, Weißpflug suggests that a resonant Anthropocenic narrative must account for both human actions and their impacts on the Earth.

Bonneuil and Fressoz (2016) argue that current models of environmental governance in the Anthropocene often validate the status quo, perpetuating the dominance of the technocratic system. Chandler (2018) emphasizes that these models must be challenged to move beyond anthropocentric views and embrace more inclusive forms of governance that account for the interests of both humans and non-humans.

The question of agency in environmental governance calls for a broader understanding of sustainability that includes ethical, political, and intercultural dimensions. It suggests that environmental governance should move beyond economic models that romanticize complex environmental issues. This would involve coordinated actions that address the root causes of environmental problems and promote more equitable and sustainable governance practices.

4. A BRIEF OVERVIEW OF ONTOLOGICAL DIMENSIONS

Yadvinder Malhi (2017) examined the ontological implications of the Anthropocene, drawing on Lorimer's perspective. He highlighted that the concept has sparked debates about the need for new worldviews to address life on a planet dominated by humans. While originating in the natural sciences, the Anthropocene has evolved into a cultural zeitgeist, inspiring philosophical, cultural, and political discussions about humanity's impact on Earth. This shift challenges traditional ways of thinking and behaving, particularly as humanity confronts planetary boundaries and nature's feedback systems.

Malhi also referenced the works of Latour and Viveiros de Castro, who proposed a 'multinatural' ontology for the Anthropocene. This perspective emphasizes hybrid socio-natural entities formed through relational processes. Latour criticized the modern tendency to separate humans from nature, a view evident in the ecomodernist manifesto. Tsing (2019) added to this discussion by exploring the "ontological turn," recognizing the coexistence of multiple knowledge systems or ontologies. She questioned the possibility of other forms of multiplicity, which led her to further reflections on this theme.

Ontologies are philosophies of being, and it is not clear to me that any organism other than humans cares about philosophy. However, perhaps the situation changes when we consider Helen Verran's term "ontics." Ontics are not philosophies but practices in which modes of being are performed. Anyone can do ontics, whether they are interested in philosophy or not. A

deer, a plant, a stone: they all have ontics, even if they don't have ontologies. Moreover, ontics are more humble than ontologies; they do not demand taking up all the space. Many ontology thinkers divide the world into contrasts. There is Ontology A and Ontology B, and they will never meet. Ontics, in contrast, touch, overlap, and work around each other, changing and interacting in each other's presence. There are axes of coordination as well as refusals (Tsing, 2019, p. 263).

Humans should embrace both ontics and ontologies to recognize shared identities across diverse forms of existence. This perspective challenges the anthropocentric narrative that positions humans as the sole protagonists and victors of history, highlighting the tendency to center humanity in storytelling. In the Anthropocene, this approach redefines concepts of action and agency. According to Franziska Müller (2019, citing Braidotti and Haraway), the limitations of Holocene agency call for rethinking actors and agency to include non-human entities. This post-human and ecological perspective involves decentering human agency while recentring the survival of ecosystems, with humanity as an integrated part. Agency, in this context, is rooted in interspecies solidarity and empathy for mutual vulnerabilities, emphasizing the interconnectedness and rights of all Earthly beings.

Karen Barad (2007) explores how principles of quantum physics can reshape our understanding of action and ethics, proposing that reality must be seen from a perspective that highlights the inseparability of the observer and the observed, as well as matter and meaning. She challenges traditional distinctions between subject and object, suggesting that the concept of "intra-action" better captures how matter and meaning emerge together within a shared context.

Barad's theory is grounded in quantum entanglement, where particles are interconnected in ways that transcend independent understanding, and she extends this idea to the broader world, viewing reality as co-created through interactions between observers and their environment. In her work on the ontology of agency, Barad (2007) asserts that reality is inherently agential, meaning that all beings, human and non-human, have agency in shaping reality through their interactions. She proposes that identities are not fixed but emerge from the relationships beings form.

Jensen (2017) discusses Actor-Network Theory, which treats the social and natural worlds as interconnected through continuously evolving networks of relations, emphasizing relationality in both material and abstract realms. Eduardo Kohn (2013) furthers this by asserting that communication and meaning-making are not exclusive to humans but are present throughout nature, challenging human-centric views of cognition and communication.

David Abram (1996), a philosopher and ecologist, highlights the importance of sensory experience in shaping consciousness and our connection to the environment. He critiques the overemphasis on vision and hearing in modern culture, arguing that it limits our understanding of nature. For Abram, language is more than a communication tool; it is a means of engaging with the world, deeply intertwined with both ecology and culture. The loss of linguistic diversity reflects the loss of ecological diversity, as the way we narrate nature influences how we interact with it.

CONCLUSION

The situation of land acquisition by the political and economic elite in Guinea-Bissau, driven by structural adjustment policies that impact the local mode of production, coincides with the beginning of a discussion on land law, divergences in the interpretation of democracy, and the emergence of a project to implement a natural park that generated intergenerational and ethnic conflicts. This scenario demonstrates how, in a context where conflicting economic and ideological interests are at stake, deeply different perspectives on the value of nature arise.

It is justifiable to analyze this situation as part of the post-independence challenges faced by Guinea-Bissau, considering that the underlying structural constraints of demands for democracy and economic openness have resulted in land grabbing and interethnic conflict. Other ethnic groups challenged the authority of the Nalu, arguing that democracy implies the equitable distribution of decision-making power over natural resource management. Similarly, the promotion of production — including cashew cultivation — combined with the promise of foreign credit, encouraged the political and economic elite to make land concessions.

This situation involves the integration of nature into an environmental economy, where the knowledge sustaining the interactions between nature and society becomes a valuable commodity. The (inter)

generational and ethnic conflicts arising from this process illustrate how capitalism and its ideologies affect the subjectivities and perspectives of social groups.

The Nalu and other ethnic groups in Cantanhuez struggle to maintain their socio-productive strategies, ensure subsistence and autonomy from a patriarchal system of natural resource management, and preserve their ways of communicating with nature and their ancestors. Although they are open to interacting with different ways of life, the “myth that the ‘whites’ steal from them” constitutes a source of spiritual insecurity and becomes one of the reasons for defending their territories in a context where the state is not only absent but also supports a new conservation project that restricts their access to certain areas.

In this sense, the notion of environmental otherness can explain the condition of the Nalu, referred to as environmental otherness (Alves, 2022), as it opens up comprehensive, conversational, denunciatory, existential, political, and belonging possibilities. This notion can guide us to: (a) develop more complete relationships; (b) expand perspectives on the environment; (c) reformulate interactions based on dialogue; (d) overcome binary, hierarchical, colonizing, and exclusionary views; and (e) define new identities, connections, and forms of coexistence that, by diversifying life, enable the urgent emergence of new ways of existing that do not perpetuate relations of domination over diverse natures.

Therefore, a more prominent role for ontological conceptions that challenge the current trajectory of our planet is necessary. We must question the perspective of an engineer who, belonging to the dominant group in the West in terms of race, gender, and sexual orientation, proposes a geological engineering that would restore ecosystems destroyed throughout history, repair the ozone layer, and significantly widen the gap between our capacity for destruction and planetary boundaries. This engineer would lead us toward a “New Holocene” with a new philosophy of life, rather than a culture full of exclusions. However, we must also question whether this geoengineering and its engineer represent a kind of “savior” — a “son of a new God” of the West — offering salvation through excessive eco-optimism about the environment.

When I express myself metaphorically or even utopically, my goal is to highlight that the debate about the relationship between society and nature remains rooted in Cartesian dualistic thinking. This thinking has shaped what is known as ecological discourse in the political and social sphere, and even today it is common to find scientific literature and partisan political discourse defending nature preservation based on the idea that the intensification of production and consumption harms ecosystems. This perspective leads to a need for a compassionate attitude towards nature, as if humans were external to it.

However, maintaining ecosystem balance is crucial for the existence of life on the planet, including human life. Environmental preservation is not only about ensuring that non-human forms of life can thrive; it is also not solely about correcting injustices committed against nature and its inhabitants. The need to care for the environment reveals how deeply we depend on it for our own survival. Furthermore, the Anthropocene has highlighted growing anxiety in the face of uncertainty regarding the dangers of socio-climatic changes.

The discussion presented in this article may appear “intricate” when analyzing three categories in isolation: environmental governance, the Anthropocene, and ontological conflicts. However, it is important to emphasize that these elements are interconnected. The emergence of the Anthropocene, for example, challenges traditional institutions of environmental governance, which have been predominantly influenced by what is known as Holocene thinking — a mode that has excluded ontologies or gerontocratic modes of natural resource management, such as those of the Nalu. These institutions approach the environment from technical and scientific perspectives, often neglecting the cultural and spiritual dimensions of human-nature relationships.

Addressing the challenges of environmental governance in the Anthropocene requires a shift towards more inclusive and holistic approaches that recognize the diversity of ontologies and value systems. This includes engaging local communities and indigenous peoples as active participants in decision-making processes, acknowledging their traditional knowledge and practices, and respecting their rights and autonomy over their land and resources. It also entails reevaluating dominant economic paradigms that prioritize profit and growth over ecological sustainability and social well-being.

Furthermore, it is essential to recognize that environmental issues are inherently interconnected with social and economic dynamics. Environmental degradation often disproportionately affects marginalized communities and exacerbates existing inequalities. Therefore, addressing environmental challenges requires a multidimensional approach that considers social justice, human rights, and economic equity.

In conclusion, the situation of land acquisition, intergenerational and ethnic conflicts, and the emergence of a conservation project in Guinea-Bissau reflects the complex interplay between environmental governance, the Anthropocene, and ontological conflicts. It highlights the need for more inclusive and holistic approaches to environmental management that recognize diverse ontologies, engage local communities, and address social and economic inequalities. Moving forward, it is crucial to foster dialogue, collaboration, and mutual understanding among different stakeholders to find sustainable and just solutions to the environmental challenges we face.

BIBLIOGRAPHY

ABRAM, David. *The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world*. Vintage Books, 1996.

AD, et al. *Salvaguarda das últimas florestas primárias sub-húmidas da Guiné-Bissau: documento de projeto (1992-1994)*. Bissau: Acção para o Desenvolvimento, Tiniguena e Alternague, 1992.

ALMEIDA, João (Ed.). *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ALVES, Paulo V. Outridades ambientais: contribuições ontológicas aos fundamentos da educação ambiental. *Revista Perseitas*, p. 449-470, 2022.

BARD, Karen. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007.

BARNES, James. *Cultivating the Nile: the everyday politics of water in Egypt*. Durham: Duke University Press, 2014.

BIERMANN, Frank; LÖVBRAND, Erik. *Anthropocene encounters: new directions in green political thinking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The shock of the Anthropocene: the Earth, history and us*. Ekfrase, 2016.

BRUCE, James; MOURA, Anabela; TANNER, Christopher. *Uma nova lei da terra para a Guiné-Bissau: necessidades e oportunidades*. Relatório preparado para a USAID – Guiné-Bissau. Madison: University of Wisconsin, Land Tenure Center, 1992.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro: Panfleto político cultural*, n. 91, p. 2-22, 2013.

CHANDLER, Danielle. *Ontopolitics in the Anthropocene: an introduction to mapping, sensing and hacking*. Critical Issues in Global Politics, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

DELMAS, Maria A.; YOUNG, Oran R. *Governance for the environment: new perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DEPUY, William, et al. Environmental governance: broadening ontological spaces for a more livable world. *Nature and Space*, 2021.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Marisol. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARAWAY, Donna J. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

HARDT, Jan N. Security studies and the discourse on the Anthropocene: shortcomings, challenges and opportunities. In: HICKMANN, Tim, et al. (Eds.). *The Anthropocene debate and political science*. London: Routledge, 2019.

HICKMANN, Tim, et al. (Eds.). *The Anthropocene debate and political science*. London: Routledge, 2019.

JENSEN, Casper B. New ontologies? Reflections on some recent ‘turns’ in STS, anthropology and philosophy. European Association of Social Anthropologists, 2017.

KOHN, Eduardo. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press, 2013.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. Onde aterrar? *PISEAGRAMA*, n. 14, p. 100-109, 2020.

LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter. *Making things public: atmospheres of democracy*. Karlsruhe; Cambridge: ZKM Center for Art and Media Karlsruhe; Cambridge University Press, 2005.

LEFF, Emmanuel. Os direitos ambientais do ser coletivo. In: LEFF, Emmanuel (Ed.). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEMONS, Maria C.; AGRAWAL, Arun. Environmental governance and political science. In: DELMAS, Maria A. (Ed.). *Governance for the environment: new perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LORIMER, James. *The Anthropocene: a guide for the perplexed*. Oxford: School of Geography and the Environment, University of Oxford, 2017.

LÖVBRAND, Erik, et al. Who speaks for the Earth? How critical social science can extend the conversation on the Anthropocene. *Global Environmental Change*, v. 31, p. 211-218, 2015.

LUNDERSHAUSEN, Jens. Disentangling descriptions of and responses to the Anthropocene: norms and implications of scientific representations of the Earth system. In: HICKMANN, Tim, et al. (Eds.). *The Anthropocene debate and political science*. London: Routledge, 2019.

MALHI, Yadvinder. The concept of the Anthropocene. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 42, p. 77-104, 2017.

MARQUARDT, Johannes. Worlds apart? The Global South and the Anthropocene. In: HICKMANN, Tim, et al. (Eds.). *The Anthropocene debate and political science*. London: Routledge, 2019.

MERT, Anne. Democracy in the Anthropocene: a new scale. In: BIERMANN, Frank; LÖVBRAND, Erik (Eds.). *Anthropocene encounters: new directions in green political thinking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

MOL, Annemarie. *Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas*. Amsterdam Institute for Social Science Research (AISSR), 2018.

MÜLLER, Felix. International theory in the Anthropocene: moving beyond species, state and governance. In: HICKMANN, Tim, et al. (Eds.). *The Anthropocene debate and political science*. London: Routledge, 2019.

PICKERING, Andrew; GUZIK, Keith. *The mangle in practice: science, society, and becoming*. Durham: Duke University Press, 2008.

PINTO, Daniel. Livro mapeia ideologias ecológicas no Antropoceno. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/livro-mapeia-ideologias-ecologicas-no-antropoceno/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

TEMUDO, Manuel P. A narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 13, n. 2, p. 237-264, 2009.

TEMUDO, Manuel P. *Conservation and society: "The white men bought the forests": conservation and contestation in Guinea-Bissau, Western Africa*. Lisboa: Tropical Research Institute; Oxford: African Studies Center, 2012.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UM ESBOÇO SOBRE O ANTICOMUNISMO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

An outline on anticommunism in the field of public security

Un esbozo sobre el anticomunismo en el campo de la seguridad pública

LUCAS ASSIS SOUZA¹

ORCID: 0000-0002-7478-2741

RESUMO

No Brasil, a segurança pública como um campo em disputa mobiliza diversos atores sociais em busca de determinar suas diretrizes. Este artigo observa essas disputas jogando luz sobre uma possível participação política do anticomunismo. A não definição oficial do termo “segurança pública” pode funcionar como facilitador da contaminação do campo pelo anticomunismo, sobretudo após a reformulação do conceito de fronteira nacional iniciado em 1960, sob influência da política externa norte-americana. Com a análise do caso de isomorfismo das polícias com as Forças Armadas e de exemplos casuísticos, como o comportamento da PMDF no atentado de 8 de janeiro de 2023, esboço teoricamente como pode ser construída uma percepção de que o anticomunismo opera indireta e diretamente no campo da segurança pública, indiretamente como componente da cultura política do Brasil, e diretamente quando ocorrem perseguições pelas forças de segurança contra indivíduos e/ou organizações tidas como comunistas ou de esquerda. O anticomunismo no campo da segurança pública se mostra como um dos obstáculos a serem vencidos na busca por uma polícia mais democrática, civilizada, cidadã e menos militarizada.

Palavras-chave: segurança pública, anticomunismo, comunismo, polícia, isomorfismo.

ABSTRACT

In Brazil, public security as a contested field mobilizes diverse social actors seeking to define its guidelines. This article examines these disputes by highlighting the potential political influence of anticommunism. The lack of an official definition for “public security” may facilitate the contamination of the field by anticommunist ideology, particularly after the 1960s redefinition of national borders under U.S. foreign policy influence. Through analysis of institutional isomorphism between police and military forces, as well as case studies like the actions of the Military Police of the Federal District (PMDF) during the January 8, 2023, attacks, I theoretically outline how anticommunism operates in public security: indirectly as a component of Brazil’s political culture; directly via persecution by security forces against individuals/organizations labeled “communist” or leftist. Anticommunism emerges as an obstacle to achieving a more democratic, civilized, citizen-oriented, and less militarized police force.

Keywords: public security, anticommunism, communism, isomorphism.

RESUMEN

En Brasil, la seguridad pública como campo en disputa moviliza diversos actores sociales en la definición de sus directrices. Este artículo analiza estos conflictos enfatizando la posible incidencia política del anticomunismo. La indefinición oficial del término “seguridad pública” facilita la contaminación del campo

¹ Bacharel e licenciado em Sociologia pela Universidade de Brasília, integrante do Grupo de Estudos Retóricas do Poder e Resistências - GERPOR UnB. Bolsista CNPq de mestrado. Temas de pesquisa: anticomunismo, extrema direita, mudanças sociais. E-mail: lucassassiss@gmail.com

por el anticomunismo, especialmente tras la reformulación del concepto de frontera nacional iniciada en 1960 bajo influencia de la política exterior estadounidense. Mediante el análisis del isomorfismo entre policías y Fuerzas Armadas, y casos como el accionar de la Policía Militar del Distrito Federal (PMDf) en el atentado del 8 de enero de 2023, se teoriza cómo el anticomunismo opera en la seguridad pública: indirectamente como componente de la cultura política brasileña; directamente en persecuciones por fuerzas de seguridad contra individuos/organizaciones tildadas de “comunistas” o de izquierda. El anticomunismo se revela como un obstáculo para una policía más democrática, civilizada, ciudadana y desmilitarizada.

Palabras clave: seguridad pública, anticomunismo, comunismo, isomorfismo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende abordar o anticomunismo no campo da segurança pública brasileira como um elemento manipulado por aqueles que defendem o endurecimento do combate ao crime e a militarização das polícias, dificultando o sucesso de políticas públicas voltadas para os Direitos Humanos (DH) para a redução de danos e para a democratização das polícias. Sua presença nesse campo viria em duas frentes: na polícia por meio do isomorfismo com as Forças Armadas (FA) e no sistema de justiça por meio da tradição anticomunista presente na cultura política brasileira. A partir da perspectiva de Arthur Trindade M. Costa e Renato Sérgio de Lima (2014), em que a segurança pública é um campo em aberto e as polícias que conhecemos hoje tiveram sua origem vinculada às formatações das instituições militares – o que os autores chamam de “isomorfismo”² –, observo como o anticomunismo se insere nas disputas do campo da segurança pública.

São muitos os fatores atuais³ que chamam atenção para o anticomunismo nesse campo. Esses fatores, somados com a história das Forças Armadas, das polícias e do anticomunismo no Brasil⁴, induzem à percepção de uma presença longa desta tradição política no campo da segurança pública. Com isso, pretendo esboçar aqui as duas maneiras em que o anticomunismo se apresenta: 1) indiretamente, como influência no poder discricionário das polícias e nas produções de discursos que embasam estas decisões; 2) diretamente, como influência na tomada de decisões sobre permitir ou reprimir manifestações e organizações políticas. Assim sendo, a primeira maneira é a estrutura que sustenta as ações da segunda. Devido à brevidade de um artigo, infelizmente não será possível abordar aqui todas as relações entre anticomunismo e segurança pública nem mobilizar todos os autores e trabalhos que escreveram sobre os temas tratados aqui. Portanto, este estudo se trata de um esboço.

2. METODOLOGIA E BREVE RELATO SOBRE O ANTICOMUNISMO⁵

Nesta seção, a proposta de abordagem metodológica para o anticomunismo vem da sociologia pragmática⁶ e, neste artigo, serve para dar vazão à opinião dos anticomunistas sobre o comunismo⁷. É com essa manobra teórica que a complexidade do anticomunismo torna-se mais palpável. A Teoria Ator-Rede (ANT⁸) de Bruno

² Isomorfismo significa formas iguais. No contexto em voga, significa a imitação que as polícias fizeram com as estruturas das Forças Armadas. O conceito foi usado para esse contexto no trabalho de Arthur Trindade M. Costa e Renato Sérgio Lima (2014).

³ 1) Segundo levantamento da CNN Brasil de 5 de outubro de 2022, a maioria dos militares parlamentares eleitos estão na extrema-direita do espectro político brasileiro. 2) Segundo a edição da Folha de São Paulo de 2 de julho de 2023, muitos presos pelo atentado de 8 de janeiro de 2023 se utilizaram do anticomunismo como justificativa para os seus atos. 3) Segundo o Relatório Nº4546344/2024 da Polícia Federal, o então presidente Jair Bolsonaro recebia, em 9 de dezembro de 2022, um vídeo com imagens de manifestantes em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, estimulando o então presidente a “usar a bic” para libertar o Brasil e o mundo do comunismo. 4) A passividade inicial da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf) diante dos atos de 8 de janeiro de 2023. 5) As blitzes seletivas promovidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições de 2022. 6) O indiciamento de diversos militares pela Polícia Federal (PF) no Relatório Nº4546344/2024, concernente ao ato de 8 de janeiro de 2023.

⁴ 1) Desde 1935 as Forças Armadas Brasileiras (FA) passaram a ter o anticomunismo como um fator integrante da sua estrutura (Motta, 2020, p. 146 e 226). 2) O item anterior fez das FA um dos principais receptores do anticomunismo no Brasil (Sodré, 2010). 3) Em 1960, sob influência da política externa americana, a noção de fronteira nacional passou a incorporar aspectos ideológicos para adequar o comunismo como uma ameaça exterior, justificando assim o envolvimento das FA para defender a pátria (Wallerstein, 2007, p. 16). 4) O anticomunismo é uma tradição política arraigada no Brasil (Motta, 2020, p. 305).

⁵ Os aspectos abordados neste subcapítulo são aqueles pertinentes ao recorte do objeto em questão: o anticomunismo e a segurança pública. Portanto, para uma descrição completa da história do anticomunismo, sugiro a consulta das fontes nas referências bibliográficas deste artigo.

⁶ Este artigo não trata do uso do anticomunismo para demonstrar a prática da metodologia pragmática, mas o inverso: o uso dessa metodologia para estudar esse objeto. Portanto, a exibição do pragmatismo feita aqui não tem a intenção de expor por completo toda a sociologia pragmática, mas sim demonstrar brevemente quais aspectos servem para nosso objeto.

⁷ Esta percepção vem desde Dewey (2007), que alerta para a importância das filosofias simples na análise sociológica (2007, p. 233) e passa por Boltanski e Thévenot (2007), que denomina como “método dos três corpos de dados” o confronto das opiniões dos indivíduos com fontes acadêmicas e com “manuais de conduta” (2007, p. 130). Além disso, Cefaï (2013) pontua a importância da experiência coletiva na construção de um sentido comum – nesse caso sobre o significado de comunismo para os anticomunistas.

⁸ A sigla significa *actor-network theory* (teoria ator-rede). A sigla em inglês é mantida na obra de Latour (2012), pois *ant* em inglês significa “formiga”, e esse significado é utilizado como metáfora para descrever o método proposto, que consiste em prosseguir em pequenos passos na investigação sociológica em vez de dar grandes saltos explicativos através de macroteorias. Em resumo, a teoria de Latour defende incorporar as outras ontologias dos atores ao não tomar a esterilização das suas opiniões como o ponto de partida de uma investigação sociológica. Em vez de utilizar uma macroteoria

Latour (2012) chama a atenção para a importância de dar voz àqueles que, na visão da “sociologia clássica”, seriam lidos como leigos. Em Latour (2012, p. 31), o seguinte trecho abre passagem para abordar o conceito de comunismo a partir da noção dos próprios anticomunistas:

Os deveres do cientista social mudam concomitantemente: já não basta restringir os atores ao papel de informantes de casos de tipos bem conhecidos. É preciso devolver-lhes a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social (Latour, 2012, p. 31).

Devolver a capacidade dos atores de “elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social”, ou seja, considerar o anticomunismo também a partir da concepção dos anticomunistas. Dessa forma, o anticomunismo, neste trabalho, não é uma simples definição gramatical do prefixo *anti-* somado ao conceito em oposição, justamente porque esse conceito é definido pelos adeptos do anticomunismo de uma maneira particular e aquém daquilo que a academia determina como comunismo⁹. Essa concepção se torna preocupante quando é sistematicamente disseminado nas forças militares e nas forças de segurança pública, pois pode tratar uma pluralidade de atores como sujeitos de repressão.

A percepção de que o anticomunismo pode classificar como comunismo qualquer oposição tem como base teórica primária¹⁰ as formulações do filósofo Norberto Bobbio (2010) e do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2020). Segundo Bobbio, nos regimes fascistas, qualquer oposição popular ou de esquerda é tratada como comunista (2010, p. 35); no estudo de Motta, o anticomunismo fascista faz isso com qualquer oposição – seja popular, seja de esquerda ou o que for (2020, p. 245). No Brasil vemos essa vertente presente no integralismo (2020, p.188) e no bolsonarismo¹¹.

Já nos regimes democráticos, segundo Bobbio, o anticomunismo atua conforme a intensidade do comunismo. Quando a presença comunista é pequena – a meu ver, esse é o caso do Brasil atual –, o anticomunismo é um componente da cultura política que age para prevenir o crescimento do seu rival. Enquanto Bobbio trata o anticomunismo como um componente da cultura política do país (Bobbio, 2010, p. 35), Motta imputa a ele o *status* de “tradição” que acompanha a “dinâmica da História” (2020, p. 305) e que se torna “disponível para novas apropriações” (2020, p. 310). Unindo as duas percepções, o anticomunismo, neste artigo, será tratado como uma tradição que está inserida na cultura política brasileira.

Para Motta, essa tradição anticomunista no Brasil tem três matrizes (2020, p. 42): o anticomunismo religioso¹², o nacionalista e o liberal. A primeira concentra-se em discursos maniqueístas em que o comunismo representa o fim da família, da religião, “coisa do satanás”, etc. (2020, p. 43) A matriz nacionalista foca em valores atrelados ao patriotismo e contra o internacionalismo comunista (2020, p. 56). A liberal assenta-se na defesa da propriedade privada (2020, p. 67) e na defesa das liberdades individuais, ambas ameaçadas pelo comunismo (2020, p. 65).

Para Motta, o Brasil teve três ondas anticomunistas: 1935, 1964 e a onda atual (2020, p. 309). Como a obra de Motta em tela não teve acesso à publicação de Berenice Bento, *Abjeção* (2024), sua percepção é de que o anticomunismo surgiu no Brasil após a Revolução Russa (2020, p. 25). Porém, segundo as investigações de Bento (2024) sobre a Lei do Ventre Livre, o primeiro registro oficial de anticomunismo no Brasil data de 1871, “pela primeira vez na história política do Brasil, a palavra ‘comunismo’ é acionada como acusação de roubo de coisa privada” (2024, p. 53). Portanto, a Revolução Russa não é a origem, mas sim um marco de crescimento que fez a década de 20 ser atravessada pelo estabelecimento do comunismo como uma das preocupações das elites brasileiras (2020, p. 15), resultando na aprovação da primeira lei anticomunista no Brasil: a Lei Celerada de 1927¹³ (2020, p. 31).

que forneça uma explicação pronta para o objeto investigado, deve-se caminhar em pequenos passos na pesquisa, como, por exemplo, tratando os aspectos micros e macros com o mesmo peso em uma rede formada pelos atores conectados através da pesquisa do sociólogo do social. Para mais informações, ver Latour (2012).

⁹ Como são inúmeros os exemplos de pessoas e ideologias não-comunistas sendo classificadas como comunistas pela extrema direita, deterei-me aqui em levantar apenas dois exemplos. Durante a pandemia da COVID-19, o então governador de São Paulo, João Dória, foi classificado como comunista devido à negociação para compra da vacina chinesa e devido às medidas de isolamento social tomadas pelo governo estadual. Mais recentemente, o candidato à prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, classificou como comunista o então prefeito Ricardo Nunes.

¹⁰ Utilizei o termo “base teórica primária” pois os argumentos teóricos mais robustos que formulei para essa afirmação ainda não foram publicados até a data da escrita deste artigo. O espraçamento completo dessa noção neste artigo inviabilizaria a demonstração do objeto principal do mesmo, por isso a abreviação à base primária.

¹¹ Vide nota nº7.

¹² A obra usada como referência aqui é a segunda edição da publicação da tese de doutorado de Rodrigo P. Sá Motta. O autor decidiu por manter, na segunda edição, o termo “anticomunismo católico”, deixando para o posfácio as considerações sobre o atual protagonismo evangélico na manipulação do anticomunismo. Por isso, não sem os devidos esclarecimentos contidos nesta nota, tomei a liberdade de adaptar o termo para “anticomunismo religioso”.

¹³ Promulgada durante a presidência de Washington Luís, esta lei impunha uma série de medidas repressivas contra sindicatos e pautas de esquerda (Motta, 2020, p. 31).

A primeira onda anticomunista está nas reações contra o levante comunista de 1935 (2020, p. 226) ou “Intetona Comunista”¹⁴. O primeiro registro oficial da inserção do anticomunismo nas estruturas das Forças Armadas brasileiras ocorre provavelmente neste contexto. Essa onda se distingue das demais pela extrema demonização do comunismo e pela ideia de que os imigrantes europeus teriam trazido o comunismo para cá (2020, p. 268). Em 1961, a segunda onda anticomunista começa como preparação para 1964: uniu diversos atores para a interrupção democrática (2020, p. 295) e justificou um regime autoritário que perseguiu grupos de esquerda enquanto apoiava organizações anticomunistas (2020, p. 162).

A terceira onda do anticomunismo brasileiro é marcada pela noção de “guerra cultural”, termo proveniente das políticas públicas do chanceler alemão Otto Von Bismarck (1815-1898), chamadas de *Kulturkampf* (Kent, 1982, p. 85). Essas políticas visavam a criar condições para que a opinião pública se tornasse favorável à unificação da Alemanha (Festa, 2020, p. 3). Embora a *Kulturkampf* fosse usada contra os socialistas alemães (Kent, 1982, p. 85), a noção atual da extrema direita aponta a esquerda como a promotora dessa “guerra” contra os valores tradicionais (Brandão e Leite, 2012, p. 314), numa espécie de “gramscianismo de direita” (Vasconcelos e Mariz, 2021, p. 76) contra o politicamente correto (2021, p. 83).

No Brasil, a noção de “guerra cultural” surge em 1984 no documento produzido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE): a Apreciação S/Nº-AI de 27 de março de 1984¹⁵ (Brandão e Leite, 2012, p. 307). Neste documento¹⁶, o tenente-coronel Romeu Antônio Ferreira afirma: “é no campo da História [...] que os comunistas estão agressivamente atuando”, e demonstra descontentamento com as revelações do livro *Brasil Nunca Mais* (BNM) (2012, p. 316) e do relatório da Anistia Internacional (2012, p. 313), ambos constatando a prática de torturas na ditadura cívico-militar.

Para o tenente-coronel, essas publicações transformavam os terroristas em heróis e vice-versa. O Exército deveria reagir produzindo sua própria versão da história (2012, p. 305). Dessas instruções surge o “Projeto ORVIL”: um livro secreto com cerca de 900 páginas dedicadas a recontar a história da ditadura militar por meio de informações colhidas em depoimentos feitos sob tortura (2012, p. 303). Um contra-ataque direto ao BNM¹⁷. Curiosamente, pelo menos em dois momentos, os próprios militares transpareceram a intenção revisionista do projeto. Um deles está nas últimas frases da Apreciação S/Nº-AI: “Sabemos que há muita coisa que não pode ser contada”. O outro está na escolha do nome do projeto: “ORVIL” é a palavra “livro” ao contrário – um nome coerente para um projeto revisionista, a mesma coerência acontece atualmente com o uso do termo “paralelo” no nome da produtora de conteúdos revisionistas, Brasil Paralelo¹⁸.

Entre os militares que participaram da produção do Projeto ORVIL, está o General Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, tido como pioneiro no meio militar brasileiro em utilizar argumentos típicos da “guerra cultural”. Segundo Coutinho, a esquerda usa as ideias de Antonio Gramsci (1891-1937) para tomar o poder através de uma contra-hegemonia cultural (Festa, 2020, p. 12). Essa percepção está presente na atual onda anticomunista, na qual Olavo de Carvalho foi quem mais se destacou na promoção da “guerra cultural”, termo popularizado pela direita religiosa dos EUA na década de 90 (Cruz, 2023, p. 6).

Segundo Vasconcelos e Mariz (2021), as táticas da guerra cultural consistem na “contestação da ciência e da mídia oficial; criação de mídias alternativas; disseminação de teorias da conspiração e de fake news” (2021, p. 93), visam à “legitimação política da extrema-direita através do revisionismo, da conversão da História em Mito (da ‘guerra oculta’ contra o inimigo ou da ‘decadência’ do Ocidente)” (2021, p. 84), e manipulam discursos do “tradicionalismo” (2021, p. 77 e 91). O professor Dr. José Cezar Castro Rocha, em entrevista intitulada “Quanto maior o colapso do governo, maior a virulência da guerra cultural [...]”, publicada em 28 de maio de 2020 pela Agência Pública, afirma que um dos tripés da mentalidade da atual extrema direita é a retórica do ódio ensinada por Olavo de Carvalho¹⁹.

¹⁴ As aspas foram utilizadas devido ao sentido pejorativo do termo. “Intetona” significa bagunça, confusão, entre outros. Antes que esse termo se consolidasse, o episódio foi chamado pela mídia de “levante”, “revolta”, “motim”, entre outros (Motta, 2020, p. 103).

¹⁵ Agradeço ao parecerista anônimo deste artigo por enriquecer este trabalho com fontes fundamentais.

¹⁶ A íntegra deste documento pode ser encontrada na reportagem “Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura” de Lucas Pedretti, hospedado no site da Agência Pública.

¹⁷ Este embate dos militares contra ações e organismos de Direitos Humanos que denunciaram os crimes cometidos na ditadura (Brandão, 2012, p. 301-2) ainda se encontra ativo na segurança pública nos embates entre os Direitos Humanos como componentes da esquerda e a memória dos militares como representantes das forças de endurecimento no combate ao crime. Trato disso na seção 4 deste artigo.

¹⁸ Produtora de streaming de conteúdos revisionistas da História sob a ótica da extrema direita. Dentre suas produções, está um documentário sobre a história do comunismo e outro que visa a atacar Maria da Penha, dando voz para o seu agressor e colocando-o como vítima da história. No momento a produtora anuncia o lançamento de um documentário sobre a história do Exército Brasileiro.

¹⁹ Segundo Rocha (2020), as outras duas pontas do tripé seriam o “discurso revanchista e revisionista” do ORVIL e a Doutrina de Segurança Nacional “que traz a ideia do inimigo interno que deve ser eliminado”.

Carvalho compõe, com Steve Bannon²⁰ e Alexandr Dugin²¹, a representação atual da tradição política de pensamento reacionário (2021, p. 84), chamada por alguns de “tradicionalismo”. É dessa tradição que emergem as ideias de darwinismo social, elitismo político (2021, p. 85), choque de civilizações²² (2021, p. 87) e guerra cultural. Entre seus pensadores, está Samuel Huntington (1927-2008), apoiador de regimes como o de Augusto Pinochet. Huntington defende a ideia de que regimes militares seriam mais apropriados para o “Terceiro Mundo”, já que, segundo ele, a democracia nesses países deveria ser controlada para impedir que as demandas por igualdade ameaçassem o capitalismo e a governabilidade (2021, p. 86). Por isso, os militares trariam mais estabilidade política do que as instituições civis (2021, p. 85).

A primeira publicação de Huntington sobre o tema, *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, data de 1957 – sete anos antes do golpe de 1964 – e, em suma, trata-se de uma oposição ao investimento estatal na área social. Na década de 90, em meio à impopularidade dos regimes autoritários, Huntington adere à noção de “democracia restrita” de Joseph Schumpeter, em que a democracia é vista como um “arranjo institucional para o revezamento entre elites no poder [...], uma atualização do aristocratismo e do ‘darwinismo social’ de Von Mises e de teses do elitismo político de Vilfredo Pareto” (2021, p. 85).

No entanto, o atentado de 11 de setembro de 2001 dá fim às esperanças da década de 90 em relação ao avanço universal do liberalismo e da democracia representativa. A nova configuração do conflito internacional faz voltar com força o interesse americano em produzir intervenções em outros países (2021, p. 87). Nesse contexto, os debates entre Olavo de Carvalho, Alexandr Dugin e Steve Bannon (2021, p. 89) fizeram do “choque de civilizações” uma “estratégia geopolítica e civilizacional, moral-tradicionalista” (2021, p. 93) que manipula “perspectivas de pensamento e ação que permaneciam em segundo plano desde [...] o fim da União Soviética, como é o caso do [...] anticomunismo” (2021, p. 94).

3. A SEGURANÇA PÚBLICA COMO UM CAMPO EM DISPUTA

Ciente de que outros autores lidam com a perspectiva de campo na segurança pública²³, a análise neste artigo é feita a partir das perspectivas que são citadas nos parágrafos seguintes, podendo ou não convergir com as visões de outros estudos. No entanto, vale ressaltar que Vasconcelos (2023) descreve o que seriam os três “enquadramentos conceituais da segurança pública”, sendo eles: “1) como subsistema do sistema de justiça criminal; 2) como campo autônomo de governança política; e, 3) como direito social” (2023, p. 10). Sob esse ponto de vista, a análise que faço envolve os três quadramentos, sobretudo o segundo – as conexões serão perceptíveis; porém, devido à brevidade característica de um artigo, não poderei ressaltá-las cada vez que surgirem. A noção que provocou este trabalho vem do artigo de Costa e Lima, Segurança Pública (2014, p. 397), e, portanto, ocupa o primeiro plano deste trabalho.

Os dois autores defendem a ideia de que a segurança pública pode ser melhor abordada por meio da noção de “campo empírico e organizacional”, no qual se estruturam instituições e relações sociais conforme o Estado lida com a administração da “ordem e dos conflitos sociais”. Na visão dos autores, o termo “segurança pública” não se refere somente às polícias nem está limitado ao sistema de justiça criminal. As organizações que fazem parte do campo buscam soluções para o estabelecimento da ordem pública. No entanto, “ordem pública” possui interpretações diferentes para atores distintos, a depender das cosmovisões de cada um (2014). O mesmo ocorre com a não definição burocrática do termo “segurança pública”, o que faz dessa lacuna outro espaço de disputa dessas mesmas cosmovisões (Costa e Lima, 2014, p. 397), onde, a meu ver, está inserido o anticomunismo.

Convém salientar a localização do campo da segurança pública numa intersecção entre os campos burocrático, jurídico, acadêmico, jornalístico e econômico²⁴. Portanto, diversos tipos de capitais²⁵ influenciam o campo da segurança pública e dão poder de decisão “sobre as políticas e prioridades policiais” a uma ampla gama de agentes (2014). O sociólogo Paul Hatzay afirma que, dentre esses atores em disputa, encontram-se a direita

²⁰ Estrategista influente em governos de extrema direita como os de Donald Trump e Viktor Orbán (2021, p. 92).

²¹ Consultor de Putin, nacionalista, cristão ortodoxo e intelectual russo. Defensor da ideia de uma “quarta teoria política” que superaria o liberalismo, o socialismo e o fascismo (2021, p. 92).

²² O termo foi usado pela primeira vez em 1990, no artigo “As raízes da raiva muçulmana”, de Bernard Lewis, e recebeu importantes desenvolvimentos de Samuel Huntington. Em suma, trata-se da ideia de que as grandes disputas geopolíticas atuais estão situadas no conflito entre as duas grandes civilizações mundiais, Oriente e Ocidente. No contexto da globalização, as modernidades ocidentais estariam em choque com valores orientais e valores religiosos tradicionais (Vasconcelos e Mariz, 2021, p. 87). Os debates entre Olavo de Carvalho, Alexandr Dugin e Steve Bannon (2021, p. 89) fizeram do termo uma “estratégia geopolítica e civilizacional, moral-tradicionalista” (2021, p. 93).

²³ Vale mencionar que a noção de segurança pública como um campo também é abordada por Reis Souza (2015) e Vasconcelos (2017).

²⁴ As obras de Robson Souza (2015) e Francisco T. Vasconcelos (2017), citadas em nota anterior, também se aproximam desta visão.

²⁵ Os capitais em questão seriam o econômico, a autoridade política, os poderes judiciais, a expertise acadêmica, a mídia jornalística e a busca por “legitimidade” e “reputação” (Costa e Lima, 2014).

política e as elites econômicas, produzindo versões para a definição de segurança pública visando a atender a interesses neoliberais (Hathazy, 2016, p. 598).

Portanto, devido a processos históricos e limitações típicas de novas epistemologias, o campo da segurança pública contém disputas orientadas por ideologias e valores políticos (Shearing, 2018, p. 79), dentre eles está o anticomunismo. Na próxima seção, será abordado como o conceito de segurança pública se manteve em aberto no Brasil, e como o anticomunismo foi adentrando o campo por meio dessa abertura e mediante o isomorfismo das polícias com as Forças Armadas.

4. O ANTICOMUNISMO NO ISOMORFISMO DAS POLÍCIAS COM AS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL

O conceito de isomorfismo é utilizado por Costa e Lima (2014) para analisar a institucionalização das polícias no Brasil. Os sociólogos creditam a Walter Powell e Paul DiMaggio a vanguarda no uso do termo e apontam três processos diferentes de isomorfismo: mimético, normativo e coercitivo (Costa e Lima, 2014, p. 401). Com destaque para o primeiro, todos têm sua relevância para objeto deste trabalho. A vertente coercitiva ocorre quando as Forças Armadas impedem que as polícias escapem das suas estruturas militares (2014, p. 398). A normativa está nos critérios para promoção e desqualificação na carreira profissional. Em ambas o não alinhamento aos valores anticomunistas pode acarretar prejuízos²⁶. Por fim, o isomorfismo mimético ocorre quando a criação de novas instituições acaba imitando a estrutura de instituições antigas de fins semelhantes, caso da criação das polícias e as estruturas das FA (2014).

As polícias, como as conhecemos hoje, tiveram suas primeiras formações no início do século XX, e o que mais se assemelhava a elas, naquele momento, eram as instituições militares. Portanto, o isomorfismo mimético fez com que, desde os seus primórdios, a polícia brasileira imitasse elementos das Forças Armadas e, por outro lado, fez com que as FA, em diversas ocasiões, reivindicassem para si a tarefa de garantir a segurança interna (Costa e Lima, 2014, p. 398).

Os primeiros registros de contaminação das FA brasileiras pelo anticomunismo, de acordo com a pesquisa, surgem após a “Intentona Comunista” de 1935, de modo que todos os batalhões que se envolveram no levante foram extintos e demolidos como forma de “apagar da memória a existência de um levante comunista nas fileiras do Exército” (2020, p. 143). A partir disso, as nossas FA tornaram-se as principais instituições receptoras da tradição anticomunista e, mediante o isomorfismo mimético e coercitivo, essa tradição foi rapidamente repassada para as polícias.

A manifestação dessa celeridade está no fato de que, já no ano seguinte ao levante de 1935, ocorreu o primeiro Congresso Nacional de Polícia; o tema principal era o combate ao comunismo (2020, p. 227). A segunda edição ocorreu em 1951, e o tema foi o mesmo. Nesse sentido, como havia uma lacuna organizacional no campo da segurança pública em escala nacional devido à inexistência da Polícia Federal (PF) – criada somente em 1965 (2020, p. 228) durante a segunda onda anticomunista –, esses congressos serviam para as polícias tratarem pautas nacionais; o anticomunismo ter sido a principal causa desses eventos demonstra sua relevância no campo em questão.

Segundo Costa e Lima (2014), é na Constituição de 1937 (CF/37) que o termo “segurança pública” aparece pela primeira vez em um texto constitucional. No entanto, seu uso entrava em conflito com a Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1936. Enquanto essa legislação atribuía às Polícias Militares a responsabilidade pela “segurança interna”, sob supervisão e controle do Exército, a CF/37 deixava indefinida a quem caberia a responsabilidade pela “segurança pública” (Costa e Lima, 2014, p. 398). Esse cenário se insere na primeira onda anticomunista no Brasil. Desde 1935, as Forças Armadas passavam por um processo interno de “descomunização”, intensificado dois anos depois com o Estado Novo, que visava enfraquecer a oposição comunista a Getúlio Vargas (Motta, 2020, p. 225).

Considerando que, desde 1936, o Exército já detinha o controle sobre as Polícias Militares, o contexto histórico da introdução do termo “segurança pública” no texto constitucional foi marcado por forte influência anticomunista, que preencheu as lacunas deixadas pela indefinição legal. Essa indefinição persistiu até a Constituição Federal de 1988 (CF/88). Nesse ínterim, a Constituição de 1967 (CF/67) devolveu às Polícias Militares a competência plena pela “manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal” (Costa e Lima, 2014, p. 398), ao mesmo tempo que suprimiu a expressão “segurança

²⁶ Reportagem publicada no Brasil de Fato relata que policiais identificados com a esquerda são alvo de perseguições internas nas corporações (Carvalho, 2022).

pública” do texto. Já a CF/88, embora defina quais instituições são responsáveis pela segurança pública, não conceitua o termo (Costa e Lima, 2014, p. 398). Essa ausência conceitual tem permitido a continuidade de um isomorfismo mimético, no qual os elementos anticomunistas das Forças Armadas são transpostos para o interior das polícias.

Segundo Noam Chomsky (2005), a partir da consulta de “documentos internos confidenciais liberados para a divulgação pública”, percebe-se que o medo do comunismo “sempre foi uma completa fraude” vinda do governo Kennedy (2005, p. 95). Como vimos, em 1957, quatro anos antes do início do governo Kennedy, Samuel Huntington lançou sua concepção de que os militares em governos de países periféricos trariam mais estabilidade do que as instituições civis (Vasconcelos e Mariz, 2021, p. 85). Dois anos depois, ocorreu a Revolução Cubana em plena Guerra Fria, e os países latinoamericanos passaram a receber atenção máxima dos EUA.

Era uma questão de segurança nacional garantir que o “efeito Cuba” não se espalhasse. Segundo Immanuel Wallerstein (2007), a política externa norte-americana passa a promover uma reformulação do conceito de soberania nacional:

Em meados dos anos 60, sob inspiração dos Estados Unidos, os governos militares no Brasil (general Humberto Castelo Branco) e Argentina (general Juan Carlos Onganía) passaram a defender a reformulação do conceito de soberania, que não mais deveria basear-se nos limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes, de modo que os Estados americanos pudessem intervir, coletivamente, em qualquer outro, quando algum governo aceito como democrático estivesse ameaçado por movimentos supostamente comunista ou de natureza semelhante (Wallerstein, 2007, p. 16).

Nelson Werneck Sodré (2010) explica como esse processo de contaminação ideológica ocorreu dentro das Forças Armadas brasileiras para usá-la na proteção dos interesses norte-americanos. Segundo Sodré, o anticomunismo é repassado aos nossos militares “nos repetidos encontros de chefes militares em cursos especiais [...], em viagens de estudo” promovidas pelos EUA. Sodré descreve da seguinte forma o uso da hierarquia militar pela política externa norte-americana:

Essa contínua e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir individualmente e de perto cada indivíduo das Forças Armadas, têm atingido, realmente, e com êxito, determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada, de ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganho este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como consequência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido (Sodré, 2010, p. 485).

Portanto, aproveitando a estrutura das instituições militares, o anticomunismo é repassado aos chefes da hierarquia militar nesses encontros para posteriormente ser distribuído ao restante da tropa, de cima para baixo, como ordens. Ainda hoje podemos ver reflexos dessa reformulação da soberania quando a extrema direita conclama pelo artigo 142 da CF 88 para pedir a defesa do exército contra uma suposta ameaça comunista.²⁷

Além da hierarquia militar, a religião é outro fator utilizado como ponte entre o anticomunismo e as forças de segurança. Visto que o cidadão brasileiro tem o direito da livre escolha política para se identificar ou não com o comunismo, a vinculação das Forças Armadas ao anticomunismo só pode ocorrer ignorando valores democráticos que as próprias são juradas a proteger. Segundo Sodré (2010), as FA ocidentais estariam “desinteressadas dos problemas específicos” e nacionais dos seus países, “acabar com o comunismo [...] constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo “ocidental e cristão”, a missão fundamental” de sua existência (Sodré, 2010, p. 485). Por intermédio da noção de isomorfismo, essa união entre FA, anticomunismo e cristianismo pode ser vista atualmente nos cultos evangélicos que contaram com a participação de policiais fardados²⁸.

Por fim, atualmente, podemos ver os frutos da relação entre anticomunismo e isomorfismo nas monografias de conclusão de curso das Escolas Militares (Alves, 2023, p. 43) e no alto número de políticos de extrema direita ostentando suas patentes nos registros de candidaturas no cartório eleitoral²⁹.

²⁷ Também são diversos os exemplos nas mídias sobre a relação do anticomunismo com os acampamentos golpistas. A título de registro, indico notícia do Congresso em Foco de 8 de novembro de 2022, intitulada “Prece contra o comunismo e spray de pimenta: veja como é o acampamento golpista”.

²⁸ Tais episódios tornaram-se alvo de investigação pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

²⁹ Segundo levantamento feito pelo site “Congresso em Foco”, as eleições de 2022 triplicaram o número de parlamentares policiais ou militares.

5. O ANTICOMUNISMO INDIRETO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Enquanto o anticomunismo direto consiste em ações repressivas, o anticomunismo indireto está nos discursos, nas mídias, nas legislações e nos cursos de formação. Segundo o quadro de campos semânticos feito pela socióloga Débora Messenberg, em artigo sobre a direita brasileira de 2015 (Messenberg, 2017, p. 633), o combate à criminalidade é uma das ideias-força do conservadorismo moral, que, por sua vez, é um dos três campos semânticos da construção do discurso da direita. Esse discurso do combate ao crime entra num embate com a esquerda quando se coloca contra os Direitos Humanos (DH)³⁰. Como vimos, a noção de comunismo compartilhada pelos anticomunistas envolve uma série de subjetividades que extrapolam as teorias comunistas. Entre essas, destacam-se os Direitos Humanos (DH), frequentemente associados ao comunismo e à defesa de “bandidos” desde a ditadura de 1964 (Oliveira & Klein, 2024, p. 2). Nesse contexto, posicionamentos contrários aos DH tornam-se uma das formas pelas quais o anticomunismo se insere nas disputas em torno da segurança pública na atualidade.

Ao dividir o campo da segurança pública em duas grandes forças antagônicas – de um lado, a democratização, a civilização e a cidadania; de outro, o endurecimento do combate ao crime, o encarceramento em massa e o investimento bélico (Hathazy, 2016, p. 605) –, evidencia-se que o combate ao crime (governing-through-crime), característico do conservadorismo moral, se opõe aos Direitos Humanos e às políticas de redução de danos (governing-through-harm) (Shearing, 2018, p. 72). Por conseguinte, os Direitos Humanos e as políticas de redução de danos estão relacionados com a esquerda no imaginário político da extrema direita, de modo que o anticomunismo novamente pode aparecer como uma ferramenta para atores conservadores do campo da segurança pública usarem contra seus opositores, o que pode ser constatado diariamente nos programas policiais de televisão que abrigam influenciadores da extrema direita, como o apresentador Sikêra Jr..

O apresentador constantemente utiliza argumentos contra a civilização da segurança e contra outras transformações que pudessem trazer noções de cidadania para o campo. Esses programas produzem sentimentos como o medo, e é nesse momento de vulnerabilidade sentimental da audiência que muitas vezes discursos contra os “defensores de bandidos” são mobilizados. Pelo menos desde o século passado, setores da mídia têm explorado o medo por meio de representações anticomunistas. Um exemplo disso está na edição de junho de 1948 da revista carioca *Lei e Polícia*, que publicou diversas imagens com forte apelo anticomunista. Entre elas, destaca-se uma intitulada “O Comunismo é assim!”, que exibia um crucifixo sendo quebrado, manifestação típica do anticomunismo de viés religioso (Motta, 2020, p. 123). Outra imagem mostrava um homem de postura esguia, aparência criminoso, usando boina e empunhando um punhal, acompanhada dos dizeres: “Comunismo, traição, ódio e sangue” (Motta, 2020, p. 127).

O sociólogo Arthur Trindade M. Costa defende que o medo do crime é um tema importante e que, muitas vezes, não tem recebido a devida atenção. Sob o escopo deste artigo, esse sentimento também se relaciona com o anticomunismo em representações como a da imagem citada anteriormente, na qual o comunismo é vinculado ao banditismo (Motta, 2020, p. 235). Como vimos, as táticas de guerra cultural promovidas pela extrema-direita mobilizam sentimentos como o ódio e o medo, articulando-os para a “construção de regimes e governos autoritários” fundados na “mobilização em torno de símbolos, ritos e emoções” a partir da descrença dos sistemas democráticos (Vasconcelos e Mariz, 2021, p. 94). Vejamos esta passagem de Ian Loader e Neil Walker na introdução do livro *Civilizing Security* (2007):

Indivíduos que vivem, objetiva ou subjetivamente, em um estado de ansiedade não são bons cidadãos democráticos, como bem sabiam os teóricos europeus que refletiam sobre os dias sombrios das décadas de 1930 e 1940 (Neumann, 1957). Cidadãos temerosos tendem a ser desatentos, despreocupados e até mesmo entusiastas da erosão das liberdades básicas. Frequentemente, eles não têm abertura ou simpatia para com os outros, especialmente aqueles que consideram perigosos para eles. Eles privilegiam o conhecido sobre o desconhecido, nós sobre eles, aqui e ali. Frequentemente, eles se afastam da vida pública, buscando refúgio em “soluções” de segurança privada enquanto, ao mesmo tempo, gritam ansiosa e raivosamente do lado de fora pela mão firme da autoridade – por duras medidas de “segurança” contra o crime, ou desordem, ou terror (tradução minha, Loader e Walker, 2007, p. 8).

A lógica do “nós contra eles” é uma das características do anticomunismo e, como vimos, o “eles” muitas vezes é visto nos “comunistas defensores dos Direitos Humanos”. Além do mais, segundo os argumentos desenvolvidos por Muniz e Paes-Machado (2010), “a produção de sujeitos inseguros passa a fazer parte da agenda governamental e da proposta de um modelo de policiamento que atua sobre a segurança objetiva

³⁰ Em programa televisivo publicado em 2021, Sikêra Jr. refere-se aos defensores de Direitos Humanos como pessoas que são contra a polícia: “Vocês da Comissão dos Direitos Humanos, vocês do Instituto Sou da Paz (...) Olha a pombinha da paz, eu sei onde vocês vão botar essa pomba. Deixa de hipocrisia. É porque vocês são contra a polícia. Vocês adoram o bandido. Nunca vi valorizar tanto vagabundo quanto a imprensa cheiradora de pó” (YouTube, 2025).

e a sensação de insegurança” (2010, p. 445). Portanto, seguindo essas duas passagens citadas acima, os programas de jornalismo policial podem ser vistos como ferramentas na produção dessa insegurança.

A guerra cultural tem como uma de suas táticas a contestação da mídia oficial (2021, p. 93), porém, na questão da segurança pública, parte da mídia oficial participa da promoção das retóricas da guerra cultural quando levamos em conta o conteúdo dos programas policiais. Podemos ver isso no corte de 2021 do programa televisivo “Alerta Nacional” da TV A Crítica de 2021, publicado no YouTube com o título “Sikêra comenta sobre manifestações de esquerda”; neste, o apresentador refere-se à esquerda dessa maneira: “a esquerda é o cão, minha gente [...] eles querem acabar com a sua família [...], essa dúnia de gente vagabunda”.

A presença do anticomunismo nessas instâncias formadoras de opinião abre espaço para se analisar o objeto sob a ótica da teoria da rotulação³¹. Um dos problemas causadores da erosão de legitimidade das polícias estaria na inserção de códigos morais nas estruturas das polícias, pois eles “contribuem ativamente para produzir comportamentos desviantes e delituosos” (Muniz & Paes-Machado, 2010, p. 437). Isso acontece pois as polícias estão dotadas de uma autonomia relativa que permite a prática de códigos normativos que não necessariamente respeitam a legislação, mas sim os valores da própria sociedade – dentre eles, a meu ver, está o anticomunismo. Outra contribuição da teoria da rotulação para o objeto deste artigo é a noção de “poder discricionário” (2010, p. 437-438), que, sob meu ponto de vista, pode sofrer influência do anticomunismo.

Segundo Muniz e Paes-Machado, em busca do uso mínimo da força e cientes de que o sistema de justiça não é capaz de cumprir a legislação que orienta a abertura de inquérito em toda ocorrência, as polícias utilizam o poder discricionário para selecionar aquilo que será inquérito ou não (2010, p. 437). É nesse uso do poder discricionário que valores da sociedade (inclusive os duvidosos) são utilizados como régua para decidir o que será levado adiante na esfera criminal. Aqui se encaixa o ato de 8 de janeiro de 2023, em que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) usou do poder discricionário para não coibir o ato. É difícil imaginar que o mesmo aconteceria se fossem manifestantes de esquerda. Portanto, seguindo o ponto de vista defendido neste artigo, o anticomunismo pode ser visto como um destes valores que podem influenciar o poder discricionário das polícias, seja no uso da força, seja no prosseguimento penal.

As formas de contornar esses traços de anticomunismo indireto podem vir dos cursos de formação de policiais. Segundo Costa e Lima (2014, p. 200), mudanças nesses cursos muitas vezes resultam em transformações no campo. Essas iniciativas em direção à democratização podem ser vistas, em certo sentido, como prováveis inibidoras dos efeitos do anticomunismo indireto na segurança pública. Essa origem cultural coloca a educação como uma arena para o desenlace das amarras do setor conservador neste campo. Da mesma forma, a profissionalização das polícias – criação de carreiras, salários e sistemas de promoção específicas – exerce pressão normativa sobre a organização da segurança pública (Costa e Lima, 2014, p. 403). Portanto, talvez não seja por acaso que, sob o governo bolsonarista, a Polícia Rodoviária Federal tenha cancelado a disciplina de Direitos Humanos da grade dos seus cursos de formação³² e que trechos vazados de aulas desses cursos de formação revelaram instrutores ensinando como sufocar uma pessoa dentro do camburão³³.

6. ANTICOMUNISMO DIRETO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Até 8 de janeiro de 2023, praticamente todos os casos de violência policial em manifestações políticas que ganhavam conhecimento do público tinham como vítimas manifestantes de pautas tidas como de esquerda³⁴. Era comum ouvir reclamações de que o comportamento das polícias era vinculado a questões político-ideológicas, porém a esquerda era a única a ocupar as ruas, faltava a presença da direita para tirar a contraprova de como a polícia iria se comportar. Como isso não acontecia para servir de comparação, o

³¹ Segundo Jacqueline de O. Muniz e Eduardo Paes-Machado (2010), a *teoria da rotulação (ou reação social)* tem como foco as “instituições disciplinares e agências de controle social” (BECKER, 1963). De acordo com essa abordagem, tais agências exercem um papel paradoxal, pois contribuem ativamente para produzir os comportamentos desviantes e delituosos que, em princípio, deveriam coibir. Ao chamar a atenção para a autonomia relativa das agências de controle social na decisão, interpretação e aplicação de códigos normativos e legais segundo critérios próprios e valores dominantes na sociedade, a teoria da rotulação contribui para a construção conceitual do *poder discricionário* e do uso (policial) da força, os quais se apresentam como elementos-chave nos estudos sobre policiamento (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010, p. 437).

³² Segundo reportagem publicada pelo G1, a PRF retirou conteúdos sobre Direitos Humanos do curso de formação de agentes (G1, 2022).

³³ Como revela o Congresso em Foco, policiais rodoviários ensinaram alunos a improvisar uma câmara de gás dentro da viatura (Congresso em foco, 2022).

³⁴ Por exemplo, no protesto de 24 de maio de 2017 contra as políticas implementadas pelo governo Temer, houve intenso confronto com a polícia, pelo menos dois prédios ministeriais foram incendiados e dois policiais foram filmados atirando com armas de fogo contra os manifestantes (Metrópolis, 2017). Nenhum tiro foi dado pela polícia em 8 de janeiro de 2023.

argumento de que a polícia era violenta contra as manifestações de esquerda era enfraquecido com o contra-argumento de que os manifestantes eram violentos³⁵.

Com a chegada de junho de 2013, manifestantes de direita finalmente vão às ruas³⁶. A contraprova acontece e, realmente, mostra um comportamento diferenciado da polícia. Porém, essa diferença foi novamente imputada ao comportamento distinto dos manifestantes – argumento que era recebido com razoabilidade, pois, enquanto os protestos de direita defendiam o *status quo* e tiravam *selfies* com os policiais, os protestos de esquerda mantinham um relacionamento conturbado com a polícia e costumeiramente entoavam palavras de ordem pelo fim da Polícia Militar. O debate fica estacionado nesses argumentos até que finalmente acontece uma contraprova equivalente: a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, repleta de demonstrações de violência. No entanto, as *selfies* aconteceram do mesmo jeito³⁷. As imagens mostraram um comportamento passivo e até simpático por parte da PMDF.

Essa comparação entre a inação policial no 8 de janeiro e os diversos momentos de ação contundente contra manifestações de esquerda serve para demonstrar a importância da análise do anticomunismo no campo da segurança pública. A passividade da polícia não seria por acaso, mas sim fruto do anticomunismo direto. A falta de ordens dos superiores na hierarquia estatal ou policial transformou-se na inação ilegal dos policiais.³⁸ O isomorfismo das polícias com as Forças Armadas legitima e naturaliza os comportamentos anticomunistas das forças de segurança pública desde as origens das instituições policiais.

Seria natural argumentar que tal comportamento configura mero cumprimento de ordens superiores. No entanto, há um contra-argumento a essa afirmação. Em 2015, mesmo contra as ordens da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SEDF), a PMDF utilizou a força contra uma manifestação organizada pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), o que provocou o pedido de exoneração do então secretário de segurança pública, Arthur Trindade M. Costa. A recusa em cumprir uma ordem contrária aos valores anticomunistas, emanada por um sociólogo – um ator que não é visto pelas forças de segurança pública como integrante do seu campo (Costa e Lima, 2014) – pode ser interpretada como mais um efeito da presença do anticomunismo no campo da segurança pública.

A diferença de comportamento diante das manifestações políticas, conforme o espectro político envolvido, também foi evidente em 2022. Enquanto a Polícia Rodoviária Federal (PRF) agiu de forma morosa frente aos bloqueios de rodovias ocorridos após o segundo turno das eleições de 2022, foi enérgica contra motoristas eleitores do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023, no dia 20 de junho de 2023, o então diretor da PRF, Silvinei Vasques, permaneceu em silêncio quando questionado sobre por que as torcidas organizadas conseguiram abrir as rodovias sem o uso de equipamentos e sem violência, enquanto a PRF alegava que a complexidade da tarefa impedia sua atuação.

Essa “complexidade” alegada pelo ex-diretor parece ser, na verdade, uma manifestação do anticomunismo incorporado pelas forças de segurança pública, fruto do isomorfismo com as Forças Armadas. Tanto a passividade da PRF diante dos bloqueios quanto sua disposição em atrapalhar o voto de eleitores de esquerda podem ser explicadas pelo anticomunismo presente no campo. Assim, sob a ótica deste artigo, os anos de 2022 e 2023 constituíram um laboratório para o anticomunismo no âmbito da segurança pública.

Os exemplos apresentados nesta seção configuram manifestações diretas do anticomunismo, no sentido de reprimir indivíduos identificados como comunistas pelos anticomunistas, bem como permitir ações ilegais movidas por essa lógica. Podemos também incluir nesse escopo as perseguições sofridas por aqueles que resistiram à ditadura militar brasileira. Nesse período, ocorreram os casos mais dramáticos de anticomunismo no país. A ditadura representou a concretização da subjetivação da cultura política anticomunista em sua forma mais violenta, produzindo torturas, assassinatos, desaparecimentos, traumas e destruição de famílias (Motta, 2021). Tal manifestação direta do anticomunismo, como foi demonstrado, não surgiu de forma espontânea ou por decisão de algum líder político em particular, mas sim de predisposições históricas e racionalidades incorporadas nas subjetividades individuais, oriundas da tradição anticomunista presente na cultura política brasileira.

³⁵ GAZETA DO POVO. *A esquerda insiste na violência*. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/a-esquerda-insiste-na-violencia-a3m2trvw636zj2fraxuswux8g/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

³⁶ Para mais informações sobre o tema, ver Agência Pública (2023).

³⁷ Além de tirar fotos e cumprimentar os bolsonaristas, os policiais também deram orientações para chegar na entrada do Salão Verde do Congresso Nacional e escoltaram o ato do QG do Exército até a Praça dos Três Poderes (UOL, 2023).

³⁸ Em fevereiro de 2025, a Procuradoria Geral da República (PGR) pediu a condenação da cúpula da PMDF por omissão nos atos de 8 de janeiro (G1, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição anticomunista foi paulatinamente transportada das FA para as polícias mediante o isomorfismo mimético, encontrando espaço para proliferar nas lacunas deixadas pela não-definição burocrática do termo “segurança pública”. Sendo uma tradição longeva na cultura política brasileira, sua inserção no campo da segurança pública ocorre por intermédio da mídia, dos cursos de formação e das legislações, e se manifesta *indiretamente* por meio do poder discricionário das polícias, que, segundo a teoria da rotulação, está aberto para interpretações valorativas de subjetividades individuais, dentre elas a tradição do anticomunismo.

Essas subjetividades, por conseguinte, estruturam ações (ou inações) *diretamente* contra os corpos dos indivíduos ou contra organizações políticas. Por conseguinte, o anticomunismo se apresenta na disputa do campo da segurança pública como uma ferramenta do campo conservador a favor da militarização das polícias e a favor do endurecimento no combate ao crime. Além disso, esse processo representa um dos obstáculos no progresso dos modelos de polícias comunitárias e na solução dos dilemas identitários da Polícia Militar:

A identidade militar não é incompatível com outras identidades profissionais. O profissional pode ser policial e militar ao mesmo tempo. A questão é a ênfase. Nas democracias contemporâneas, espera-se que ele seja muito mais policial do que militar (Costa, 2021, p. 308).

O anticomunismo, portanto, é um dos aspectos que as polícias deveriam desacoplar da sua identidade para atingir um policiamento democrático. Segundo Marks e Fleming (2006), para a polícia operar de forma democrática e comunitária, distinções claras devem ser feitas entre a polícia e as Forças Armadas (2006, p. 189). Dentre essas distinções, está o anticomunismo. Portanto, diminuir a influência das Forças Armadas nas polícias e no campo da segurança pública seria diminuir também a influência do anticomunismo.

Como já foi mencionado, este artigo constitui um esboço. Existem ainda outras fontes, objetos, metodologias e abordagens possíveis para o estudo do tema aqui tratado. Uma análise interessante para trabalhos futuros seria investigar se as estimativas de público em atos políticos feitas pelas polícias militares apresentam maior proximidade com as estimativas fornecidas pelas organizações dos atos quando estes são de direita, e se tendem a se distanciar mais quando os atos são de esquerda. Tal investigação poderia fornecer um importante indicativo da influência do anticomunismo no campo da segurança pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. *Desde 2013, a direita também passou a ocupar as ruas*. 7 jun. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/do-impeachment-a-tentativa-de-golpe-direita-tambem-passou-a-ocupar-as-ruas/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ALVES, Rodrigo Souza. *Anticomunismo nas Forças Armadas: um estudo de caso a partir de monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

BENTO, Berenice. *Abjeção: a construção histórica do racismo*. São Paulo: Editora Bregantini, 2024.

BERG, Jennifer; SHEARING, Clifford. *Governing-Through-Harm and Public Goods Policing. The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 679, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. 13. ed., 4. reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A sociologia da capacidade crítica. Antropolítica*, n. 23, v. 2, p. 121-144, 2007.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. *Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto Orvil. Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

CARVALHO, Igor. Policiais de esquerda revelam perseguição dentro das corporações: “Somos vistos como traidores”. *Brasil de Fato*, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/12/policiais-de-esquerda-revelam-perseguiacao-dentro-das-corporacoes-somos-vistos-como-traidores>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CEFAI, Daniel. *Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte I). Novos Estudos – CEBRAP*, v. 36, n. 01, p. 187-213, mar. 2013.

CONGRESSO EM FOCO. *Video: policial rodoviário ensina alunos a improvisar câmara de gás em viatura*. 27 maio 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/video-policiais-ensinam-improvisar-camara-de-gas-em-viatura/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTA, Ana T. M. *A polícia militar e seus problemas identitários. Contemporânea*, v. 11, n. 1, 2021.

COSTA, Ana T. M.; LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança Pública*. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, Rodrigo (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, Natália dos Reis. *A extrema-direita, o negacionismo e as inverdades: o golpe empresarial militar na memória de Olavo de Carvalho*. Anais do 32º Simpósio Nacional de História (ANPUH), 11 a 21 jul. 2023.

DE CASTRO ROCHA, João Cezar. *Introdução a ‘Guerra Cultural Bolsonarista – A Retórica do Ódio’*. O Estado de S. Paulo, 10 abr. 2020.

DEWEY, John. *O desenvolvimento do pragmatismo americano. Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007.

FESTA, Marcos Vinícius Paludo. *O Projeto Orvil e a introdução da guerra cultural no contexto brasileiro*. Anais do XV Encontro Estadual de História (APUH RS), Universidade de Passo Fundo, 21 a 24 set. 2020.

G1. *Caso Genivaldo: PRF retirou Direitos Humanos do curso de formação de agentes*. BBC Brasil, 27 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/27/caso-genivaldo-prf-retirou-direitos-humanos-do-curso-de-formacao-de-agentes.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

G1. *PGR pede condenação da cúpula da PMDF por omissão nos atos de 8 de janeiro*. fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/14/pgr-pede-a-condenacao-de-ex-integrantes-da-cupula-da-pmdf-por-omissao-nos-atos-de-8-de-janeiro.ghhtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HATHAZY, Pablo. *Democratización y campo policial: nuevos consensos, cambios estructurales y mutaciones organizacionales en las policías de Chile*. Civitas, v. 16, n. 4, 2016.

KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Trad. Lúcia P. Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LOADER, Ian; WALKER, Neil. *Civilizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARKS, Michael; FLEMING, Jason. *The Right to Unionize, the Right to Bargain and the Right of Democratic Police*. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 65, 2006.

MESSENBERG, Débora. *A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos ativistas de direita brasileiros*. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNIZ, José; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Cadernos CRH*, v. 23, n. 60, 2010.

OLIVEIRA, Fernanda F.; KLEIN, André M. *Televisão e princípios dos direitos humanos: uma análise de conteúdo dos telejornais da TV aberta*. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 18, p. 1-18, e4336021, jan./dez. 2024.

REIS SOUZA, Robson Sávio. *Quem comanda a segurança pública no Brasil? Atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública*. Belo Horizonte: Letramento, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

UOL. *Policiais apoiaram terror em Brasília com fotos, cumprimentos e orientações aos bolsonaristas*. YouTube, Canal UOL, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wm8AgWzOkI8>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; MARIZ, Silvana Fernandes. *O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita: “guerra cultural”, elitismo e geopolítica civilizacional*. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 27, n. 2, 2021.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. *Segurança Pública como direito social: uma revisão bibliográfica conceitual (2010-2022)*. 1. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. (Informes de análise; 1)

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. As Ciências Sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 9, jan./abr. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

YOUTUBE. *Sikera Jr. comenta sobre mulheres fuziladas por engano e direitos humanos*. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PcejfYVTHY>. Acesso em: 18 jun. 2025.

O OUTRO E NÃO EU: MULHER NEGRA, MEMÓRIA E A ALTERIDADE DO SER¹

The other and not me: Black women, memory and the otherness of being

El otro y no yo: mujeres Negras, memoria y la alteridad del ser

LARISSA NEVES DA COSTA²
ORCID: 0000-0003-2934-7908

RESUMO

Lélia Gonzalez retoma ideias basilares da produção antropológica brasileira para tecer uma profunda análise da experiência da mulher Negra no Brasil. Com seu refinado conceito de memória, Gonzalez destrincha como o racismo e o sexismo, moldaram a identidade, a memória coletiva e o trabalho das mulheres Negras. Neste artigo, pretendo explorar o conceito de memória elaborado pela autora, para analisar a situação da mulher Negra no Brasil. Através dessa lente analítica, buscarei compreender como nós, mulheres Negras, ao longo da história, fomos sistematicamente subjugadas por meio da formação do pensamento social brasileiro. Discutirei como a construção de uma memória nacional excludente e eurocêntrica silenciou e marginalizou nossos corpos, relegando-nos às posições subalternas na sociedade. Pretendo também abordar as diversas formas de violência que marcam a nossa experiência de existir, desde as socioeconômicas, as simbólicas, e principalmente a racial.

Palavras-chave: Memória; alteridade; mulher Negra, trabalho doméstico.

ABSTRACT

Lélia Gonzalez takes up basic ideas from Brazilian anthropological production to weave a profound analysis of the experience of Black women in Brazil. With her refined concept of memory, Gonzalez unravels how racism and sexism have shaped the identity, collective memory and work of Black women. In this article, I intend to explore the concept of memory developed by the author in order to analyze the situation of Black women in Brazil. Through this analytical lens, I will seek to understand how we Black women have been systematically subjugated throughout history through the formation of Brazilian social thought. I will discuss how the construction of an exclusionary and Eurocentric national memory has silenced and marginalized our bodies, relegating us to subordinate positions in society. I also intend to address the various forms of violence that mark our experience of existence, from the socio-economic to the symbolic, and especially the racial.

Keywords: Memory; alterity; Black woman, domestic work.

¹ Este artigo é fruto da minha dissertação de mestrado. Fui orientada pela Prof. Dr(a). Luciana de Oliveira Dias no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Goiás, onde fui bolsista da FAPEG entre os anos de 2021 a 2023. Esse artigo também é resultado de um grande esforço para a valorização de intelectuais Negras, sendo assim um privilégio ter autoras Negras em minhas referências bibliográficas.

² Doutoranda no Departamento de Antropologia da UnB. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da UFG, com Graduação Sanduíche através do Programa Abdias Nascimento, no Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Coletivo Rosa Parks (UFG) e MOBILE (UnB).

RESUMEN

Lélia Gonzalez retoma ideas básicas de la producción antropológica brasileña para tejer un profundo análisis de la experiencia de las mujeres negras en Brasil. Con su refinado concepto de memoria, Gonzalez desentraña cómo el racismo y el sexismo han configurado la identidad, la memoria colectiva y el trabajo de las mujeres negras. En este artículo, pretendo explorar el concepto de memoria de la autora para analizar la situación de las mujeres negras en Brasil. A través de esta lente analítica, intentaré comprender cómo las mujeres negras hemos sido sistemáticamente subyugadas a lo largo de la historia a través de la formación del pensamiento social brasileño. Discutiré cómo la construcción de una memoria nacional excluyente y eurocéntrica ha silenciado y marginado nuestros cuerpos, relegándonos a posiciones subordinadas en la sociedad. También pretendo abordar las diversas formas de violencia que marcan nuestra experiencia de existencia, desde la socioeconómica hasta la simbólica, y especialmente la racial.

Palabras clave: Memoria; alteridad; mujer Negra, trabajo doméstico.

1. INTRODUÇÃO

Sou um rio caudaloso, banhando as margens, atravessando os espaços, abundante, sou uma mulher Negra³ que reescreve a história com a própria tinta, com a própria memória, dignifico minhas palavras, para que se ouça nelas minha mãe, minhas avós, minhas irmãs, minhas sobrinhas e quem sabe no futuro minhas filhas. Minha escrita é um rio que não seca e nela guardo memória, preservando meu passado e reescrevo meu futuro. Afinal, não sou eu uma mulher Negra com minha Negra memória, uma mulher-raiz⁴. (Autora, 2025)

Na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, realizada durante o IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no estado do Rio de Janeiro, nos anos 80, a intelectual Negra Lélia Gonzalez, em tom provocativo – “o lixo vai falar e numa boa” (Gonzalez, 2018a) –, convidou a presente elite intelectual branca para uma profunda reflexão sobre a intrínseca relação entre consciência e memória, conceitos centrais para a compreensão das dinâmicas sociais e da construção da identidade, especialmente no contexto das lutas contra o racismo e o sexismo e na formação do pensamento social brasileiro.

A gente tá falando das noções de consciência e de memória⁵. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência (Gonzalez, 2018, p. 226).

Lélia Gonzalez define que a memória é o “não-saber que conhece”, representando um conhecimento que emerge das brechas do discurso oficial, abrigando fragmentos de histórias que foram silenciadas, aquilo que não é falado, mas ainda assim está lá. É nesse espaço que a verdade emerge, mesmo que estruturada como ficção, pois desafia as narrativas dominantes e abre caminho para novas interpretações da realidade. Já a consciência é permeada por lacunas, onde o saber hegemônico se entrelaça com o encobrimento de outras realidades. É nesse terreno onde o discurso ideológico se enraíza, moldando então a história oficial para o interesse de quem a representa.

Por assim dizer, a consciência dominante busca excluir e ocultar a memória, impondo-se como verdade absoluta. A memória, no entanto, possui suas “astúcias” e “jogo de cintura”. Ela se manifesta nas brechas do discurso da consciência, subvertendo suas verdades e revelando as contradições que permeiam a sociedade brasileira. Então, através das hesitações da consciência, a memória rompe com algo, a consciência hegemônica branca. Sendo assim, a memória não se limita à lembrança passiva de eventos passados, mas desempenha um papel ativo na construção e reconstrução de identidades, nos seus aspectos mais minuciosos.

³ O uso da letra maiúscula “N” na palavra “Negra” será recorrente neste texto para destacar a unidade de um povo que compartilha história e identidade.

⁴ O termo “mulher-raiz” vem de “mulheres-raízes”, expressão mobilizada por Luciana Dias, Cristina Souza Carlos Henning (2020) e que se refere às mulheres que revelam intelectualidades e criticidades formadas no Sul, desafiando os campos de conhecimento hegemônicos. Uso o termo como provocação, sendo eu uma intelectual Negra jovem que mobilizo conhecimento desde a diáspora.

⁵ Sublinhado conforme o texto original.

Para a intelectual, a história hegemônica silencia e exclui as memórias e narrativas das mulheres negras. Em contraposição a essa narrativa dominante, a intelectual resgata a memória não hegemônica, presente na história não oficial do Brasil. A partir de sua concepção de memória, ela analisa como a imagem da mulher negra é historicamente estereotipada, seja pela figura da “mulata de carnaval”, seja pela da empregada doméstica ou mucama (Gonzalez, 2018, p. 224). Neste primeiro momento, detenho-me à figura da empregada doméstica.

Bell hooks, em *Intelectuais Negras* (1995), aponta que, no exercício de um sistema racista e sexista, existe uma iconografia de representação da mulher negra como um corpo sem mente, animalesco e primitivo, necessitando, assim, ser dominado. Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe* (2016), ao analisar a interseccionalidade entre o corpo da mulher Negra, raça e classe, ressalta que o espaço ocupado de forma significativa e densa pelo trabalho na vida das mulheres Negras hoje nada mais é do que a reprodução de um padrão estabelecido durante o período da escravidão.

Davis (2016) destaca um aspecto crucial para compreender o impacto da escravidão nos corpos Negros. Ela afirma que esses corpos eram desumanos e reduzidos à condição de escravos. Tanto homens quanto mulheres eram submetidos às mesmas tarefas e exigências, trabalhando lado a lado (Davis, 2016, p. 27). Beatriz Nascimento (1976) também segue o mesmo fio da meada; a autora considera a mulher negra dentro do sistema colonial como produtora essencial, desempenhando um papel ativo semelhante ao dos homens. Como escravizada, ela trabalhava não apenas nos afazeres da casa-grande, que incluíam a produção de alimentos para a escravaria, mas também no campo, nas atividades relacionadas ao corte e ao engenho. Além de sua capacidade produtiva, sua condição de mulher e potencial mãe de novos escravizados lhe atribuía a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno, concorrendo com o tráfico negreiro.

Em contraste, a mulher branca, vista como esposa e mãe dedicada, era percebida como ociosa e dependente do trabalho masculino para sua sobrevivência. No entanto, essa inatividade era uma falsa aparência, pois servia como disfarce para a exploração do trabalho escravo que sustentava seu estilo de vida. Sua imagem era moldada como símbolo de pureza feminina e do lar, reforçando a ideia de que seu lugar era no âmbito privado, longe da esfera pública e do trabalho manual. A mulher Negra, por outro lado, era vista como essencialmente produtiva, desempenhando um papel ativo, similar ao do homem. No entanto, essa atividade não era reconhecida como trabalho, mas como uma obrigação natural e inquestionável. Como escravizada, a mulher Negra era forçada a trabalhar incansavelmente, sendo vista como uma mera ferramenta de produção e reprodução, desprovida de direitos e humanidade. Ainda hoje, na condição de trabalhadora doméstica, digamos que a situação não seja muito diferente.

Janaína Damasceno, em “O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote” (2008), evidencia como a mulher Negra é a antítese do outro – o outro em oposição é o branco, ou a branca, assim por dizer. Se, no século dezenove, o corpo europeu masculino representava a normalidade, o que se não o corpo de uma mulher Negra poderia representar sua radical alteridade? (Damasceno, 2008, p. 2). A formação do pensamento social brasileiro, empanurrado pelo racismo e pelo sexismo, moldou a percepção do corpo da mulher Negra como “anormal”. Vistos como a antítese dessa “normalidade”, nossa cor de pele, nossos traços físicos, nossa cultura e nossa história foram utilizados para nos marcar como “coisa”, construção da “radical alteridade” que serve apenas para justificar a violência sobre os nossos corpos.

“Começamos a história de novo, como sempre, na esteira de seu desaparecimento e com a esperança desvairada de que nossos esforços possam devolvê-la ao mundo” (Hartman, 2020, p. 33). Saidiya Hartman (2020), ao analisar a história e a memória das mulheres Negras no período escravista, investiga suas experiências no sistema colonial. Em diálogo com Lélia Gonzalez, a autora examina o impacto devastador das múltiplas violências coloniais sobre os corpos femininos negros. Movida por uma esperança quase utópica e através de uma minuciosa análise das narrativas históricas dominantes, Hartman busca resgatar do esquecimento as memórias da população negra, recontando-as a partir de uma perspectiva radicalmente diferente.

A autora revira uma gama de documentos históricos, arquivos e registros legais do período escravocrata e, por meio desse rebuliço, revela como as relações de poder coloniais transformaram a história em um arquivo de narrativa única, moldada pela visão dominante, a do colonizador. Essa narrativa hegemônica, edificada sobre os alicerces da subordinação e da desumanização, perpetua a invisibilização e a marginalização de homens e mulheres Negros, tanto no período escravocrata quanto no período pós-abolição. Quando Hartman

nos convida a refletir sobre a natureza complexa e fragmentada da memória, ela destaca que a memória, por si só, não é suficiente para reconstruir um passado apagado e silenciado. É preciso um trabalho árduo de pesquisa, análise crítica e reinterpretação dos vestígios que restaram para que possamos desvendar a verdade sobre a experiência das mulheres Negras na escravidão.

A memória muitas vezes foi tratada como uma categoria estática e homogênea, ignorando sua natureza dinâmica e multifacetada. Sendo assim, repenso a memória como uma categoria complexa e transformadora, moldada por fatores sociais, culturais e individuais. Isso significa que a memória não é um registro fiel do passado, mas uma construção social influenciada pelas perspectivas e experiências de quem a narra, de modo que as memórias presentes em arquivos e documentos históricos, embora fragmentadas e incompletas, desempenham um papel crucial na construção das representações de indivíduos e grupos.

No caso de nós, mulheres Negras, os registros históricos estão repletos de memórias estigmatizantes que serviram para perpetuar nossa subalternidade e invisibilidade social. Essas memórias, cuidadosamente selecionadas e manipuladas pela branquitude, contribuíram para a construção de uma narrativa histórica que nos relegou às margens da sociedade, negando a nós humanidade e agência. Essa narrativa única, marcada pela violência, pela exploração e pela desumanização, serviu para legitimar o poder colonial e silenciar outras memórias, ou seja, as que são nossas. Fica evidente, assim, que a memória está intrinsecamente ligada aos processos históricos e à consciência hegemônica. Mais do que um “objeto” de estudo para a antropologia, a memória revela-se como uma força ativa na criação e reprodução de representações sociais.

2. MULHER NEGRA, TRABALHO DOMÉSTICO E MEMÓRIA: UM CAMPO DE BATALHA

A manhã infiltra-se pela janela da cozinha, observo do meu quarto o vapor que sobe da leiteira fervilhante enquanto meu pai passa um café, minha mãe se levanta às cinco e se ajeita para trabalhar. O aroma inebriante de café toma conta do ar de modo que o cheiro do cansaço de minha mãe se mistura ao do café fresco. Nesse momento eu me vejo filha de uma mulher Negra, neta de uma mulher Negra, bisneta de uma outra mulher Negra e, seguindo a história do Brasil, sabemos que minha linhagem feminina Negra não cessa aqui e é circunscrita por mulheres Negras trabalhadoras rurais e domésticas.

Minha linhagem, marcada pela resiliência e pela luta constante, é um testemunho vivo das complexas intersecções entre raça, gênero e classe social no Brasil. Cada uma dessas mulheres Negras, dentro e fora de minha família, construíram um legado de resistência por meio do trabalho doméstico. A minha história se entrelaça com a trajetória de tantas outras mulheres Negras cujas vidas foram marcadas pelo trabalho doméstico. Trabalho que muitas das vezes é invisibilizado e desvalorizado, extensão do sistema colonial que perpetuou a exploração e a subjugação de corpos de mulheres Negras.

O trabalho doméstico, historicamente relegado às mulheres Negras no Brasil, é uma extensão das dinâmicas de poder estabelecidas durante o período escravocrata. Após a abolição, muitas mulheres Negras não tiveram acesso a oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico, perpetuando um ciclo de subordinação e exploração. Minhas antecessoras foram parte dessa história: trabalharam incansavelmente em casas alheias, cuidando dos filhos dos outros, limpando e cozinhando, enquanto suas próprias necessidades foram negligenciadas, sua humanidade, negada e suas memórias, apagadas.

Essas mulheres não apenas cuidaram de casas que não eram suas, mas também sustentaram suas famílias, educaram seus filhos e transmitiram valores incomensuráveis. Durante séculos, mulheres Negras enfrentam jornadas extenuantes, salários irrisórios e condições de trabalho degradantes. No entanto, foi por meio desse trabalho que muitas conseguiram garantir o sustento de suas famílias e a educação de seus descendentes, alimentando sonhos de um futuro melhor.

Hoje me vejo sentada na cozinha da casa de minha mãe, escrevendo com as mãos de quem quer contar outras memórias. Escrevo para dar vida às memórias que foram silenciadas, para honrar cada sacrifício e cada sonho interrompido. Escrevo com a certeza de que minhas palavras têm o poder de transformar a dor em resistência e a opressão em liberdade. Cada linha que traço é uma homenagem à minha linhagem, uma reafirmação de nossa dignidade.

Escrevo com a convicção na força transformadora da nossa memória e na importância de contar nossas próprias histórias. E, para romper com o silêncio, como nos convida Vera Rodrigues (2021 *apud* bell hooks, 2019), é necessário fazer a transição do silêncio à fala. Para o oprimido, o colonizado, o explorado e aqueles

que se levantam e lutam lado a lado, essa transição é um gesto de desafio que cura, possibilitando uma vida nova e um novo crescimento. E o meu lugar de rompimento é a escrita, pois o oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo — para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação — uma resistência. A linguagem é também um lugar de luta (hooks, 2019, p. 58), lugar de recuperar a memória e lugar de fecundar raízes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da mulher Negra no Brasil é marcada pela invisibilidade, pela desvalorização de seu trabalho e pela negação de sua humanidade. Por muito tempo, a narrativa oficial tentou silenciar nossas vozes, apagando nossas marcas da história. Mas a memória é um rio que continua a fluir. A nossa memória recuperada estrutura o presente e projeta o futuro. Ela nos dá os instrumentos para romper com os ciclos de invisibilidade e violência que persistem.

A memória, como bem nos ensinaram Lélia Gonzalez, Angela Davis e Saidiya Hartman, não é passiva nem estática. Ela é dinâmica, astuta e carregada de potência transformadora. É nas brechas da consciência hegemônica que a memória resgata as narrativas ocultadas. Ao trazer à tona essas histórias, possibilitamos rompimentos com a lógica colonial que insiste em nos reduzir ao “outro”. Essa memória, enquanto “não-saber que conhece”, como nos ensina Lélia Gonzalez, é mais que uma ferramenta de resgate. Ela é também uma estratégia de sobrevivência, uma forma de desafiar a consciência dominante que tentou nos separar de nossas raízes e reescrever nossa humanidade em seus termos.

Ao analisar o trabalho doméstico como um espaço histórico de subordinação, evidenciei como as experiências das mulheres de minha linhagem se conectam com a história de tantas outras mulheres Negras. A escrita, para mim, apresenta-se, então, como um ato de ruptura, uma ferramenta para restaurar a dignidade e projetar novas possibilidades de futuro. Como nos lembra bell hooks, é na linguagem que lutamos para recuperar a nós mesmas. A escrita é um lugar de luta, onde resgatamos memórias silenciadas e as transformamos em territórios de resistência. Escrever é também uma forma de assegurar que nossas histórias sejam contadas por nós mesmas, em nossas vozes, com nossas perspectivas. É por meio dessa escrita insurgente que fertilizamos o terreno, onde nossas memórias deixam de ser estigmas e se tornam raízes que sustentam as nossas narrativas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel. Introdução. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. 1a ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26–39.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 339 f. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DAMASCENO, Janaína. *O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Florianópolis, UFSC, de 25 a 28 de agosto de 2008.
- DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. 290 f. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. Ori e Cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4903>. Acesso em: 19 out. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 34–53.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223–244, 1984.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiúva Marinogolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Vera. Vidas negras importam: o que dizemos nós mulheres negras ativistas, intelectuais e artistas. *Tessituras*, Pelotas, RS, v. 9, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2021.

AMÉRICA LATINA “FORA DO ARMÁRIO”: RESENHA DO LIVRO *LESBIAN, GAY AND TRANSGENDER ATHLETES IN LATIN AMERICA*

PIEDRA, Joaquín. *Lesbian, gay, and transgender athletes in Latin America*. London: Palgrave Macmillan, 2021.

GABRIEL FELIPE SILVA COELHO¹
ORCID: 0009-0003-3653-0724

DOIARA SILVA DOS SANTOS²
ORCID: 0000-0002-4718-7226

Questões de gênero e diversidade sexual³ envolvem um grande nível de complexidade, englobando uma série de constructos sociais que produziram, historicamente, significações e normatizações. Tais constructos são atravessados por outros marcadores sociais da diferença que constituem as identidades dos sujeitos em variados níveis de singularidade como, por exemplo, raça, classe, origem, etc. Marcadores sociais definem hierarquias e sistemas de opressão sobre as possibilidades de vivência da diversidade sexual e de gênero, e podem influenciar a significação e a perspectiva dos sujeitos sobre estas questões. Diante disso, as identidades latino-americanas, atravessadas por influências do processo colonial sobre a configuração cultural e histórica de seus povos, se constituem a partir de implicações desses fatores sobre as compreensões e vivências do gênero, sexualidade e diversidade.

Partindo deste contexto, esta resenha tem por objetivo analisar a obra *“Lesbian, Gay, and Transgender Athletes in Latin America”*, organizado por Joaquín Piedra e Eric Anderson. O livro traz diferentes estudos teóricos e empíricos sobre gênero e diversidade sexual no contexto esportivo, que abordam como povos de língua portuguesa e espanhola, especialmente da América Latina, têm significado essas questões diante de uma tendência geral de “liberalização de atitudes diante de minorias sexuais” que adentra o século XXI (Piedra; Anderson, 2022, p.1). O livro foi lançado em 2022 pela editora *Palgrave Macmillan*, parte da *Springer Nature*, localizada na Suíça. Compõem a autoria, ao todo, 24 pessoas, de universidades das Américas do Sul e do Norte, como também da Europa, responsáveis pela escrita de 10 capítulos. A obra possui como público-alvo acadêmicos com interesse em estudos de gênero, sexualidade e esporte, que busquem a perspectiva da América Latina. Até a produção desta resenha, não foram encontradas informações sobre a disponibilidade do livro em um idioma que não o inglês, o que é paradoxal diante da proposta de visibilizar pesquisas da e sobre a região, pois, pode limitar a possibilidade de consumo da obra na própria América Latina.

Os 10 capítulos do livro são organizados em três partes. A primeira é *“Historical and Sociological Perspectives”*, com temáticas como a existência de clubes LGBT⁴ na América Latina e na Espanha, o campo de estudos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil, e os estágios do processo de inclusão social destes sujeitos em países como México e Espanha⁵. A segunda parte é intitulada *“Sexual Orientation and Sports”*, e envolve reflexões sobre gênero, sexualidade e práticas corporais pré-hispânicas. Um dos capítulos dedica-se à percepção dos sujeitos quanto à diversidade sexual no contexto esportivo mexicano, outro dedica-se ao caso do jogador de futebol brasileiro

¹ Licenciando em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa, bolsista de iniciação científica do CNPq pelo segundo ano consecutivo e membro do Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS). Para além do interesse no campo dos estudos olímpicos, já desenvolveu e ainda participa de pesquisas no campo dos estudos de gênero e sexualidade. E-mail: gabriel.f.coelho@ufv.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação Física. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa. Líder do Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS). Interesses de pesquisa: estudos socioculturais do esporte e do Movimento Olímpico, mídia e esporte, política e esporte. E-mail: santosdoiara@ufv.br.

³ Essa é uma tradução livre e literal do termo “sexual diversity”, constantemente utilizado no livro. Nesta resenha, mobilizamos o termo entendendo-o como parte do conceito de sexualidade.

⁴ A sigla LGBT refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

⁵ O livro não define claramente o que e/ou quais países considera como parte da América Latina. Todavia, no desenrolar dos capítulos, dá a entender que a Espanha é considerada um país à parte, utilizado como complemento para a análise.

Richarlyson e a opressão de expressões que fogem da masculinidade hegemônica. Outro capítulo versa sobre práticas, estilo de vida e desigualdades enfrentadas por pessoas LGBT na Colômbia.

A última parte do livro, com o título de *"Transgender Issues and Sports"*, aborda identidades transgêneras⁶, com reflexões sobre equipes de futebol transmasculinas no Brasil, bem como sobre uma escola criada para a população transgênera na Argentina. A seguir, destacaremos conteúdos de alguns capítulos que compõem as três partes.

Recorrentemente, a criação de clubes esportivos LGBT é tratada como uma questão problemática, devido à interpretação de que eles produzem segregação de identidades. Para Miró e Piedra (2022)⁷, no capítulo *"LGBT Sport Clubs: Origin and Historical Changes in Spain and Latin American"*, da primeira parte do livro, a própria compreensão de que a criação de clubes para gays e lésbicas é uma forma de segregação retrata a estruturação do preconceito. A autoria argumenta isso contrastando os clubes LGBT com clubes de religiões específicas, por exemplo, que não são vistos como segregadores. Para a autoria, além de não segregar, os clubes LGBT seriam mais acolhedores à diversidade e pluralidade de identidades.

O ambiente esportivo tradicional produziu uma masculinidade hegemônica que exclui as mulheres e sujeitos que fogem do padrão heterocisnormativo⁸, o que faria de lugares como os clubes LGBT mais acolhedores. Todavia, pode ser difícil romper com o cenário hegemônico da heterocisnormatividade se, tanto lésbicas e gays, quanto transexuais, travestis, pessoas não-binárias, intersexo — as quatro últimas identidades pouco exploradas na obra — não tiverem espaço no esporte tradicional. Os clubes LGBT são apontados como instrumento de combate à discriminação com relação à diversidade sexual no contexto esportivo, mas, uma vez que mantêm as pessoas LGBT fora do esporte tradicional, podem não auxiliar no processo de ruptura da hegemonia da heterocisnormatividade neste contexto. Afinal, direcionando a população LGBT para outros clubes e competições esportivas, o esporte tradicional continua a ser majoritariamente ocupado por identidades que reforçam e (re)produzem a heterocisnormatividade de maneira compulsória, resultando em marginalização dos sujeitos dissonantes.

Na concepção de Jennings (2022), uma questão nas pesquisas que analisam sexualidade dentro do contexto mexicano está no tratamento da mesma como um problema. Em seu capítulo *"Conceptualising Sexuality Through the Mexican Martial Art of Xilam"*, na segunda parte do livro, Jennings, (2022) apresenta o objetivo de tratar sexualidade como fluida e de diferentes possibilidades. Para isso, analisa a arte marcial *"Xilam"*, que possui suas próprias perspectivas antropológicas, filosóficas e culturais, e uma relação particular com gênero e sexualidade. Por influência de uma filosofia Asteca, o *Xilam* promove a ideia de "remover a pele" como uma metáfora para a desconstrução de preconceitos encarnados por julgamentos, em prol de uma compreensão de gênero e sexualidade de maneira fluida e não hierárquica. É uma filosofia que se desenvolve sob forte influência dos povos pré-hispânicos.

O capítulo em questão traz uma reflexão sobre como sociedades das Américas possuíam uma compreensão diferente de gênero e sexualidade pré-colonização. Era comum uma ideia de gênero sem existência das divisões binárias (que normatizam identidades de gênero em masculino e feminino). Havia seres mitológicos, posições de poder e símbolos ritualísticos e religiosos importantes para estes povos que se construíam a partir de uma perspectiva de fluidez de gênero e sexualidade, sem hierarquias. Junto com os povos europeus, chegaram às Américas o catolicismo e o modelo binário de gênero com a hierarquia entre ideais de masculino e feminino atrelados ao machismo. Nas sociedades modernas, a cultura dos colonizadores se impôs sobre a cultura de povos pré-hispânicos, instalando-se o preconceito quanto à diversidade sexual e de gênero.

Na segunda parte do livro, o brasileiro Knijnik (2022), no capítulo *"More Than a Man: Richarlyson, Ambiguous and Non-orthodox Masculinities in South American Football"*, explora como o então jogador profissional Richarlyson tensionou, ao longo de sua carreira, a heterocisnormatividade e representações masculinas no futebol. De fato, o futebol no país atuou e atua na produção e reprodução de uma masculinidade hegemônica que opera na perspectiva de excluir outras expressões. Essa exclusão não se limita a pessoas homossexuais e produz homofobia contra homens que manifestam corporalmente expressões que desafiam estereótipos e normatividades de gênero.

⁶ Para Jesus (2012), "transgênero" é um termo guarda-chuva que engloba identidades como transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexo. O termo "transgender", em inglês, como apresentado no livro, é invariável. Nesta resenha, utiliza-se "transgênera" acompanhando formas de resistência discursiva ao agenciamento identitário, reconhecendo o papel político da linguagem, da perspectiva da Língua Portuguesa brasileira (Borba; Silva, 2024).

⁷ Todas as referências presentes no corpo do texto são de capítulos da obra resenhada.

⁸ Diz respeito à imposição da heterossexualidade e identidade cisgênero, ou seja, relacionar-se afetivamente com pessoas de sexo oposto e identificar-se com o gênero atribuído no nascimento. A heterocisnormatividade define identidades hegemônicas como norma e oprime as demais (Carvalho; Júnior, 2019).

⁹ O livro apresenta o *Xilam* como uma arte marcial mexicana desenvolvida nos anos 1990 por Marisela Ugalde, com objetivo de resgatar uma filosofia pré-colonial. Envolve golpes, agarrões, chaves, chutes, arremessos e uma variedade de armas de estilo pré-hispânico e equipamentos de treinamento rústicos. A proposta é ser simultaneamente uma arte marcial e um sistema de desenvolvimento humano, em aspectos como energia sexual e a construção de um México pacífico, inclusivo e não discriminatório.

O ex-jogador brasileiro, Richarlyson¹⁰, viu a sua carreira ser atravessada por homofobia e preconceito, inclusive, por parte de torcedores de equipes em que atuou. Richarlyson viveu episódios de homofobia, com cânticos e gritos de torcedores e opressão quanto aos seus comportamentos e manifestações da sua corporeidade. Parte dos ataques que sofreu em sua carreira ocorreu na sua passagem pelo São Paulo Futebol Clube, este que foi associado historicamente a uma associação de homens de uma classe elitista, o que produziu estigmas sobre masculinidades menos viris e, a partir disso, foi estigmatizado como um clube de gays nas rivalidades entre torcidas, exacerbadas nas décadas de 1990 e anos 2000 (Martins; De Assunção, 2019). Em um ambiente que, historicamente, despreza as mulheres e supervaloriza estereótipos de virilidade e força, Richarlyson sofreu preconceito ao não performar estas características. Para a autoria do capítulo, ao ocupar espaço no futebol, Richarlyson, assim como outras masculinidades que não se encaixam no padrão heterocisnormativo, desafiam a hegemonia constituída e tendem a ser resistência, contribuindo para o desenvolvimento da ideia de fluidez de gênero.

Na parte final do livro, dois capítulos tratam a respeito da discussão sobre pessoas transgêneras nos esportes. Um deles é intitulado *"Trans Masculinities on the Sport Courts of Brazil, The Country of Football"*, de Silvestrin e Fernández-Vaz (2022). O texto trata a respeito de clubes de futebol formados por homens transexuais. Entretanto, a autoria pondera sobre a problemática de que clubes LGBT não tensionam a heterocisnormatividade presente nos esportes tradicionais. O contexto esportivo tradicional é um ambiente hostil para pessoas transexuais, que tem sua elegibilidade constantemente negada no contexto esportivo. Toda essa hostilidade faz com que clubes específicos para pessoas transexuais surjam como uma possibilidade para criar um ambiente esportivo que permita a visibilidade, socialização desses sujeitos, um ambiente seguro de prática e afirmação de identidades coletivas e individuais.

Silvestrin e Fernández-Vaz (2022) pesquisaram a inserção de clubes transmasculinos no contexto de competições LGBT mais abrangentes. A partir de observações participantes em alguns clubes de futebol transmasculinos brasileiros, encontraram que, para sobreviver no ambiente esportivo, alguns homens transexuais reproduziram lógicas da masculinidade hegemônica, com expressões de violência, agressividade e ofensas verbais relacionados a uma mesma cultura que oprime a própria transexualidade masculina.

Noutra perspectiva, a autoria destaca casos de transfobia praticados por homens homossexuais contra homens transexuais, em uma competição esportiva LGBT que visava celebrar a diversidade. Atletas homens gays inferiorizaram um clube transmasculino que participava da competição, proferindo que o time era composto por "mulheres" e que, por isso, eram esportivamente inferiores. Este caso expõe que nem sempre clubes e competições LGBT são mais acolhedoras à diversidade.

O tema transgeneridade está em uma porção muito pequena da obra. Os textos compactam as identidades LGBT em gays e lésbicas, mostrando que ainda há uma invisibilização quanto às demais identidades, inclusive no contexto acadêmico. Tratar de questões de gênero e sexualidade a partir da perspectiva da América Latina é enriquecedor para a análise, entretanto, produções científicas e obras futuras devem expandir suas temáticas para contemplar um arcabouço de possibilidades de manifestação do gênero e da sexualidade. Em alguns momentos, os capítulos do livro tratam países da América do Norte (especificamente Canadá e Estados Unidos) e Europa (Reino Unido e Espanha) como modelos de desenvolvimento e precursores no que diz respeito a avanços quanto à denominada "liberalização" sobre questões de gênero e sexualidade, reproduzindo uma lógica de hierarquia.

A obra contribui para colocar em pauta perspectivas da América Latina sobre significações de gênero e sexualidade no contexto da produção científica internacional. Assim como esta, outras referências devem fomentar a valorização e visibilidade de perspectivas epistêmicas latino-americanas sobre gênero, sexualidade e esporte e tensionar implicações do colonialismo. Assim, reconhecendo noções hegemônicas de poder operadas pelo norte global nas sociedades (consequências do processo de colonização dos países do sul global), será possível somar para contextualizar o tema em diferentes níveis de singularidade e subjetivação.

Ademais, a obra colabora para circular e valorizar saberes, práticas e perspectivas da denominada América Latina. Ao trazer capítulos que operam análises a partir de diferentes níveis de singularidade, contribui para pluralizar o debate de gênero e identidades em um espectro internacional, ancorando-se em experiências, atores e manifestações esportivas que expressam crenças, atitudes e valores próprios, agregando ao campo de conhecimento que articula as Ciências Sociais, o esporte e os estudos de gênero. A obra ressalta tematizações emergentes que podem impulsionar pesquisas para captar e pensar mais realidades e expressões de gênero e esporte nas diferentes sociedades.

¹⁰ Em 2022, Richarlyson declarou ser bissexual e se tornou o primeiro jogador abertamente LGBT a participar da série A do campeonato brasileiro e a ter jogado pela seleção brasileira.

REFERÊNCIAS

BORBA, R.; SILVA, M. R. Trans language activism from the Global South. **Journal of Sociolinguistics**, v. 28, n. 3, 2024. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3A5%3A22737061/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3A5%3A177677167&crl=c&link_origin=none. Acesso em: 03 jul. 2025.

CARVALHO, C. O.; JÚNIOR, G. S. M. 'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8697519>. Acesso em: 24 out. 2024.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-terminos>. Acesso em: 24 out. 2024.

MARTINS, D. N.; DE ASSUNÇÃO, M. M. S. Bichas, macacos, Marias: narrativas de opressão, invisibilidade, preconceito e resistência no futebol. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 7, p. 342-364, 2019. Disponível em: <https://seer.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20767>. Acesso em: 03 jul. 2025.

PIEDRA, J.; ANDERSON, E. **Lesbian, Gay, and Transgender Athletes in Latin America**. Cham: Springer International Publishing AG, 2022.

ENCRUZILHANDO SABERES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE TERREIROS E UNIVERSIDADES

MOURA, Beatriz Martins. *Pedagogia do Ebó: Horizontes possíveis para a universidade a partir de mulheres de axé*. Curitiba: Editora Apris, 2023.

IVIS FABIANO CHAGAS LIMA¹
ORCID: 0009-0009-4067-1689

O livro analisado nesta resenha tem origem na tese de doutorado em Antropologia Social de Beatriz Moura na Universidade de Brasília (UnB), que recebeu, em 2022, Menção Honrosa no Prêmio Lélia Gonzalez de melhor tese em Antropologia na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. Com algumas modificações e aperfeiçoamentos da versão defendida, o texto da autora retoma o foco de demonstrar “o modo como a educação se constitui um projeto coletivo das comunidades tradicionais de terreiro” (Moura, 2023, p. 13), considerando o diálogo com o projeto Encontro de Saberes na institucionalização e difusão de saberes tradicionais associados à ancestralidade negra no contexto acadêmico.

Com efeito, esse livro efetiva seu propósito de quebrar os muros ideológicos e territoriais entre universidade e comunidades tradicionais, em especial as de terreiro. Nesse sentido, esse texto é um projeto político e epistêmico, mas também de divulgação, e se destina a todos os públicos engajados e interessados na construção de um campo de saberes multicêntrico que extrapole os muros acadêmico-científicos. A obra se divide em um conjunto de capítulos agrupados em três partes e conta com um estilo etnográfico que interconecta histórias de vida e de territórios, valendo-se de uma multiplicidade de abordagens metodológicas que se encontram em uma observação participante multissituada.

Posicionando o contexto da etnografia, o projeto Encontro de Saberes é uma iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), sob a coordenação do professor titular do Departamento de Antropologia da UnB e orientador de Beatriz Moura, José Jorge de Carvalho. No projeto, os chamados mestres e mestras de povos e comunidades locais e tradicionais são convidados a ministrar módulos e disciplinas em seus campos de saber, sem mediação de terceiros, com vistas a promover um diálogo interepistêmico (Carvalho; Vianna, 2020). O projeto foi criado em 2010 com a finalidade de promover epistemes historicamente renegadas no âmbito acadêmico, estando presente em diversas universidades dentro e fora do Brasil.

Nesse âmbito, um dos primeiros elementos destacados pela antropóloga é a relação de simetria entre ela e suas interlocutoras que, assim como a autora, são mulheres negras de axé, cujas trajetórias se articulam em diferentes escalas, do seu círculo de parentesco aos terreiros e à Universidade de Brasília. Com efeito, Mãe Dora de Oyá, Iyá do Terreiro Ilê Axé T'Ojú Labá, e Makota Kidoiale, do Terreiro/Quilombo Manzo Ngunzo Kayango, são as duas principais interlocutoras da pesquisa. São também lideranças religiosas, mestras dos conhecimentos tradicionais e docentes no âmbito do projeto Encontro de Saberes.

De início, são destacados alguns elementos do contexto do Candomblé e da língua iorubá, onde a autora realizou sua pesquisa. A palavra “axé” deriva do termo *àṣẹ*, e costuma-se chamar de “pessoas de axé” aquelas que vivenciam religiões de matriz africana. Já o termo *Iyá*, que significa “mãe”, designa a principal liderança feminina do terreiro, também chamada de *Iyaforixá* ou Mãe de Santo. Situando espacialmente o trabalho de campo da autora, o Terreiro Ilê Axé T'Ojú Labá localiza-se no Jardim ABC, município de Cidade Ocidental

¹ Mestrando em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi bolsista no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais da UFC e atualmente pesquisa no âmbito da antropologia das instituições econômicas e de governança. E-mail: ivislima@gmail.com | ivis.lima@aluno.unb.br

(GO), na divisa com o Distrito Federal. Já o Terreiro/Quilombo Manzo Ngunzo Kayango situa-se em Belo Horizonte (MG).

Assim, o livro é escrito cruzando trabalho de campo nos terreiros supracitados e histórias de vida, traçando a trajetória dessas mulheres de axé do terreiro à universidade, pela via do Encontro de Saberes, com destaque para as noções êmicas de encruzilhada e território, que emergiram no itinerário etnográfico da antropóloga. Por outro lado, o livro revela a transposição dos saberes forjados pelas interlocutoras para a experiência da autora, convocando os leitores a um movimento de vislumbrar a pluralidade de estratégias pedagógicas possíveis na sala de aula, resultantes da presença dessas pessoas e do que a autora chama de conhecimentos insubmissos, em referência à escritora e intelectual Conceição Evaristo.

No primeiro capítulo, Moura narra sua chegada ao primeiro campo de pesquisa: o terreiro Ilê Axé T'Ojú Labá. Como destaca a autora, Mãe Dora de Oyá havia participado do módulo “Vestimentas e Terreiro”, vinculado à disciplina “Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais” da Universidade de Brasília (UnB). O capítulo inicia encruzilhando a migração de Mãe Dora, do oeste baiano, com a formação de Brasília, evidenciando as segregações raciais e territoriais em dinâmicas de marginalização que empurram os terreiros para as bordas do espaço urbano e do conhecimento institucionalizado na academia.

A partir dessa aproximação, o capítulo é costurado ao argumento central da tese por meio da trajetória de vida de Mãe Dora, iniciando com seu desenvolvimento espiritual junto à entidade Maria Padilha, uma relação fundamental para a construção de sua autoconfiança e empoderamento como Iyalorixá. A narrativa também percorre experiências do terreiro em projetos no Jardim ABC, que reforçam o lugar dos saberes ancestrais e da oralidade como vias não cartesianas de acesso ao conhecimento. Essas práticas atravessam diferentes campos, como a música, a contação de histórias, os sistemas agroflorestais e o manejo da costura, esta tanto como atividade ritual quanto como estratégia de autonomia financeira para mulheres.

O segundo capítulo enfoca a trajetória de Makota Kidoiale, líder e fundadora do Quilombo/Terreiro Manzo Ngunzo Kayango. Ao descrever sua inserção no campo, começa elaborando sobre como os quilombos e terreiros são marcos de resistência coletiva, assim como pontos de difusão de práticas e saberes. Por um lado, as histórias de resistência a investidas racistas e intolerantes religiosas do estado mineiro contra o terreiro-quilombo são contrapostas pelo que Kidoiale chama de oralidade política, uma estratégia de vocalização dos problemas e estabelecimento de alianças externas para escuta e suporte ao Manzo.

Nesse processo, são tecidas práticas culturais-pedagógicas de aprendizado e territorialização organizadas em sambas de roda e capoeira, assim como no projeto “Afrobetização”, todos com larga influência dos ensinamentos do Pai Benedito, o “Preto Velho” da mãe de Makota Kidoiale. Entre os ensinamentos, esteve o de derrubar muros, ao tecer conexões e fluxos entre o terreiro e a universidade. É nesse âmbito que Makota Kidoiale é levada à Universidade Federal de Minas Gerais como docente no projeto Encontro de Saberes.

No capítulo seguinte, a antropóloga elabora sobre a noção de encruzilhada como lugar de encontros, de potência, de trocas e de escolhas. Aqui, Esù — Orixá relacionado à comunicação e ao movimento, senhor dos mercados e das encruzilhadas — é constantemente referido no entrecruzamento entre a antropóloga e suas interlocutoras. Com base no que foi descrito nos capítulos anteriores, é demonstrado como o projeto educacional dos terreiros antecede a entrada das mestras nas universidades, mas se amplia nelas. Assim, a sala de aula aparece como lugar de encruziar conhecimentos forjados no cotidiano do terreiro e no terreno universitário, e de derrubar muros entre saberes ancestrais e acadêmicos.

Esses três capítulos compõem a parte I do livro, intitulada “Tecendo histórias de mulheres negras de axé: entre os terreiros e as universidades”, na qual o principal argumento desenvolvido é o de que os espaços de ensinamento e aprendizado dos terreiros são cotidianamente elaborados no interior das comunidades e em processos de luta. São saberes que unem oralidade, parentalidade, ancestralidade e resistência, operacionalizando-se em procedimentos que deslocam a racionalidade cientificista europeia para os saberes tradicionais posicionados e engajados em raízes ancestrais. Ao fim, a antropóloga relata o efeito transformador que vivencia ao acompanhar as aulas das mestras e seus deslocamentos educativos, que transformam a sala de aula em território, lugar de existência e reconhecimento.

A parte II do livro intitula-se “Conhecimentos insubmissos” e é composta de capítulos mais curtos. O quarto capítulo, que inicia essa parte, elabora sobre como a educação é um modo de conexão entre pessoas e um meio de transformação. A autora recupera falas de sua mãe e as conecta com as histórias de Mãe Dora e Makota Kidoiale para destacar a associação entre educação e insubmissão dessas mulheres perante um

conjunto de fatores que cotidianamente as oprime. O capítulo seguinte é fomentado pelas formulações da pensadora Jurema Werneck e firma a ideia de que os passos trilhados por mulheres negras afro-diaspóricas transportaram práticas, tecnologias e saberes que antecedem até mesmo a criação das universidades no Brasil.

Também no âmbito político, mulheres negras, em especial as de terreiro, protagonizaram articulações antes de um movimento institucionalizado de mulheres negras. Para a autora, os passos que vêm de longe articulam saber e política na medida em que, historicamente, os terreiros elaboram conhecimentos e tomam a educação como um projeto, tanto de ação externa quanto de reprodução comunitária, religiosa e territorial. Muitas vezes, tais engajamentos político-epistêmicos têm nas mulheres de axé seu principal sustentáculo.

O sexto capítulo trata sobre o ebó, descrito como uma tecnologia ritual de equilíbrio de energias, acionada pelas lideranças religiosas do terreiro de forma individualizada para as necessidades de cada pessoa, e destina-se ao cuidado do outro. Com base nos relatos das interlocutoras, é mostrado como o ebó desempenha um papel de acolhimento e ajuda a construir, nos terreiros, uma territorialidade pautada no cuidado. Assim também é na sala de aula, entendida pelas interlocutoras como um território. Enquanto mestras de saberes tradicionais, Mãe Dora e Makota Kidoiale demonstram, pragmaticamente, nas universidades, as dimensões afetivas do conhecer e do ensinar, oferecendo alternativas para o modelo de conhecimento cartesiano que retira as dimensões de pessoalidade do conhecimento.

O capítulo seguinte correlaciona o corpo insubmisso de mulheres negras ao caráter insubmisso de sua produção epistemológica. A autora mostra como a proposta do livro inverte a lógica de certa antropologia que historicamente apropria os saberes de mulheres negras e de comunidades de terreiro, bem como nega suas subjetividades e produções intelectuais próprias e não mediadas por terceiros. Em seguida, o oitavo capítulo abre a última parte do livro, chamada “começo-meio-começo”, que enfoca o movimento de circularidade e do retorno, contando com dois posfácios — um de Mãe Dora de Oyá e outro de Makota Kidoiale —, dando destaque a essas outras mãos que também compuseram o corpo da pesquisa.

Nesse capítulo, Beatriz Moura reafirma a posição fundamental que a educação possui para as comunidades de terreiro, tanto em seu território tradicional quanto como forma de territorialização da ancestralidade nas salas de aula. O movimento das mulheres de axé do terreiro para as universidades convida a reconfigurações e a movimentações em diversos campos da vida em geral e da academia em específico. Em seguida, Mãe Dora destaca, em seu posfácio, a importância do saber de preto na construção do conhecimento e na transformação social. Por fim, Makota Kidoiale ressalta que a entrada do terreiro na universidade é um acerto de contas que devolve valores e reconhecimento a um povo que teve tais elementos negados. Para ambas as mestras, essa derrubada de muros é um caminho sem volta na construção de pontes entre os distintos conhecimentos.

Ao fim dessa costura etnográfica, a antropóloga levantou os processos de forja de saberes que nascem no cotidiano das comunidades e dos terreiros e seu caráter inerentemente político-pedagógico. Ao encruzilhar terreiros e universidades, as interlocutoras são mostradas como agentes de transformação social e epistêmica. Ao longo dos capítulos, um conjunto de saberes calcados no cuidado, no afeto, na resistência e na ancestralidade é transportado entre os territórios, invertendo uma lógica histórica de racismo e intolerância religiosa. Suas histórias de vida, dessa forma, não se restringem a seus corpos, mas produzem novos horizontes e futuros para a educação como um todo, sendo símbolos de uma luta histórica.

As interlocutoras, nesse sentido, foram também alicerces teóricos dessa escrita, povoada de mulheres negras intelectuais como Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Carla Ramos, Conceição Evaristo e Jurema Werneck. Assim, a simetria epistemológica também se deu na feitura da pesquisa e na tecitura de relações sujeito-sujeito, uma insubmissão metodológica que marca todo o trabalho. Como a própria autora destaca, o projeto desse livro não se encerra nele, mas sugere um movimento circular de forja de novos rumos. Desse modo, esse movimento convida a iniciar muitos outros.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Leticia Costa Rodrigues. O Encontro de Saberes nas universidades: uma síntese dos dez primeiros anos. *Revista Mundaú*, n. 9, p. 23–49, 2020.

MOURA, Beatriz Martins. *Pedagogia do ebó: horizontes possíveis para a universidade a partir de mulheres de axé*. Curitiba: Appris Editora, 2023.



DESRACIALIZAÇÃO E SEUS PARADOXOS: ENFRENTANDO O RACISMO NO NORTE E SUL GLOBAL

ZAKHAROV, Nikholay; TATE, Shirley Anne; LAW, Ian; BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Futures of Anti-Racism: Paradoxes of deracialisation in Brazil, South Africa, Sweden, and the United Kingdom*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2023.

THAYLA DA SILVA DE OLIVEIRA¹
ORCID: 0000-0001-8177-8583

Compreender os processos globais de racialização e analisar o escopo de projetos de desracialização implementados para o enfrentamento do racismo no Norte e no Sul global são os objetivos centrais do livro *Futures of Anti-Racism: Paradoxes of Deracialization in Brazil, South Africa, Sweden, and the UK*. Fruto do trabalho de uma rede internacional de pesquisadores que se debruçam sobre a temática racial (Alves; Cardoso; Borges, 2021), a obra parte da análise de quatro configurações distintas de modernidade – África do Sul, Brasil, Reino Unido e Suécia – para examinar as práticas de racialização em nível estatal.

Dividido em seis partes, incluindo os capítulos introdutório e conclusivo, *Futures of Anti-Racism* nos convida a refletir sobre a incorporação de categorias raciais nas estruturas sociais e sobre os papéis desempenhados pelo Estado e pela sociedade civil em seu enfrentamento. Os autores argumentam que, após o racismo ser reconhecido pelos Estados-nação como um problema histórico e global, iniciativas voltadas à sua superação passaram a ser formuladas em instâncias supranacionais. No entanto, essas iniciativas foram gradativamente incorporadas ao campo dos direitos humanos e se tornaram responsabilidade de órgãos nacionais, cujos projetos de lei tendem a reduzir o racismo a uma injustiça, falhando em confrontá-lo em sua dimensão estrutural.

O capítulo “South Africa and the Struggle for Racial Equality: Debating Deracialization, Non-racialism, Decolonization, and Africanization” elucida que, embora seja uma nação majoritariamente negra e tenha enfrentado o colonialismo e o apartheid, a África do Sul possui uma dinâmica racial marcada pela supremacia branca e por um “racismo anti-negro”, que desumaniza a população negra política, social e economicamente. A Constituição e a legislação vigente têm suas bases no não racialismo. Fruto do ativismo anticolonial da primeira metade do século XX, o não racialismo era compreendido, inicialmente, enquanto uma negação da raça e da racialização como forma de combate à dominação da população negra sul-africana.

Atualmente, porém, ele é mobilizado como fundamento para projetos políticos prejudiciais à população negra e favoráveis ao neocolonialismo. Assim, a negação da raça tornou-se um obstáculo ao antirracismo, ao impedir que a legislação atue sobre as dinâmicas de racialização que estruturam a vida social. Nesse sentido, os pesquisadores acreditam que a desracialização só seria possível por meio da descolonização da identidade sul-africana, aliada ao antirracismo e a uma profunda transformação de ordem política, cultural e socioeconômica.

Em “The Dynamics of Racialization and Anti-racism in Contemporary Brazil”, a sociedade brasileira é apresentada e analisada em quatro momentos históricos distintos. Primeiro, entre os séculos XIX e XX, a raça era utilizada como ferramenta de hierarquização, que garantia privilégios à branquitude e desumanizava os grupos racializados por meio de um “racialismo racista”. Dos anos 1930 à década de 1980, o país foi atravessado por um “antirracismo racista”, prática de negação das raças nos níveis biológico e social, com o objetivo de desenvolver a ideia de democracia racial. Durante esse período, o Brasil foi construído

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestranda em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRRJ) e integrante do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA), vinculado à UFRJ. E-mail: olv.thayla@gmail.com

como uma nação miscigenada e paradisíaca. Como resultado, o racismo passou a ser tratado como prática individual, desvinculada de sua dimensão estrutural.

Entre 1988 e 2016, o “racialismo antirracista” imperou. Ele reconhecia a raça como construção social e elemento estruturante das relações sociais, servindo de base para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade racial no país, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores. O período atual, por sua vez, é marcado por uma ambiguidade entre o “racialismo racista” e um “antirracismo racista”, pois “ao mesmo tempo em que o Estado parece ressuscitar o mito da democracia racial (antirracismo racista), autoridades públicas fazem declarações que incitam comportamentos racistas (racialismo racista)” (Zakharov et al., 2023, p. 119).

O capítulo “The Retreat from Deracialization in the UK” discute a racialização britânica contemporânea, especificamente entre 2015 e 2020, período marcado pela ascensão de um conservadorismo. Segundo os autores, a diversidade étnica do Reino Unido faz com que diferentes grupos racializados sejam submetidos a formas específicas de racialização, o que leva à necessidade de enfrentamento de diversas formas de racismo, como o antinegrismo, o antimuçulmanismo e o antissemitismo.

No campo das políticas públicas, o racismo é tratado como uma questão de direitos humanos e, apesar dos avanços em áreas como educação, saúde, emprego e moradia, a desigualdade racial persiste de maneira significativa. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais esse cenário, atingindo com maior intensidade as populações racializadas e revelando que o país possui um projeto antirracista frágil e ineficiente.

Em “Challenging Racism in Sweden”, os autores analisam o contexto sueco, onde a raça não é reconhecida como categoria social, mas sim biológica. A população é categorizada entre suecos, de um lado, e imigrantes, de outro. Contudo, não existe consenso jurídico a respeito do termo “imigrante”, e o tempo de residência no país é um fator determinante para essa classificação, o que restringe o termo aos imigrantes de primeira geração.

Apesar disso, a Suécia é reconhecida internacionalmente como um país antirracista e exemplo de justiça social. Na legislação, o termo “raça” é substituído por “etnia”, o que poderia, à primeira vista, ser interpretado como prática desracializante. No entanto, os autores argumentam que a desracialização da sociedade sueca exigiria o questionamento dos processos que definem quem pode ser reconhecido como sujeito político e detentor de cidadania plena no país.

A obra demonstra, assim, que, nas quatro expressões de modernidade apresentadas, a desracialização só se tornaria possível por meio do reconhecimento do racismo enquanto problema estrutural e institucionalizado. Os autores evidenciam que, enquanto no Norte global a racialização é frequentemente disfarçada pelas estruturas estatais, no Sul global – onde o colonialismo europeu constituiu uma base formativa comum – a desracialização deve estar vinculada à luta decolonial.

Futures of Anti-Racism: Paradoxes of Deracialization in Brazil, South Africa, Sweden, and the UK é, portanto, uma contribuição inédita e relevante para a compreensão teórica de dinâmicas de racialização que fundamentam a vida social em diferentes contextos. Considerando que o conceito de desracialização “remonta à ideia de desfazer os vínculos desumanizadores que deram origem às populações negras, às populações indígenas, e a todas as populações minorizadas” (Alves; Cardoso; Borges, 2021, p. 145), o livro oferece subsídios valiosos à luta antirracista contemporânea, com potencial para orientar tanto políticas públicas quanto ações promovidas pela sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Railma; CARDOSO, Antônio Dimas; BORGES, Dorian. Entrevista com Joaze Bernardino-Costa (UnB). *Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3836>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ZAKHAROV, Nikholay; TATE, Shirley Anne; LAW, Ian; BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Futures of Anti-Racism: Paradoxes of deracialisation in Brazil, South Africa, Sweden, and the United Kingdom*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2023.